

VIOLETA REFKALEFSKY LOUREIRO

OS PARCEIROS DO MAR:

NATUREZA E CONFLITO SOCIAL NA PESCA DA
AMAZÔNIA

*Dissertação de Mestrado em Sociologia
apresentada ao Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas.*

VIOLETA REFKALEFSKY LOUREIRO

OS PARCEIROS DO MAR:

natureza e conflito social na pesca da
Amazônia

Dissertação de Mestrado em Sociologia
apresentada ao Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas da Universidade Es
tadual de Campinas.

Belém do Pará, 1983

Tosco barco,
herói,

homem a bordo.

O homem-êle.

Rota prestante estrela guia.

Império

o verde império
em torno assiste

espaço

e nada

espaço

e nada

isolamento

silêncio

isolamento

.

O homem torce o dorso.

Discóbulo falido

lança a malha.

Manto apostólico.

a rede

escolhe os peixes

.

A linha da maré enforca a vida.

O homem pesca a vida

e seus milagres.

Aqui fundou-se o tempo.

Aqui lendou-se a idade.

Lanço de rede ao rio

— o homem mais se pesca do que o peixe...

O despescado ser

que em si se estranha

e se perscruta.

E vaga.

(João de Jesus Paes Loureiro
PORANTIM. Civ. Bras., 1976).

AGRADECIMENTOS

À Professora Dra. Maria de Nazaré Baudel Wanderley ,
pela oportunidade estimulante e criativa de convivên-
cia durante os cursos a que assisti e pela orienta-
ção recebida; à UFPa, em especial à Pró-Reitoria de
Pesquisa e Pós-Graduação pelos recursos financeiros
destinados à pesquisa de campo; e ao Instituto do De-
senvolvimento Econômico-Social do Pará, pela oportu-
nidade de fazer o curso; aos colegas de profissão e
curso, que me ouviram muitas vezes discorrer sobre a
pesca e comigo discutiram a questão; e principalmen-
te, agradeço aos pescadores da Vigia, que me ajudaram
a traçar os contornos desta tese ao mesmo tempo em
que, ao responderem às entrevistas, apontaram cami-
nhos interpretativos para algumas das questões funda-
mentais sobre a minha posição como ser no mundo e na
Amazônia de hoje.

APRESENTAÇÃO

A presente dissertação de Mestrado visa ao estudo da organização social de um grupo de pequenos pescadores artesanais, que, com os pequenos produtores do campo compartilham de pelo menos dois traços fundamentais: falta de acumulação persistente e relações sociais estabelecidas em bases não-tipicamente capitalistas. São parceiros, em sua quase totalidade.

A zona de abrangência do estudo — o nordeste paraense e em especial o município da Vigia, consiste numa das mais antigas zonas de exploração agrícola e de produção pesqueira de toda a Amazônia, caracterizando-se por uma ocupação em que a pequena produção constituiu-se sempre num traço fundamental. Não se trata contudo, de um estudo sobre a Vigia e nem propriamente sobre a pesca na Vigia; trata-se da análise das relações sociais de produção de um grupo social em suas articulações com a sociedade que integra, a qual passa por rápidas mudanças.

A escolha da área reflete a preocupação com a compreensão da expansão do capitalismo na Amazônia, por uma ótica, de certa forma esquecida nos recentes estudos — tomando como referência, não as zonas novas de expansão da fronteira econômica, mas a da expansão do capital nas áreas antigas, procurando apreender as formas de antagonismo, articulação, e estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos pequenos produtores em suas relações no grupo, com a sociedade abrangente e em especial, com as gran

des empresas pesqueiras que aqui se estabeleceram desde princípios da década dos 70, e com as quais estabeleceu-se um conflito mais ou menos aberto.

A pesquisa esteve orientada pela seguinte hipótese: os pequenos produtores da pesca não podem se reproduzir senão subordinados ao capital, seja ele de origem nacional ou estrangeira; isto é, ainda que a pequena produção pesqueira se desenvolva em situações não tipicamente capitalistas (visto a predominância da parceria e não assalariamento), com maior ou menor vinculação ao mercado, sua reprodução, enquanto parte da classe de pequenos produtores em geral, têm seus limites determinados pelo espaço que disputam com os capitais que os subordinam. Contudo, esse grupo está longe de se constituir num todo homogêneo; a descoberta da rica e heterogênea realidade social concernente à pequena produção impôs uma análise de caráter descritivo a uma parte significativa do estudo.

O trabalho está estruturado em 3 capítulos. No primeiro deles, a autora busca encontrar na história dos pescadores vigienses e a partir basicamente da análise de uma escassa bibliografia disponível resposta para uma questão que desde o início do estudo lhe pareceu fundamental: não existiu para os pescadores vigienses, no passado recente, em que eles ainda eram proprietários dos meios de produção (ou tinham melhores condições de serem), uma situação de abundância e não exploração. Pretende contestar a idéia, amplamente desenvolvida nos meios intelectuais, de que a exploração e miséria dos pequenos produtores é fenômeno recen

te, e decorre da expansão do capitalismo que a Amazônia vivencia nas últimas décadas. Em contrapartida, assume a posição de que os pequenos produtores da Amazônia não vivenciaram um momento de liberdade e abundância, ou seja, não foram personagens de um contexto idílico de não-exploração e plena abundância da natureza. Mudaram sim, a forma e os agentes da exploração, persistente e histórica dos pescadores da área.

O segundo capítulo enfoca, em linhas gerais, as principais alterações na estrutura produtiva da Vigia, principalmente no campo e aponta para a pesca artesanal como a mais antiga e dinâmica atividade da área, no sentido de que vem abrigando, apesar o nível de exploração crescente, os velhos e novos pescadores, bem como os lavradores que, expulsos de suas terras, se convertem em pescadores-parceiros e nela se acolhem, contribuindo para a contínua reprodução do grupo.

O terceiro capítulo destina-se à análise dos diferentes segmentos existentes na pesca artesanal, onde, sem condições de reproduzir a multiplicidade e riqueza com que a realidade social se apresenta na área, mas também, com a preocupação de não deformá-la, torná-la opaca ou vaga, por meio de uma análise globalizante, a autora recorreu em seu estudo às categorias mais expressivas da pequena produção, omitindo os tipos residuais de produtores da pesca.

Procura compreender o caráter da luta cotidiana pela sobrevivência desses pequenos produtores, através da descrição do processo de trabalho, com vistas a apreender nele o fazer histó

rico cotidiano dessas populações, manifesto nas relações sociais de produção. Daí o estudo do processo de trabalho e das relações entre os tripulantes da canoa. Percebe que estas relações sociais compreendem o cerceamento das liberdades individuais, através da sujeição concreta dos pequenos pescadores despossuídos de meios de produção ao capital e seus representantes na embarcação — "os encarregados" — e que assim, o problema da cidadania está presente nas diversas lutas específicas que os grupos sociais amazônicos hoje desenvolvem com vistas à sobrevivência e reprodução.

O quarto capítulo enfoca o problema da modernização e tecnificação do setor pesqueiro no Pará e seus efeitos, em termos dos conflitos abertos entre os pequenos pescadores e a frota da pesca industrial e de como o Estado se manifesta, por medidas elitistas, em favor do grande capital, enquanto assume atitudes lesivas aos pequenos produtores e permite a rápida predação da natureza pelas indústrias pesqueiras.

A estrutura e forma de parceria conforme se desenvolve na pequena produção pesqueira vigiense constitui o cerne do quinto capítulo. Os parceiros aplicam a maior parte de suas jornadas de trabalho à produção dos seus próprios meios de subsistência e ao reparo dos meios de produção alheios, tarefa a que se vêem sujeitos, face às pressões do excesso de força de trabalho que demanda o setor pesqueiro.

A parceria está fundada numa relação distributiva desigual do produto da pesca entre o proprietário dos meios de produ

ção e os parceiros da canoa, intermediada pelo "encarregado". É na situação de não proprietários que os parceiros da pesca proporcionam aos proprietários as condições necessárias à reprodução dos meios de produção, ao mesmo tempo em que petrificam suas próprias condições de reprodução enquanto produtores diretos e parceiros despossuídos.

A inexistência ou esterilização da poupança entre parceiros, resultante dessa forma de relação social desigual, obstaculiza a conversão destes em proprietários dos meios de produção. A compreensão do processo de extração e de transferência do excedente desses pequenos produtores por outros segmentos da sociedade, em que o proprietário dos meios de produção é apenas um dos agentes sociais (embora dos mais importantes), é completada no capítulo seguinte, que trata da comercialização e de como o preço viabiliza esta transferência para fora da esfera produtiva.

Finalmente, na conclusão, defende-se a idéia de que, apesar da exploração a que se acha submetida a pequena produção pesqueira, ela apresenta, historicamente, uma tendência à sobrevivência, de vez que: o volume de capital necessário à produção em escala, ao assalariamento de pessoal e ao elevado grau de tecnologia com que opera a pesca industrial é de tal magnitude, que abre um espaço social abaixo deste patamar, para a reprodução desses produtores não tipicamente capitalistas; é neste limite estabelecido pela grande empresa industrial que se reproduzem as diversas categorias de pescadores vigienses, enfrentando-se, extinguindo-se, modificando-se e sobretudo, reproduzindo-se; ape-

sar da exploração do trabalho e da sujeição pessoal a que se acham submetidos, não se vislumbra indícios de extinção desta pequena produção, seja porque ela vem se mostrando necessária à valorização de capitais que se reproduzem fora da esfera da produção direta, seja em decorrência de inúmeras estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos pescadores, algumas das quais recapturam-se a renda que originalmente lhes caberia como remuneração do trabalho, seja enfim, porque as alterações na estrutura agrária da Vigia e seu entorno realimentam o excedente populacional que demanda trabalho na pesca.

Finalmente, afirmar a persistência da pequena produção pesqueira implica em não ignorar a progressiva perda dos meios de produção e de autonomia desses pequenos produtores, sem que este processo se faça acompanhar de sua transformação em trabalhadores assalariados. A perpetuação da categoria vem se processando enquanto parceiros despossuídos, envoltos em relações de sujeição pessoal concretas ao capital e seus representantes, presos da miséria absoluta, no limiar da degradação humana.

S U M Á R I O

	Pág.
APRESENTAÇÃO	
1- CONDIÇÕES DE PEQUENA PRODUÇÃO PESQUEIRA NA VIGIA DO PASSADO	1
2- CONDICIONANTES GERAIS DO MERCADO DE TRABALHO	27
3- DIFERENCIAÇÃO DOS PESCADORES DA VIGIA	61
3.1- <u>Chega e Vira</u>	65
3.2- <u>Os pescadores de fora</u>	117
3.2.1- Os amazonistas	118
3.2.2- Os nortistas	134
4- PILHAGEM DA NATUREZA E CONFLITOS DE CLASSE	145
4.1- <u>Mercado e Modernização</u>	145
4.2- <u>Modernização e Pilhagem da Natureza</u>	156
4.3- <u>O conflito básico</u>	163
4.4- <u>O conflito secundário</u>	172
5- A PARTILHA DA PRODUÇÃO: A PARCERIA NA PRÁTICA	176
5.1- <u>A repartição entre os chega e vira</u>	176
5.2- <u>A repartição entre os pescadores de fora</u>	181
5.2.1- Os escoradores (pescadores de espinhel)	181
5.2.2- Os redeiros	187
5.3- <u>Estratégias de sobrevivência</u>	191
5.4- <u>Os meios de produção</u>	196
5.5- <u>Considerações Gerais</u>	203
6- COMERCIALIZAÇÃO	212

	Pág.
7- CONCLUSÕES	227
8- APÊNDICE METEOROLÓGICO	238
8.1- <u>O estudo de caso</u>	238
8.2- <u>O plano de amostragem</u>	240
9- BIBLIOGRAFIA	248
10- ANEXOS	251
Anexo I — Entrevista aplicada aos Pescadores	
Anexo III — Quadros Estatísticos	
Anexo II — Fotografias	

E R R A T A

Foi omitida a numeração das páginas 62, 147, 155, 168 e 169, sem que com isso tenha havido prejuízo no texto.

1- CONDIÇÕES DA PEQUENA PRODUÇÃO PESQUEIRA NA VIGIA DO PASSADO¹

A escolha do município da Vigia como área de interesse deste estudo deveu-se a determinadas razões ligadas principalmente à tradição e importância desse município como centro pesqueiro do Estado e pelo fato de que a atividade pesqueira que nele se desenvolve vem passando por transformações mais ou menos consideráveis nos últimos anos. Nas mais remotas referências bibliográficas que se conhece sobre a atividade pesqueira no Pará, as localidades de Soure, na Ilha de Marajó e Vigia, no continente, ambas, portanto, com suas principais zonas de pesca situadas no estuário do Amazonas (v. mapa I) figuram entre as mais antigas comunidades de pescadores do Pará e que, pelo volume e regularidade de produção destacavam-se sobre todas as outras que lhe foram contemporâneas no surgimento e ainda sobre as mais recentes².

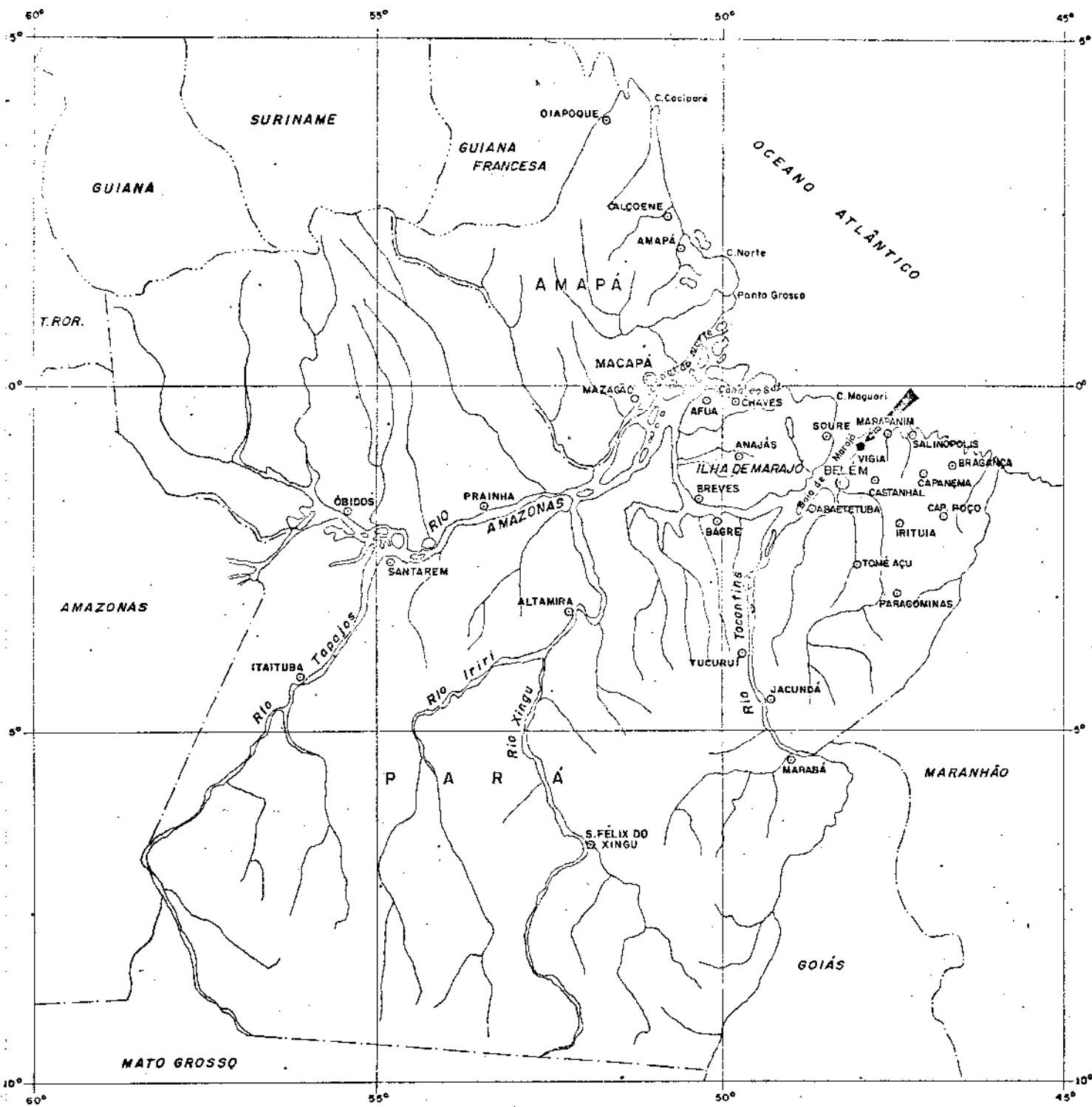
O consumo alimentar do homem no Pará e na Amazônia desde o início da colonização baseou-se fundamentalmente no pescado.

¹ O município da Vigia integra junto com outros 10 (Marapanim, Salinópolis, Curuçá, Primavera, São Caetano de Odivelas, Santo Antonio do Tauá, Maracanã, Santarém Novo, Colares e Magalhães Barata) a Microrregião Homogênea do Salgado, situada no litoral nordeste do Pará. A cidade da Vigia dista 90 km da capital, a qual está ligada por estrada asfaltada e linha de transporte coletivo regular. A população municipal em 1980 era de 24.848 habitantes, dos quais, 18.791 habitavam a sede do município; nos três outros distritos a população assim se apresentava: Penhalonga 1.493 hab.; Porto Salvo 2.545 e Santa Rosa da Vigia 2.019 hab. (Resultados Preliminares do Censo Demográfico do Pará, 1980-FIBGE).

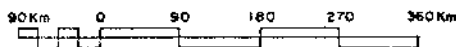
² Em "A Pesca na Amazônia" (pág. 61), obra publicada em 1895, José Veríssimo, relacionando os principais centros de pesca para fins comerciais inclui a Vigia e destaca como seus principais produtos a gurijuba, a tainha e a exportação do grude de peixe, destinado à fabricação de cola (VERÍSSIMO, José. A Pesca na Amazônia. Belém, 1970. Universidade Federal do Pará. Coleção Amazonia. Série José Veríssimo, 130 pág.).

MAPA I

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIGIA



ESCALA GRÁFICA



bem como nas pequenas culturas agrícolas, dentre as quais a mandioca, destinada à fabricação de farinha, sobreexcedia todas as demais espécies. O pescado, como produto básico da subsistência das populações paraenses tinha seu valor natural reconhecido a tal ponto que, em certa época, serviu como moeda em certas formas de pagamento: "Nos tempos coloniais, a tainha seca ou salgada corria como dinheiro, pagando-se com pacotes de 20, 30, 40 e 100 quilos a tropa, o clero e os empregados públicos do Pará"³.

A abundância, variedade e qualidade dos peixes da Amazônia; a existência de grande potencial pesqueiro nos rios, lagos e costas próximas; a relativa facilidade de captura com instrumentos de trabalho simples e de fácil fabricação, como as armadilhas, o arpão, o espinhel, a tarrafa e outros, aplicados a procedimentos pouco complexos de captura; a existência de recursos naturais disponíveis para a confecção de grande parte dos meios de produção aplicados à pesca; a significativa experiência do indígena⁴ como pescador, assimilada e desenvolvida por brancos e mestiços que ocuparam a Amazônia; a existência de mercados consumidores, embora pequenos, nas cidades, vilas, povoados e colônias agrícolas, foram todos eles fatores que se conjugaram no sentido de converter a pesca talvez na atividade produtiva mais antiga da Região e o pescado (ao lado da mandioca) no alimento mais cons-

³ MENDES, Amando, As Pescarias Amazônicas e a Piscicultura no Brasil. (Notas e Sugestões). São Paulo, Liv. Editora Redord, 177 pág., 1938, pag. 18.

⁴ VERÍSSIMO, José, em "A Pesca na Amazônia", pág. 7 assim refere-se à experiência do índio na atividade pesqueira: "O meio afeiçoa o homem — o indígena da Amazônia é principalmente íctiofago e, conseqüentemente, o pescador".

tante do homem da Amazônia.

A compreensão da problemática atual da pequena produção pesqueira na Vigia impõe necessariamente um recuo temporal de modo a que se possa melhor percebê-la, não apenas em sua inserção no bojo da sociedade abrangente, com a qual tem intensificado sua articulação, como também em relação às transformações básicas que a mesma tem vivenciado nas últimas décadas⁵. Esta tentativa contudo, encontra limitações mais ou menos graves, em virtude da quase total inexistência de referencial bibliográfico de caráter científico, técnico ou estatístico concernente à questão. Afora obras literárias sem grande interesse para a pesquisa social e os estudos classificatórios procedidos por naturalistas que se dedicaram à ictiologia da Amazônia, relacionando e descrevendo espécies, como Louis Agassiz, que chegou a enumerar em 1867 um total de 1.800 espécies, o zoólogo Emílio Goeldi ou ainda Agenor Couto de Magalhães, com sua "Monografia Brasileira dos Peixes Fluviiais", pouco há a consultar. Sobressai apenas neste conjunto o pequeno livro do conceituado escritor paraense José Veríssimo — "A Pesca na Amazônia" pela seriedade com que trata do tema, elaborando descrições dos processos de captura aplicados às principais modalidades de pesca e seus instrumentos e do qual se tentou recolher informações pinçadas de suas descrições, concernentes à Vigia, à região do Salgado e às espécies existentes na região em

⁵ A necessidade de fixar um marco temporal não muito recuado no tempo, para início da análise levou a autora a considerar como ponto de referência inicial para as considerações apresentadas neste capítulo o ano de 1895, data da publicação de Veríssimo, referida anteriormente, que proporciona informações relevantes sobre o assunto.

estudo, para compor, na medida do possível, um perfil que embora precário, da pesca do Salgado e na Vigia, nos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, possibilite, a partir desses pontos, tecer algumas considerações.

José Veríssimo, na referida obra, classifica a pesca da época na Amazônia, em duas categorias:

- a) A grande pesca "que constituindo, ao menos temporariamente uma indústria, faz dos seus produtos um objeto de comércio ou de escambo, concorrendo assim para o aumento da riqueza pública regional"⁶. Envolveria peixes quelônios que, embora aproveitados no consumo alimentar destacavam-se principalmente pelo aproveitamento semi-industrial na produção de couro, óleo, azeite e manteiga para o consumo regional ou ainda para a exportação, como é o caso do grude de gurijuba e mesmo da manteiga. Integrariam esta modalidade a pesca da tartaruga, do pirarucu, do peixe-boi (hoje praticamente extinto), e no caso da Vigia, especialmente da gurijuba e da tainha;
- b) A pequena pesca, consoante a mesma classificação, serviria exclusivamente ao abastecimento alimentar das populações, desenvolvendo-se ora conjugado à primeira, ora fora dela. Nesta modalidade estaria a pesca de peixes diversos vendidos frescos, secos ou salga

⁶ VERÍSSIMO, José. op. cit., pág. 13 (grifo da autora).

dos nos mercados ou ainda beneficiados por "péguas indústrias" que transformavam o produto em peixe seco ou farinha de peixe. E para que não se entenda que ela se destinava exclusivamente a alimentar as famílias dos pescadores, o autôr chama a atenção para o fato de que "o produto desta pequena produção não é tão somenos qual se poderia julgar, pois sendo ela que principalmente avulta no título 'peixe seco e salgado' das pautas fiscais, só o entrado em Belém do Pará em o novênio 1885-93 elevou-se ao notável algarismo de 2.499.720 kg' ou uma média de cerca de 278 mil quilogramas"⁷.

O livro de Veríssimo, além desta classificação, inventaria e descreve com inegável beleza estilística e alguns detalhes, os principais instrumentos de pesca e seu processo de fabricação e mesmo deixando de lado os aspectos concernentes à organização da produção pesqueira, fornece alguns elementos relativos aos procedimentos empregados na captura de cada uma das principais espécies de valor comercial.

Constata-se a exigüidade de informações sobre a pesca no final do século passado e na primeira metade deste, mas a leitura do livro de Veríssimo conquanto forneça uma classificação extremamente esquemática e pouco elucidativa dos critérios que a fundamentam, permite avançar algumas considerações e inferências

⁷ VERÍSSIMO, José. op. cit., pág. 14.

sobre essa atividade produtiva, conforme se desenvolvia na época. Quando agrupa numa mesma categoria a pesca da tartaruga, da guri juba, da tainha e de outras espécies, capturadas por procedimentos tão diferentes entre si, mas todas elas aproveitáveis em sua quase integralidade mediante processos rudimentares de transformação (como as carnes e o couro do peixe-boi, as carnes da tartaruga, sua gordura para fabricação de óleos, seus ovos para o fabrico de manteiga e seu casco destinado à confecção de botões e pentes) etc., compreende-se que a distinção entre a grande pesca e a pequena pesca, em termos globais, não radica em critérios de produtividade, valor da produção, progresso tecnológico dos aparelhos de pesca ou outros ainda, mas tão somente no nível de transformação porque passa o produto após o processo de trabalho mais imediato da pesca. Ou seja, é a destinação e o beneficiamento final do pescado que o converte, após a captura, em produto da grande ou da pequena pesca e não critérios desentranhados dos processos de trabalho concernentes a cada qual.

Percebe-se que os meios de produção aplicados à grande pesca não apresentavam qualquer diferenciação em termos de um maior desenvolvimento tecnológico em relação àqueles destinados à pequena pesca. O pirarucu, por exemplo, apesar de seu grande porte (50 kg ou mais) era capturado por longos arpões de madeira terminados por pontas de metal, presos por cordões resistentes, manejados por um ou dois pescadores que se movimentavam à procura do peixe nos rios e lagos em pequenas embarcações, os cascos⁸, pe

⁸ Casco — pequena canoa com ou sem bancos; consiste simplesmente num tronco escavado, aberto ao fogo.

quenas canoas escavadas em longos e grossos troncos de madeira ou em montarias⁹, embarcações maiores que as primeiras, montadas em largas pranchas de madeiras, terminadas pelas "rodelas" que lhes modelam e definem a proa e a popa. Durante as cheias dos rios e lagos, isto é, no "inverno", quando o volume de águas aumenta consideravelmente e o peixe não se torna mais tão visível, a pesca do pirarucu é realizada com linha e anzol. Após fisgar o peixe os pescadores o mantinham, se debatendo até cansá-lo, para finalmente abatê-lo a pauladas desferidas na cabeça (ainda procedem assim com os peixes de grande porte). Com arpão igualmente se pescava o peixe-boi à época descrita por Veríssimo. Mesmo a tainha, que integrava em sua classificação a grande pesca era capturada principalmente através da pesca de curral ou cacuri¹⁰ e após ter sido salgada, seca ou moqueada, destinava-se aos mercados da capital ou outras localidades. Nos períodos de salga da tainha reuniam-se as famílias e amigos dos pescadores, participando todos desta etapa do processo de trabalho¹¹.

⁹ Montaria — canoa pequena movida a remo, ligeiramente maior que o casco, muito utilizada em toda a Amazônia. É construída com pranchas de madeira e comporta de 1 a 4 pessoas, que, se acomodam em tábuas, que por estarem atravessadas lhes servem de bancos.

¹⁰ Curral ou cacuri (curral pequeno) — armadilha de pesca de forma circular, ovalada ou em forma de coração, com aberturas à jusante e à montante, confeccionada com esteiras de palmeiras (ou varas), amarradas com cipós, à volta de um cercado de estacas. Está sujeito ao fluxo e reflexo das marés, enchendo na preamar. Na baixa mar o curral é "despescado" isto é, os pescadores recolhem os peixes aprisionados. Instala-se o curral às proximidades das praias e às margens dos rios que sofrem o efeito das marés.

¹¹ VERÍSSIMO, José. op. cit., pág. 66.

A pesca da gurijuba (que junto com a tainha constituíam as duas principais espécies comerciais do Salgado e da Vigia), ainda pertencente à categoria da grande pesca, se processava num esquema em que toda a família, mulheres e crianças inclusive, convertia-se temporariamente, no período da safra, numa unidade de trabalho familiar toda ela envolvida na organização da atividade pesqueira.

Evidencia-se, portanto, que em determinadas épocas do ano, dependendo da modalidade de pescaria a que se dedicavam, os pescadores poderiam se articular em grupos maiores, reduzi-los se gundo as circunstâncias a um companheiro, ou ainda dedicar-se so zinho à pesca, em sua embarcação ou seu curral. A necessidade dos pescadores freqüentemente trabalharem juntos decorria principalmente do grande esforço demandado pela captura de certas espécies, quer em função do seu peso ou força, quer da necessidade de aproveitar ao máximo a oportunidade de capturar determinadas espécies que se tornavam abundantes apenas num período de tempo relativamente curto, como a tainha.

Veríssimo¹² descreve uma pescaria de gurijuba¹³, na qual constata-se a precaridade das embarcações que faziam incursões barra-fora, em viagens que duravam 10 dias a mais; os pescadores

¹² VERÍSSIMO, José. op. cit., pág. 65.

¹³ Gurijuba, peixe semelhante a um grande bagre, que quando adulto alcança uma média de 0,80 m a 1,20, de comprimento. A textura de sua carne se as semelha a do pirarucu. Dele se extrai ainda a bexiga natatória, ou grude, cuja exportação, segundo Veríssimo (op. cit., pág. 61) já era "considerável e vantajosa" para a fabricação de cola, na época.

lançavam seus espinhéis ao mar, como fazem ainda hoje, e alcançavam, dependendo da habilidade dos mesmos em descobrir bons pesqueiros, uma produção diária de 20 a 100 gurijubas, repartidas entre os pescadores ao final da pescaria (em proporções não mencionadas). Dados recolhidos em entrevistas sobre a produtividade atual dos pescadores em relação à gurijuba evidenciam que a média apresentada por Veríssimo era muito significativa para a época (hoje se aproxima muito daquela) considerando que os meios de produção empregados então, eram sem dúvida mais precários que os de hoje; contudo, esta elevada produtividade relativa da época deve ser atribuída principalmente ao fato de tratar-se, no caso da região amazônica, pelo menos na época, de uma natureza de extrema abundância, o que se constata em toda a literatura geral da época¹⁴. Excetuando os pescadores de gurijuba, os demais pescavam apenas dentro das águas estuarinas e nas costas próximas.

O que se quer destacar é que não parecia haver uma diferenciação significativa "a grande e a pequena pesca" consideradas globalmente, seja naquilo que concerne aos instrumentos de trabalho, seja em relação a um maior ou menor volume de investimentos aplicados a uma delas, seja quanto a organização, ou ainda a outros fatores. Como a pesca de determinadas espécies como a tainha, a gurijuba e outras, tornava-se mais propícia em certas épocas do ano, escasseando noutras, não havia propriamente uma es

¹⁴ JORGE HURLEY em "O Domínio das Águas — Livro dos Pescadores Paraenses", assim se referia, à pág. 15: "Nos rios da região do Salgado, desde Viséu até Vigia (município) notadamente Marapanim e Curuçã, por vezes, na época, um tarrafiador, sozinho, não pode recolher a tarrafa tão cheia vem ella de tainha".

pecialização ou exclusividade dos pescadores em termos de uma modalidade específica de pesca ou ainda a uma área geográfica pré-estabelecida para cada qual (respeitando, é claro, a condição de algumas espécies serem de água doce, outras de água salgada e finalmente, um grande número de espécies serem de água salobra, como também de que os peixes migram em determinadas épocas do ano).

É assim que a "grande pesca e a pequena pesca" eram encarnadas na figura dos mesmos pescadores, que temporariamente, poderiam se aplicar a uma ou outra modalidade de pesca, visando a um aproveitamento mais intenso dos recursos naturais e humanos. É o que se depreende da leitura de Veríssimo quando se refere às épocas propícias à captura de várias espécies: "a pesca do peixe-boi (*Manatus inungis*) faz-se principalmente quando o rio enche, que entram para os lagos, e quando vaza, que saem dos lagos, no vembro e agosto"¹⁵, ou quando informa, em relação à gurijuba que "a sua época é o verão amazônico, na última quadra do ano e, a "força da pesca", conforme o frasear dos pescadores, nos meses de setembro e outubro"¹⁶. Ou ainda, quando assim alude à pesca da tainha: "A pesca mais proveitosa e característica delas, porém, se faz em setembro e outubro..." quando então quatro, seis ou mais indivíduos, seus "agregados", os camaradas do Sul, reúnem-se, formando uma "companha", para explorar uma daquelas praias"¹⁷.

¹⁵ VERÍSSIMO, José. op. cit., pág. 35

¹⁶ Op. cit., pág. 61.

¹⁷ Op. cit., pág. 65.

Portanto, depreende-se que os pescadores, à época, transitavam de uma a outra modalidade de pesca, a cada época do ano, ora reunindo-se em grupos, ora tornando-se independentes deles. Mas, mesmo nas "companhas", quando o caráter comercial da atividade estava mais destacado, a família integrava o grupo, pois que tinha nele um importante papel, seja na salga dos peixes, como na preparação da comida etc.

O conhecimento dos instrumentos aplicados à pesca de cada uma das espécies de maior valor econômico na época - currais de peixes e cacuris, arpões, espinhéis e tarrafas¹⁸, além das embarcações diversas e de porte variado, como o casco, a montaria e a vigilenga¹⁹, aplicados à pesca da época e ainda atualmente, permite avançar mais alguns pontos básicos com relação à pesca de então.

Observa-se pela enumeração anterior dos aparelhos, que esses pequenos produtores não estavam estratificados por significativos volumes de investimentos, especialização ou nível de tecnologia dos aparelhos. Não se os imagina também como pequenos em

¹⁸ Espínhel - consiste num aparelho de pesca composto por uma longa linha esticada, sustentada por bóias em suas extremidades. Ao longo de toda a linha pendem fios mais finos e terminados por anzóis, distribuídos em curtos intervalos. É referida entre os pescadores como "linha", simplesmente. Tarrafa - pequena rede de pescar, de forma circular, lançada pelo pescador, sempre de pé, de dentro da canoa ou da terra. Recolhe-a puxando um cordão que lhe circunda a borda. Tem origem indígena.

¹⁹ Vigilenga - embarcação de um só mastro, com toldo, fabricada na Vigia, razão pela qual recebe esta denominação; destina-se à pesca e ao transporte de mercadorias. Pode ter uma ou duas velas, sendo neste caso, conhecida como bujarrona ou bijarrona, corruptela da primeira expressão.

presários capitalistas, nem é factível identificar seus instrumentos de trabalho com capital. Não se quer dizer que esses bens não tivessem um preço, posto que por constituírem o resultado de um trabalho individual ou coletivo (através do mutirão), representavam sem dúvida, um custo social considerável. É que a aplicação desses instrumentos ao processo de trabalho dos pescadores não tinha o sentido voltado primordialmente para a geração de lucros, mas para a subsistência dessa classe de pequenos produtores. Isto porque, a restrição do mercado local; as dificuldades de transporte e conservação da pesca; a perecibilidade do produto, pela sua própria natureza; a sazonalidade das pescarias relativas às espécies de maior valor comercial na cidade, como tainha e a gurijuba (no caso da Vigia); a inexistência de custos da produção, pelo menos significativos, tornam claro que a atividade pesqueira da maior parte desses pequenos produtores não tinha em vista promover sua capitalização ou a valorização de um capital inicial existente. O móvel da atividade pesqueira era a subsistência do núcleo familiar, com que o pescado e os produtos da terra (roça e quintal) contavam fundamentalmente e, na qual, o consumo de alguns poucos produtos de origem industrial era indispensável à família.

Se se aceita que o nível de desenvolvimento tecnológico dos instrumentos de trabalho é um elemento capaz de revelar não apenas o tipo de produção mas a escala em que esta se processa e em decorrência disso, a articulação maior ou menor com o mercado a que se destinam os produtos e ainda as possibilidades técnicas e financeiras de construí-los, então pode-se inferir que o nível tecnológico dos principais aparelhos de pesca desenvolvidos, pe

la sua extrema simplicidade e rudeza, permitiam um razoável domínio sobre os processos de fabricação e manejo desses instrumentos de trabalho. A produtividade decorria da disponibilidade do pescado, do adequado manejo dos instrumentos, e da habilidade pessoal dos pescadores em localizar bons pesqueiros, o que faziam à custa de um saber pessoal adquirido ao longo de toda uma vida de permanente adestramento.

Os aparelhos de pesca então utilizados não se constituíam em bens de origem industrial, exceção feita basicamente aos anzóis e fios utilizados na confecção das redes de pesca, mas estas foram adotadas tardiamente na região; e aqueles eram restritos, em parte porque eram de fabricação caseira e em parte porque os pescadores durante muito tempo preferiram a tarrafa à rede²⁰; as bóias eram e ainda são confeccionadas com grandes cuias amarradas fortemente com cipós e as âncoras são ainda incomuns entre os pequenos pescadores — ao invés delas preferem as "poitas", grandes pedras amarradas com fios resistentes, que além de nada custarem, não engancham facilmente no fundo, ou em paus e cipós, como as âncoras, ou um "ferro", de confecção artesanal semelhante a uma âncora.

²⁰ Observa Amando Mendes (op. cit., pág. 15) que confessa apoiar-se completamente em Veríssimo, face às qualidades literárias, seriedade e atualidade da obra, no que se refere à rede de pesca: "A rede de pescar e sua aplicação, aliás limitadíssima entre os filhos da região, que herdaram do índio a "tarrafa", aumentou, entretanto, a quantidade e a variedade de peixes usados na alimentação".

Até 1938 pelo menos parte dos anzóis tinha fabricação caseira, conforme se constata em Mendes (op. cit., pág. 56): "A pesca se realiza depois de um rápido exame da posição conveniente de fundear a 'poita'. Aí lança o pescador a linha do 'espinhel', de cem a duzentas braças, com outras tantas linhas perpendiculares, em espaços de 4 a 5 palmos, e das quais pendem 'os anzóis de tenda', de fabricação local, reforçados para resistirem ao peixe".

Sobre a coloração das velas, assim se refere Mendes, op. cit., pág. 56: "Pintadas de roxo-terra, com tintas de vegetais do próprio lugar, e o velame com o muruci, matéria corante da Byrsninna, lá se atiram com suas 'asas de morcêgo', aos mares bravios da contra-costa, leves, a correrem aos saltos, na crista das vagas". Além do muruci, a tinteira e o mangue são utilizados para extração de matéria corante . Esta última espécie, o mangueiro, com suas raízes aéreas, se desenvolve nas margens inundáveis dos rios, formando o "mangal", locus ideal de desenvolvimento dos caranguejos, que servem de complemento alimentar às populações do Pará.

As condições objetivas de trabalho desses pequenos produtores estavam garantidas por uma forma de articulação com a natureza que lhes possibilitava passar ao largo da produção industrial. Havendo, portanto, uma posse efetiva dos recursos naturais disponíveis à confecção dos meios de produção necessários , acredita-se que, em termos gerais, era possível aos pequenos pescadores serem proprietários de algum ou vários instrumentos de trabalho, que lhes possibilitassem exercer o ofício de pescador e dele prover o seu sustento e o de sua família.

Exclui-se contudo, dessa generalização, pelo menos em princípio, os barcos que se destinavam principalmente à pesca da gurijuba e secundariamente ao camorim, ou seja, as vigilengas. Apesar de constituírem-se barcos de pequenas proporções, são relativamente muito superiores ao casco e à montaria, suportando em média quatro a sete toneladas de peso e cujo porte maior torna-

-se impositivo dado que a pesca dessas espécies se processa bar-ra-fora (v. mapa I), em direção ao litoral norte²¹.

Conquanto se admita a inexistência de uma diferenciação no grau de desenvolvimento tecnológico entre a grande e a pequena produção pesqueira como um todo, não se pode furtar à constatação da existência deste segmento mais desenvolvido, no sentido capitalista, dentro do setor pesqueiro desde os fins do século passado.

Quando se faz referência à posse dos recursos naturais e à propriedade dos meios de trabalho dos pequenos produtores, não se está, de qualquer forma, referindo a toda e qualquer modalidade de meios de produção existentes na época na atividade pesqueira, mas aos meios de produção mínimos necessários ao exercício do ofício do pescador, notadamente os pequenos aparelhos de pesca como a tarrafa, o casco, a montaria e entre os grandes aparelhos os currais, considerados de rápida e fácil fabricação, cuja confecção exige operações perfeitamente exequíveis ao nível da unidade doméstica do pescador. A elaboração destes requer hoje uma média de 5 a 10 dias de trabalho, tempo esse que considerando-se a existência de certas formas antigas de solidariedade e

²¹ O litoral do Pará recebe várias denominações, a saber: Contra-costa do Marajó, representada pelas seguintes localidades: Cajuúna, Maguari, Pacoval, Araraquara, Bebedor, Machado; Costa do Marajó, pela Ponta Fina, Cambu, Aruama e Pesqueiro; Costa norte por Bailique, Franco, Faustino, Brigue, Marinho, Cururá e Maracá (IDESP, 1968, pg. 16-Apud FURTADO, Lourdes - Curralistas e Redeiros em Marudá, USP, mimeo, pg. 67). Além dessas há a Costa oriental, que abrange o trecho que vai da costa da Vigia até a foz do rio Gurupí, na divisa com o Estado do Maranhão (conforme FURTADO, op. cit., pág. 67).

cooperação como o mutirão, prática muito difundida na época, poderia ser consideravelmente reduzido ou pelo menos, tornar o trabalho menos penoso.

Os pescadores da Vigia, na época referida, pareciam estar categorizados em dois segmentos distintos e integrados, mas diferentes da classificação de Veríssimo: aqueles que pescavam nos rios, no estuário e nas águas marítimas próximas e aqueles que avançavam pelo mar, pescando barra-fora. "Somente os que se destinam a arpoar a piracema (camorim) ou à pesca da gurijuba ("gury-bagre e yu'ba-amarello) vão barra-fora dos rios"²².

Tal distinção, em princípio, pode parecer irrelevante, limitando-se às zonas físicas de pesca; entretanto, acredita-se que nela radica uma segmentação mais consistente, no que concerne à diferenciação dos pescadores, isto porque a pesca que se processa barra-fora requer embarcações de maior porte (quatro a sete toneladas, na época) e desenho muito mais complexo que um simples casco ou montaria; as vigilengas (de vela triangular) ou as bujarronas (vigilengas de duas velas), embora sejam construídas com matérias primas disponíveis na área, têm sua fabricação obstaculizadas ou dificultadas grandemente pelo fato de que o trabalho necessário à sua confecção é minucioso, demorado e exige grande perícia, constituindo-se numa especialização. Não só o desenho da embarcação propriamente dita tem uma importância crucial no que concerne à boa navegabilidade (em termos de equilíbrio, ve

²² HURLEY, Jorge. "No Domínio das Águas — Livro dos Pescadores Paraenses". Pará, Typographia do Inst. Dom Macedo Costa, 1933, 114 pág. 14 e 15.

locidade e segurança). como o corte e a montagem da vela são operações que exigem grande precisão. Além da habilidade, o tempo requerido para a construção de uma vigilenga encomendada num "estaleiro" da Vigia hoje é de em média seis meses, o que faz supor que sua construção por pescadores autônomos levasse pelo menos o dobro ou o triplo do tempo naquela época: é inimaginável supor que, como regra geral, os pescadores autônomos pudessem interromper suas tarefas por tão longo tempo para destinarem-se a sua confecção.

O Album do Estado do Pará à página 152 deixa claro que a construção de vigilenga constituiu-se de uma especialização desde muito tempo: "Vigia exporta em grande escala peixe salgado... Tem estaleiros de construção de pequenas embarcações, que fornecem para todo o Estado"²³.

Assim sendo, é de todo pertinente inferir-se que a propriedade de um desses barcos exigisse um relativo volume de investimento, que deixava de fora parte considerável dos pequenos pescadores. Além disso, a duração das viagens (10 dias ou mais) sem retornar à terra, exigia, no mínimo, que os tripulantes levassem um rancho com o qual pudessem se manter nesse período. Ou seja, a quantia ou crédito correspondente a um mínimo de mercadorias (integrantes do rancho, da salga etc.) deveria ser adiantado

²³ Chama-se a atenção para a expressão "estaleiro", ainda hoje empregada para referir-se a pequenas oficinas instaladas em fundos de quintais, destinadas à fabricação de embarcações.

e apresentar retorno.

Dos diversos produtos da pesca no Salgado, era a gurijuba e seu grude, ao lado da tainha, que alcançava maior valor comercial, o que se constata por dados estatísticos existentes para 1924-1925 e referências anteriores, de Veríssimo. Razão esta que conduz a entender-se este segmento já articulado ao mercado com um produto seletivo de maior valor comercial que os demais pequenos pescadores, que comercializavam uma produção pequena e extremamente diversificada. Isto é, conquanto uma parte considerável dos pescadores se articulasse com o mercado através dos excedentes de uma produção que visava fundamentalmente a subsistência do núcleo familiar, um outro segmento articulava-se com o mercado, ao menos periodicamente — na safra da gurijuba e da tainha — com vistas à obtenção imediata de uma compensação financeira pelo esforço despendido. Perseguia já um lucro em moldes capitalistas.

Não existem dados sobre o número de pescadores na Vigia no início do século, mas o Anuário Estatístico do Pará²⁴ apresenta algumas informações sobre a produção de peixe seco e grude de peixe procedentes da Vigia e entrados na capital nos anos de 1924 e 1925. A produção total do município deveria ter sido muito superior nos anos referidos, pois estas não incluem o pescado consumido pela população de pescadores, bem como aquele destinado ao

²⁴ Pará. Anuário Estatístico do Estado do Pará 1925-1926. Belém. Officinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado), 1927, 455 pág.

mercado local e adjacências. Observa-se pela tabela a seguir a apresentada, que em 1925 a Vigia somente era superada em produção de peixe seco pelo município de Soure, no Marajó e a produção dos dois ultrapassava de 50% em relação a produção total do Estado.

PRODUÇÃO PEIXE SECO — TOTAL EM KG ENTRADOS NA
CAPITAL

MUNICÍPIO	KILOS	% EM RELAÇÃO AO ESTADO	LUGAR COMO PRODUTOR NO ESTADO
Soure	358.504	38,72	1º
Vigia	129.845	14,02	2º
TOTAL DO ESTADO	926.175	100,00	-

No mesmo modo, quando a exportação total do Estado em grude de peixe (principalmente da gurijuba) alcançou 67.805 kg, a Vigia figurou como o maior produtor, concorrendo com 66,48% da produção estadual, segundo a mesma fonte (v. tabela a seguir).

PRODUÇÃO DE GRUDE DE PEIXE — TOTAL DE KG ENTRADOS
NA CAPITAL — 1924-1925

VIGIA/ESTADO	1 9 2 4		1 9 2 5	
	KILOS	% EM REL. AO ESTADO	KILOS	% EM REL. AO ESTADO
Vigia	26.017	53,71	29.374	66,48
Estado	48.438	100,00	44.182	100,00

A hipótese de que as vigilengas destinadas à pesca da gurijuba fossem de propriedade de pescadores de fora do município não invalida a constatação de que um segmento, qualquer que fosse a relação de trabalho entre tripulantes e proprietários, vinha se estruturando em moldes mais "empresariais" que os de mais pescadores, pelo menos de modo ocasional, se não efetivamente.

A articulação dos pescadores com a sociedade abrangente não se efetivava ao nível da absorção de bens de produção de origem industrial, o que se conclui claramente da descrição de Veríssimo e outros autores sobre os aparelhos de pesca utilizados; dava-se, é evidente, através da aquisição de alguns bens de consumo de origem industrial. Levando-se em conta depoimentos de velhos pescadores locais, constituíam-se de querosene para iluminação, alguns metros de tecido por ano, utensílios de casa, tais como panelas, pratos etc., o que, entretanto, no total, deveria ser insignificante, quando se constata o consumo ainda muito restrito desses bens entre os pescadores, hoje.

A inexistência de uma dependência da pesca ao setor industrial, visto que não havia um custo mínimo adiantado pela absorção de bens de produção de origem industrial entre os pequenos produtores autônomos, deslocava o eixo da articulação com o mercado e a sociedade global, que se transferia da esfera da produção para a da circulação de mercadorias, ou seja, a articulação se fazia indiretamente e não mediante os custos de produção. E em virtude da autonomia desses pescadores, a exploração e subordinação do trabalho situavam-se igualmente ao nível da comer

cialização e não do processo produtivo. A articulação com o mercado significava super-exploração, conforme pode-se observar em Veríssimo²⁵ — "A abundância é tal nos meses citados, que ficam sem preço no mercado de Manaus".

Os agentes da comercialização estavam personificados nos regatões e nas geleiras. Eram eles, principalmente, que propiciavam a articulação dos pequenos pescadores autônomos com os mercados consumidores. Os regatões eram comerciantes que em barcos ou canoas percorriam os rios, furos e igarapês da Amazônia, parando de lugar em lugar. Vendiam produtos manufaturados (querosene, tecidos, medicamentos etc., quase todos de consumo doméstico) e adquiriam produtos de natureza extrativa animal (pescado, peles de animais silvestres) e vegetal, que vendiam na capital. Os barcos do tipo "geleira" eram freqüentes nas águas do Salgado desde princípios do século e a exploração a que submetiam os pequenos produtores fica evidente na definição de "geleiras", dada por Hyrley e constante da Grande Enciclopédia da Amazônia — Carlos Rocque — Organizador: "Geleiro não é o pescador, mas geralmente, o indivíduo, de naturalidade portuguesa, que vai comprar o peixe sobre as águas, na costa do Salgado, nos braços de mar, rios e furos e igarapês desses municípios, congelando-os em caixas zincadas, para revender por duzentos por cento de lucro em Belém, capital do Estado. Geleiro são o piloto (patrão) e os tripulantes sem distinção". Na verdade, o peixe não era congelado, como menciona Hurley, mas simplesmente conservado no gelo.

²⁵ Referido em Amando Mendes, op. cit., pág. 44 e 45.

O que se deseja enfatizar é principalmente o que segue:

— Em decorrência da natureza dos meios de produção desses pequenos pescadores; do ínfimo consumo de produtos de origem industrial; de constituir-se o pescado e os produtos oriundos do quintal (onde até o café era cultivado, segundo os pescadores ido sos entrevistados) e da roça familiar (onde se cultivava quase que exclusivamente a mandioca), nos principais suportes da subsistência familiar, o grau de autonomia desses pequenos produtores, como o de sua pobreza, era sem dúvida considerável. Esta autonomia lhes advinha da condição de serem pescadores — lavrado res e assim proverem sua subsistência, praticando, ora uma, ora outra atividade. Em 1932 assim se referia a eles Hurley²⁶.

"Na costa atlântica do Pará (região chamada do Salgado) a pesca é mais amena e menos arriscada e o pescador não é propriamente um profissional; reúne elle o typo misto de agricultor sem ser, na expressão legal desses vocábulos, nem uma nem outra coi sa, porque não está aparelhado para exercer essas profissões. Co mo lavradores, raros são os que possuem terras e seus instrumen tos agrários são a enxada, a taceira ("tacira", tupy), o machado e o térçado e roçam em terras devolutas do Estado ou nas terras do patrimônio da "mãe velha" (Intendência).

Como pescadores, povoam a "safra" (inverno) do peixe os rios, canaes, mupéuas, restingas (corôas) e igarapês formados e banhados pelo mar e pelo fluxo das marês, mal agasalhados em pe

²⁶ HURLEY, Jorge, op. cit., pág. 14 e 15.

quenas curicâcas, montarias e simples "cascos" (sem falca e sem pavez com rodela de prôa e pôpa de tijuco, talude) e de espinhel (tiradeira), tarrafã ou linha de mão, utensílios quasi sempre em prestados a trôco de quinhão de peixe, colhem o saboroso pescado no grosso das piracemas".

— Os pescadores regiam suas vidas por relações de produção em que se destacavam principalmente; o trabalho irregular e intermitente na atividade pesqueira: "Pela região do Salgado, onde vivi seis anos, no sacerdôcio da justiça, há a abusão de que o produto de pesca não põe ninguém para diante. Tenho procurado destruir essa abusão. Como poderá prosperar o homem que trabalha um ou dois dias por semana ?²⁷. Passada a "safra" mais de 60% dos pescadores paraoãras, do Salgado, deixam as águas e se destinam a outros mesteres: uns vão desmanchar os roçados; outros vão abrir as roças de verão; alguns vão tripular canôas freteiras; outros entregam-se ao paciente e lyrico serviço de "esmolação" aos santos milagrosos do logar e os mais "cançados" vão gosar nos "isguêtes" e "farras", pelos sítios, os proventos, agglomerados, da "safra"²⁸.

— Pobreza e escassez de meios de produção considerados economicamente mais rentáveis para a época, limitando-se a obter a subsistência por intermédio de instrumentos de trabalho pouco rentáveis como a tapagem de igarapé, os currais etc.; as

²⁷ HURLEY, Jorge, op. cit., pág. 15 e 16.

²⁸ Op. cit., pág. 15 e 16.

assim Hurley se manifesta criticando esses meios de produção:

"Está ali, lhes denho dito, por que vocês não passam de duas mudas de roupa e por que muitos, não tem canoas, nem tarrafa, nem remo"²⁹.

— Irregularidade e exploração na comercialização do produto: "Quando têm a "fortuna" de "topar" com o peixe e o gelei-ro (comprador do pescado fresco) está fundeado perto, colhem quatro, cinco e mais "pacotes" (cincoenta peixe cada) de tainha e "torram-nos" imediatamente ao lusitano"... se porém, o gelei-ro não está à vista e a maré não lhes favorece alcançar um povoado onde possam vender o peixe, os cablôcos contentam-se com pouco pescado, não só porque tem pouco sal, como porque beneficiar "pirá" da muito "pitiú"³⁰.

— Não exitiu nesse passado recente, de predominância de relações não-capitalistas de produção, uma situação de não-exploração do pequeno pescador; porque o preço do pescado era muito baixo, cobrindo apenas parte restrita do esforço despendido, seja porque não havia um custo industrial a cobrir, seja porque a matéria prima era parte integrante de uma natureza livre, e abundante, seja porque nos períodos de safra quando a produção era maior, o preço caía mais ainda.

— Conquanto a articulação e a dependência se dessem a nível do mercado passando ao largo da produção industrial, a ex

²⁹ HURLEY, Jorge, op. cit., pág. 15 e 16.

³⁰ Op. cit., pág. 15 e 16.

ploração da qual se viam objeto os pequenos pescadores, via intermediários da comercialização (geleiras e regatões), parece ter sido uma constante, na vida dessa categoria de trabalhadores. É o que se depreende da referência de Hurley às geleiras, bem como na literatura da época, permeada de referências sobre o nível de pobreza dos pescadores do Estado.

— A possibilidade de serem proprietários dos meios de produção não lhes conferia uma situação mais fácil, posto que, dadas as condições em que se processava a atividade pesqueira, a comercialização somente era factível através das geleiras e regatões; portanto, a posse dos instrumentos de trabalho lhes garantia uma miserável existência, embora com grau de autonomia considerável; mas não constituía esta última, condição suficiente para pô-los a salvo da exploração que envolvia toda atividade.

— Ainda numa época em que predominavam as relações sociais de produção não-capitalistas os pequenos pescadores viviam em condições miseráveis, mesmo detendo a posse ou propriedade dos meios de produção; e mesmo não sendo factível estabelecer uma diferença entre a pequena e a grande pesca, com base em critérios sociologicamente válidos, já era possível constatar o surgimento de um segmento constituído por pescadores (sic') ou empresários mais capitalizados, que através da gurijuba e da tainha, promoviam o abastecimento mais regular do mercado, com um produto seletivo, e por isso se distinguiam do conjunto dos demais pescadores.

2- CONDICIONANTES GERAIS DO MERCADO DE TRABALHO

As unidades produtivas que integram a pequena produção pesqueira da Vigia (excetuando aquelas constituídas pelos "pescadores de rio", que ocupam apenas um produtor independente), agrupam os pescadores em tripulações que variam normalmente entre 3 e 7 elementos, não têm caráter de permanência e nem estão articulados ou subordinados por vínculos formais. Não sendo assalariados formais os pescadores não têm carteira de trabalho e nem usufruem de qualquer forma de vínculo empregatício. Ainda que exista para cada modalidade de pesca e de conformidade com o porte da embarcação, um número adequado de tripulantes, com funções bastante estruturadas, é preciso esclarecer que estas funções são ocupadas a cada viagem por diferentes pescadores, recrutados pelo proprietário ou por um "encarregado" e cujos nomes são ratificados pelos proprietários. Existe, é verdade, um acordo verbal explícito entre as partes contratadas e cuja vigência coincide com a duração de cada pescaria, esgotando-se ao final dela, com a repartição do produto e o acerto de contas.

As unidades pesqueiras compartilham com as pequenas unidades produtivas de agricultores de pelo menos três características comuns: a) o trabalho familiar aplicado à prática produtiva; b) produção visando precipuamente a subsistência da família; e c) a ausência de acumulação de capital (v. capítulo V). Entretanto, as especificidades concernentes à pequena produção pesqueira ficam evidenciadas desde o primeiro momento, quando se constata que o nível de envolvimento do trabalho da família camponesa

é maior e se faz de forma diferente do que ocorre na família do pescador, onde as unidades produtivas não se estruturam para fins do processo produtivo propriamente dito com base no núcleo familiar. É indiscutível a importância da família na formação dos jovens pescadores mas, no que concerne ao trabalho produtivo, ela se manifesta na execução das tarefas que extrapolam a jornada de trabalho e/ou o tempo de permanência no mar e se transferem para a casa do pescador, em continuidade ao processo produtivo propriamente dito, como o conserto de redes, bóias etc.

Embora sejam comuns os casos de haverem vários pescadores numa mesma família, a intencionalidade dos membros em termos de trabalharem juntos foge à esfera de decisão dos mesmos; mas em situações nas quais se estabelecem relações recíprocas de amizade entre pescadores e encarregado, este então pode recrutá-los para trabalharem conjuntamente.

A atividade profissional do pescador vigiense está marcada pela ausência não só de vínculos empregatícios formais como pela inexistência de documentação pessoal de caráter trabalhista e de canais legais de reivindicação de seus direitos. Os documentos que lhe são exigidos têm por finalidade precípua impor controle ao exercício dessa atividade, mais do que a de resguardá-lo das formas diversas de exploração do trabalho a que possa estar submetido ou ao estabelecimento de relações sociais de produção de caráter mais democrático. Destinam-se a exercer certo controle à atividade pesqueira, seja no sentido de não permitir a

exploração da força de trabalho dos menores de 14 anos³¹; provi
dências diversas em casos de naufrágios e perda de equipamentos
(que eventualmente, podem ser devolvidos à Colônia, se forem en
contrados), uso de aparelhos permitidos por lei, respeito às zo
nas de pesca estabelecidas e como recurso institucional de con
trole e repressão ao contrabando.

O processo de legalização profissional de um pescador ,
para fins de autorização do exercício da atividade é complexo e
se desenvolve mediante três etapas sucessivas, que se acrescem em
graus de dificuldade, consistindo em:

- 1º) registro do pescador na Colônia dos Pescadores Z-3,
da cidade de Vigia;
- 2º) registro, mediante documento anterior, na Superin-
tendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), em
Belém; e finalmente,
- 3º) matrícula na Capitania dos Portos, em Belém, que
lhe concede, finalmente, a caderneta de pescador,
instrumento que legalmente lhe faculta o exercício
profissional.

Evidentemente, são enormes as dificuldades de cumprimen-
to dessas exigências, de forma que são raros os pescadores que

³¹ Que passam então a viajar como tripulantes clandestinos ou não registra-
dos, sendo objeto de exploração maior ainda, posto que se sujeitam inteiri-
ramente ao controle e arbítrio do encarregado da tripulação.

logram conseguir a "caderneta de pescador". Não concernem, esses documentos, às relações de trabalho que se estabelecem entre proprietários e tripulantes, intermediadas pelos encarregados, não sendo efetuado qualquer registro neste sentido. No que tange aos direitos do pescador, além de estar autorizado a pescar, o registro na Colônia lhe confere acesso durante a vida produtiva a atendimento ambulatorial e dentário, quando ele existe na Colônia (é o caso da Colônia Z-3) e possibilita ao final da vida, o encaminhamento por parte da Colônia, dos pedidos de aposentadorias, pensões ou funerais do pescador, pela família, através do INPS³².

Não são eficazes no resguardo do exercício profissional e dos contratos dele decorrentes, nem legítimos, porque lhes são impostos. No geral, têm caráter puramente assistencial, previdenciário e fiscalizatório e não trabalhista. A desproteção legal

³² A obtenção da caderneta do pescador, fornecida pela Capitania dos Portos, condição legal indispensável, senão ao exercício da profissão, posto que não há modos de impedir os faltosos de trabalharem, a obtenção dos benefícios do FUNRURAL resulta de um registro em que lhe são solicitados os seguintes documentos: certidão de nascimento, título de eleitor, quitação com o serviço militar, carteira de identidade, carteira de saúde, atestado de conduta, documento I da SUDEPE, talão de quitação da Colônia e fotografias 3x4 e 5x7. (Apud. Plano Estadual de Desenvolvimento da Pesca - Pará, 1980-1985-CEPA-Pará. Convênio Min.da Agric./SUDAM/Gov. do Estado do Pará, pág. 20, xerox). Como se pode facilmente inferir, essas exigências não são cumpridas, senão por alguns raros pescadores, face às dificuldades comuns à obtenção desses documentos por pessoas que para fazê-lo, deveriam abandonar suas atividades por longos períodos, deslocando-se para a capital, onde parte deles é obtida; acrescida dos embaraços comuns a pessoas, na sua maioria analfabetas e pouca afeiçoadas às lides da cidade grande. Como a não aquisição desses documentos deixaria fora dos benefícios sociais do INPS a quase totalidade dos pescadores do Pará, um convênio estabelecido entre a SUDEPE e aquele Instituto vêm possibilitando a concessão de benefícios a partir do comprovante de registros na Colônia e na SUDEPE.

é elemento constitutivo da vida do pescador vigente, enquanto categoria profissional.

Os contratos verbais têm sua validade garantida pelo transcurso de cada viagem e geralmente são respeitados de parte a parte, salvo ocorrências especiais como por exemplo, quando o pescador é considerado preguiçoso, apresenta baixa produtividade, é insubordinado ou desordeiro, sendo que estas duas últimas razões, habitualmente invocadas pelos encarregados, são suficientes para que este "desembarque" o pescador num porto qualquer de uma viagem de longa duração. Os contratos verbais podem ser renovados indefinidamente, quando o pescador é experiente, consegue boa produção, é disciplinado, acatando as ordens do encarregado e não questiona a fidelidade das contas que dão origem a sua remuneração; não o sendo, o oposto acontece e ainda sempre que a embarcação entra em reforma (o que é freqüente por serem elas construídas em madeira), vai a pique, é vendida ou ainda quando o proprietário muda o ramo de seus negócios. Aliás, o conserto freqüente das embarcações obriga os pescadores a oferecerem seus serviços aos encarregados de outras embarcações, posto que não podem ficar inativos durante os períodos prolongados de reforma..

A permanência dos pescadores como membros de uma mesma tripulação é de curta duração. Excetuando aqueles que trabalhavam sozinhos ou não sabiam informar, 82% dos pescadores entrevistados informaram que estavam trabalhando há menos de seis meses com a mesma tripulação, independentemente do seu tempo total de atuação na atividade; 8% integravam a mesma tripulação pelo período de 6 meses há um ano; 8% entre um e cinco anos e apenas 2%

contavam com mais de cinco anos de permanência numa mesma tripulação. Os pescadores que apresentavam maior tempo de permanência coincidiam justamente com aqueles que faziam parte de tripulações menores (de pescadores) e que atuavam como "chega-e-vira", isto é, pescando e retornando à cidade quase todos os dias. A rotatividade no emprego é significativamente maior entre tripulantes de viagens mais longas, onde determinados fatores como o isolamento a que ficam obrigados e a duração da viagem possibilitam o exercício maior da dominação e arbítrio do encarregado sobre os tripulantes, suscitando freqüentes desentendimentos entre as partes, face a interesses conflitantes.

A rotatividade de trabalhadores no setor não decorre, como se poderia apressadamente supor, da inadaptação dos pescadores à atividade ou a não acomodação às condições de mercado. O problema tem conexões com um excesso de oferta de força de trabalho sobre a demanda do setor, o que gera uma exacerbada competitividade nesse mercado de trabalho. Embora se possa identificar um variado número de razões para este excesso de oferta, limita-se esta análise a focar as que se acredita serem mais significativas no contexto geral.

- a) Inexistência de outras atividades produtivas absorvedoras da força de trabalho local

A inexistência de outras ocupações na cidade e no município é a principal razão apontada pelos pescadores para o fato de estarem hoje ocupadas na pesca; 42% (26 pescadores) informaram terem se dedicado à pesca em virtude de não lograrem encon-

trair outro tipo de atividade produtiva no município: "Porque não tinha outro ramo, não tinha outra coisa pra ajudá o velho, o jeito foi me metê nessa vida da pesca. Eu queria até largá, mas não tenho outra profissão". Neste grupo de 42% foram incluídos também aqueles que alegaram ser a pesca mais vantajosa do que as outras poucas ocupações existentes, de vez que esta garante o sustento alimentar da família: "A gente ganhava como braçár. Não recompensava e aí eu achei que na pesca a gente se desenrasca mais rápido porque a gente tem o peixe pra comê... então, não tinha outro jeito".

Além desses, 22% se introduziram na pesca artesanal sem terem anteriormente recorrido a outras atividades, posto que se viram convertidos em pescadores sem mesmo se terem dado conta disso, quando desde muito pequenos começaram a acompanhar o pai ou outro parente que já vinha atuando na pesca profissional. "O meu pai mê largô no mundo e eu fui criado pelo meu avô. Quando eu me entendi como gente, o serviço dele era a pesca e eu continuei no serviço dele. Fui ele que mê ensinô a pescá". Estes dois primeiros segmentos somam 64% do total de pescadores entrevistados.

A falta de outras alternativas extrapola os limites municipais: "Só tinha esse ganhame lá em Soure. Lá é como aqui — só tem a pesca".

As atividades agrícolas da área como um todo e do município não vêm se desenvolvendo de modo a possibilitar a absorção e a fixação das populações rurais nas atividades existentes.

Apreende-se melhor a dimensão do problema quando se examina da dos relativos ao período 1974-80 (Anexo II, Quadros I e II). Tomando-se, por exemplo, o ano de 1975 a Vigia contava com 1.220 estabelecimentos agrícolas que se distribuíam numa área total de ... 12.134 hectares. Constata-se de princípio, comparando-se os qua dros entre si, a predominância das culturas temporárias sobre as culturas permanentes: dos 1.220 estabelecimentos 72,67% (1.090) desenvolviam culturas temporárias, enquanto 61,72% (753) desenvolviam culturas permanentes, nos dois casos, conjuntamente ou não. Convém destacar que a área média colhida, em hectare, na aquele ano, entre os estabelecimentos que produziam culturas per manentes não chegava sequer a 1/3 de hectare por estabelecimento (0,126 ha); já a área das culturas temporárias colhidas superava ligeiramente a casa de 1 ha por estabelecimento (1,23 ha).

A produção, entretanto, se concentra num único produto — a mandioca raiz — que constitui o produto agrícola de mais baixo valor comercial entre todos os demais produtos agrícolas do Estado, embora seja fundamental na alimentação do homem do campo. A proporção entre o cultivo da mandioca-raiz e dos outros dois produtos agrícolas que lhe seguem em produção no município, demonstra claramente a importância que o cultivo da mandioca as sume: em 1974, das 11.728 toneladas alcançadas pela soma da pro dução dos três primeiros produtos agrícolas do município — a man dioca, o milho e o arroz — a primeira detinha 95% da produção, enquanto o milho e o arroz somados contribuíram com os 5% restan tes. A ênfase na produção da mandioca se acentua nos anos seguin tes: em 1978 e 1980 a mandioca contribuía com 97% da produção, en

quanto os outros dois produtos haviam reduzido sua participação a apenas 3%.

Nos casos dos pequenos produtores agrícolas da Vigia, a produção dos seus meios de vida e a produção de mercadorias se fundem nas atividades agrícolas dessas três culturas alimentares, destinadas prioritária, para não dizer, exclusivamente, à subsistência da família e com baixo valor enquanto mercadorias, de tal forma que a produção de excedente econômico é mínimo ou inexistente, na maior parte das unidades produtivas.

A produtividade média por hectare dessas culturas vem sendo alterada negativa e rapidamente. O Quadro I (anexo II) permite constatar que a produção média por hectare da mandioca do município, nos cinco primeiros anos da série — 7,00 t/ha, se situava abaixo da média estadual que em 1974 era de 9,86 t/ha (FIBGE — Produção Agrícola Municipal). Segundo a mesma fonte, enquanto em 1975 a média do Estado se elevou a 10,01 t/ha a do município permanecia em 7,00 t/ha, distanciando-se da média estadual que foi se elevando nos anos seguintes, alcançando em 1978 e 1980 respectivamente 10,71 t/ha e 12,00 t/ha. Em 1980, quando a produtividade média por hectare da mandioca cultivada na Vigia decrescia ainda mais (6,89%), ela correspondia a pouco mais da metade da média estadual para o mesmo ano.

No caso do arroz com casca, desde o início da série analisada (1974), a produtividade média apresentada pelo município da Vigia (0,72 t/ha) era muito inferior àquela do Estado (1,05 t/ha). A diferença entre a média estadual e municipal foi se acen-

tuando nos anos seguintes. Segundo dados da FIBGE - Produção Agrícola Municipal, as produtividades médias desse produto para o Estado eram nos anos de 1975 de 1,07 t/ha, em 1978 de 1,38 t/ha e em 1980 de 1,39 t/ha, enquanto que nos mesmos anos as médias para a Vigia foram de 0,72 t/ha, 0,69 t/ha e novamente, 0,72 t/ha. Deve-se ainda mencionar que a média estadual já é muito baixa quando comparada com aquelas de outros Estados produtores, bem como no próprio Estado, quando se trata de agricultura mais capitalizada e de plantio nas áreas de várzeas, onde se chega a uma média de 3,8 t/ha a 5,2 t/ha (EMATER, 1978, p. 4 e 11)³³.

O milho apresentou na Vigia de 1974 a 1980 uma produtividade baixa porém, constante - 0,60 t/ha. As médias alcançadas pelo Estado do Pará para os mesmos anos foram: 0,93 t/ha em 1974; 0,83 t/ha em 1975; 0,83 t/ha em 1978 e 0,95 t/ha em 1980, segundo dados da mesma fonte.

Outro dado elucidativo que o quadro I exhibe concerne à área colhida de culturas temporárias que além de oscilar significativamente de ano para ano, declina, a médio prazo: em 1974 era de 2.200 ha para o município, enquanto em 1980 estava limitada a 1.468 ha.

A queda da produtividade no município é função de vários fatores combinados, como a diminuição das áreas dos estabelecimentos, investimentos insignificantes ou nulos nessas unidades

³³ EMATER-Pará, 1979. Sistema de Produção para Arroz em Várzeas (Microrregião 16). Belém, Série Sistema de Produção. Boletim, 149.

produtores, problemas agronômicos como a necessidade de nutrição e correção dos solos, não adoção de sementes selecionadas e outros. Essas variáveis estão relacionadas a outras, com as quais vão se combinar: o baixo valor comercial da mandioca em relação a outros produtos agrícolas, o que impede a inversão de novos capitais nos estabelecimentos e a elevada quota de destinação da produção agrícola à subsistência das famílias dos lavradores locais.

Em 1978 (Anuário Estatístico do Estado do Pará, IDESP), o preço médio por tonelada, para a região do Salgado era para o arroz CR\$2,5 mil, para o milho CR\$2,0 mil e para a mandioca CR\$ 0,41 mil. O preço do arroz correspondia portanto, a seis vezes o da mandioca e a tonelada do milho a quase cinco vezes o preço da tonelada de mandioca.

As culturas permanentes da Vigia são desenvolvidas para fins comerciais. Sobressaem, embora com produções modestíssimas, quatro produtos: banana, côco da Bahia, laranja e pimenta do reino. No caso deste último produto, com o qual o Pará se destaca como maior produtor no país, os tratamentos culturais são relativamente sofisticados e a implantação da cultura, de certa forma onerosa, exige relativa imobilização de capital. Contudo, as áreas destinadas às culturas permanentes são bastante reduzidas, no conjunto. Em 1975, por exemplo, embora 61,72% dos estabelecimentos se dedicassem em graus variados ao cultivo de culturas permanentes, a área colhida total no município era de 95 ha, o que correspondia a apenas 0,78% do total da área dos estabelecimentos (12.134 ha). As culturas comerciais portanto, não são representativas da agricultura local e embora tenha, como a pimenta do reino, origem

recente na área, não dão mostras de superarem, pelo menos a médio prazo, as culturas de subsistência (Anexo II, Quadro II).

O aumento da articulação do município com a capital nos últimos anos, em decorrência principalmente da melhoria da rede rodoviária e do transporte coletivo e de cargas regulares, provocaram a entrada de produtos hortigranjeiros, principalmente ovos e aves a preços significativamente inferiores àqueles produtos tradicionalmente de origem local, promovendo a desarticulação e a quase extinção das pequenas criações, o mesmo ocorrendo, em menor grau com as frutas de quintal, anteriormente vendidas na cidade da Vigia e no caso das frutas regionais de estação (pupunha, jambo, cupuaçu, bacuri etc.) até mesmo na capital, embora em proporções reduzidas. Eram atividades que, apesar de pequenas, completavam a renda familiar dos agricultores e promoviam a circulação de dinheiro nas localidades rurais do município, aumentando, em certa medida as transações monetárias na área.

É que a economia da Vigia desde os séculos XIX e primeira metade do século XX esteve estruturada no sentido de abastecer a si própria e com o excedente de seus produtores alimentares de origem agrícola e o pescado, a capital. Quando se processou a desarticulação gradativa dessa frágil economia de produtos agrícolas e de pequenas criações face à concorrência dos produtos da capital, articulada a partir de 1960 com o centro-sul por estradas nacionais, acrescida a alterações na estrutura fundiária do município (reproduzindo minifúndios improdutivos — v. item seguinte) que afetaram sua estrutura produtiva, a economia local

não se reorganizou face a novos interesses substitutivos.

As condições adversas de desenvolvimento da pequena agricultura no município vêm sendo responsáveis pela persistente migração da população rural. Quando se compara os dados populacionais do intervalo censitário de 1970/80 do município, segundo distritos (Anexo II, Quadro III), observa-se que o crescimento médio geométrico anual do período foi de 1,026%, o que é muito inferior àquele apresentado pelo Estado para o mesmo período — 4,96% ao ano. Além disso, cabe destacar que as populações rurais do município cresceram a uma taxa de 1,006% ao ano, menos portanto que as urbanas (1,037%), sobressaindo no contexto o distrito de Santa Rosa da Vigia que em 1970 apresentava um contingente populacional de 1.683 pessoas no campo, o qual estava reduzido a 1.449 dez anos depois, diminuindo até mesmo em termos absolutos, tendo apresentado uma taxa de crescimento negativa no decênio (-0,098%), o que permite ressaltar a intensidade da mobilidade espacial da população a nível dos distritos e mesmo da migração para fora da Vigia.

O mesmo quadro permite constatar que enquanto em 1970 a população rural constituía 66,30% da população total da Vigia, estava restringida a apenas 32,76% no ano de 1980. Assim sendo, um município onde inexiste praticamente um setor secundário e o terciário acomoda um contingente da força de trabalho incrivelmente reduzido, abrigava mais de 2/3 de sua população nas zonas urbanas, provocando fortes pressões no que concerne ao emprego à renda.

As oportunidades de ocupação se reduzem mais quando se evidencia o perfil modestíssimo do setor industrial (sic'). Em 1972, conforme dados do Cadastro Industrial do Pará — Federação das Indústrias do Pará, o setor estava constituído por cinco estabelecimentos, todos eles atuando sob a categoria de padarias, que ocupavam apenas 20 pessoas. A construção civil absorve poucos indivíduos. Não há até hoje um único conjunto habitacional construído com recursos do Sistema Financeiro da Habitação ou qualquer empreendimento que mereça destaque. Conforme dados mais recentes do Cadastro Industrial do Pará, 1980/81, o número de estabelecimentos permanece o mesmo, porém, embora todos ainda se apliquem à fabricação de produtos alimentares, quatro são padarias e um consiste numa fábrica de palmitos em conserva. Naquele biênio o setor secundário ocupava 126 pessoas, graças principalmente à instalação recente da mencionada fábrica.

Não se dispõe de dados sobre o setor governo; quanto ao comércio, contribuía com uma oferta modestíssima de empregos. Dados de 1970 do Censo Comercial do Pará—FIBGE (não há outros mais recentes disponíveis), registram a ocorrência de 167 estabelecimentos comerciais (todos varejistas), mas para que se tenha uma idéia do diminuto porte dos estabelecimentos que operam neste ramo de atividades, o total de pessoas ocupadas não alcançava a média de dois por unidade, posto que somavam 235 pessoas ocupadas em todo o setor. O mesmo ocorria com o setor serviços, que registrava (Censo dos Serviços do Pará, 1970-FIBGE) 40 estabelecimentos prestando serviços diversos, os quais ocupavam apenas 65

peessoas. Constituíam-se de pequeníssimas oficinas de reparos de bicicletas, embarcações, conserto de móveis etc., ocupando uma única pessoa por unidade, na maior parte dos casos.

A intensificação das relações comerciais do município com a capital nos anos recentes também repercutiu no artesanato local e na prestação de determinados serviços antes produzidos no próprio município, refletindo-se no fechamento de oficinas de fabricação de móveis e outros pequenos negócios, os quais foram sendo gradativamente substituídos pela aquisição de produtos de consumo de origem industrial. O espaço deixado pelo encerramento ou restrição desses pequenos negócios não foi preenchido pela instalação de estabelecimentos industriais ou outros quaisquer, que lhes viessem substituir, em termos de emprego, em igual medida.

A oferta excessiva da força de trabalho que descamba no setor pesqueiro vigiense tem relações ainda com outras causas, como a retração de atividades produtivas de caráter extrativista como a extração do látex de seringueira, das sementes oleaginosas, da venda de peles de animais silvestres, proibida há alguns anos já. Alguns dos pescadores com procedência rural dedicavam-se a algumas dessas atividades, antes do ingresso na atividade pesqueira.

b) Expulsão de Agricultores do Interior do Município

Entre os pescadores entrevistados na Vigia um número considerável apresenta origem rural. O que sobressai, entretanto, é o fato de que desses, 23% (14 pescadores) haviam migrado para a cidade em épocas diversas, em decorrência de um vigoroso e contínuo processo de expulsão dos campos, peculiar à área³⁴. Além desses, outros 13% (8 pescadores) não tinham claras as razões que os haviam levado a se dedicarem à pesca e entre estes, muitos apresentavam também uma origem rural, tendo trabalhado anteriormente em roças familiares, o que torna provável que os 23% referidos anteriormente subestimem uma realidade que pode ser mais grave do que aquela que os dados a seguir analisados têm a capacidade de expressar.

As razões apontadas para o abandono involuntário das roças convergem para dois pontos nodais interrelacionados:

- a) minifundização crescente dos estabelecimentos agrícolas³⁵; e
- b) baixa aplicação de capital nas culturas alimentares a que eles se dedicam.

³⁴ Não se investigou neste estudo a relação inversa, dado que fugia ao interesse mais direto deste estudo, isto é, no total de migrantes, a proporção de agricultores que, ao abandonarem o campo se dedicaram às atividades da pesca.

³⁵ Está-se utilizando neste sub-ítem dados dos Censos Agropecuários do Pará — FIBGE que apresenta as informações considerando como unidade de análise os estabelecimentos rurais; assim, poder-se-ia supor que um mesmo estabelecimento pudesse conter várias parcelas de terra, não configurando portanto, uma presença de minifúndios. No caso da Vigia, entretanto, isto não ocorre. Em 1975 dos 1.220 estabelecimentos rurais, 1.205 (99%) eram constituídos de parcelas únicas de terra.

A região do Salgado, uma das áreas antigas de agricultura do Pará apresenta, no que concerne à estrutura fundiária, uma predominância de pequenas propriedades e minifúndios que vêm de longa data, quando o governo implantou, em fins do século XIX e princípios do século XX, duas colônias agrícolas cujas áreas se estenderam até o município de Vigia.

Em 1960 na Vigia (Anexo II, Quadro IV-a) 2% dos estabelecimentos rurais com áreas superiores a 100 hectares ocupavam 59,26% da área total dos estabelecimentos, enquanto que os 98% dos demais estabelecimentos partilhavam entre si os 40,74% restantes³⁶. O partilhamento da terra poderia parecer democrático, não fosse, de um lado, a concentração excessiva num dos extremos e de outro a subdivisão excessiva. A questão assume aspecto crítico no nordeste do Pará onde as maiores propriedades, resistindo à fragmentação, posto que operam em caráter mais capitalista, impõem pressões sobre as pequenas, que se fragmentam continuamente e se multiplicam no tempo. O que vem ocorrendo (v. quadro referido) é uma

³⁶ Conforme dados do quadro IV em 1960 não só o número de estabelecimentos rurais era menor que nos anos seguintes, como a área total por eles ocupada era pelos menos duas vezes superior àquela dos anos seguintes: o que ocorre é que no ano de 1960 a área física do município de Vigia, isto é, sua área de jurisdição territorial era maior que em 1970 posto que no intervalo censitário aquele município sofreu desmembramentos, com perda de território, em favor de municípios que vieram a se constituir em suas vizinhanças. No presente sub-ítem o que se pretende evidenciar basicamente é o fenômeno da minifundização crescente dos estabelecimentos agrícolas da Vigia e para tal, os dados relativos ao ano de 1960 são úteis e elucidativos, posto que permitem constatar justamente que em 1960, enquanto a área física era muito superior, o número de estabelecimentos era bem menor que aquele apresentado nos anos seguintes quando então a área da Vigia estava reduzida a menos da metade. Além disso, os dados de 1960 ajudam a compreender melhor o contexto fundiário da área geral em que a Vigia se insere, posto que dizem respeito a áreas que hoje pertencem a municípios que lhe fazem limites. A minifundização não é exclusiva da Vigia mas da zona maior que abrange a micro-região.

acelerada decomposição das pequenas propriedades e sua subsequente conversão em minifúndios inviáveis social e economicamente.

A fragmentação em minifúndios na Vigia vem se acentuando com muita rapidez. No período de apenas cinco anos (1970/75) o número de estabelecimentos rurais aumentou em 61% e assim eles alcançaram dimensões incrivelmente reduzidas para a exploração rural. Considerando classificação recente do INCRA que conceitua e classifica os estabelecimentos segundo uma medida padrão — o módulo rural — que assume dimensões diferentes segundo o tipo de exploração e fatores locacionais e ocupacionais da terra, tem-se para a microrregião do Salgado do Pará (cf. Instrução Especial nº 14 do INCRA) os seguintes tamanhos de módulos rurais: hortigranjeiros — 4 ha; lavouras permanentes — 30 ha; lavouras temporárias — 35 ha; pecuária — 90 ha; florestal — 100 ha; imóvel inexplorado ou de exploração indefinida — 55 ha.

Conforme se verificou anteriormente, os estabelecimentos rurais da Vigia aplicam-se prioritariamente às lavouras temporárias, de forma que mesmo quando se considera esta classificação, que já leva em conta a elevada densidade ocupacional da área, constata-se a presença marcante dos minifúndios. Em 1960 os 82% dos estabelecimentos eram menores que 50 hectares. Em 1970 este percentual se havia elevado grandemente — então 97% dos estabelecimentos tinham menos que 50 hectares. A fragmentação portanto se acentuou significativamente no intervalo censitário e mais ainda nos cinco anos seguintes; quando agora já 98% dos estabelecimentos apresentavam áreas inferiores a 50 hectares. Não havia em 1960 nenhum estabelecimento com menos de dois hectares,

mas em 1970 eles constituíam 9% do total e em 1975 eles já constituíam quase 1/4 (24%) do total de imóveis. Como no referido quadro não se dispõe do grupo de áreas "menos de 35 hectares" (menor que o módulo rural para culturas temporárias), não é possível verificar com exatidão o número de minifúndios, a não ser pela adoção de outro critério comparativo, mas ainda assim o quadro permite constatar que eles são muito numerosos posto que mais de 70% dos estabelecimentos rurais apresentavam dimensões inferiores a 20 hectares, inferiores ao módulo rural, portanto. De vez que, os dados da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980-Acre, Amazonas - Pará são apresentados em cinco classes de áreas, diferentes daquelas apresentadas nos anos anteriores, não é possível uma exata comparabilidade dos mesmos numa série histórica de 1960 a 1980. A classe de 10 a menos de 100 ha abriga assim, minifúndios e não minifúndios, prejudicando a análise da minifundização, que, apenas é percebida na classe de menos de 10 ha, pela diminuição da área média dos estabelecimentos, que cai de 7,51 ha em 1960 para 3,25 ha vinte anos após (v. Anexo II, Quadro IV-b). Como o uso da terra para fins agrícolas é feito na área através do sistema de queimadas periódicas da mata rala ou capoeira, seguida do plantio e da rotação da mesma cultura num outro espaço físico do mesmo estabelecimento no ano seguinte, sem emprego de adubos ou corretivos, a rigor, os lotes precisariam ser aumentados e não diminuídos ou as técnicas de cultivo serem radicalmente alteradas.

A exigüidade dos lotes e a necessidade de manter alguma autonomia por parte dos agricultores leva-os a plantar culturas

alimentares que lhes garantam a sobrevivência. Daí que cultivar uma roça na Vigia equivale a plantar mandioca: "A roça não dava prá gente viver porque o terreno era pequeno, tinha muita saúva e comia toda a folha da maniva. A roça acabou e viemo para Vigia e aí nos começamo a trabalhar. A mãe começou a fazer louça de barro para a gente poder se alimentar e eu ia com ela tirar barro na montaria" (pescador, ex-agricultor).

A subsistência da família é garantida na roça basicamente pelo cultivo da mandioca. Plantam uma ou duas tarefas de terra³⁷ a cada ano e depois de seis a nove meses, dependendo do tipo de mandioca plantada, passam até novo plantio, alimentando-se da farinha que fabricam, geralmente torrada em forno e tacho de cobre emprestados. As outras culturas, como o milho e o arroz são menos freqüentes e complementares a da mandioca.

Enquanto os filhos são pequenos a família se mantém unida, porém, à medida que os filhos atingem idade e desenvolvimento físico que os torne capazes de se aplicarem ao trabalho produtivo, ou pela morte de um dos genitores, a situação exhibe seu ângulo crítico e duas alternativas se lhes apresentam: a fragmenta

³⁷ Medida agrária que na região amazônica equivale a um quadrado com 50 m de lado ou 2.500 m² (1/4 de ha). Segundo dados do Censo Agropecuário do Pará, 1960, 83% dos estabelecimentos rurais da Vigia cultivavam de dois a menos de cinco hectares.

ção sucessiva da roça pela partilha sucessória ou a migração e isto ocorre às vezes quando os filhos são ainda muito jovens: "Eu trabalhava na roça com meu pai até mais ou menos 10 anos de idade. Daí eu já estava taludinho e a roça não dava mais, aí eu comecei a sair pra pescar...".

Quando o parcelamento da terra se torna inviável, como nos casos em que o número de filhos constitui "um monte", a migração é inevitável e a família deixa de ser a unidade social de trabalho do lavrador: "Minha mãe queria vir pra cidade, que é mais adiantada. A terra era do monte, não dava pra dividir. Era um nadinha de terra. Os outros ficaram lá e foram saindo depois...".

Se se considera o minifúndio com o estabelecimento rural que, independentemente da dimensão é incapaz de prover o sustento da família camponesa, então entende-se que na verdade, a decomposição não é apenas da unidade produtiva, mas ela traz em si própria a decomposição da família enquanto núcleo sustentador dessa unidade.

A migração do agricultor para a cidade da Vigia significa a não reprodução do camponês como tal e sua conversão imediata num outro personagem social — o pescador — cujo papel lhe é imposto pelas contingências. Neste caso, dependendo das condições de transferência para a cidade (ter ou não algum meio de produção próprio, como uma pequena canoa, ou recursos financeiros para adquiri-los) este personagem social integra-se no mercado de trabalho como pequeno produtor autônomo ou trabalhador livre, que vem vender sua força de trabalho num mercado já satura-

do. De trabalhadores autônomos enquanto agricultores, um número considerável passa à vida de pescadores subordinados, expropriados de seus meios de produção — terra e instrumentos. A modificação na estrutura produtiva da agricultura local engendra portanto, a transformação de certo número de lavradores migrantes em outras categorias sociais diferenciadas. A transferência para a cidade e sua readaptação nela é um processo complexo e contraditório. De um lado, a cidade representa a ruptura com um modo de vida insustentável, o acesso a serviços médicos e escolares ("o mais adiantado" a que se referia o entrevistado), um rendimento monetário maior, na maioria dos casos, e sob estes aspectos a vinda para a cidade corresponde a uma via de ascensão social e maior gratificação pessoal do indivíduo. De outro, ela significa não apenas uma mudança espacial mas a transformação social de lavradores autônomos em outras figuras sociais mais dependentes, menos autônomas. De proprietários que eram, transformam-se em parceiros na pesca ou trabalhadores noutras atividades.

Quando ingressam na pesca, saídos da agricultura, em geral saem sem capital. Não vendem a terra, na maioria dos casos, embora na Vigia muitos dos pequenos produtores sejam proprietários — 57,62% em 1975 e 64,14% em 1980 (Anexo II, Quadro V-3)³⁸. A terra está enredada na partilha sucessória e fica com os demais membros da família: "A lavoura era pesada, não dava nada. Cada um foi casando e tendo de

³⁸ O elevado percentual de proprietários de terra com titulação definitiva deriva da instalação de duas colônias agrícolas nas áreas vizinhas, que se estenderam até parte do município de Vigia, somando 465 pequenos lotes agrícolas. Foram elas a Colônia Sta. Rosa, criada em 15.12.1898, através de Portaria Estadual e a de Iracema, em 11.07.1916, através do Decreto—Lei nº 3.115, do Estado do Pará.

sair". Além disso, muitos são posseiros (57,05% no mesmo ano), ou ocupantes, segundo classificação da FIBGE, fonte do quadro) não dispendo dos papéis necessários à realização de uma venda mais vantajosa, já que a posse como forma de exploração da terra é prática comum na região. A venda da terra se reveste de um caráter peculiar. Quando não proprietário, a venda se dá com base na transferência da posse do estabelecimento agrícola a terceiros e a preço baixo, sendo ligeiramente mais alto quando se trata de proprietário. A terra se converte em mercadoria de baixo valor nessas áreas de agricultura antiga, diferentemente do que ocorre nas áreas de exploração recente no Pará, onde seu valor é alto e sua venda vantajosa, nem o produto de sua venda se converte posteriormente em capital aplicado à pequena produção pesqueira, senão em poucos casos. Isto sucede porque na Vigia a terra agrícola tem predominantemente valor de uso, o que se constata pelo plantio quase exclusivo da mandioca, produto de mais baixo valor comercial no Pará e pela destinação da maior parte da produção ao consumo familiar. Assim, o preço da terra encarna muito mais o valor do trabalho a ela incorporado que o da terra, enquanto mercadoria que se efetiva como valor³⁹.

³⁹ Nas áreas de desenvolvimento recente no Pará, onde se expande a fronteira econômica, determinados fatores como a recenticidade da ocupação das terras, a potencialidade dos solos e sua cobertura vegetal que com frequência apresenta madeiras de lei em número considerável, são fatores que favorecem sua exploração sob moldes empresariais que elevam-lhe o preço. Na microrregião do Salgado, embora outros fatores como a existência de uma rede de rodovias implantadas possam atuar como fatores de valorização das terras, o preço é contrabalançado por outros que a desvalorizam como a antiguidade da ocupação, o desgaste e a pobreza dos solos. A Resolução nº 13, de 28.12.81 publicada nos Diários Oficiais do Estado nº 24.664, de 30.12.81 e 24.672, de 13.01.82 do Instituto de Terras do Pará - ITERPA estabelece tabelas de preços para a licitação de terras públicas do Estado, onde

O valor bruto da produção revela o diminuto grau de capitalização da agricultura local e o caráter não-mercantil da pequena produção agrícola do município. Segundo dados do Censo Agropecuário do Pará, 1975-FIBGE, este valor foi de CR\$3.726.000,00 para 1.220 estabelecimentos agrícolas da Vigia, o que resultava num valor bruto da produção médio equivalente a CR\$3.054,00 ao ano por unidade produtiva e a CR\$254,50 mensais. Ora, naquele ano o salário mínimo regional era de CR\$295,00 até o final do mês de abril e de CR\$417,60 a partir de maio. Portanto, o valor bruto da produção por estabelecimento ficava muito abaixo do salário mínimo regional. Deve-se considerar ainda que o valor bruto da produção não constitui um rendimento de que o produtor possa lançar mão, destinando-o integralmente ao consumo, posto que ele inclui, e por isso deve-se deduzir dele, os custos de produção, a depreciação dos instrumentos de trabalho e os impostos que sobre eles incidem. O que resta, destina-se ao consumo familiar e aos novos investimentos produtivos que venha a fazer no estabelecimento. Como em níveis de renda tão baixos o consumo familiar abrange em relação à renda todo o espaço disponível, nada resta para novas aplicações financeiras. Daí porque a reprodução do processo produtivo na agricultura local se realiza baixando a cada safra sucessiva os níveis de incorporação de capital e terra ao estabelecimento agrícola.

O próprio nível de existência humano e de consumo des-

se pode constatar os diferenciais nos preços básicos das áreas antigas e recentes de ocupação no Pará.

sas populações rurais é tão baixo que permite considerá-las criaturas que vivem em estado de pobreza absoluta e crescente, visto tratarem-se de unidades produtivas que com essa renda bruta inferior a um salário mínimo mensal remuneram a força de trabalho de quase toda a família pois, excetuando apenas as crianças de pouca idade e os idosos, os demais aplicam sua força física aos trabalhos do estabelecimento agrícola.

Os baixos rendimentos da pequena agricultura local não se refletem apenas no estado de pobreza absoluta. A incapacidade de novas inversões financeiras torna a cada ano mais grave a já difícil situação dos estabelecimentos, posto que agrava o estado de pobreza dos solos desgastados pela exploração, pela erosão, pelo uso através de tratamentos culturais inadequados e sem reposição e pela depreciação dos instrumentos de trabalhos e instalações ; pela incapacidade de adquirirem novas terras para agregarem ao lote original e assim fazerem o rodízio das culturas, prática utilizada noutras regiões descapitalizadas mas com terras ainda disponíveis. Daí que a proporção entre os meios de produção mais terra (de um lado) e o trabalho (de outro) resulta desfavorável ao equilíbrio e desenvolvimento da pequena produção agrícola, que procura compensar este desequilíbrio pela incorporação cada vez mais crescente da força de trabalho familiar, até que a pequenez da terra e a escassez de capital acabam por torná-la inútil ou ociosa. É neste quadro difícil e de aguda miséria que a migração desponta como um novo projeto de vida.

Se os pescadores de origem rural, ex-proprietários de a

gricolturas familiares detinham anteriormente a propriedade ou posse dos meios de produção (terra e instrumentos de trabalho) e logravam nessa condição prover o sustento da família produzindo com a roça os meios de subsistência necessários, quando a permanência na roça se torna impossível e se rompe este nexos com os meios de produção que lhes garantiam os meios de subsistência, é na cidade, enquanto pescadores, como trabalhadores não-proprietários dos meios de produção (na maioria dos casos), que eles procuram reencontrar condições para proverem o amparo da família. Se a permanência na roça implicaria num rompimento ou perda, não só dos meios de produção mas até dos de subsistência, face às condições analisadas, a pesca na cidade aparece como uma alternativa que lhe repõe os meios de vida e lhes reintegra numa nova unidade produtiva que pelo menos, lhes acena com a certeza dos meios de subsistência dos quais como agricultores já estavam sendo socialmente expropriados.

"O ramo da pesca é melhor porque o ganhamo é maior. Melhor não sei, mas tem a bôia certa, lá, todo o dia ...".

A condição de estar ocupado na agricultura ou na pesca não diferencia significativamente os níveis de vida dos indivíduos. Ou seja, a elevada parcela da produção destinada ao autoconsumo entre os pequenos produtores agrícolas autônomos e a baixa remuneração dos pequenos produtores que trabalham na pesca artesanal acaba por nivelá-los, em termos gerais, não pondo a salvo os migrantes que se aplicaram à pesca, da pobreza em geral da região como um todo.

c) Contingente sempre crescente da força de trabalho jovem

A formação constante de novos pescadores, recrutados entre os jovens envolve a transmissão de um conjunto de conhecimentos gerais e habilidades desenvolvidas fisicamente, que são transmitidas de uma geração a outra, via uma educação informal que é abrangente, prática e constante, o que permite que um número significativo de jovens do sexo masculino da área sejam considerados pescadores potenciais. Esta educação se exerce a um custo mínimo e os habilita cedo ao ingresso na ocupação. Não há cursos regulares ou treinamento específico que se destine ao adestramento de pescadores destinados à pequena produção e a maior parte deles é analfabeta, ou quase: "Eu trabalhava na roça com meu pai até mais ou menos 10 anos de idade. Daí eu já estava tudinho e a roça não dava mais. Aí eu comecei a sair pra pescar. Então eu parei do estudo porque achei que o que eu tinha estudado já dava pra fazer umas continhas e viver...".

A formação dos pescadores fica a cargo da família, num primeiro momento, quando participam desde muito crianças das tarefas que, estando ligadas à pesca, se estendem até à família, como o permanente conserto de redes, bóias e outras peças que mesmo a longa jornada de trabalho dos profissionais não logra dar conta, e posteriormente, já maiores, quando começam a fazer incursões pelo mar⁴⁰; a títulos diversos, seja para aprenderem um

⁴⁰ A expressão "mar" é aqui empregada, como o fazem os pescadores da Vigia, num sentido genérico, não se limitando às águas marítimas, mas abrangendo a foz dos rios Tocantins, do Amazonas e o próprio mar, mais ao norte, em direção ao Amapá.

ofício, seja para substituírem pai ou irmão que se encontram impossibilitados de partirem numa determinada viagem: "A função da pescaria eu aprendi desde pequeno. O estudo era difícilto so e nós se dedicamos para a pescaria. Com 12 anos eu achei um parente da minha mãe que me convidou pra pescar. Ela ficou com me do mas deixou. Foi lá em São Caetano (município vizinho) a minha primeira pescaria. Entrei de cozinheiro. Fazia uns serviçinho, ajudava a jogar o ferro, puxar a rede...".

A formação profissional persiste ao longo de suas vidas, posto que os profissionais cuidam de se adestrarem em mais de uma das diversas funções específicas e em várias modalidades da pesca local, de modo a estarem habilitados a poderem preencher uma ou outra função, face às circunstâncias de mercado.

A formação profissional de novos pescadores tem custo idêntico ao de não terem nenhuma formação profissional; dizendo de outra forma, é equivalente ao custo da simples sobrevivência do indivíduo até a idade em que sua força física lhe confere condições de ingressar na atividade pesqueira e este custo se torna mais baixo ainda na medida em que, dependendo da modalidade de pesca praticada, o pescador logra trazer para casa o peixe com que alimenta regular e quase exclusivamente a família. Muitos dos pescadores novatos ingressa na atividade como cozinheiro. Dessa forma, embora sua responsabilidade específica seja a preparação das refeições e o controle do rancho na embarcação (isto com relação às embarcações com tripulações superiores a três membros), ao longo de sua vida vai ocupando outras funções na tripulação .

Entretanto, na medida mesmo em que ele e os demais pescadores se adestram nas diversas funções e tipos de pescarias para melhor concorrerem às oportunidades do mercado, abrem espaço para que o sistema institucionalize e reforce a prática de sua própria substituição por outro profissional de igual nível de adestramento e promove, a sua revelia e sem o seu conhecimento mesmo, o nivelamento por baixo de sua renda e dos demais pescadores.

A idade de ingresso na pesca em geral se faz um pouco mais tarde que na agricultura. Como a pesca requer uma certa compleição física para possibilitar o manejo dos aparelhos e resistência orgânica para suportar o frio e as chuvas freqüentes, os homens geralmente ingressam na pesca entre os 12 e os 18 anos de idade (31 pescadores ou 50% do total): "Por causa das condições eu entrei pra pesca. Não podia estudar. Logo com 16 anos arranjei a primeira mulher. Trabalhei em padaria mas não deu certo. Aí eu comecei a pescar. É mais sacrificoso mas é melhor...".

Outros, entretanto (11 pescadores ou 19%) começaram a atuar com menos de 12 anos. Entre aqueles que ingressaram na pesca com mais de 18 anos (29% ou 18 pescadores) está incluída a maior parte daqueles que abandonaram suas roças, migrando para a cidade. Outros (3% ou dois pescadores) não sabem ou não lembram a idade com que começaram a pescar.

A pesca tornou-se na Vigia a principal atividade produtiva para os indivíduos aos quais faltam outras qualificações, como o estudo formal, capital suficiente para instalar um pequeno comércio para o fornecimento de gêneros para as embarcações de

pesca e aviar as famílias dos pescadores ou ainda carpintaria destinada ao reparo ou construção de barcos, posto que são essas as atividades que se destacam na cidade, depois da pesca. O grande potencial de força de trabalho que o campo expete vem se acrescentar àquele já existente na cidade e compor com ela uma superpopulação relativa que não tem outro recurso senão oferecer sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção no ramo da pesca artesanal: "Eu não pôde me educar pra outra profissão. Eu morava no interior com a minha família. Trabalhava de lavrador, depois que vim para Vigia é que comecei a pescar...". Outro assim se manifesta: "Porque aqui não tem emprego. Emprego fino eu não sei e o jeito foi trabalhar na pesca...".

A desproporção entre oferta da força de trabalho na atividade, por parte de inúmeros pescadores velhos e experientes e pelo ingresso real ou potencial de elementos mais novos e mais produtivos, em relação às oportunidades de trabalho existentes, dá origem a uma notável intercambialidade de pescadores como integrantes das tripulações, possibilita o estabelecimento de relações de dependência pessoal e de dominação no âmbito da atividade ocupacional e pressiona a remuneração do trabalho para baixo.

No que concerne às dimensões da questão da superpopulação relativa e seus impactos sobre a pequena produção pesqueira da Vigia, é preciso levar em consideração que o município da Vigia não constitui um fenômeno atípico no Pará, em termos de condições e nível de vida das populações que o habitam, posto que, estando inserido numa ampla área integrada por 30 municípios (Mi

corregiões Homogêneas Bragantina, Guajarina e Salgado, conhecida como o Nordeste do Pará), assume uma posição no contexto relativo bastante favorável de vez que grande parte dos demais municípios vizinhos encontra-se em situação semelhante ou até mais grave sob certos aspectos. Estudo realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP) (Projeto SIM - Sistema de Indicadores Municipais) estabeleceu para todos os municípios paraenses um total de 67 indicadores envolvendo aspectos sociais, econômicos, financeiros e infraestruturais, aos quais foram atribuídos diferentes pesos e valores negativos ou positivos e finalmente, ordenou segundo total de pontos, os 83 municípios paraenses por ordem decrescente em termos de condições gerais de vida: O total de pontos obtidos pela Vigia no conjunto geral do Estado conferiu-lhe, segundo resultados preliminares de setembro/82 o 15º lugar. Situou-se, por exemplo, em 38º lugar em arrecadações de ICM; 34º em relação ao volume da dívida financeira; 20º em termos de mortalidade infantil; 1º lugar em termos de escolaridade de 1º grau (% de crianças matriculadas na escola em relação à população em idade escolar); 24º em termos de número de leitos de hospital/háb., 13º no que concerne ao número e condições das vias municipais, 28º no que se refere aos km de rodovias construídas, 12º em número de consumidores residenciais de energia elétrica, 25º em termos de percentual de área cultivada face ao total disponível, 7º quanto ao valor da produção pesqueira etc.

Ainda que se possa criticar e questionar os critérios adotados pela Instituição para esta avaliação geral e a qualidade

dos dados estatísticos disponíveis, a posição da Vigia em relação ao conjunto de municípios do Estado é favorável, sob muitos aspectos em relação aos demais. O que ocorre é que a região nordeste do Pará, excetuando algumas áreas específicas, consiste num grande bolsão humano de pobreza que potencializa a superpopulação relativa da área, e por contrastar com a natureza exuberante e de extrema abundância pela qual se vê circundada, remete a questão da pobreza para o nível das relações sociais de produção descolocando-a das circunstâncias naturais.

Os pescadores têm plena consciência da situação de dominação e instabilidade a que se vêem submetidos e sob as quais desenvolvem suas atividades produtivas e manifestam-se sobre a superpopulação relativa através de reflexões que de tão comuns na área converteram-se em chavões populares: "A indústria (sic') da Vigia só é a pesca... qualquer um pode ser pescador, é só que não vomite no mar e tenha força pra manejar o aparelho".

Se não há realmente exigências muito específicas para o ingresso na profissão, a coragem é mencionada, entretanto, com frequência, como requisito fundamental. "Qualquer pessoa pode ser um pescador. É só querer e ter coragem, devido ao mar que é forte e os barcos são fracos e tem uns que começam logo a baldear (vomitar), ou tem medo. Alguns às vezes não se acostumam".

Fazem narrativas com certo orgulho, onde se percebe um misto de respeito e temor diante das precárias condições das embarcações com que enfrentam o mar, das freqüentes "alagações" (naufrágios) a que se vêem sujeitos, dos perigos de cairem

ao mar, principalmente à noite, de receberem ferroadas de arraia e peixes diversos ou de serem abalroadas por troncos de árvores e paus que descem o Amazonas e o Tocantins em direção à foz, trazidas pela força das águas etc.: "Muitas vezes o pescador é forçado porque não tem outra profissão. É preciso ter prática e coragem; entra um anzol no dedo ou na cara, a gente pesca entre feras, tem arraia, a canoa pode alagar etc..." Mas as condições adversas são consideradas como implicações naturais do trabalho que praticam e das quais não podem se furtar, posto que são inerentes à atividade. "O trabalho, ele foi feito pra todos, agora, nem todos foram feitos para o trabalho, principalmente o da pesca, que é um trabalho difícil. O homem tem de se sujeitar a todos os sacrifícios que o mar passa". A inexistência de coragem por parte de um pescador principiante não pode ser considerado um interdito a priori e sua bravura condição de ingresso na atividade, posto que a coragem em muitos casos decorre da prática cotidiana após o ingresso no ofício e é desenvolvida pela articulação e conhecimento da natureza.

Em decorrência de ser a pesca uma atividade masculina, numa sociedade em que as atividades econômicas mais importantes como a pesca, a carpintaria e o comércio são quase sempre (no caso das duas primeiras sempre) desempenhadas por homens e sendo a coragem, na área, considerada um atributo inerente à natureza do homem, a questão acaba por não assumir uma dimensão concreta em termos de impedimento ao ingresso do principiante, que acaba por se acostumar, a não ser em casos limites.

Há, entretanto, um fator físico-psíquico que dificulta e freqüentemente impede o ingresso de novos pescadores e que constitui a principal e única limitação definida claramente — sentirem enjoos e vômitos durante as viagens: "Tem muita gente que quer ser pescador e não pode porque não dá; às vezes chega lá fora e se emporreia (fica tonto) e a gente tem que voltar pra deixar ele na beira".

A competitividade do mercado e o sistema de remuneração do trabalho por produção obrigam os pescadores a submeterem-se a condições de exploração e desempenho do trabalho bastante adversas. Para todas as categorias de pescadores da Vigia ocorrem condições de mobilidade involuntária do trabalho e subordinação extrema às condições e formas vigentes de organização da produção, face principalmente à impossibilidade de dedicarem-se a outra atividade. Este é o quadro no qual se desenvolve a atividade das numerosas e diversificadas unidades de produção dos pescadores da Vigia.

5- DIFERENCIAÇÃO DOS PESCADORES DA VIGIA

A pequena produção pesqueira da Vigia (ou pesca artesanal) constitui um conjunto de unidades produtivas assemelhadas por alguns traços comuns com a prevalência da parceria como relação básica de trabalho, a produção visando precipuamente a subsistência familiar e o uso de embarcações de madeira de reduzida capacidade (20 t no máximo, entre pessoal e carga), combinado com o emprego de aparelhos de pesca de confecção artesanal que diferem das redes em malha em forma de saco, articuladas por cabos e movidas mecanicamente que são empregadas pelos barcos pesqueiros com cascos de aço que integram a frota da pesca industrial. As diferenças entre o porte das embarcações, a natureza das relações sociais de produção e dos instrumentos e escala de produção levaram a SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca a classificar a pesca em duas categorias distintas - a pesca artesanal, constituída pelos milhares de pequenos produtores e a pesca industrial⁴¹. Os pescadores locais, entretanto, ignoram es

⁴¹ A pesca industrial implantou-se no Pará sob os auspícios de uma legislação de incentivos fiscais vigentes ainda hoje: a Lei Federal nº 5.174 (27.10.66), que concede incentivos fiscais às empresas privadas industriais e pesqueiras da Amazônia Legal e o Decreto-Lei nº 221 (28.02.67), prorrogado até 1977), favoreciam as empresas com: "isenção de imposto de importação e taxas aduaneiras para materiais utilizados na captura, no processamento e na comercialização do pescado; isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados sobre equipamentos de pesca; isenção de impostos e taxas federais sobre a venda de pescado destinado ao consumo interno e à exportação; dedução do Imposto de Renda, para investimento em projetos de pesca. A dedução prevista é de 25%, no caso de projetos localizados na área de jurisdição da SUDAM e SUDENE, e 100% quando se tratar de pessoas jurídicas que já exercam atividade pesqueira" (Apud. Pará. IDESP. A Pesca Empresarial no Pará. Série Monografias. Belém, 1975). Além desses incentivos, o pescado beneficiado que se destina à exportação (mais de 80% da produção, segundo o tra-

ta classificação e embora conste do registro em suas carteiras de pescador emitidas por aquele órgão a denominação de pescadores artesanais, preferem adotar nomenclaturas menos gerais e mais diretamente derivados de suas atividades práticas cotidianas.

Embora goze de uma certa identidade que se estende a todos os seus elementos, a pequena produção pesqueira está longe de constituir um conjunto homogêneo, apresentando formas ou níveis que estabelecem uma diferenciação interna entre as unidades do setor.

Foi a partir dos modos pelos quais os pescadores se auto-representam que se procurou penetrar nessas diferenciações internas as quais, dependendo do contexto na qual se inserem, podem assumir formas de abordagens diversas: quanto à pesca representam-se como redeiros (operam com redes), escoradores ou pescadores de linha (quando utilizam espinhéis fixos para realizar suas pescarias) e curralistas, pescadores que atuam com seus currais de

balho citado) é isento de ICM — Imposto de Circulação de Mercadorias, graças aos benefícios concedidos pelo Decreto-Lei Estadual nº 58, de 1969 e da Constituição Federal de 1969.

Até março de 1981 o número de empresas pesqueiras industriais instaladas no Pará (sediadas em Belém) com projetos de financiamentos aprovados pela SUDAM, somavam 12 empresas sendo que 11 operavam na captura e industrialização do pescado e camarão, enquanto uma destinava-se à fabricação de banha e óleo de peixe e produção de gelo em escamas. Seus barcos (95 em 1974, segundo IDESP) operam com arrasto de parelha e apresentavam as seguintes características médias: 21,87 m de comprimento e 47,47 t de capacidade de carga. Ver BRITTO, Rosian Campos de Caldas et alii. A pesca Empresarial no Pará. Belém, 1975 (IDESP. Série Monografias nº 20).

peixes nas costas atingidas pelos efeitos das marés; estes, entretanto, sendo muito raros às proximidades da cidade, não serão aqui abordados, assim como outros tipos residuais de pescadores como os amurezeiros — mergulhadores que apanham durante a baixa mar em tarrafas ou redes pequenas os amurês — peixes longilíneos, semelhantes a cobras utilizados como isca para a captura de peixes maiores, com espinhéis. Outras vezes se auto-definem como pescadores profissionais ou efetivos, distinguindo-se dos não-profissionais; estes últimos, sejam os que não fazem da pesca sua principal ou exclusiva atividade produtiva, sejam aqueles que não se arvoram mais a enfrentar as baías e águas distantes, limitando-se a pescarem nos rios, furos e igarapês próximos, razão pela qual são conhecidos como "pescadores de rio" ou "pescadores miúdos".

Na verdade, esta variedade de classificações reflete modos diferentes de recortar uma mesma realidade da qual, para efeitos desta análise, se abstraiu os tipos residuais. O critério mais marcante na categorização dos pescadores consiste naquele que se funda nas diferentes áreas de pesca onde, prioritária ou exclusivamente, cada grupo de pescadores desenvolve o seu trabalho produtivo. Não constitui como se pode afigurar à primeira vista, um critério puramente espacial. Observações feitas em campo levam à constatação de que, na verdade, nele estão imbricadas outras implicações básicas: há uma relação de certa forma, diretamente proporcional entre as distâncias que alcançam os pescadores e o porte de suas embarcações o que, dizendo de uma outra forma, significa maior ou menor incorporação de capital aos meios de

produção; além disso, a área freqüentada costuma afetar a jornada de trabalho e a duração total das viagens, como também se reflete no tamanho da tripulação e sua articulação interna. É assim que os pescadores da Vigia se auto-reconhecem, tendo como fundamento a área privilegiada de atuação de cada qual, como:

- a) chega e vira;
- b) pescador de fora (que inclui duas sub-classes):
 - b.1) o pescador amazonista ou do Amazonas;
 - b.2) o pescador nortista, do Norte ou pelhudo.

3.1- Chega e Vira

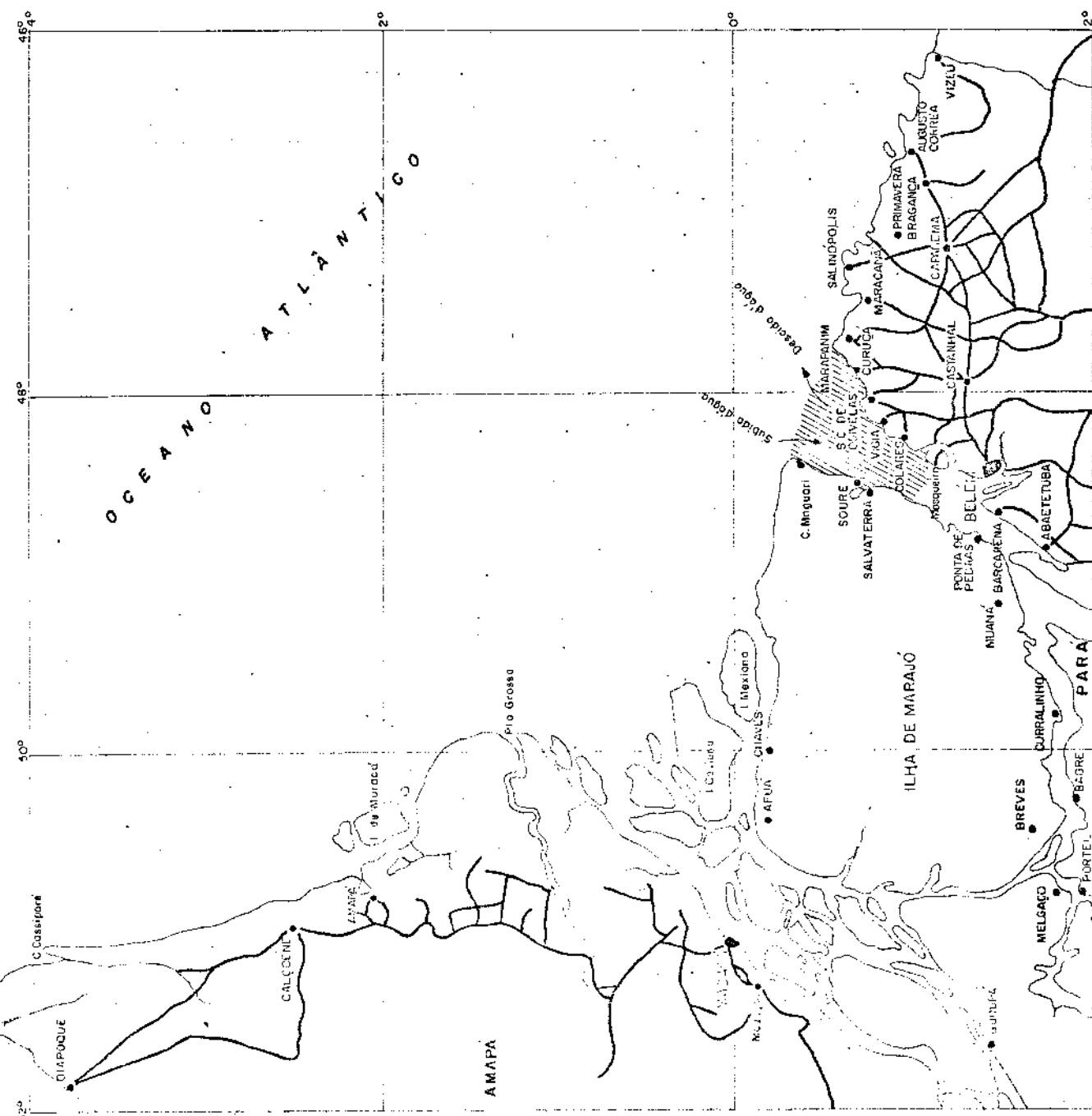
a) Estrutura e Tamanho das Tripulações

O chega e vira, como em geral, as demais classes de pescadores vigienses, salvo alguns poucos casos, dedica-se integral e exclusivamente à pesca. Tem sua área de atuação circunscrita às águas próximas e seus percursos incluem mais freqüentemente a foz dos rios Tocantins, Guajará e Pará, o espaço das águas compreendido entre a Vigia e a costa nordeste da Ilha de Marajó, abrangendo a área situada às proximidades de Soure e a Ponta do Maguari ou voltando-se para leste à frente de Colares, São Caetano de Odivelas, Curuçá até às proximidades da ponta de Itaipu em frente ao Cabo Maguari (v. mapa II).

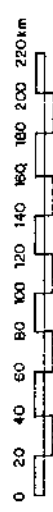
O itinerário do chega e vira como dos demais pescadores, excetuando os do norte, está condicionado pela mudança sazonal que se opera nas correntes do estuário do Amazonas: no "inverno"

MAPA II

Estuário do Amazonas, vendo-se área de frequência dos pescadores chega e vira da Vigia



ESCALA GRÁFICA



ou estação das chuvas (janeiro a junho), em virtude de ser maior o volume de água doce despejado pelo Amazonas no estuário, aumenta o espaço ocupado pela água doce que empurra por sua vez mais para fora a água salobra ou temperada e a salgada, que se seguem à primeira. Constitui a "descida da água" (doce) no dizer dos pescadores. No "verão", ou período da estiagem, quando a vazão do Amazonas decresce, o espaço ocupado pelas águas doces se retrai, aproximando as águas salobras e salgadas da costa. É a "subida da água" (doce). Essa mudança sazonal se reflete também numa necessidade de adequação dos aparelhos de pesca empregados na captura das espécies pescadas (predominando no primeiro semestre as espécies de água doce como a piramutada, a dourada, o bagre, a pescada, a piaba, o filhoté etc.); enquanto que no segundo semestre predominam as de água salgada como a guriuba, corvina, sarda, cangatá, espadarte, camorim, cação, mero, pescada, enxova, serra, tainha, sardinha e outros e obriga os pescadores a modificarem seu percurso habitual, perseguindo os cardumes que acompanham o movimento das correntes, "subindo" as águas em direção ao norte, no verão e "descendo-as" em direção leste no inverno. A mudança no percurso habitual exige deles maior experiência acumulada no que concerne à identificação de locais mais propícios à realização das pescarias — os pesqueiros —, operação que se faz à custa de experiência pessoal e sem o concurso de qualquer instrumental específico.

"Tem época melhor e pior na pesca que depende da mudança da água. No inverno, a água está doce e de maio, junho em diante, começa a salgar. Aí quando o salgado e o doce se misturam

e ficam pra lá e pra cá, ora tá no doce, ora tá no salgado, aí fica ruim. Quando a água salgada chega de vez aí melhora, é verão, tem mais vento e mais peixe. Aí o peixe e a água doce já foi pros lados do Mosqueiro, lá pra dentro e os peixes doces foram com água. Quem quiser que vai atrás dele lá pras bandas do Mosqueiro. A água doce foi embora e aqui perto da Vigia tá ficando salgado e fica ruim pro pescador até a água se firmar de vez no salgado. Quando a água salgada vem, ela trás a sardinha que é a "cumidia" (comida) dos peixes (maiores) e vem muitos peixes atrás dela; quando a água muda, a sardinha vai embora e os peixes vão atrás da "cumidia". Aí fica ruim de novo, até se firmar no doce".

O processo de trabalho se desenvolve dentro de uma extensa jornada diária, que envolve o concurso de uma tripulação que emprega comumente três membros: os camaradas ou tripulantes ou ainda companheiros. Ocorrem casos em que, tendo a embarcação um porte maior, que entre os chega e vira seria de até 4 t, a tripulação se vê acrescida de um companheiro temporário, o mesmo ocorrendo periodicamente mesmo em certos barcos menores (de até 2 t) propulsionados a vela, quando numa certa fase do verão os ventos fortes obrigam a contratação de mais um camarada para auxiliar o responsável pelo manejo das velas, mas é logo reduzida ao contingente original — três pescadores — tão logo a situação se normaliza.

"Em barcos de duas toneladas para mais, a gente pesca com três, quatro pessoas. Quando a embarcação é maior, a gente precisa de mais gente. Como no inverno tem menos vento, é preciso me

nos gente pra trabalhar. No verão, como o vento é mais forte é obrigado a ter mais gente de tripulante".

"Um barco de chega e vira tem três, quatro tripulantes. O certo é três. Quando a canoa é menor, é três, três dá conta do serviço, e quando a canoa é grande, ela pesa, é obrigado trabalhar três na proa e um na popa; três na proa, sendo dois puxando a linha (espinhel), um empatando (arrumando) a linha no anzoleiro e um na popa pilotando. O tipo de pescaria aqui, quando nós trabalha aqui perto (refere-se à parte mais próxima da Vigia; v. mapa II, parte sul da zona tracejada), o rio é manso e para lá, depende de mais gente porque é na beira do Atlântico grande; os mares são mais fortes para lá. Nos casos da rede, sempre tem vezes que os mares e o vento está brando e dois dá conta de puxar uma rede e aí precisa de três pessoas na embarcação e tem vezes que está forte e é preciso de mais gente pra controlar as velas ou pra puxação da rede".

Fatores como o porte da embarcação, a zona preferencial e possível da pesca e o tipo de aparelho utilizado pela tripulação (rede ou espinhel), fatores esses dos quais apenas o primeiro é invariável, jogam um papel fundamental no número de tripulantes e na organização interna das unidades produtivas e respondem pela incessante mobilidade dos membros que integram as tripulações.

A organização das tripulações de chega e vira, como das demais categorias de pescadores vigienses, põe em relevo a posição hierarquicamente destacada que ocupa o "encarregado" em rela

ção aos demais camaradas. O encarregado, figura central na composição e articulação das tripulações é ou representa junto a ela o proprietário dos meios de produção, quando este não integra a tripulação, aplicando-se diretamente a outras atividades, geralmente o comércio. Cabe ao encarregado gerenciar os meios de produção, zelando pela conservação e uso adequado dos mesmos; organizar o processo produtivo, distribuindo as funções entre os camaradas e fiscalizando-lhes o cumprimento, decidindo sobre o número de viagens a realizar, escolhendo os locais onde realizar as pescarias, os aparelhos a utilizar (ou consertar), localizando os cardumes e dando rumo à embarcação. Compete-lhe também relatar ao proprietário o desempenho dos tripulantes, sugerir substituições e submeter nomes à aprovação do proprietário que, em geral, concede a ele total autonomia para isso; proceder à entrega do peixe aos intermediários da comercialização e repartir entre os membros da tripulação o produto final das pescarias. Este conjunto amplo e variado de competências reveste o encarregado de grande poder e autoridade na tripulação, que resultam de dois fatores combinados: da representação que faz o encarregado do capital do proprietário dentro da unidade produtiva; e também pelo fato de que, conquanto não se possa exigir ao proprietário (nos casos em que este integra a tripulação e é ele próprio o encarregado) maior capacitação que os demais tripulantes, este o exige do pescador que aspire à função de encarregado. Para bem gerenciar o capital do proprietário, é indispensável que o encarregado tenha demonstrado ao longo de alguns anos de trabalho ser possuidor de determinadas qualificações pessoais: experiência e domínio sobre o processo de trabalho, liderança e autori

dade com relação à tripulação, reconhecimento de sua experiência pelos membros da tripulação, responsabilidade e interesse em manter ou aumentar um certo nível de produção da embarcação. E essas habilitações exigidas ao encarregado pelo proprietário trans parecem nos depoimentos dos camaradas:

"É o que nos comanda. Ele dirige a tripulação e a pesca ria, isto é, o modo da pescaria. Ele dirige tudo. Ele dá as or dens e anima (estimula) os camaradas no trabalho. O camarada é o último que fala e o primeiro que apanha... (risos irônicos). O encarregado é responsável por tudo que ocorre. Ele sempre tem mais prática do que os outros".

Ao nível dos demais tripulantes, a horizontalidade das funções que são preenchidas ora por um, ora por outro, no proce so de trabalho aflora dos depoimentos: "A canoa é pequena e as sim, o que uma pessoa faz o outro faz também; nós não possui ta refe afetiva. Os pescador do norte é que são assim, cada um tem o seu que fazer" (pescador de rede). O mesmo sucede aos es coradores: "Corto a isca, coloco a isca nos anzol, todo o ser viço eu faço, não tem serviço certo, qualquer um que der na vez faz as coisas".

Se no processo de trabalho propriamente dito, não há fun ções rigidamente limitadas a cada um dos tripulantes, permitindo uma perfeita intercambiabilidade entre estes e mesmo entre en carregado e camaradas, que trabalham de conformidade com instruções do primeiro, a hierarquia presente na estrutura funcional da tri pulação se revela pela pilotagem da canoa. A cada uma das posi

ções físicas dentro da canoa corresponde uma função ocupacional e social na tripulação. A função de proeiro, tripulante que vigia a proa da embarcação dando-lhe rumo, comandando a bujarrona (vela frontal e mastro) da embarcação, mudando-lhe a posição e o rumo, emitindo ordens aos demais tripulantes é ocupada pelo encarregado.

Ao centro da canoa está o meeiro ou marrequeiro, cuja função é das menos qualificadas e árduas. Tira a água que as ondas lançam no interior da embarcação, prepara alimento para os demais e "faz lastro", ou seja, quando a canoa se inclina num determinado sentido; o meeiro se agarra nos cordames das velas (estes se situam do lado oposto ao pano) e viajando nesta incômoda e perigosa posição; serve de contra-peso para que a canoa tenha melhores condições de corrigir sua inclinação. "Quando os mares são grandes, com vento, o marrequeiro não para de tirar água da canoa e fazer lastro". O terceiro elemento é o piloto. Maneja a embarcação posicionando-se junto ao leme na popa da mesma, onde tem acesso aos cordames da vela maior e traseira, conferindo rumo à canoa, numa ou noutra direção, seguindo ordens de comando emitidas pelo proeiro. Pela própria posição do piloto, à popa, e portanto, atrás do pano e dos cordames da vela), são precárias suas condições de visualização da paisagem e obstáculos que se interpõem à frente da embarcação, ficando por isso mesmo o seu trabalho dependendo diretamente das indicações que lhe fornece o proeiro.

Quando há um quarto elemento, este se intitula primeiro camarada e ocupa a função de piloto, enquanto dois ficam ao cen

tro da canoa como meeiros, um deles auxiliando no manejo da bujarrona; o encarregado permanece como proeiro.

Embora a estrutura organizacional da canoa seja preservada nessas funções, a ocupação delas pode se dar num dado momento, por qualquer um dos camaradas, sem perda da função social que o mesmo desempenha. O reduzido número de tripulantes torna propícia a mudança e o revezamento nas tarefas, acentuada pela necessidade de experienciar novas situações numa relação de trabalho que, não fosse isso, poderia se revestir de grande monotonia, o que entretanto, não implica na perda de responsabilidade em relação à função: "Agora, qualquer um faz qualquer coisa, mas, um no lugar do outro; a gente se troca para um folgar, por exemplo, daquele serviço; o outro vai e senta no lugar dele. O proeiro, ele trabalha com a bijarrona do barco, na proa. À noite, o encarregado vai ser o proeiro. O piloto está lá na popa, mas o piloto mesmo, pra rumo e coisa e tal é o proeiro, porque o piloto lá da popa, ele não está avistando uma embarcação ou uma outra coisa qualquer na frente, porque ele está lá atrás, não é? E tem de haver o proeiro pra estar cuidando .

— Olha, esse rumo aqui tem um farol (simula a voz do proeiro). O piloto não está enxergando. Tem o farol rapaz, desguia mais pra direita ou pra esquerda é coisa e tal. É por isso que tem o proeiro".

De dia, quando a visibilidade é maior, o piloto tem condições de fazer sozinho a pilotagem da embarcação, assumindo posição no leme e liberando o encarregado da função de proeiro. Es

te, entretanto, costuma substituir o piloto, cujo trabalho é mais exaustivo. A troca constante entre piloto e proeiro acaba por proporcionar ao piloto condição de assumir em pouco tempo a função de proeiro. A ascensão funcional dá-se geralmente entre os chega e vira no seguinte sentido: meeiro, piloto, proeiro-piloto. A ascensão de meeiro a piloto tem caráter puramente funcional, o mesmo ocorrendo com a conversão de piloto a proeiro, podendo o encarregado ocupar as funções de piloto e de proeiro, mas não basta tornar-se piloto para o pescador necessariamente ver-se alçado posteriormente a proeiro e a encarregado. Ao encarregado são exigidas inúmeras qualificações pessoais e mais amplos conhecimentos profissionais, que extrapolam de longe a tarefa específica da pilotagem da canoa.

O aprendizado do pescador nas diversas funções e sua conseqüente ascensão social se vêem afetados pelo porte das embarcações. Quanto menor a canoa, mais indistintas são as funções dos tripulantes que a integram, os quais desenvolvem seus trabalhos absolutamente à vista dos demais, estando separados entre si por distâncias de apenas dois metros, mais ou menos. Se a canoa não tem toldo (as pequenas são assim), sua parte central é vasada, o que possibilita uma completa interação neste espaço único, entre os três pescadores, ao nível do trabalho, o que converte a substituição de funções e o aprendizado de ofícios em espaços e possibilidades igualmente abertas.

Esta estrutura organizacional não se altera quando se trata de um barco a motor. Na verdade, como as embarcações são

relativamente leves, posto que construídas em madeira, as velas tornam-se imprescindíveis para garantirem o equilíbrio e a segurança da mesma, "senão a canoa vira folha n'água"; desse modo, quando se faz referência a um barco a motor, na verdade, trata-se da combinação de vela e motor. De outro lado, as velas auxiliam na propulsão da embarcação, economizando combustível, não sendo dispensáveis.

"Os mares a que a canoa está sujigada (subjugada), tem a maresia, aquele marão, mas ela tendo vela, ela tem apoio, sobe e desce nas ondas. Se ela tivesse só o motor, aí não tinha apoio. Com a vela ela fica a som d'água (à flor d'água), subindo e descendo na maresia. Ela não pode é parar nos meios dos mares, que aí o mar quebra em cima dela. É a vela que ajuda, dá equilíbrio pra ela".

Nos casos em que o proprietário integra a tripulação, ocupa sempre a função de encarregado.

A condição de ser proprietário é independente de domínio maior sobre o processo de trabalho e não decorre ou tem como pressuposto a revelação de maior experiência acumulada em relação aos demais membros da tripulação. É por isso que quando o proprietário integra a tripulação, os camaradas acentuam a intercambialidade e inespecificidade de funções da tripulação como uma unidade de trabalho sem marcadas diferenciações verticais ao nível do trabalho; deslocando a ênfase de sua função para o nível das decisões. Compete ao proprietário como encarregado, um conjunto de decisões relativas indiretamente ao processo de trabalho — fixa

ção dos horários de saída e regresso, providências quanto ao fornecimento do rancho, em geral adquirindo-o fiado diariamente no comércio local, para saldar no fim de semana, venda do peixe aos marreteiros, registro das contas da unidade produtiva, distribuição do produto e pagamento das conta da unidade. O desempenho dessas tarefas resulta da administração do capital, não sendo funções específicas do processo de trabalho propriamente dito, podendo por isso, ser preenchidas pelo proprietário mesmo quando este não auferir de maior conhecimento que os demais tripulantes.

As habilitações exigidas ao encarregado pelo proprietário transparecem nos depoimentos dos camaradas quando se referem ao encarregado enquanto tal, mas não estão presentes quando se trata do proprietário investido da função de encarregado. No primeiro caso, a verticalização das decisões resulta da autoridade emanada pela propriedade do capital e da subordinação do trabalho e da representação do capital transferida à função social de encarregado.

O que parece evidente é que, apesar de não gozar necessariamente e sempre de maior experiência que os demais, o proprietário se vê guindado por força da propriedade, a encarregado da tripulação e dos meios de produção. O eixo de sua autoridade se desloca do trabalho em si para se fixar na responsabilidade que o afeta enquanto proprietário dos meios de produção: "Sou dono do barco e encarregado da embarcação. Sou o responsável pelo trabalho; é o que tem a responsabilidade maior".

A autoridade do encarregado difere daquela que emana do

proprietário dos meios de produção, que resulta da força inerente ao capital, que se transfere ao seu proprietário. No caso do encarregado, ela decorre da competência profissional e da capacidade de gerenciar os meios de produção em nome daquele. De qualquer forma, resulta no primeiro caso, da condição simples e clara de ser proprietário dos meios de produção, ao qual os demais pescadores, não possuindo meios de produção, oferecem sua força de trabalho como parceiros da pescaria. No segundo caso, ela radica na representação que faz o encarregado do proprietário dos meios de produção, valorizando o capital deste, ao qual ele empresta sua força de trabalho e sua lealdade "animando" (incentivando) os camaradas durante o processo produtivo. É o que se constata do discurso do encarregado, ao tentar ilustrar a eficiência de sua atuação:

"Olhe, seu fulano (proprietário), eu vou tirar x da tripulação porque ele não está dando boas provas como pescador. Eu vou tirar x e trocar por outro camarada, pra melhorar. Quando qualquer tripulante está vacilando, ele tira e também o encarregado que é bom mesmo, quando ele sai (ao mar) ele só vem quando ele arruma peixe pra trazer. Por falhar o peixe ele não vem. Por exemplo, o peixe está falhando mas aí ele diz pra tripulação: nós não pode voltar, nós deixemo dívida. Vamos ficar. Nós temo que pagar a dívida e ainda tirar pra nós. Vamos ficar, camaradas, vamos ver se a nossa vida melhora. Esses sim, são os encarregados delegentes, esforçados. Se esforçam por eles, pela tripulação e pelo dono da canoa" (encarregado).

No consenso geral dos pescadores, um encarregado é "bom" quando é capaz de animar os camaradas, sem provocar atritos, tem experiência na pesca e "só volta com peixe". Caso a pescaria não tenha sido satisfatória, um encarregado eficiente permanece com a tripulação ao mar por mais um dia, até obter um nível mínimo de produção. A necessidade de ascensão social e econômica do encarregado obriga-o, ainda que involuntariamente, a explorar em nome do capital, o trabalho dos demais companheiros convertendo esta dominação num efeito perverso, posto que o capital delega ao trabalho do encarregado a competência de explorar o trabalho dos demais camaradas e extrair destes uma quantidade maior de esforço físico.

Se de um lado, a condição hierárquica do encarregado o destaca do conjunto, seu nível de responsabilidade se estende amplamente, implicando no controle das produções individuais e na produtividade da unidade de trabalho. Se a esse nível de responsabilidade corresponde uma maior participação do encarregado (v. Capítulo V) na produção e a um status mais dignificante na comunidade, razões que tornam a função de encarregado a aspiração de quase todos os camaradas, a ascensão ao posto de encarregado resulta de empenho, competência, liderança e autoridade e personifica junto aos camaradas a autoridade e o domínio do patrão, a quem o encarregado está por fim subordinado, conforme se observa pela fala de um camarada, ex-encarregado:

"Agora não sei dizer as quantidades (pescadas) porque o camarada não vai tomando nota e só de cabeça eu não sei. Nunca

gostei de trabalhar de encarregado, porque se acontecê alguma coisa, só cai em cima do encarregado, e assim eu prefiro de tripulante, companheiro, porque assim eu estou por fora, principalmente agora, que já estou velho, mas os novos quer".

O ingresso no ofício de pescador inicia entre os chega e vira como meeiro. Dado que os trabalhos individuais se exercem no espaço físico extremamente reduzido que é a canoa, onde até o porão não consiste numa área destacada das demais, sendo nas embarcações de chega e vira, simplesmente a zona central da canoa, que recebe por cima uma cobertura em madeira e portanto, onde todos os trabalhos são executados à vista dos demais companheiros, a aprendizagem dos diversos ofícios é rapidamente transferida ao iniciante, o que é corroborado pela substituição que um faz no lugar do outro, conforme depoimentos. A aprendizagem dos diversos ofícios não representa sempre possibilidade de ascensão social, pelo menos ao cargo de encarregado, que requer além do conhecimento do ofício, determinadas qualidades pessoais, algumas das quais de difícil aquisição. Entretanto, o meeiro pode facilmente passar a outra função entre os chega e vira ou mesmo como "pescador de fora", o que, se não significa em ambos os casos, maiores rendimentos financeiros, posto que, apenas o encarregado percebe uma quota na produção, pelo menos significa assumir outra função onde o trabalho é menos perigoso e exaustivo que o de meeiro ou marrequeiro e mais valorizado socialmente.

Se a ascensão social dos pescadores ao pretendido cargo de encarregado é longa, a via de acesso a ele é estreita e con

tradiçãõria. Se o encarregado aufere de poder, dentre outras coisas, para recrutar e despedir camaradas (da "sua tripulaçãõ") re partir o resultado da produçãõ de forma quase soberana (conforme se verifica na entrevista acima, uma vez que unicamente ele manipula o registro da produçãõ da unidade), sua esfera de dominaçãõ estã circunscrita hierarquicamente "em baixo", pela interposiçãõ que lhe fazem os demais camaradas no sentido de nãõ permitirem a exploraçãõ do trabalho, alãem de um certo limite e "em cima", pela subordinaçãõ ao proprietãrio dos meios de produçãõ, a quem, em ùltima instãncia deve prestar contas. È, portanto, no que concerne ao processo de trabalho que o encarregado expressa livremente sua capacidade organizativa e de liderançã que se efetiva pela subordinaçãõ dos demais no processo de extraçãõ de um esforço de trabalho maior de cada um dos camaradas, do que resulta, ao final, uma produtividade maior da unidade como um todo e participações maiores do proprietãrio e do encarregado e secundariamente, dos demais tripulantes.

b) Jornada e Processo de Trabalho

A jornada de trabalho do chega e vira implica no regresso diãrio à cidade, com vistas à venda do peixe fresco; se eventualmente isto nãõ ocorre, de qualquer modo, a permanãncia por mais tempo entre os chega e vira no mar nãõ È habitual, posto que implica na deterioraçãõ completa ou parcial da produçãõ pescada e ocorre nos casos em que, apõs trabalhar todo o primeiro dia ou parte considerãvel dele os pescadores nãõ efetivaram a produçãõ, ou o fizeram em porções tãõ insignificantes que podem consumi-la durante a prõpria jornada de trabalho; para evitar desperdícios,

muitos dos pescadores transportam consigo uma certa quantidade mínima de sal com a qual podem salgar esta produção pequena do primeiro dia e assim regressar no dia seguinte com o peixe fresco para a venda. Noutras ocasiões o chega e vira logra vender o pescado às canoas freteiras ou gèleiras com as quais depara no mar e fica assim desobrigado de regressar à cidade para vender o pescado fresco, permanecendo no mar por mais um dia ou parte dele. A venda a esses intermediários tem como contrapartida o recebimento "gratuito" de um pequeno farnel composto de quantidades mínimas de alguns gêneros essenciais à permanência da tripulação no mar: um litro de farinha, 100 gr. de café, 100 gr. de açúcar, um pacote de bolacha, um litro de querosene e às vezes, um pedaço de charque. A gratuidade desse fornecimento não consolida vínculos comerciais entre estes intermediários e os chega e vira, para os quais fica implícito que como "ninguém dá nada de graça", os preços correspondentes ao farnel são descontados por ocasião da pesagem do peixe na balança do comprador ou cobrados indiretamente pelo rebaixamento do preço do peixe adquirido pelo comprador. Ainda assim é utilizado pelas canoas motorizadas para as quais o custo do combustível para o regresso podem parece mais elevado que a perda possível no preço ou pesagem do peixe e pelas canoas a vela para as quais implica em gastar uma maré enchente para isso:

"A vantagem é que ele (o chega e vira) pode continuar lá mesmo e não empata uma maré só pra vir deixar o peixe aqui. Só que eles pagam o peixe mais barato" (pescador de barco a vela).

O que determina portanto a permanência do chega e vira

no mar por uma jornada diária de trabalho é o não processamento do pescado (que é vendido fresco em terra) o que reflete o porte restrito do capital incorporado pelos proprietários do chega e vira, cujas embarcações pequenas (geralmente entre duas e quatro toneladas de capacidade total) não comportam na maioria dos casos, em seu interior, o transporte de caixas zincadas para conservação do peixe gelado, ou mesmo condições de adquirir o gelo triturado, vendido na capital apenas; nem podem valer-se da salga como forma de conservação do pescado, pois não dispõem de espaço para seu processamento. O porte da embarcação limita, sob vários ângulos, a zona de pesca passível de ser trabalhada pelo chega e vira, cujo raio de ação fica circunscrito a uma distância que torne permissível o regresso diário à cidade.

O processo de trabalho se desenvolve ao longo de seis etapas necessárias mas nem sempre consecutivas, posto que, podem e são freqüentemente realizadas simultaneamente:

1a. Arrumação dos trastes da canoa

Esta operação consiste em dispor a rede de emalhar (ou espinhel) no interior da embarcação, arrumada de tal forma que ela seja lançada ao mar sem se embaraçar ou engatar nas inúmeras bóias de pequeno tamanho presas à parte superior da rede, nem da fileira de pesos de chumbo que pendem de sua base⁴³. A tarefa de

⁴³ As redes malhadeiras empregadas na Vigia são de fácil confecção, tecidas em nylon ou fio de plástico, variando o tamanho das malhas em função do tamanho médio dos peixes que pretendem preferentemente capturar (v. figuras I e II). São armadilhas silenciosas e de espera que ficam mergulhadas com

arrumar a rede antecede a partida, é efetuada por duas pessoas e as ocupa, dependendo do tamanho da rede, que no caso dos chega e vira nunca são grandes (600 a 1.200 braças) por cerca de duas horas, para dispô-la arrumada no porão da canoa. Dado o porte pequeno das embarcações e o manejo constante das velas que dificulta a movimentação dos camaradas no interior da canoa, os pescadores arrumam a rede antes da saída da canoa, chegando para isso antecipadamente ao cais, enquanto o encarregado providencia a aquisição do pequeno rancho diário para a tripulação junto ao comércio local. Após arrumarem os "trastes da canoa" a tripulação está apta a partir.

2a. A busca e localização de um pesqueiro

Os pesqueiros são locais onde habitualmente a abundância de peixes é maior, de forma a tornar o trabalho do pescador mais produtivo. Não dispondo de instrumental que o capacite a identificar a posição, o movimento e a profundidade dos cardumes, como aliás todos os demais pescadores da Vigia, os chega e vira pilotam a embarcação em direção a amplas faixas de água tradicionalmente conhecidas pela abundância e variedade de peixes e nela situados iniciam a busca de indícios visíveis à flor d'água com fins de posicionarem-se micro-espacialmente: orientam-se pela pre

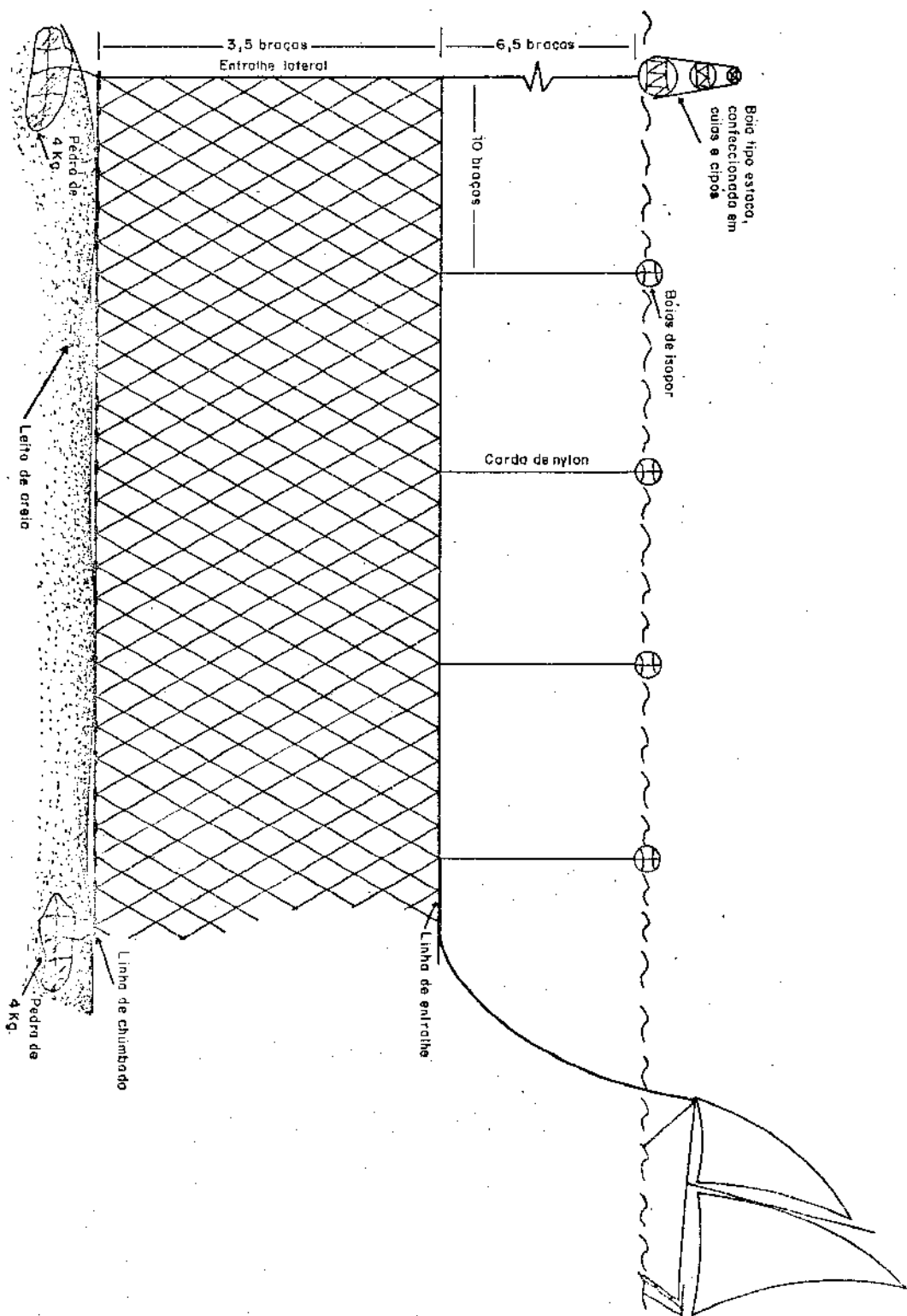
uma fileira de pequenas bóias que flutuam sobre as águas, enquanto o corpo da rede fica submerso, retesado pelo peso dos chumbos que pendem da linha inferior. Prendem-se por uma extremidade à embarcação e pela outra a uma pedra ou uma âncora de confecção caseira ou artesanal. As bóias são geralmente confeccionadas pelos próprios pescadores que adquirem na Vigia cortiça ou folhas de isopor e recortam-nas eles próprios.

sença da "cumidia" (cardumes de sardinhas que vez por outra passam saltitando fora d'água, tornando-se visíveis aos olhos argutos dos pescadores e assim denominados por servirem de alimento a peixes maiores, que por isso se deslocam atrás dos primeiros); ou pela "liseira", aparência gordurosa e lisa que as águas assumem e que segundo os pescadores são decorrentes do vômito de peixes.

Após a escolha do local, um dos camaradas lança o prumo (fio com pedra ou chumbo na ponta) até encontrar um ponto cuja profundidade seja adequada ao lançamento da rede, que tendo seu corpo em média três a quatro braças de altura (fora as cordas de bóia) deve ficar com sua base tocando as areias do fundo das águas. Conforme se verifica pela Fig. 1, as redes mais comuns na Vigia apresentam em sua parte superior uma média de 60 a 100 bóias presas a elas por cordas de nylon. Após medir a profundidade com o prumo, um dos pescadores vai regulando o comprimento de cada uma das várias dezenas de cordas, para ajustá-las à profundidade em que a rede será lançada. Como a soma da altura da rede mais a das cordas alcança pouco menos de 10 braças, se a profundidade onde a rede vai ser jogada for de nove braças, o pescador vai ajustando cada uma das cordas, puxando-as até que a soma das alturas se reduza a nove braças. Esta operação é repetida a cada vez que a rede é lançada ao mar.

"O que muda é lã, quando chega, que tem que aplumar a fundura. É preciso medir as cordas de bóia, que não pode ter nem mais nem menos. A rede tem que trabalhar de acordo com a fundura,

FIG. 1 - Tipo de rede mais comum no Vigia.



OBS:

- A altura das cordas de bóia é regulada conforme a profundidade em que a rede é lançada; como no total a altura alcança pouco menos de 10 braças (das pedras às bóias), se a profundidade for de 8 braças, é preciso puxar cada uma das cordas para que a altura total diminua para 8 braças, o que é feito a cada vez que se lança a rede;

- As redes caçoira, serreta, douradeira e outras de malheiro maior servem também à captura da gurijuba, filhote, nero, pirapama, etc), tem as cordas de nylon das bóias com mais ou menos 1/2 braça de comprimento; ocupam 3 tripulantes no trabalho;

- Uma rede com 800 braças, tem portanto, 80 bóias, posto que a cada 10 braças de rede corresponde uma bóia.

arrastando no fundo. Tem horas que o peixe tá no raso, tem horas que tá no fundo e é preciso aprumar a rede pra poder redar. As bôias é preciso ficar rente à água. Cada vez que reda, ajeita tu do de novo".

O deslocamento para o local da pescaria tem duração muito variada, dependendo primeiramente de ser a embarcação propulsionada a vela ou a motor-vela e secundariamente, da distância entre a cidade e o pesqueiro pretendido.

Os chega e vira utilizam-se de embarcações a vela e mistas (ou seja, conjugando vela e motor), sendo que as primeiras são hoje muito mais numerosas que as últimas⁴⁴. Em geral, o motor é utilizado para percorrer as águas até às proximidades do local adequado à pescaria. A partir daí utilizam-se da vela, a fim de não afugentar os peixes com o ruído da máquina, acionando o motor no percurso de volta à cidade. Com freqüência e, dependendo do tempo disponível e da ocorrência de vento forte e favorável, içam as velas também para retornar, economizando assim óleo e diminuindo os custos de operação.

Se propulsionado a motor, os camaradas decidem a hora da partida, o que eventualmente pode ser independente do regime das marés.

"O motor tem a vantagem da gente poder sair na hora que quer, não depende da maré. O motor depende só de Deus e do óleo

⁴⁴ Por ocasião da pesquisa 44,5% das embarcações de chega e vira entrevistados operavam com propulsão mista (vela-motor) enquanto 55,5% dispunham apenas de velas.

pra funcionar. Eu saindo na vela com vento bom, até a Ponta do Ma guari são seis horas de viagem. O motor tem uma parte favorável e noutra descontrola. Ele precisa de muito auxílio: lubrificação e peças e tudo o mais. Se ele quebra, adeus, tem que ter dinheiro. A canoa de vela, dura a vela um ano e o motor consome dinheiro todo o dia. Eu não acho vantagem nenhuma uma embarcação pequena ter motor". O mais corrente é que, com ou sem motor os pescadores preferem sair do cais enquanto a maré está vasando ou "puxando para fora" (e durante a noite) quando então é exigido um esforço menor e menor despesa em combustível para alcançar os pontos pretendidos. O vento é um fator condicionante a se considerar, nos casos dos barcos a vela: quando o vento está forte e propício a sua saída, isto ocorre mais freqüentemente no verão, em três a quatro horas a embarcação já se terá afastado o suficiente para alcançar o local visado, que pode se situar em pontos de diferentes distâncias da micro-área; caso contrário ou quando o pesqueiro visado se situa distante da cidade, este período pode se alongar por até cinco horas ou mais, restringindo assim o tempo destinado à captura do pescado, já que o regresso deverá se dar ainda no mesmo dia. Enquanto parte considerável da jornada e do esforço físico é despendido pelas tripulações de barcos a vela no simples deslocamento até os locais propícios à pescaria e no regresso à cidade, os barcos a motor podem cobrir cada um desses percursos em apenas uma hora e trinta minutos ou duas horas de viagem, liberando mais tempo e maior força humana, que se concentram na fase da captura, refletindo-se não apenas na diminuição do esforço físico, como no encurtamento da jornada de trabalho e no aumento da produtivi

dade por unidade de trabalho, possibilitando maior número de reda das ou mesmo a simples permanência da rede ou outro aparelho por mais tempo na água. No verão, praticamente não há diferença sen sível no tempo despendido nos percursos de ida e volta das canoas motorizadas ou a vela, pois os ventos fortes favorecem as últi mas e obrigam as primeiras a deslizar o motor ou reduzir sua mar cha para não sobrecarregá-lo ou danificá-lo. No inverno, entre tanto, as diferenças são consideráveis, em favor dos barcos moto rizados.

A possibilidade de realizar uma boa pescaria nos pesquei ros mais próximos está comprometida pela alta frequência dos bar cos menores nessas águas, razão pela qual os pescadores são for çados a dispersarem-se e afastarem-se cada vez mais até o limite da capacidade física de suas embarcações e do tipo de propulsão, que condiciona o regresso. Em geral têm como limite o cabo Maguari.

3a. A pescaria

Quando alcançam um pesqueiro os pescadores já estiveram ocupados por quatro a cinco horas de trabalho, pelo menos aqueles que viajam em embarcações a vela. Aguardam os primeiros raios da alvorada para iniciarem a pescaria. Recolhem as velas ou des ligam o motor e iniciam a tarefa de lançar a rede, que mobiliza todos os tripulantes. Se ela é do tipo caçoeira, serreira, dou- radeira etc. (Fig. 1), um dos camaradas lança um peso (pedra) fi xado a uma corda ao longo da qual se prende a lateral da rede (o entralhe) e no topo da qual flutua uma grande bóia feita de cuias e cipós. A rede vai sendo desfraldada pelos camaradas: um

deles vai lançando o corpo de malha da rede, enquanto outro camarada vai ajustando as linhas com bóias de isopor ou cortiça e lançando-as n'água; o último vai retirando rapidamente a rede do fundo da canoa e passando-a aos demais. Deixam que o barco à deriva trace o curso da rede, que vai sendo desfraldada até estar retesada, sendo sua extremidade final presa à embarcação.

A intensidade do trabalho nesta etapa é acentuada e o dispêndio de energia física aumentado, posto que o ritmo do trabalho não depende apenas deles próprios mas está determinado pelo movimento que o vento imprime ao barco à deriva. Jogam finalmente o outro peso com o qual estacionam parcialmente a embarcação, que vagorosamente se locomove, arrastando consigo a rede.

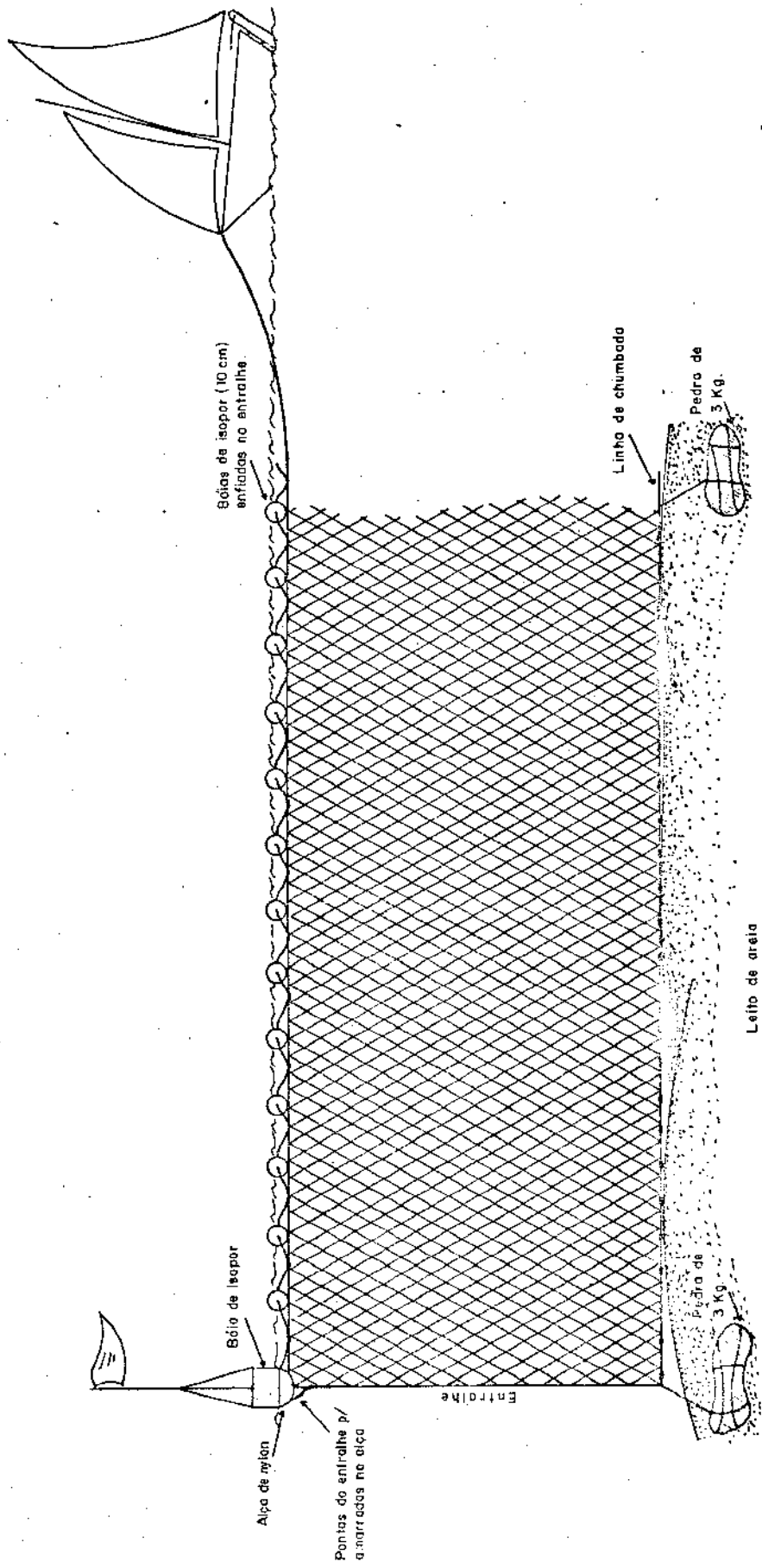
Embora os pescadores alcancem o local da pescaria durante a noite ou às primeiras horas da madrugada, preferem esperar o dia começar a clarear para lançarem suas redes. Dada a alta frequência de redeiros na área e ao fato de que as redes têm um comprimento que varia entre 600 a 1.200 braças, tornam-se alvos vulneráveis dos frequentes roubos das extremidades que se situam mais afastadas da canoa, invisíveis no escuro da noite, sem que os pescadores se apercebam do fato senão na hora de recolhê-la. Em vista da alta incidência de roubos noturnos, a pescaria à noite nas águas próximas vem rareando o que obriga os pescadores a um prolongamento involuntário da jornada de trabalho à espera do alvorecer. Outros, entretanto, considerando a alta frequência de redeiros durante o dia, preferem anteciparem-se a estes, lançando suas redes durante a noite, iluminando-as com um ou dois fa-

rõis que ficam amarrados às bóias flutuantes. Nestes casos, os pescadores ficam vigilantes para precaverem-se contra os mencionados roubos, enquanto os primeiros podem dormir ainda que seja algumas poucas horas.

Aguardam entre duas a três horas com a rede n'água antes de recolhê-la. O ato de recolher a rede mobiliza os esforços de toda a tripulação, posto que o peso da rede após molhada aumenta consideravelmente e a ele se acrescem o peso dos peixes e a resistência da água: dois pescadores puxam a rede, enquanto um terceiro vai retirando os peixes e se houver um quarto, este vai arrumando a rede ordenadamente na escotilha. Também nesta fase, a redução da tripulação requer uma distribuição diferente e mais apertada das tarefas, posto que, nenhuma delas pode ser suprimida, obrigando a uma concentração maior de esforços num mesmo espaço de tempo. A figura 2 mostra um tipo de rede utilizado de forma semelhante àquela anteriormente descrita, embora destinada a pesca de peixes de água salgada, no verão, como a tainha e a pratinha.

Ao lado dessas modalidades de pescaria de rede, uma outra é bastante comum entre os pescadores da Vigia: é a pesca de peixes de porte pequeno como a tainha e a pratinha, nas praias das ilhas próximas, na baixa mar, "no raso". Este tipo de pescaria exige a participação de cinco pescadores, ou no mínimo de quatro, refletindo sua adoção pela unidade produtiva no tamanho da tripulação e na rotatividade dos elementos que a integram nos períodos da safra desses peixes, se o proprietário da embarcação possuir rede de pesca "no raso".

FIG.2 - Rede Pratinheira, Tainheira e Caiqueira (1)



(1) - 11 metros sem descer da casa, ocupando 3 tripulantes

Neste caso, dá-se uma alteração significativa no processo de trabalho: o encarregado procura identificar sinais de existência de cardumes próximos às praias das áreas vizinhas, antes de iniciarem a pescaria. Então, dois ou três homens descem da canoa com a rede nos ombros, enquanto o primeiro deles arrasta a rede por uma haste de madeira (o calão) posicionada verticalmente, de forma a fazer um semi-círculo em frente à praia — a camboa (Fig. 3). Feita a camboa, dois dos pescadores fazem ruído batendo e agitando as águas na parte interna do semi-círculo, de modo a dirigir os peixes no sentido do malheiro da rede. Finalmente, com cestos de talas, vão retirando os peixes emalhados e jogando-os no fundo da canoa, pilotada pelo encarregado, próximo à rede.

Esta modalidade apresenta grande grau de periculosidade, posto que os pescadores desenvolvem a pescaria com os corpos parcialmente mergulhados na água e próximos à rede, que eventualmente, além dos peixes pretendidos, abriga no interior do semi-círculo, peixes ou outros animais de maior porte e mais perigosos. De qualquer forma, só o fato de pescarem dentro da água já implica em alto risco de acidentes, o que se acresce ao enorme dispêndio de energia durante toda a operação de formação da camboa, até a "despescagem" da rede. Este enorme gasto de energia humana limita os pescadores "do raso" a apenas uma redada por jornada de trabalho e por maré.

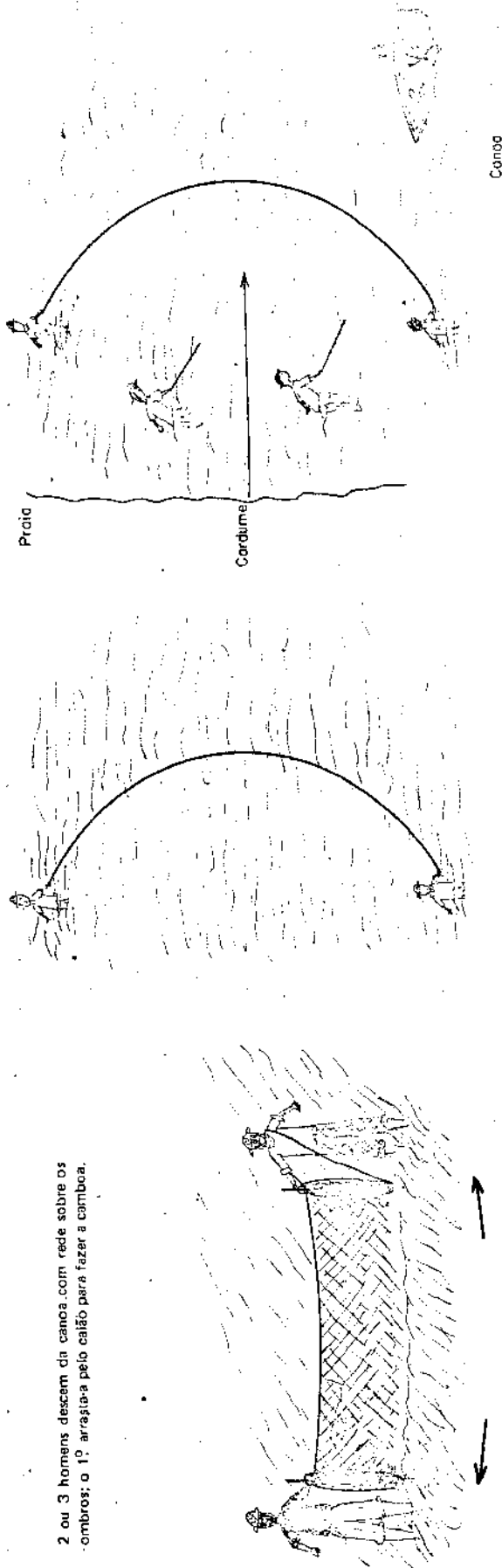
Encerrada a pescaria, os rédeiros regressam à cidade onde chegam com a maré enchendo, durante o expediente matutino.

FIG. 3 - Croquis da Pesca de Pratiqueira e Tainha no Roso (1)

Enquanto 2 homens sustentam os calões, e os puxam em direção à praia, 2 outros batem as águas para dirigir os peixes no sentido da rede para se emalharem; 1 deles pilota a canoa, próximo à rede, para receber os peixes. Depois, com cestos vão recolhendo os peixes e colocando-os na canoa.

4 homens descem da canoa depois de tirar o prumo para medir a profundidade da água, que deve ficar, à altura de suas cinturas.

2 ou 3 homens descem da canoa com rede sobre os ombros; o 1º arrastava pelo calão para fazer a camboa.



Uma alça de nylon passa pelos ombros do pescador que vai à frente

(1) Descendo da canoa, na beira das praias ou no roso, este processo ocupa 5 pessoas.

Menos numerosos que os redeiros são os chega e vira que atuam com espinhéis (v. fig. 4), se auto-designam escoradores e apresentam certas especificidades quanto aos redeiros, que se não afetam significativamente o processo de trabalho, vão se refletir nos custos dos meios de produção (v. Capítulo V). Diferem em relação aos primeiros pelo menos nos seguintes pontos relativos ao processo de trabalho: a jornada de trabalho para alguns dos escoradores começa mais cedo que a dos redeiros, posto que, os primeiros necessitam de isca para colocar nas centenas de anzóis que compõem o espinhel e utilizam amurês, peixes longilíneos que habitam tocas no fundo dos rios e furos das proximidades da cidade da Vigia. Embora já exista na Vigia um pequeno número de amurreiros, mergulhadores exímios que se dedicam a esta tarefa para fins de comercialização, uma parte dos escoradores ainda se responsabiliza pessoalmente pela captura dos amurês, com vistas a gozar de maior autonomia no que concerne ao funcionamento da unidade de produção através da redução dos custos operacionais. A existência de rios e furos que banham a cidade da Vigia permite a realização dessa tarefa pelos próprios escoradores, que se dirigem aos locais determinados na baixa-mar, caminhando por mais ou menos meia hora ou indo de bicicleta, quando a possuem: "Vou para a boca do rio e eu pego (amurês) com a redinha ou na tarrafa; eu vou mergulhar no lodo, no fundo, nas tocas e tiro o amurê; levo mais ou menos uma hora".

Algumas tripulações revesam entre seus membros a tarefa diária de capturar os amurês, trabalho esse que além de cansativo, posto que implica em ficar no fundo da água manejando o apa

FIG. 4 - Linha ou espínhel - aparelho de pesca dos escoradores (submerso pelo movimento da maré)

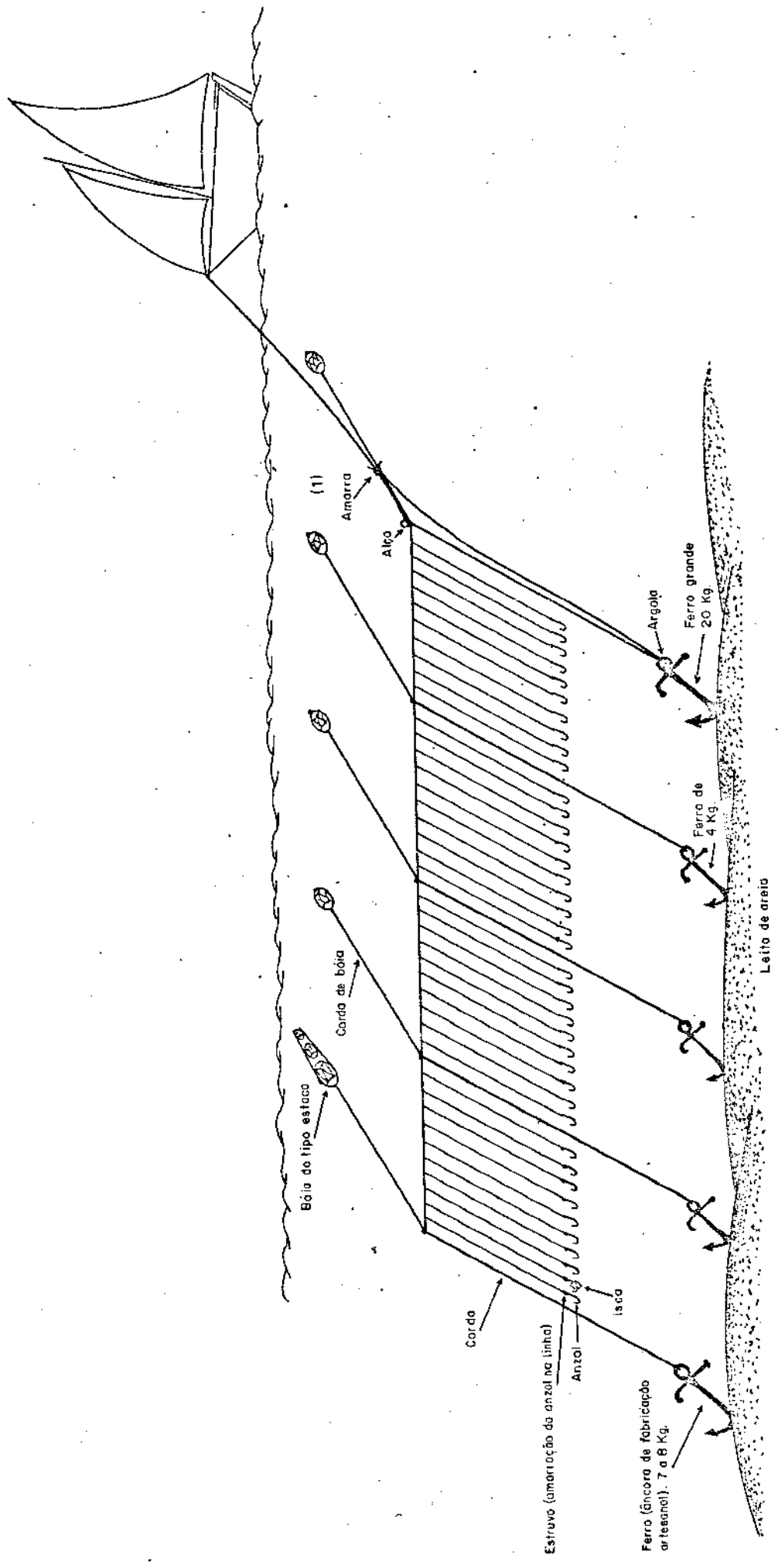


FIG. 4 - Linha ou espínhel - aparelho de pesca dos escoradores (submerso pelo movimento da maré)

reinho (geralmente a tarrafa) e subindo à tona repetidas vezes para respirar, é também penoso pelos problemas que acarreta à visão, órgão que se esgota cedo à custa desse esforço e finalmente, é perigoso, posto que executado em águas turvas e lodosas, onde, se os amurês são freqüentes também o são as arraias e outros animais. Por isso, a maior parte das tripulações opta por adquirir os amurês com os amurezeiros locais, diariamente e porque este trabalho é feito na maré vazante, hora de sair para a pescaria.

Após adquirirem as espécies em número suficiente (10 a 30), os pescadores transportam de suas casas os aparelhos (espínhéis, bóias, faróis) e um pequeno rancho, comum a todos os chega e vira, redeiros e escoradores: uma garrafa térmica com café; bolachas, farinha, sal e querosene (para faróis) e carvão em quantidade suficiente para temperar e cozer um alimento em caso de permanência mais prolongada. Dirigem-se para a canoa, aportada no cais, onde "agasalham" os pertences diversos enquanto um dos camaradas, o que ocupa a função temporária de empatador, executa a tarefa de empatar a linha, isto é, arrumá-la no barrote (também conhecido como empatador ou anzoleiro) — peça onde são fincados os anzóis, deixando-os pendentes, de modo a não embaraçarem-se nas linhas. Os demais, em seguida, cortam as iscas e vão "iscando" a linha, ou seja, fixando-as em cada um dos anzóis. Navegam em seguida, no início da maré vazante, em direção a um pesqueiro.

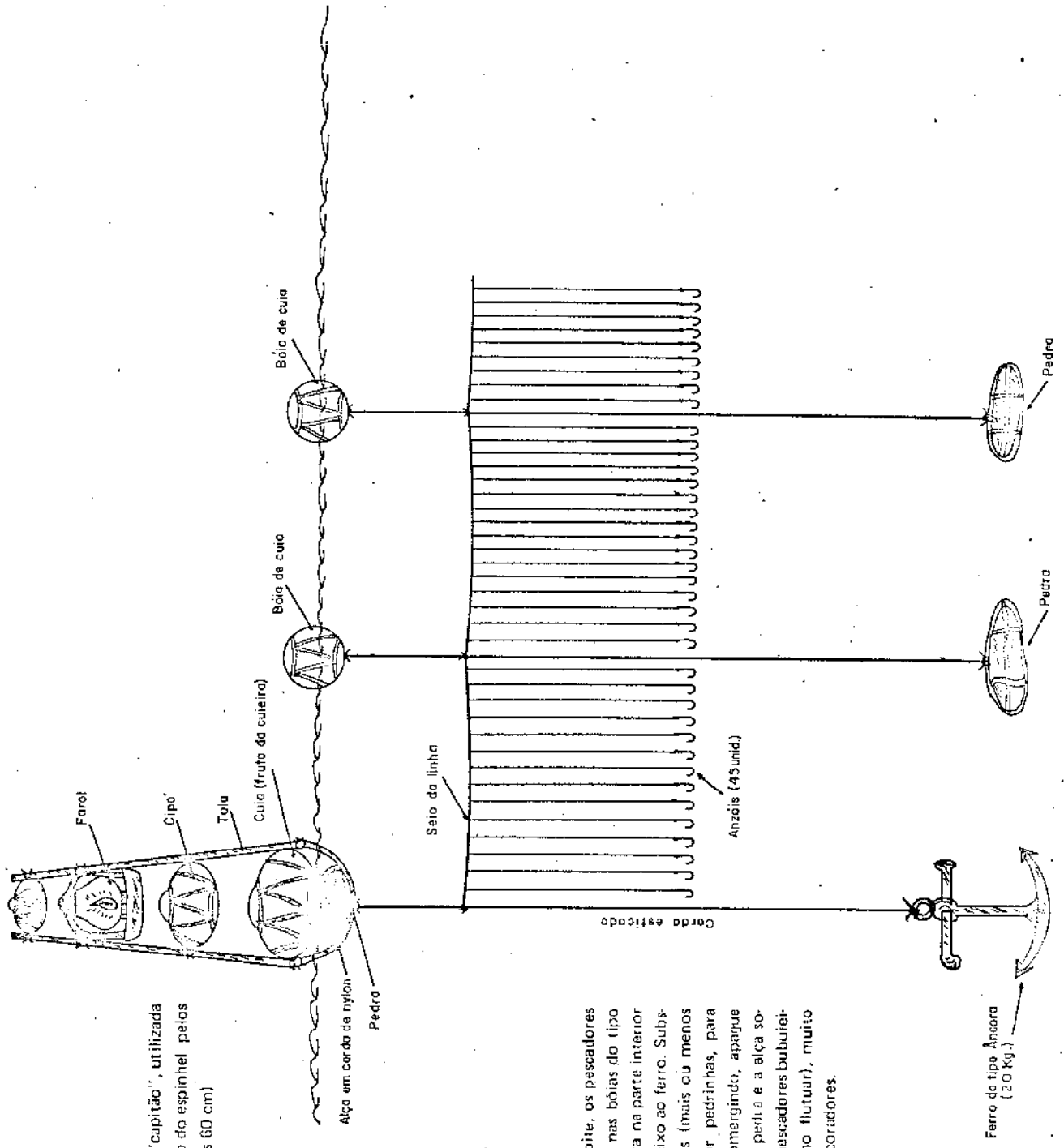
Ao chegarem ao local escolhido, aguardam a maré começar a encher; um dos camaradas dirige-se ao barrote e lançando n'água um "ferro", ao qual está presa a extremidade do espinhel, vai em seguida retirando rapidamente os anzóis do barrote, enquanto ou

tro pescador joga a extremidade da linha n'água, alternando, a intervalos regulares, a soltura das bóias. A canoa vai se afastando com a linha, até que, estando esta totalmente esticada, a canoa é fundeada e a linha amarrada nela. Como o espinhel é lançado num momento em que a maré está "correndo", a força das águas inclina o aparelho, que forma um ângulo de mais ou menos 45° , de tal forma que as bóias fixadas ao fundo pelos pesos ficam totalmente submersas, embora amarradas à canoa.

Jogar o aparelho na água, consiste numa tarefa perigosa e que exige por parte do empatador grande concentração e agilidade: enquanto a canoa se afasta em movimento, os demais camaradas, em pé, manipulam a linha e os anzóis, que passam velozes por entre suas mãos. São freqüentes os casos de acidentes decorrentes de não conseguirem lançar n'água os anzóis com maior rapidez do que a velocidade com que o vento obriga a canoa a se afastar do ponto em que a extremidade da linha foi lançada; com freqüência um anzol prende-se aos dedos, às mãos, braços ou peito do pescador, obrigando-o a alargar o ferimento com uma faca, a fim de retirar o anzol, quando ele passando velozmente se crava numa parte qualquer do seu corpo: Daí que as mãos dos pescadores, tanto redeiros como escoradores que atuam durante muito tempo na tarefa de lançar o aparelho n'água transformam-se ao longo dos anos, tornando-se tão grossas e endurecidas que, às vezes ficam impedidos pela calosidade excessiva, de fecharem cada uma das mãos completamente.

Aguardam com a linha n'água por mais ou menos duas horas, quando então recolhem-na aproveitando para isso uma fase em

FIG. 5 - Bóia com farol - utilizada na extremidade e parte central do espindel, na pesca noturna.



Bóia do tipo "estaca" ou "capitão", utilizada na extremidade e no centro do espindel pelos pescadores (mais ou menos 60 cm)

OBS: Quando pescam à noite, os pescadores de espindel fixam 2 faróis nas bóias do tipo estaca e amarram uma pedra na parte interior da mesma, fixando-a em baixo ao ferro. Substituem as pequenas âncoras (mais ou menos 12 em cada aparelho) por pedrinhas, para evitar que o aparelho, submergindo, apague o farol. Por tanto o farol, a pedra e a alça são utilizados pelos pescadores buburios (que deixam o aparelho flutuar), muito menos numerosos que os escoradores.

Ferro do tipo Ancora (20 Kg.)

que a maré tenha parado de correr. Aí então, as bóias e linhas assumem a postura vertical e começam a emergir. É hora de des-
 pescar o aparelho: um dos pescadores puxa a linha, o outro a dis-
 põe ordenadamente no barrote ou empatador, enquanto o tercei-
 ro vai retirando os peixes dos anzóis e jogando-os no interior da
 canoa. Como o recolhimento do espinhel é feito com a maré para-
 da, a canoa é como que puxada pelos pescadores, à medida que es-
 tes recolhem a linha, que se não se rompe é porque está reforça-
 da por uma corda que corre paralela a ela e à qual está amarrada.
 Regressam em seguida, chegando à cidade pela manhã (Fig.5).

Enquanto os redeiros podem lançar a rede mais de uma vez
 por jornada, o mesmo não pode ser feito pelos escoradores, posto
 que a linha somente pode ser recolhida na maré parada. Lançá-la
 novamente obrigaria a aguardarem uma nova "parança", seis horas
 após, implicando numa excessiva extensão da jornada de trabalho.
 Este tipo de limitação, ao afetar desvantajosamente a produtivi-
 dade e a jornada de trabalho dos escoradores, leva-os a valori-
 zarem a rede, de forma que hoje, na Vigia, os redeiros já superam
 numericamente os escoradores e a adoção da rede vem se ampliando
 com celeridade.

5a. "Passagem" do peixe e lavagem da canoa

A "passagem" do peixe ou seja, o ato de vendê-lo aos in-
 termediários do cais coincide com a lavagem da canoa. Compete ao
 encarregado a venda do pescado, operação geralmente rápida e sem
 delongas: os intermediários encontram-se no cais à espera das em-
 barcações, que geralmente afluem à hora da maré enchente, quando

as ondas se projetam em direção à terra. Fundados em relações de compra e venda anteriormente realizadas com determinados marreiros, os pescadores são por eles procurados à chegada dos barcos. A venda pode se realizar a dinheiro, na hora, ou simplesmente através da anotação feita pelo marreiro em uma folha de papel ou caderneta, da quantidade de peixe que lhe foi entregue por cada tripulação, para acerto de contas ao final da semana.

Assim sendo, como a maioria dos pescadores costuma receber o correspondente a sua parte na produção em dinheiro ao final da semana, significa dizer que, paralelamente, a força de trabalho deles foi antecipadamente cedida ao proprietário e ao marreiro por igual intervalo de tempo, o que não ocorre com aqueles poucos que se articulam de outra forma, recebendo em dinheiro diariamente. De outro lado, obriga-os a recorrerem aos créditos junto aos merceiros e taberneiros locais, como recurso para realizarem suas compras destinadas ao consumo familiar.

Simultaneamente com a "passagem" do peixe sob a incumbência do proprietário, ou do encarregado, os demais membros da tripulação dedicam-se a uma operação sistemática: a lavagem da canoa a cada final da jornada de trabalho: "A canoa do pescador merece o zelo porque é a casa dele. Se não lavar a canoa, dá mau cheiro, dá caraca, dá turu. Por isso é que a gente lava a canoa por dentro e por fora todos os dias — para os bichos não estragarem e pro cheiro não entranhar".

Realmente, as embarcações de pesca da região, por serem construídas em madeira são vulneráveis à ação do turu, molusco

que penetra na madeira sob a forma de larva, cresce, alimentando-se do pó da madeira e habita os sulcos profundos por ele escavados, que atingem 20 ou mais centímetros de comprimento por dois centímetros de diâmetro. A caraca, uma espécie de crustáceo que adere às superfícies de madeira e metal, propagando-se em colônias, tem efeitos menos maléficos, mas provoca o atrito do casco da canoa contra a superfície das águas, prejudicando a aquadinâmica da embarcação, diminuindo-lhe a velocidade. Desse modo, a tarefa de lavar a embarcação deixa de ser opcional, integrando-se ao processo de trabalho diário, pela força da necessidade e requer pelo menos mais uma hora adicional de trabalho diário.

6a. Reparos dos trastes da canoa

Os trastes, expressão utilizada pelos pescadores para designarem o conjunto dos diversos aparelhos de pesca, tanto pela própria natureza de sua fabricação caseira, como pelo dano que lhe causa, o uso constante, costumam deteriorar-se rapidamente. Como são utilizados nas águas da foz dos grandes rios, onde as matérias em suspensão são muito numerosas, as redes e espinhéis costumam ficar presos em paus que se encontram mergulhados, rasgando-se parcialmente no caso das redes e perdendo anzóis, que são também levados por peixes maiores que escapam dos espinhéis, tornando necessários reparos permanentes. Enquanto no caso dos espinhéis a substituição de um fio ou anzol pode eventualmente ser adiado, no caso das redes, o retardamento não deve ocorrer posto que, seu uso nestas condições aumentará a proporção do estrago, alargando-se pelas adjacências do rombo original. No dizer

de um pescador: "Dando peixe no aparelho, o estrago é quase certo. E se o pescador não cuida todo o dia do aparelho, quando dá fê, tem que parar por uma semana pra consertar tudo. Aí o prejuízo é maior".

Em vista disso, a jornada de trabalho não se encerra mas é parcialmente interrompida quando o pescador regressa à terra, dirige-se para casa, fazendo uma refeição completa - o almoço - compartilhada pelos demais membros da família. A rede ou o espinhel costumam ficar na própria canoa, sendo transportados para casa nos fins de semana. Os pequenos consertos diários, são efetuados na própria canoa, antes de uma nova viagem, ou às vezes, quando se trata de um reparo rápido, logo após a lavagem da canoa.

Dormem depois do almoço algumas horas. O sono interrompido é uma constante na vida dos pescadores, que recompõem suas energias diárias dormindo parte das horas que sucedem esta refeição e antecedem nova partida e tem seu término antecipado quando há necessidade de pequenos reparos nos aparelhos, nem sempre diários, embora o seja a avaliação dos mesmos, com vistas a identificar estragos. É evidente que essa extensa e penosa jornada de trabalho impossibilita um número considerável de pescadores de arcarem ainda com o trabalho adicional do reparo dos aparelhos, que antecede uma nova partida, daí porque esta tarefa é frequentemente transferida aos demais membros da família, sobretudo aos filhos do sexo masculino e à mulher, que com essa ajuda resguardam o chefe da família em dois sentidos: fisicamente, quando lhes

proporcionam a possibilidade de um sono mais prolongado e reparador das energias, assim como no que concerne à frequência ao trabalho e à participação na produção, que não se vêem por isso alteradas. Nestes casos, os pescadores transportam os aparelhos para a casa de um dos pescadores. Nem sempre contudo, os reparos são de pequena monta, o que impossibilita de serem feitos no intervalo de uma viagem, obrigando a tripulação a permanecer em terra para os consertos necessários, resultando conseqüentemente numa queda nos rendimentos pessoais. Em tempos normais as tripulações de chega e vira trabalham de quatro a seis dias por semana, quase nunca pescando aos domingos e dias santos e em alguns feriados mais importantes. Contudo, esses dias não são dedicados exclusivamente ao lazer: costumam ir à igreja, onde encontram amigos e parentes, atualizam-se sobre os acontecimentos gerais do bairro e da cidade; outros aproveitam para ir ao mercado, onde compram carne ou aves, variando a alimentação, que nos demais dias consiste no pescado trazido por ele. Ao final das manhãs e das tardes domingueiras são comuns as cenas de pescadores reunidos na casa de um deles, enquanto tecem redes, substituem anzóis ou reparam "estruvos" (amarração de fio fortemente apertado que une cada anzol a sua ponta de linha respectiva), encapam bóias com cipós etc...

c) Considerações Gerais

A dilapidação da força de trabalho do chega e vira manifesta-se sob formas variadas e resulta do desgaste orgânico e mental que ultrapassa o que se costuma considerar normal, quando comparado ao de muitas outras formas de trabalho, devido à extrema e continuada jornada de trabalho sob sol, chuva, vento e umidade e à constância do trabalho sob essas mesmas condições; pou

cas horas de sono diárias, noites indormidas, acidentes de trabalho e as doenças, crônicas (o reumatismo, principalmente), ferroadas de arraia e outros peixes. "A vida da pescaria maltrata muito o rim do pescador, por causa de puxar a rede". "Tenho um filho que me ajuda; agora eu não posso pescar muito porque estou doente, porque essa vida da pesca é danado pra acabar com a vista da gente, a gente veve cansado e doente". "A vida da pescaria dá muita frialdade nos ossos (reumatismo). É muito sacrificoso e perigoso: o pescador é como uma pessoa pendurada numa árvore sem galho - vacilou, cai...". São inúmeras e variadas as manifestações que destacam a periculosidade e a dilapidação da força de trabalho principalmente pelas doenças e acidentes.

A extensa jornada de trabalho do chega e vira cuja extensão diária varia entre 12 a 18 horas, com momentos de grande intensidade e periculosidade, ressalta a lógica e pertinência da expressão pela qual se o designa - chega e vira. Mal chega à terra, para virar numa nova jornada de trabalho, partindo em seguida. A existência do chega e vira se transforma numa enorme e contínua jornada de trabalho que se estende da adolescência à velhice ou à morte, entrecortada por horas de sono e dias santificados: "Como chega e vira vou todos os dias pro mar, tirando o domingo. Se a situação tiver ruim entra até o domingo. Nessa viradinha a gente não tem tempo nem de se arrancar" (encarregado).

"A gente corta a isca, isca os anzóis, amarra as bóias e quando chega lá fora tem que amarrar o farol na bóia porque o pescador de linha prefere pescar de noite, passa a noite toda pescando porque se pescar de dia, de madrugada tem muito redei

ros e não dá certo os dois trabalharem muito juntos. Depois de colocar o farol, vai jogando a linha, jogando as bóias, medindo as cordas, depois fica tareando (controlando) a linha com o ferro da canoa pra canoa não andar muito. Fica esperando; conforme o tempo, a gente demora mais ou menos três horas. Joga na enchente e puxa na vasante. Puxa a linha, enrolando os anzóis e empatando a linha (fazendo voltas com a linha no barrote), colhendo as bóias. Coloca o peixe dentro da canoa, quando vem (peixe). Se vem o peixe, tira e coloca dentro do porão da canoa, até chegar aqui. Quando chega aqui é tirar o peixe pro dono da canoa e pros três na mesma porção. O restante é vendido pro marreteiro, que é feito por mim essa venda... depois de terminada a viagem, fica logo se preparando para a outra viagem, esteje ganhando ou esteje perdendo" (camarada).

O depoimento do entrevistado põe à amostra, de um lado a intensidade do processo de trabalho e a continuidade da jornada do chega e vira. De outro lado, a imprecisão do tratamento pessoal que alternadamente se apresenta ora na primeira pessoa do singular, ora na terceira, permite constatar a inexistência de operações rigidamente limitadas a cada um dos tripulantes, corroborando a idéia da intercambialidade e sazonalidade de funções e operações entre essa categoria. Estas características estão presentes ainda no diálogo do camarada quando menciona ser ele o responsável pela venda do pescado, tarefa quase sempre privativa do encarregado. A intercambialidade implica na instabilidade do pescador na função e mesmo no trabalho, instabilidade que ronda sua vida, penetrando-a nos mais diversos momentos, principalmen-

te quando se encontra doente:

"O barco que eu trabalho é de um tio meu. O serviço é feito junto, não tem escolha de serviço, um ajuda o outro: um joga a linha, outro joga as bóias, outro joga a âncora. Agora estamos pescando de linha (espinhel). O tempo que a gente leva depende, quando dá pra gente voltar no outro dia a gente volta, quando não dá é 48 horas. Agora eu estou parado porque estou doente e colocaram outro na minha vaga, mas quando ficar bom vou voltar pra trabalhar de pescador de novo. É como eu digo, a pesca só é mais ruim por isso, a gente quer uma segurança e não tem..." (pescador de barco a vela).

O chega e vira é um vigilante de marés, por isso mora quase à beira d'água. Se é escorador sai com a maré vasando, a guarda a maré começar a encher. Lança o aparelho com a maré enchendo. Puxa-o com a maré parada. Volta com a maré enchendo novamente. Come, descansa, conserta. Sai com a maré vasante. Aguarda a maré encher. Joga o aparelho. Aguarda. Puxa-o com a maré parada. Volta com a maré enchendo. Se é redeiro, as condições fundamentais são idênticas. Até que um dos dois, ele ou o aparelho se exaurem temporariamente. O aparelho rompe ou ele cansa e então pára para os consertos ou descanso.

"A pescaria é uma coisa que não tem um horário certo pro pescador trabalhar. Ele trabalha, vamos dizer, ele não trabalhou agora de manhã porque não deu certo, está consertando ou está cansado ou não quis ou qualquer coisa; já vai trabalhar de tarde e à noite; amanhã ele já não trabalha à noite; trabalha de

manhã e de tarde e quando chega, pode ir no mercado salgar um peixe (que não vendeu), por exemplo, e já fica pra dormir na casa dele ou senão, ele vara e vai pescar de noite mesmo e folga no outro dia, consertando os aparelhos. A pesca é assim".

O limite é a exaustão física do pescador ou do aparelho que, em interrupções sucessivas e alternadas, ora pelo primeiro, ora pelo último, acaba por permitir a recuperação da forma indispensável ao ato de ambos existirem.

As variações naturais em termos da incidência de ventos e chuvas na região, bem como a deterioração nos equipamentos e os necessários consertos, afetam a regularidade do trabalho e os rendimentos pessoais dos pescadores.

Arrumam a rede. Viajam. Aguardam o alvorecer. Cochilam um pouco, lançam a rede, trabalhando intensamente. Esperam. Puxam a rede. Recolhem os peixes. Redam novamente. Aguardam. Puxam a rede. Recolhem os peixes. Regressam. Lavam a canoa. Consertam os trastes. Almoçam. Dormem. Voltam ao mar. Além disso, nem sempre os consertos são de pequena monta. Frequentemente, os pescadores são obrigados a deixarem de pescar por dois ou três dias na semana, acarretando prejuízos nos rendimentos e aumentando as dívidas de fornecimento de gêneros para suas famílias no comércio local. Com freqüência de uma vez ao mês, os pescadores recolhem o barco e aparelhos para os consertos maiores, necessários face à fragilidade do equipamento: calafetar a canoa com breu para evitar a penetração de água, meter as velas na tinta⁴¹, repa

⁴¹ As velas são tingidas mensalmente com tintura extraída do muruci ou da tinteira, através de fervura, para torná-las mais resistentes.

rar cordames das velas, redes e espinhéis; aumentar a dimensão do aparelho recompondo as medidas originais quando parte foi perdida ou acrescentando-lhe nos extremos para aumentar-lhe o tamanho, substituir grandes partes fragilizadas, reforçar bôias, trocando a amarração de cipôs etc. Esses trabalhos implicam em suspensão das atividades por um período que oscila normalmente entre três a cinco dias, geralmente, respondendo por considerável redução dos rendimentos. Constitui tarefa obrigatória e gratuita, executada pelos próprios tripulantes que estiveram se utilizando dos mesmos durante os períodos que antecederam os consertos. Assim, é que compete aos próprios pescadores chega e vira e não ao proprietário os reparos dos aparelhos deste, que arca apenas com os custos de material.

As jornadas de trabalho das tripulações de chega e vira são muito desiguais entre si, variando em função da propulsão da canoa: se a motor, a parte da jornada de trabalho que se realiza no mar se estende por 8 a 10 horas diárias, permitindo mais tempo livre em terra para a lavagem da canoa e reparo dos aparelhos (tarefas que respondem por um acréscimo de duas a três horas de trabalho em terra para todos os chega e vira). Se movida a vela, a jornada de trabalho se estende por 12 a 18 horas, comprimindo não só o período de permanência em terra, como também o próprio tempo destinado à pescaria especificamente, dado que a maior parte desse tempo é consumida com as viagens de ida e volta e com a permanência involuntária no mar:

"Pesco de domingo à noite até sábado. Saio domingo à noi

te e volto de tarde ou de manhã de segunda feira, conforme o vento. E assim vai. É contrabuído (variável): no inverno só tem vento pra fora, mas não tem pra voltar porque o vento é terral, aí eu fico pra lá um, dois dias sem poder voltar... no inverno é melhor porque é mansinho o vento, mas chove muito. No verão chove menos, tem sempre vento, mas é um ventão danado de brabo..." (pescador de barco a vela).

É assim que a recente introdução do motor pelas embarcações da área reflete positivamente no encurtamento da jornada de trabalho e na diminuição do dispêndio físico dos tripulantes o que se dá de forma não igualitária, mas sim na medida das possibilidades de modernização da embarcação pelo seu proprietário:

"A gente sai lá pelas sete da noite, quando é três para as quatro horas da madrugada a gente chega na beira (de volta ao cais da cidade). Outros chega depois porque prefere pescar no claro. Se tá cedo ainda, a gente deixa o dia clarear pra vender o peixe. Ele (o encarregado) distribui o peixe que ele tira pra nós levar pra casa. São os peixes mais bonitos e vai vender os outros" (tripulante de barco a motor).

A permanência desses pescadores no mar é portanto, de oito horas em média, à qual se somam mais três relativas à lavagem da canoa e reparos dos aparelhos, integralizando, geralmente 11 a 12 horas, excluído o período de espera, como o referido no depoimento anterior quando, bem ou mal, o pescador pode dormir na canoa aportada, enquanto aguarda.

A situação dos pescadores de barcos a vela é diferente, posto que, além das 12 horas ou mais de trabalho no mar, se adi tam ainda duas ou três horas de trabalhos em terra, o que os co loca em flagrante desvantagem:

"O tempo que a gente faz uma viagem, com a falta de ven to, quando a gente chega lá, ele (o barco a motor) já está vol tando. Ele faz até duas viagens enquanto a gente mal faz uma só. Se eu tivesse condição comprava um motor e trocava pelo plástico (o fio da rede)" (Pescador de barco a vela).

A instalação de um motor numa canoa à vela obriga o re maneja^{mento} da tripulação, substituindo um dos camaradas por ou tro que já entenda do mecanismo do motor. Dado que o porte da embarcação não se altera, esta forma de modernização sempre im põe remanejamento na tripulação. Contudo, a generalização do uso do motor, que vem ocorrendo rapidamente, se faz paralelamente à generalização dos conhecimentos a respeito da máquina, de forma que sua disseminação, em breve, não deverá responder necessaria mente, como agora, pela substituição de tripulantes.

Também no que concerne à participação nos rendimentos derivados da produtividade aumentada pela introdução do motor, as participações são desiguais, pois os elevados custos de combustível afetam grandemente as participações individuais na produção, efetivadas após a dedução dos custos, do que resulta que a remu neração dos trabalhos individuais pode até ser diminuída, ao in vés de ser aumentada.

A introdução do motor tem como decorrência a elevação de um piso mínimo de despesas a ser coberto pela produção diária e cujo aumento a produtividade deve passar então a cobrir. Nem sempre a modernização dos meios de produção (via introdução do motor) manifesta-se uma correspondente melhoria na remuneração do trabalho, embora resulte sempre num aumento da parte na produção concernente ao proprietário, posto que, os custos são sempre socializados, isto é, são cobertos por todos os integrantes da tripulação e representa um passo além no estabelecimento do funcionamento mais "racional" do ponto de vista capitalista, no que concerne à administração dos custos da unidade produtiva. Isto se dá em virtude do fato de que a introdução do motor resulta numa mudança estrutural nos custos de produção das unidades, exigindo a cobertura desse novo custo adicional, através do aumento da parte da produção de pescado destinada à venda, ainda que isto se venha a fazer à custa do sub-consumo familiar, pela redução da parte concernente a cada pescador. A necessidade de ampliação das vendas produz um aumento da vinculação do pescador ao mercado, via intermediários da comercialização.

O limite à expansão do número de pescadores que integram as tripulações decorre de fatores restritivos que se impõem, por parte dos pescadores — a participação financeira pessoal na produção, que se vê retraída na razão direta da ampliação da tripulação e que não pode baixar aquém de um determinado nível capaz de prover a subsistência do pescador e de sua família, ainda que em níveis modestíssimos de vida (onde o pauperismo é flagrante), e o espaço disponível para a mobilidade e segurança do gru-

po⁴²; pelo ângulo dos meios de produção o limite à expansão e o próprio limite físico da embarcação e a capacidade de operar dos aparelhos, que resultam da capacidade do proprietário de incorporar novos capitais a esses elementos. Esses fatores combinados, ao restringirem o tamanho das tripulações impõem uma intensificação do trabalho a cada uma delas, de forma que esse tamanho reduzido a três elementos não responde de forma elástica às pressões externas da superpopulação relativa que demanda emprego. E quando ele se amplia para quatro pessoas, no verão, ou cinco nas safras da pratinha e da tainha, essa ampliação significa apenas mobilidade e reorganização dentro do setor, fazendo-se acompanhar de instabilidade nas funções, dada a temporalidade a que está sujeita.

"A época que eu pesco de linha é no verão e de rede é no inverno. No verão dá também muitos peixes de rede, como a tainha e a pratinha mas dá lá na costa, mas só com rede fina, quem não tem rede fina e grande é obrigado pescar no raso, nas praias, descendo da canoa, fazendo camboa com rede menor. Ou então vai pescar de linha, isto é, se não tiver uma vaga pra ele numa rede de pescar esses peixes que está dando mais; se tiver, ele vai".

⁴² A pobreza dos pescadores é tão grande quanto a solidariedade que os une nessa comunidade universal de miseráveis e explorados. Das muitas cenas reveladoras da pobreza e da solidariedade na comunidade, uma sobretudo, impressionou a autora: durante uma das entrevistas, a vizinha veio à procura da mulher do pescador. Queria oferecer-lhe um resto de fogo de carvão que ainda ardia em sua casa para que essa pudesse fazer o mingau de uma das crianças da casa.

Nem tudo é negativo na vida do chega e vira. Ele reconhece, valoriza e preserva alguns pontos em que sua atividade produtiva apresenta vantagens comparativas sobre outras que possam ser oferecidas na região e mesmo sobre outras modalidades de pesca. O regresso diário à cidade é uma delas; confere ao pescador condições de trazer para casa, diariamente, ou quase, o peixe com que proporciona à família uma ou duas refeições diárias ricas em proteínas animais, além de reduzir consideravelmente as despesas com alimentação. A proporção que assume o pescado na alimentação das famílias de pescadores chega e vira é muito grande, causando espanto ao observador incauto que costuma achar excessivo o consumo de 500 a 800 gr. diária de pescado por pessoa, não fosse esse o componente básico da alimentação, que se faz acompanhar quase sempre e somente da farinha de mandioca, pimenta e limão e menos freqüentemente do arroz e do feijão. Além disso, das diversas modalidades de pescadores da Vigia, apenas os chega e vira podem usufruir por mais tempo do convívio familiar e dos serviços que a cidade empresta.

Quando comparado aos assalariados de outros setores o chega e vira goza de grande autonomia no que concerne ao processo de trabalho sobre o qual ele exerce um grau considerável de domínio e controle, dentro dos limites permitidos pela relação que o prende ao proprietário.

A autonomia do chega e vira se manifesta principalmente sob três aspectos: redução das despesas familiares possibilitada pelo auto fornecimento diário do pescado, domínio e controle re

lativamente amplos sobre o processo e a jornada de trabalho e mobilidade quanto às modalidades da pesca ou emprego dos meios de produção.

"Quando não estou de chega e vira gasto mais ou menos CR\$800,00 por dia com o peixe e a farinha; têm dias que é mais porque compro uma sandália (em geral de plástico, tipo havaiana), ou um calção. Quando faço o chega e vira eu trago peixe todo o dia e compro só o resto - farinha, café, açúcar e carvão. Quando não estou de chega e vira tenho que comprar o peixe com o dinheiro que sobrou da semana passada e quando não sobra, aí, às vezes eu ganho em peixe de algum camarada (encarregado)".

O controle e o domínio do processo de trabalho foram ilustrados anteriormente com vários depoimentos que os deixam transparecer. No que se refere à jornada e à frequência de idas ao mar, a margem de liberdade é muito maior que aquela existente entre trabalhadores assalariados: "Já estou acostumado e sou encarregado, quando quero ir pescar eu vou; quando não quero, não vou. E eu já me acostumei a voltar pra terra todo dia e lá fora (refere-se a outras modalidades de pesca) é só céu e mar. Eles só vêm na Vigia pra consertar as redes, o resto é lá no mar" (encarregado).

Mesmo não ocupando a função de encarregado, o pescador que vive sob regime de parceria como os chega e vira da Vigia gozam de grande autonomia, quando se comparam aos assalariados, com quem os pescadores traçam freqüentemente um paralelo, posto que a pesca e o comércio são na cidade as duas principais atividades

produtivas:

"Ser pescador sô é bom porque pescado não tem patrão, o dia que quiser ir vai trabalhar, quer dizer que ele vai todo dia, mas se ele não quiser, ele não vai (camarada)".

A constatação pelos pescadores de que há tempos melhores e piores para a pesca em decorrência de fatores naturais resulta numa grande mobilidade que os pescadores empreendem espontaneamente no setor com vistas a aumentarem o nível de seus rendimentos, percorrendo outras modalidades de pesca, quando acreditam que uma determinada modalidade está sendo mais favorecida que as demais pela circunstância de mudança no regime de águas, seja mudando de zona de pescaria, seja mudando aparelhos de pesca.

"A época do peixe bom no Amazonas (estuário) e no norte é no verão e aqui perto da Vigia eu penso que a época melhor é no inverno, até junho. Por isso eu passo metade do ano na Vigia e a outra metade no Amazonas e no norte. Quer dizer, eu penso que assim é melhor e tem muitos pescadores que fazem a mesma coisa que eu, às vezes no chega e vira e às vezes pra fora".

Outros, entretanto, não se afastam para outras zonas, permanecendo como chega e vira, mas variando o tipo de aparelho empregado no processo de trabalho, conforme a época. Ihe pareça mais propícia ao emprego de um ou de outro:

"A nossa canoa, ela trabalha de rede e de linha. Quando está bom de trabalhar de rede, ela trabalha, que é mais usada

por nós no inverno, agora no verão é de anzol. Porque no verão, o peixe sempre falha aqui por perto, esses peixes de água doce porque esses peixes brancos entrou tudo pro Tocantins, aí a gente usa linha e vai pescar a gurijuba aqui perto da Vigia. Nós não sai daqui de perto da Vigia, confronte a Sôure, por aqui; a gente só muda o aparelho de pesca, de conformidade com o peixe".

Outros, entretanto, não dispõem de rede e linha simultaneamente ou de redes diferentes para utilização segundo as safras de peixes pequenos, médios e grandes. Em decorrência, a produção da unidade se vê sujeita a reduções drásticas face aos diferentes fatores naturais que variam ao longo do ano (ventos/correntes/safra), obrigando os pescadores, sem vínculos empregatícios, a recorrerem espontânea e provisoriamente a outras modalidades de pesca, desarticulando a tripulação que antes integravam.

"Tem uns tantos de pescadores que só trabalha com linha e tem um tanto que só trabalha só com rede. Tem os pescador só de rede e os pescador só de linha. Aí quando a rede deles não presta pra pescar os peixes que está dando por aqui eles vão embora aí para cima, pros lados do Amazonas, aí deixam o chega e vira e vão embora, lá pra cima, pro doce (entre o Canal do Norte e o Canal do Sul do estuário do Amazonas, o primeiro, próximo ao Território do Amapá e o segundo, ao sul da Ilha Mexiana). Vão procurar o peixe doce lá. Os que não vai fica se virando por aqui mesmo".

Assim, na medida em que o chega e vira na pretensão de manter garantido o seu modesto nível de vida, muda a modalidade de pesca ou a zona de atuação, provoca enorme mobilidade horizon

tal no setor e assim, mais fragiliza ele próprio sua relação de trabalho, em si mesma já muito tênue face às pressões da superpopulação relativa, convertendo todos eles em trabalhadores virtualmente substituíveis.

A participação do proprietário na unidade produtiva e no processo de trabalho entre os chega e vira; a ausência de hierarquias nítidas e rígidas nas relações de produção; a baixa incorporação de capital aos meios de produção, que se refletem na zona de atuação e nas quedas de rendimentos; o nível de dependência da família ao produto direto do trabalho diário do pescador, põem em evidência as bases não tipicamente capitalistas da relação em que se move o chega e vira, que comparado às outras categorias é sob estes aspectos a menos capitalista.

3.2- Os "pescadores de fora"

Os "pescadores de fora", enquanto uma categoria, compartilham de alguns componentes comuns a toda a categoria mas englobam duas sub-classes distintas, ocupadas temporariamente por pescadores que nelas se movem intermitentemente, ora numa, ora nouta dessas sub-classes, percorrendo seus distintos territórios marítimos ao sabor das circunstâncias de oferta eventual ou sazonal de emprego; os amazonistas ou pescadores do Amazonas; e os nortistas, ou do Norte, ainda conhecidos como "pelhudos".

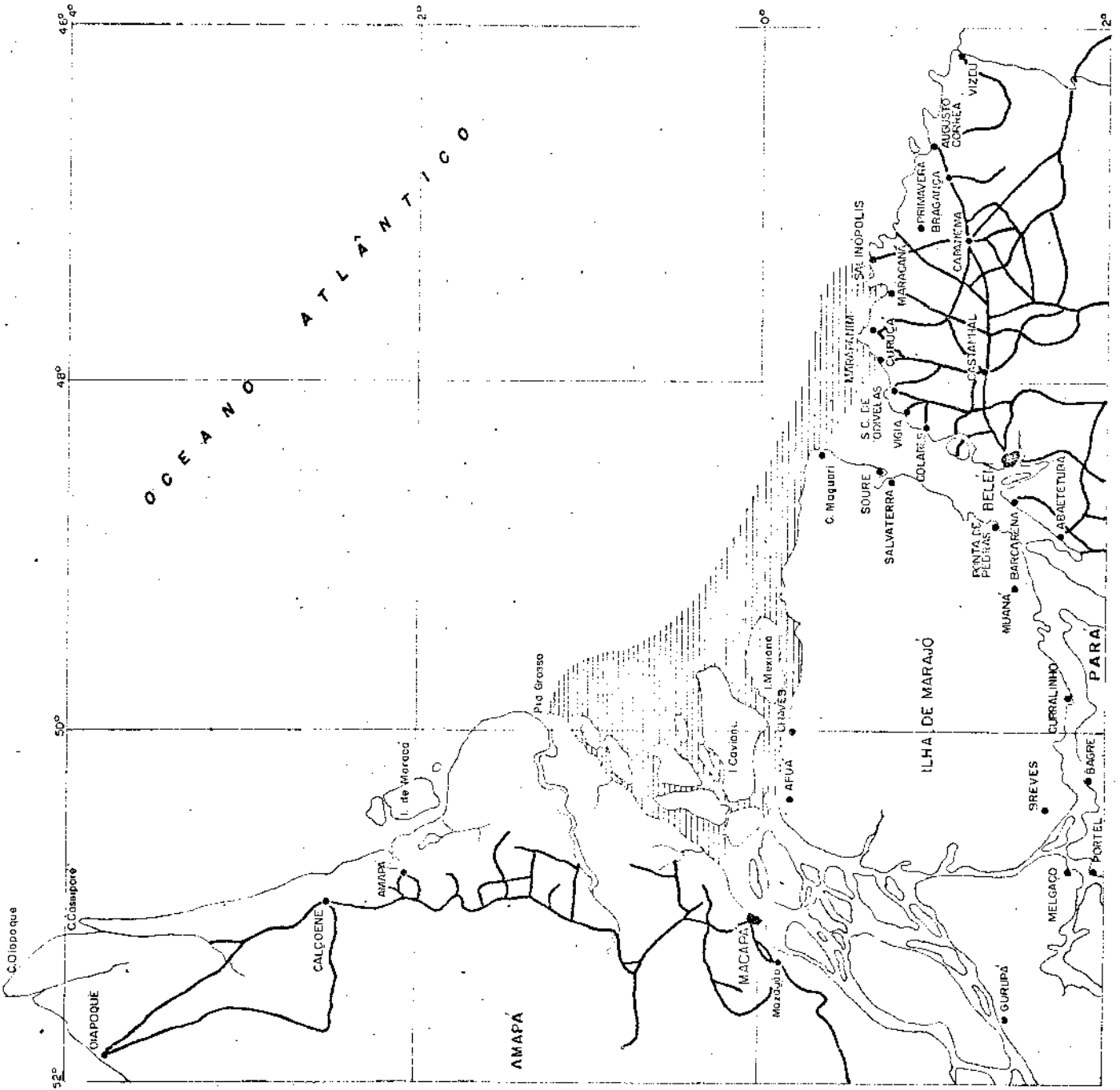
3.2.1- Os amazonistas

Transitam na zona estuarina e oceânica que tem como pontos extremos as águas do município de Salinópolis, na região do Salgado e a Ponta Grossa, próxima ao Território do Amapá, penetrando também na Região de Ilhas, às proximidades dos municípios de Afuã e Chaves (v. mapa III). São predominantemente redeiros, sendo reduzido o número daqueles que trabalham com linha (espínel). Suas tripulações têm composição variável: 39% das tripulações dos entrevistados eram constituídas por três pescadores; 25% por quatro; 14% das tripulações eram de cinco membros; outros 14% contavam com seis. Os 8% restantes apresentavam números (2 e 7) que não exprimiam o efetivo normal da tripulação, posto que estavam aumentadas ou diminuídas extraordinariamente face a determinadas circunstâncias, devendo ser reestruturadas na viagem seguinte, reduzindo seu efetivo a seis ou aumentando-o para três tripulantes.

A duração média das viagens das diversas tripulações de amazonistas varia entre o limite inferior de quatro/cinco dias (geralmente os que trabalham com peixe fresco) e o superior de 12/15 dias, sendo que a maioria freqüência se concentra entre oito e 15 dias de viagem. Face à duração mais prolongada de suas pescarias em relação as do chega e vira, o sistema de conservação do pescado bem assim os pontos e formas de comercialização se vêem afetados: parte das unidades produtivas conserva o peixe no sal; um número expressivo usa o gelo e um grupo menor vende-o

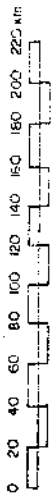
MAPA III

ÁREA DE FREQUÊNCIA PREFERENCIAL DOS PESCADORES DE FORA AMAZONISTAS



Obs: as distâncias no sentido das extremidades Salinópolis e Pta. Grossa foram estabelecidas com base nas entrevilas, mas as zonas hachuradas, mar a dentro, são bastante aproximadas.

ESCALA GRÁFICA



fresco, mas o contingente de geladores vem aumentando nos últimos anos e ser gelador constitui a meta almejada por grande parte deles.

As pescarias dos amazonistas duram entre 8 a 15 dias, estando seu término condicionado ao consumo do sal usado na conservação do pescado, que por sua vez varia em função da capacidade física da embarcação, em termos de espaço utilizável na salga e peso suportável de carga. Suas tripulações compõem-se de três a seis membros e freqüentam as mesmas águas que os amazonistas geladores, enquanto aqueles que operam com peixe fresco mantêm-se mais próximos do Cabo Maguari.

Enquanto os salgadores geralmente regressam à Vigia para a comercialização do pescado, consumido principalmente pelas vilas, povoados e colônias agrícolas das zonas de estradas são abastecidas por peixe fresco, os segundos preferem vendê-lo em Belém (embora o façam também na Vigia e em alto mar), onde se abastecem de gelo triturado ao final de cada viagem para empreenderem a viagem seguinte; as últimas, pela impossibilidade de adotarem o primeiro ou o segundo processos de conservação do pescado, fa

ce às dimensões reduzidas de suas embarcações, vendem-no fresco às canoas que os aguardam em pontos estratégicos do estuário⁴⁵.

As unidades de amazonistas que operam com peixe fresco são as que tem tripulações menores — três a quatro elementos (algumas vezes cinco, quando pescando no raso), sua estrutura é bastante simples, coincidindo com a dos chega e vira e suas embarcações são pequenas, pouco superiores as dos chega e vira e inferiores as dos demais amazonistas. A necessária elevação do capital aplicado às embarcações de maior porte, dos amazonistas em geral, (quando comparados aos chega e vira) posto que os primeiros viajam na contra-costa do Marajó, estando por isso mais distantes e impedidos de regressarem diariamente e sujeitos a ventos mais fortes, deixa de fora desta área física uma grande parte das unidades de pescadores vigienses, que se limitam a atuar como chega e vira, numa zona relativamente saturada e de baixa produtividade. Contudo, as tripulações de amazonistas que operam com peixe fresco, dada a dimensão reduzida das embarcações (que impossibilita a salga do peixe) e à baixa incorporação de capital (que dificulta a aquisição das caixas zincadas e os custos de aquisição do gelo triturado em Belém), representam uma forma pela qual os pescadores rompem a barreira estabelecida pela

⁴⁵ O processo de trabalho, a composição e articulação interna das tripulações de salgadores serão abordados no subitem seguinte — os nortistas, conhecidos como pescadores prioritariamente salgadores. Assim sendo, entre os amazonistas há os que trabalham com peixe fresco, no gelo e no sal, destacando-se os dois primeiros tipos; entre os nortistas há os salgadores e os geladores, sendo os primeiros mais expressivos que os últimos.

baixa incorporação de capital (o que, em tese, os deveria impedir de integrar a categoria de pescadores de fora). Assim, passam a atuar nas mesmas águas que os demais amazonistas, apelando para tripulações menores e para a venda do peixe fresco em alto mar, evitando regressarem à Vigia para venda, sem tampouco arcarem com os custos da salga ou do gelo como os demais amazonistas. A tentativa de integrarem a categoria e concorrerem com os outros amazonistas apesar de operarem com uma composição orgânica do capital mais baixa que os demais, não se realiza de forma plenamente satisfatória, conforme se constata no discurso de um camarada:

"Nós pesca 10, 15 dias e vai 'passando' o peixe para o barco geleira que fica lá no Igarapê Maguari, só esperando pra comprar o peixe. A geleira nos dá todo o dia o óleo, cinco, oito litros, 1/4 de café (250 gr), o fósforo, um litro de farinha, 1/4 de açúcar, o carvão e às vezes o querosene pro farol; eles não cobram nada de nós, mas eles tiram na balança; a gente sabe que eles tiram, agora, a gente só não sabe quanto é que eles tiram, porque eles pesam tudo lá dentro da geleira e só grita pro encarregado: deu tanto, seu fulano, vamo acertar".

O sistema de exploração a que se submete este amazonista menos capitalizado se completa pela forma de pagamento do peixe comercializado:

"Algumas (geleiras) pagam na hora mas têm muitas que só vão dando um vale, dão 'dinheiro branco' e vem pagar na Vigia depois da pescaria. Se a gente chegar antes deles, tem de esperar. A vez elas querem sempre vender lá em Belém, aí o melhor é acer-

tar com elas pra receber aqui na Vigia. Sô paga pra nós depois de venderem" .

Usando desse recurso para se manterem na categoria de amazonistas em posição de concorrência com os demais, os amazonistas, em geral, e estes mais acentuadamente, desenvolvem uma série de mecanismos com vistas a evitarem a proletarização e garantirem para si um limite mínimo de autonomia. Dentre essas estratégias destaca-se o exercício do trabalho alternado como chega e vira num período do ano e como pescador de fora noutro. Assim, é que "no inverno, o peixe vai embora, a gente vai pescar de rede miúda lá fora; não dá pra trazer o peixe todo o dia pra casa 'o boião'; agora, no verão, eu faço o chega e vira, porque a água salgada vem até aqui na beira e como eu pesco peixe salgado, não preciso ficar pescando muitos dias lá fora; aí economizo porque não gasto muito óleo pra ir lá fora e voltar; no inverno é duas vezes por mês, pescando lá fora e no verão é aqui no chega e vira, seis dias na semana, pescando aqui perto, gastando pouco óleo".

A alternância entre meios de produção diferentes constitui igualmente um desses recursos; ou ainda, a junção de dois aparelhos pequenos de baixos rendimentos num só:

"Quando a gente pesca de linha a gente ainda tem de pescar o amuré. Quando não, a gente pesca o camarão pra iscar. Quando a gente tá pescando e não mata nada, aí a gente vê o redeiro vir com a canoa cheia. Aí a gente diz - o peixe quer rede. Se tem rede, troca pra rede, se não tem, vai caindo fora pra procu

rar uma vaga numa rede" (camarada).

"Negócio é o seguinte: dois pescador tem dois pedaço de linha pequena, ou duas redes pequenas. Não dá pra nada. Aí eles, se ajuntam. Emenda os dois pedaços e aí já fazem uma rede melhor. E assim vai" (proprietário).

Ou ainda através da combinação de mais de uma forma de conservação do pescado, aproveitando os períodos de maior demanda do produto.

"Quando chega próximo da Semana Santa, eu, vendendo pra geleira o peixe fresco, mas dou um jeito de salgar uma partezinha, nem que seja pra quebrar o galho, porque aí o preço do peixe sobe muito. Se a venda do peixe está boa, a gente dá um jeitinho e salga, mesmo que seja pouco cada dia, só pra nos safar".

Ou encontrando mecanismos de garantir a subsistência de suas famílias, através do fornecimento do pescado, por vias às vezes originais:

"Quando estou no chega e vira eu trago peixe pra casa mas quando não estou, eu 'passo' o peixe pra família. Meu filho já sabe e vai buscar: 'Trouxe o peixe que o pai mandou'? E recebe os peixe".

Ou finalmente, salgando uma porção pequena para o consumo semanal ou para fazer um "extra":

"A canoa não dá condição de salgar o peixe. A gente salga só uns quantos pra nós mesmos. É o boião. No dia de voltar a

gente traz o peixe fresco. Assim vai tarcando" (dando jeito, alternando).

"A canoa não dá condição de salgar. É muito pequena. A gente vai passando o peixe pra geleira mas vai salgando um tantinho cada dia. No final, já dá uns 100 quilos de peixe salgado. Esse, a gente traz pra Vigia e vende. É, fora o da geleira, que este é fresco".

As diversificadas vias de desempenho dos amazonistas que operam com peixe fresco, como sejam, a composição de suas tripulações (com número reduzido de parceiros, alta incorporação de trabalho por pessoa empregada, tanto em termos de extensão da jornada de trabalho quanto intensificação do trabalho em certas fases) e forma de articulação com o mercado (venda em alto mar), constituem estratégias do grupo em termos de sua inserção numa classe de pequenos produtores com a qual não se coadunam perfeitamente face ao diminuto volume de seus capitais; esses mecanismos revelam a fragilidade desse grupo de pescadores, mas também sua resistência face ao capital que ameaça, pela concorrência dos demais, deslocá-los para o segmento dos chega e vira, no limite do qual, territorial é economicamente se encontram.

Os amazonistas que operam o pescado conservando-o no gelo vêm aumentando rapidamente de número nos últimos anos, mediante a adoção pelas canoas, de urnas zincadas que recebem o gelo triturado onde é acondicionado o pescado até o ponto de venda. Esta adoção se não requer grande investimento relativo posto que em nada altera o interior da embarcação, sendo simplesmente ur-

nas de cinco revestidas em madeira, que variam entre 500 a 5.000 kg de capacidade total (gelo e peixe), parece ser ainda um investimento muito alto para a maior parte dos pescadores, o que vem refreando sua expansão; além do que, a conservação do pescado no gelo está limitada à dimensão e à capacidade de carga da embarcação. De outro lado, a adoção do gelo pelas canoas resulta de um lado, na possibilidade de permanecerem por oito a 15 dias pescando sem retornar e de venderem o pescado na Vigia ou em Belém, onde o preço é significativamente maior; evitam a intermediação dos compradores de alto mar, recurso de comercialização adotado pelo grupo anterior, que vende sua produção às canoas freteiras ou geleiras⁴⁶. Entretanto, adotar a conservação do pescado no gelo impõe determinadas transformações na estrutura produtiva da unidade pesqueira: aumento da tripulação, que deve comportar um "gelador", alteração no itinerário de regresso, que passa a ter Belém como destino final, de vez que é o local onde os barcos adquirem gelo triturado, modificação na forma de comercialização, elevação dos custos de manutenção da unidade produtiva, tanto em decorrência do aumento do rancho, como do consumo de óleo combustível.

Os contingentes de pescadores que integram suas tripulações variam entre quatro e sete pescadores, sendo de quatro e cin

⁴⁶ Atualmente o termo geleira tanto designa as canoas pesqueiras que adotam a conservação do pescado no gelo, mas principalmente as canoas que não pescam, limitando-se a adquirirem o pescado dos pescadores em determinados igarapês que desaguam no estuário como o Maguari, Pacoval, Tupinambás e Barreta e finalmente, certas canoas geleiras que antes apenas compravam, mas agora pescam também. Já as canoas freteiras são pequenos barcos pesqueiros para compra e regresso imediato ao mercado, onde revendem o pescado.

co os mais freqüentes. Os elementos fundamentais na estrutura organizacional dos amazonistas são:

a) encarregado, patrão de pesca ou capitão de pesca⁴⁷ elemento exponencial na tripulação, o encarregado entre os amazonistas (e também entre os nortistas ou pelhudos) se vê investido de grande autoridade, em parte, pelo fato de que as longas distâncias percorridas pelos amazonistas, o itinerário perigoso e acidentado do estuário salpicado de ilhas, marapatás (ilhas flutuantes), canais, furos, igarapés e outros acidentes geográficos e hidrográficos (como os bancos de areia que alteram sua forma e posição segundo as enchentes dos rios) requerem dos encarregados grande capacidade profissional, acuidade visual e senso de orientação geográfica muito desenvolvidos; dado o porte e o rendimento baixo da unidade produtiva, a tripulação na maioria dos casos não comporta a contratação de um prático⁴⁸ e o encarregado, além de ser piloto torna-se responsável pela "praticagem" da canoa; a praticagem se distingue da pilotagem propriamente dita, posto que a primeira requer habilidades específicas que extrapolam a pilotagem pura e simples. É assim que algumas das tripulações contam com o encarregado (também piloto) e o prático. A redução dos números da tripulação a um mínimo capaz de proporcionar um rendimento

⁴⁷ Não se empregará aqui a expressão "patrão de pesca" como sinônima de encarregado, com vistas a evitar confusões com "patrão", no sentido de proprietário dos meios de produção, referido em certas entrevistas.

⁴⁸ Prático — elemento que numa embarcação faz a praticagem, isto é, a condução da mesma por itinerários acidentados e de difícil navegação.

to mais razoável aos parceiros induz à fusão num só personagem, do encarregado-piloto-prático, o que o converte na figura central da tripulação e única autoridade presente na embarcação. Não do minar a praticagem obriga a tripulação a limitar o itinerário da ca noa a certos pontos da contra-costa do Marajó mais conhecidos e freqüentados e menos acidentados. O isolamento a que estão sujeitos os pescadores de fora, diferentemente dos chega e vira, via biliza uma potencialização desta autoridade, que se estende a muitas áreas de decisão, conforme se depreende dos depoimentos.

"Os pescadores brigam muito no mar. Às vezes um pescador rouba a rede da gente e o encarregado não quer ver o prejuízo do patrão e manda nós tirar a rede dos outros. Aí sai briga, às ve zes a briga é feia. Da última saiu até facada. Outras vezes o encarregado quer que a gente trabalhe mais rápido e a gente se desentende" (camarada).

"Eu não queria ser empregado de ninguém. Preferia ter um barquinho e ser autômo (autônomo). Estou ficando velho, impa ciente e não gosto de ser mandado, não quero ser dependente de ninguém. Todo o empregado é sujeito a alguém. Às vezes, se o tu barão se enrola na rede, ou um espadarte, ele vai rasgar um boca do, vai dar prejuízo. Aí tem uns encarregados que mandam pular e soltar a rede e eu vou me desentender com ele. Eu enxergo que não agüento ser mandado. Agora, tem muitos encarregados que são bons, são compreensivos" (camarada).

"Eu já trabalhei com muitos encarregados bons, que eram amigos dos camaradas. O sr. X, por exemplo, mandava comprar in

jeção e remédio quando eu estava doente; mandava deixar peixe na minha casa, guardava meu lugar na canoa até eu ficar bom. Agora, tem uns encarregados que são ruins; têm uns que discutem com a gente no bar por outras razões; às vezes por causa de jogo, ou de família, qualquer coisa, e aí não chamam a gente pra outra viagem" (camarada).

O discurso dos encarregados revela a outra ótica da questão:

"Tem um montão de pescador querendo ser encarregado. Mas não é fácil ser encarregado, é coisa de muita responsabilidade e preocupação. O barco e os aparelhos não são meus. Se perder, ou deixar roubar, nós todos da canoa vamos ficar sem trabalho, procurando vaga noutra tripulação. A nossa canoa não tem prático, só eu e Deus pra fazer a pilotagem, a praticagem, fazer o rumo naquele mundão de água. Às vezes a gente passa até dias sem ver mata e quando vê, parece tudo igual. É muita responsabilidade não perder todo o pessoal naquele mundaréu. Precisa ter boa memória, decorar tudo, até o jeito das árvores, pra confirmar que está no rumo certo".

"Eu sou o responsável pelo barco; eu tenho que agir como se o barco fosse meu; eu tenho de zelar pelos aparelhos, pelo barco; eu levo o barco pra fora por minha conta, o patrão confia em mim e eu não quero falhar; tenho de levar o barco onde tem o peixe e se não tiver, eu é que tenho que levar os parceiros pra outro lugar. Eu é que tenho que dizer: 'vamos redar', sr. fulano faça isso e aquilo. É assim. Sou o responsável. Eu digo tudo o que é pra fazer e no final da pescaria eu vou prestar conta com

o patrão".

b) Os outros pescadores entre os geleiros com tarefas específicas porém, não exclusivas, são o gelador, pescador como os demais, que atua também nos momentos de lançar e puxar a rede; após o que, ele toma para si o controle da armazenagem do peixe nas urnas, evitando desperdício de espaço e de gelo e garantindo a conservação adequada do pescado; de sua atuação depende a duração da viagem que deve se encerrar quando todo gelo é consumido; o motorista, pescador que na captura do pescado desenvolve tarefa idêntica a do gelador, além de ter sobre si a responsabilidade de "cuidar do motor, lubrificar, abastecer, fazer funcionar o motor e zelar por ele, mas na hora de pescar, pescar também, na hora de cuidar da rede, cuidar também"; o cozinheiro, elemento que tem a incumbência de preparar as refeições e controlar o rancho para que não haja desperdício e dure até o final da viagem, atua como pescador tal como os demais; os outros dois ou mais camaradas são designados "moços de convés" e realizam inúmeros trabalhos como: manejar ou ajudar a controlar as velas, lançar e puxar a rede, retirar os peixes do malheiro da rede, destripar o peixe (dependendo da espécie pescada e do mercado comprador), lavá-lo antes de ser gelado, limpar, lavar a canoa e retirar com uma bomba a água que as ondas lançam no seu interior, "fazer lastro" e medir cada uma das cordas de bóia antes de serem lançadas ao mar. Essas tarefas se repetem duas ou mais vezes ao dia, o que torna o trabalho de toda tripulação, extenuante, intenso e repetitivo, apesar de serem essas tarefas partilhadas com o gelador, o motorista e o cozinheiro.

O processo de trabalho dos amazonistas-redeiros-geladores é muito similar ao dos chega e vira, posto que o manejo da rede é idêntico (embora as redes dos amazonistas e nortistas sejam bem maiores, variando entre 800 e 2.000 braças; as diferenças básicas se estabelecem ao nível da jornada de trabalho e de suas fases específicas e não em relação à igual manipulação dos aparelhos de pesca. As fases do processo e jornada de trabalho dos amazonistas-redeiros são as que seguem:

— A preparação da canoa, etapa que mobiliza todos os pescadores a serem engajados na viagem por um período de três a cinco dias, consiste numa série de pequenas e variadas tarefas, como meter as velas na tinta, substituir cabos enfraquecidos ou rompidos, proceder ao conserto da(s) rede(s) e bóias, calafetar com breu os pontos da canoa mais vulneráveis à ação da água, limpar e lubrificar o motor (se a canoa é motorizada), depositar água potável nos vasilhames, aviar e arrumar a "despesa" (o rancho, óleo etc.) no interior da canoa e viajar em direção a uma área piscosa.

Embora o procedimento relativo à pescaria seja idêntico ao dos chega e vira, o processo de trabalho apresenta tarefas adicionais, como a preparação do alimento para os tripulantes, a evisceração do pescado com vistas a garantir sua conservação por tempo mais prolongado e com melhor aparência, lavagem de cada peixe antes de sua armazenagem nas urnas; embora certas espécies de pescado, segundo os pescadores, sejam mais resistentes à deterioração, o que, de certa forma poderia tornar a evisceração dispen-

sável, ela é sempre praticada, face a uma possível recusa do produto pelo fiscal sanitário no mercado do Ver-O-Peso, em Belém, além do que, a retirada das vísceras permite maior contato do pescado com o gelo através da parte seccionada, como também aumenta a capacidade de armazenamento das espécies nas urnas, tornando o processo mais produtivo pela economia de gelo⁴⁹.

O ritmo intensivo do trabalho dos amazonistas está condicionado por dois fatores: urgência no aproveitamento máximo do gelo, que começa a derreter a partir de um certo tempo e a possibilidade de pescar à noite, de vez que a área por eles freqüentada, pela própria extensão, permite uma distância considerável entre as diversas canoas pesqueiras, reduzindo mas não evitando, as oportunidades de roubo dos aparelhos. Disso resulta que o trabalho dos amazonistas é desenvolvido ao longo das 24 horas do dia, variando entre cinco e 12 horas o tempo de permanência da rede n'água; após retirá-la da água tudo recomeça ciclicamente até completar 10, 12 ou mais dias. Como após o lançamento da rede n'água os pescadores ficam ocupados durante algumas horas no tratamento do pescado que será gelado, é no intervalo de tempo apertado entre o término do beneficiamento do pescado e uma nova "puxação" da rede, que os pescadores dormem e fazem suas refeições, o que torna o trabalho mais penoso.

O consumo total do gelo determina o fim da pescaria. Re

⁴⁹ Pescam principalmente a pescada amarela, a corvina, a gurijuba, o cação, o tubarão, o espadarte, a piramutaba, a dourada, o camorim, além de outros de valor comercial igual ou não.

gressam, aportando na Vigia; ali desembarca o peixe destinado às suas famílias e parte da tripulação (que inicia os consertos dos aparelhos), enquanto os demais membros seguem até Belém, onde permanecem por dois ou três dias para efetuarem a venda do peixe e se abastecerem de gelo para a viagem seguinte. Se os períodos de permanência em terra (na Vigia ou em Belém) significam a possibilidade de uma recuperação das energias físicas, face à regularidade do sono e à diminuição do trabalho em sua intensidade e totalidade, em contrapartida ela implica também a queda na renda familiar e restrição no consumo doméstico.

"Pescador não tem salário, a gente trabalha pro dono, que nunca vai no barco, só rara vez. A gente devia ao menos receber pelos dias que a gente passa ajeitando a embarcação, porque esse trabalho a gente faz de graça. Por que a gente tem que pagar pelos dias que a canoa está parada? O dono sim, esse é que devia nos pagar! Mas já tem dono de barco que estão enxergando isso e estão começando a pagar pelos consertos".

A prática da remuneração pelos dias de conserto começa a ser introduzida em decorrência da evasão de membros da tripulação (menos encarregado) que procuram imediatamente vaga noutra tripulação, iniciando viagem logo em seguida, abandonando a canoa da viagem anterior, o que a deixa inativa por tempo mais longo que o desejável pelo proprietário. Esse tipo de comportamento dos camaradas vem pressionando os proprietários no sentido de remunerarem os dias destinados aos consertos, posto que o volume da remuneração destes trabalhos é ainda inferior ao prejuízo

causado pela permanência prolongada da canoa desativada, o que os vêm obrigando a implantarem esta forma de estímulo à produção.

3.2.2- Os nortistas

Constituem uma subclasse dos "pescadores de fora" assim denominados por terem sua área física de atuação no litoral do extremo norte do Brasil, mais propriamente nas águas marítimas situadas entre a Ponta Grossa e o Cabo Orange ou a foz do Oiapoque, nas fronteiras com a Guiana Francesa. São também conhecidos pela expressão "pelhudos", por capturarem principalmente peixes de pele, em especial a gurijuba, peixe semelhante a um bagre que quando adulto atinge mais ou menos 1 m de comprimento.

Entre os "pescadores de fora" são os nortistas os que operam com tripulações mais numerosas (mínimo de cinco e máximo de nove elementos), sendo que a maior frequência é de seis e sete tripulantes por unidade de trabalho e suas embarcações são também as maiores entre os pescadores artesanais vigienses, comportando geralmente entre oito a 18 toneladas de capacidade total.

As tripulações de nortistas, embora apresentando um número de tripulantes variável segundo o porte da embarcação e a dimensão dos aparelhos empregados (rede ou espinhel) contam com alguns elementos fundamentais - o encarregado, cujas funções encontram no prático, um limite em termos de abrangência: "O encarregado distribui o serviço e está mandando na tripulação, só não manda é no prático porque ele é que diz os caminhos do mar e o encarregado não entende disso. Na hora da pescaria, o prático

co tem que obedecer o encarregado e na hora da viagem é o inverso porque o prático é que entende das rotas".

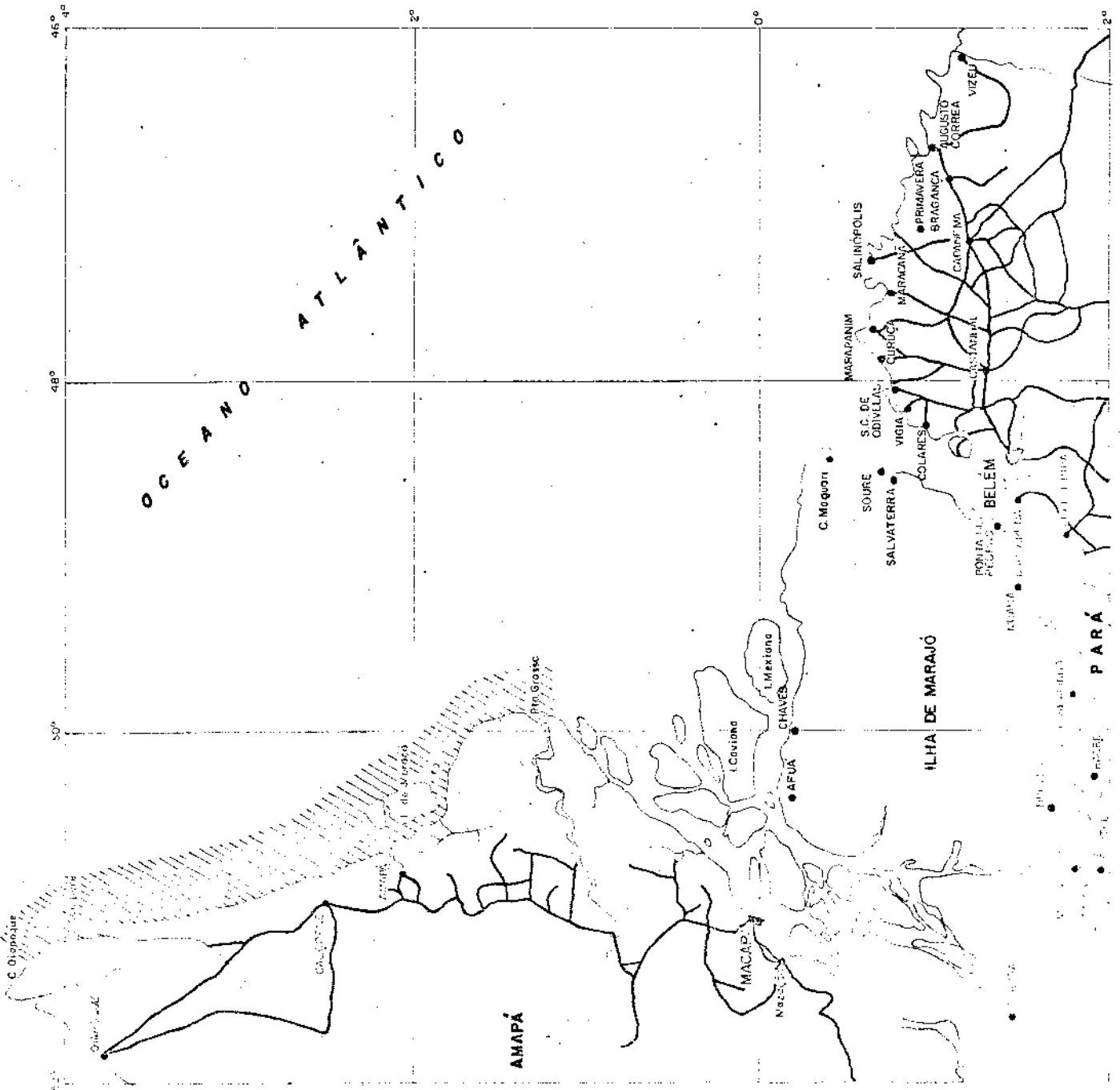
A dificuldade de orientação nas rotas do norte implica na contratação de um prático. (v. mapa IV).

"No Norte a gente não vê terra, só quando passa pela Ponta do Maracá é que vê, o resto da viagem é só céu e água. Acontece que da Ponta do Maracá até a boca do Caciporé é mais de um dia sem ver terra, só céu e mar. Às vezes a gente se perde e fica rodando em cima da maré, uns dois dias. Malmente a gente vê algum mato, quando vai pro norte. A viagem é pela bússola e pelo mapa, mas mesmo assim a gente de vez em quando erra; às vezes, eu penso que a bússola fica lesa e a gente não tem experiência e fica jogando o prumo para saber a fundura do mar, pra saber onde está, aí mesmo que a gente se perde. À noite a gente vai se guiando pelo Cruzeiro do Sul. O único farol que a gente enxerga é o farol da Ponta do Maguari, mas o Maguari é bem aqui perto da Vigia. O certo era a gente ir abeirando a foz do Amazonas, atravessar toda a boca do Amazonas pelas beiras, se guiando pelas cidades e ilhas mais aí é pior porque nessa área dá muita pororoca⁵⁰. A pororoca são três ondas enormes, maiores que uma casa al

⁵⁰ Pororoca — "é um fenômeno de maré que às vezes ocorre no estuário do Rio Amazonas, antes das marés de sizígias e que se faz sentir, mais particularmente, nos canais e barras de rios, entre as Ilhas de Maracá e Janaucu. A pororoca é maior e mais perigosa nos meses de janeiro a junho e nos equinócios, quando o vento é de NE; ela carrega tudo na sua passagem. Quando a vaga passa, deixa o rio quase cheio; depois dela a corrente de enchente continua, alcançando, nas vizinhanças do Cabo Norte 8 a 10 nós de velocidade de janeiro a abril, e menos da metade dessas velocidades em agosto e setembro, sendo que, nas vizinhanças do Cabo Norte, a maré chega ao máximo de elevação (12 metros) no curto espaço de 10 minutos" (Roteiros, Marinha de Guerra—Apud. Grande Enciclop.da Amazônia—Carlos Rocque, org. Amaz. Ed. Ltda.).

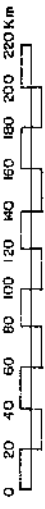
MAPA IV

ÁREA DE FREQUÊNCIA PREFERENCIAL DOS PESCADORES DE FORA NORTISTAS.



Obs: as distâncias no sentido das extremidades Pta. Grossa - Oiapoque foram estabelecidas com base nas antevistas, mas as zonas hachuradas, mar a dentro são bastante aproximadas.

ESCALA GRÁFICA



ta, que vêm uma atrás da outra, com um estrondo enorme. Dizem que vem três pretinhos encantados, um em cima de cada onda. Agora, eu já vi muita pororoca na minha vida, mas nunca vi os três pretinhos, mas tem colega meu que diz que já viu. Por causa da pororoca a gente tem medo de "ir por dentro" e por fora, só com o prático guiando" (encarregado).

Embora as funções de encarregado (responsável também a pilotagem da canoa) e prático sejam distintas e imprescindíveis nas pescarias do norte, freqüentemente se fundem num só personagem — o encarregado. Entretanto, é o prático que ascende a encarregado e não o encarregado que absorve a praticagem; tal ocorre porque o prático ao participar também do processo de trabalho como pescador, acaba por apreender os conhecimentos relativos a este, enquanto o encarregado tem pouco acesso à praticagem; esta fusão, não é indiferente ao proprietário dos meios de produção, posto que resulta numa pequena diminuição dos custos e num ligeiro aumento em sua renda, que é calculada após a dedução dos custos, todavia, ela atende mais aos interesses da tripulação que vê decrescer sua participação nos custos e a produção ser dividida por um número menor de elementos e portanto, aumentada em cada uma de suas respectivas partes, além de favorecer, em especial o encarregado, que percebe uma parte proporcional maior da produção.

Os nortistas conservam o pescado no gelo ou no sal. Os geladores são geralmente redeiros e nestes casos, embora suas tripulações sejam quase sempre maiores que as dos amazonistas, dado que o volume de trabalho total da unidade produtiva é maior, pe

lo próprio porte da canoa, o processo de trabalho é idêntico ao deles, embora se desenvolva em pescarias que se prolongam por 18 dias de duração, no máximo, devido à perecibilidade do pescado.

Os outros nortistas são salgadores; empregam tanto a rede quanto o espinhel mas suas pescarias têm a abrangência mínima de 30 dias e máxima de cinco meses, sendo em torno de três meses de duração a maior incidência. Além do encarregado e do prático (elementos permanentes em todas as tripulações de nortistas) ou do encarregado-prático, os nortistas salgadores contam em suas tripulações com o cozinheiro, o motorista, o lanhador (de peixe), o salgador, o descabeçador, este último, também conhecido como porãozeiro, de vez que trabalha no porão da embarcação. Estas funções se combinam e se adicionam às tarefas decorrentes da captura do pescado, de tal forma que a cada tripulante se atribui uma responsabilidade específica dentro da canoa e outra no processo de captura, permutando tarefas com os demais tripulantes. Concretamente, nem as primeiras nem as últimas constituem funções especializadas, desempenhadas permanentemente por cada um dos parceiros nas diversas unidades produtivas onde trabalhem; tratam-se, em vez disso, de tarefas básicas concernentes e indispensáveis ao processo de trabalho, que são distribuídas pelo encarregado entre os diversos camaradas e que implicam em responsabilidades definidas e atribuídas previamente mas que não estão circunscritas a pessoas específicas, sendo permutáveis entre eles, posto que não apresentam limites absolutos entre si, exceto quanto à função de encarregado.

As condições de trabalho dos "pelhudos" são as mais des

favoráveis entre os pescadores vigienses, o que se pode atribuir, (embora não com exclusividade) à situação de quase completo isolamento, a que ficam destinados esses indivíduos, que realizam pescarias com tal duração. Dessa contingência de desenvolvimento do trabalho decorrem problemas de ordens diversas como a limitação da promoção humana através da educação e do convívio comunitário, a ausência permanente do pai de família, a falta de assistência médica e odontológica e a própria deterioração das relações pessoais entre os tripulantes pela forma como se dá a convivência entre eles (em canoas desconfortáveis, sem ambientes privados e acomodações adequadas ao sono ou à alimentação), o que propicia freqüentes desentendimentos entre os tripulantes e resulta num ambiente de trabalho não raras vezes tenso.

O trabalho dos salgadores tem início pela arrumação dos trastes e da "despesa" da canoa (rancho, sal e combustível), seguida da longa viagem de dois a três dias em direção ao litoral norte.

Quando são escoradores, a pescaria se desdobra em duas etapas: a pesca da isca para os anzóis e a pescaria propriamente dita. Pescam diariamente certa partida de peixes de categoria inferior, principalmente o bandeirado e o cangatã, para com eles "iscarem" os anzóis. Posteriormente, procedem à pescaria da mesma forma que os escoradores chega e vira e amazonistas. Se são redeiros, a pescaria se inicia diretamente com o lançamento da rede.

O processo de trabalho dos nortistas é caracterizado mais

pelo modo de conservação do pescado do que mesmo pela diversificação no uso dos aparelhos. Os nortistas são sobretudo salgadores, embora o contingente de geladores venha se ampliando rapidamente. Contudo, desde fins do século passado, é por serem preferentemente escoradores e salgadores de gurijuba que os nortistas são conhecidos e referidos na região.

A pescaria de escora mobiliza o trabalho de todos os tripulantes: dois arriam as velas enquanto outros enfiam iscas em cada um dos anzóis; um dos tripulantes joga as bóias, após a regulagem do comprimento da corda de cada uma delas, outro retira a linha do empatador e joga-a n'água; outro lança os ferros, um pilota a embarcação. A linha, colocada durante a maré enchente, permanece na água por quatro a cinco horas em média, até ser puxada no início da maré vazante; um (ou dois) dos tripulantes puxa(m) a linha na proa da canoa, um outro "ferra" o peixe (como os peixes são pesados, o pescador introduz um "ferro" semelhante a um gancho na cabeça de cada um dos peixes, a fim de puxá-los para o interior da canoa. Outro vai arrumando a linha no empatador, enquanto outro vai retirando as bóias. Um último vai marcando os peixes com um sinal, necessário e capaz de identificar a quem se atribui a pesca do mesmo⁵¹.

⁵¹ Os espinhéis dos nortistas são divididos em secções distintas, identificadas por uma marca divisória; cada uma das secções comporta 90 anzóis, em média, correspondendo cada uma delas à produção de um dos tripulantes, sendo que ao encarregado cabem duas secções. À medida que os peixes vão sendo retirados dos anzóis vão sendo marcados com cortes feitos à faca, com o sinal de cada pescador. Dá-se a esta forma de pescaria o nome de "pescaria de marca", a mais freqüente entre os nortistas; há, entretanto, "a pescaria do bolo", em que os peixes são considerados globalmente como produção da unidade, sem distinção.

Após o recolhimento dos peixes e sua conveniente identificação, os pescadores "iscam" novamente a linha, lançam-na n'água e iniciam o trabalho de beneficiamento do pescado: dois dos pescadores descabeçam o peixe, um outro abre-o e retira as vísceras, um outro lava o peixe passando-o em seguida a outro tripulante, que vai fazendo lanhos laterais no peixe, enquanto um outro salga cada um dos peixes e um último trabalha com as abas e barbatanas dos cações e "a grude" da gurijuba.

O beneficiamento "da grude" (bexiga natatória da gurijuba e outras espécies de pescado, que, ao ser retirada do animal se encontra inflada de ar) consiste na operação de lavá-la e pisseteá-la, a fim de eliminar o ar de seu interior. Posteriormente, "a grude" é posta para secar no toldo da embarcação e guardada ao lado das abas e barbatanas de tubarão, como produto secundário da pescaria, que recebe tratamento diferenciado na repartição do produto.

Um aspecto a destacar no trabalho dos nortistas é o fato de que as cabeças e vísceras dos peixes não são lançados imediatamente ao mar, o que, segundo os pescadores, atrairia "feras" (tubarões e espadartes), causando prejuízos consideráveis. Face a isto, conservam esse rejeito no interior da canoa por dois ou três dias para que se deteriore e finalmente, seja lançado ao mar. Esta prática converte a canoa num ambiente extremamente desagradável aos tripulantes, que após alguns anos de trabalho, acabam por se acostumar a tão agressiva condição de trabalho e existência.

3.2.3- Considerações Gerais

A questão da autonomia dos pescadores vigienses em geral, passa pela participação do pescado enquanto resultado do trabalho do pai de família no sustento da unidade familiar, embora não se esgote nesta participação. Quando se comparam aos pescadores de fora, os chega e vira valorizam a condição de poderem prover o sustento de suas famílias mediante a destinação de parte da produção diária para este fim. A autonomia dos chega e vira aparece em suas representações como função desta possibilidade, que não é idêntica a que gozam os pescadores de fora, mas persiste sob várias formas (como os primeiros): os pescadores de fora gozam do direito de trazerem para suas casas, ao final da pescaria, três peixes grandes (7 a 15 kg, em média) que constituem "o boião". É evidente que a participação desta cota torna-se cada vez menos importante e mais residual no sustento da família, na razão direta da permanência do pescador no mar, posto que esta cota é geralmente invariável nas diversas formas de organização dos pescadores de fora; a fixação desta cota de três peixes compromete a autonomia do pescador de fora, à medida que a duração da pescaria aumenta; este busca recuperá-la, ao menos parcialmente, através da remessa de peixes para sua família, por algum portador eventual ou pelos próprios agentes de comercialização com os quais estabelece vínculos mais estreitos.

"Quando estou no chega e vira eu trago o peixe todo dia. Quando estou no Amazonas, dou meu jeito de mandar pelo marreteiro. Quando eu trabalho pro norte, o jeito é comprar o peixe por

que eu só trago quando eu voltar. O resto das compras é feito numa taberna perto de casa, onde eu pago por semana ou de 10 em 10 dias".

Como o peixe gelado aufere no mercado de Belém de preço superior ao salgado, colocado em qualquer dos mercados habituais, o modo de conservação do pescado acaba por se refletir na remuneração final do pescador. Se a remuneração mensal dos salgadores é menor que a dos geladores no mesmo período de tempo considerado, os pescadores de ambos os tipos trazem para suas casas idênticas parcelas "do boião". Em compensação, como a quase totalidade dos pescadores não possui geladeira em suas casas, um número considerável de geladores entrevistados informou ser obrigado a consumir imediatamente parte dos peixes trazidos, vendê-los a qualquer preço ao chegarem ao trapiche, dividi-los entre parentes e amigos ou salgá-los para consumo posterior. Os salgadores ficam sob este aspecto, em condições melhores ao poderem conservar o boião por tempo muito mais longo.

Em decorrência disso, estabelece-se uma dependência muito maior (em termos de endividamento) entre os geladores e o comércio local, do que entre os salgadores e os chega e vira, daí porque alguns dos geladores estão começando a fazer suas compras nos supermercados e mercados de Belém, onde os preços são inferiores aos da Vigia, deixando-as naquela cidade ao regressarem de Belém, quando as embarcações aportam para recolherem os aparelhos já consertados e parte das tripulações, minimizando assim, os efeitos dessa dependência.

A autonomia, que aparece em graus variados no que concerne ao sustento da família, apresenta outro aspecto quando se estabelece um paralelismo com o trabalho assalariado — no qual a parceria sai fortalecida pela noção de não-vinculação empregatícia e independência pessoal:

"Ser pescador é bom porque o pescador é liberto, não é empregado, não trabalha no alugado. Se não dá certo, muda de tripulação".

Quando comparam a pesca com a roça, dada a origem rural de um segmento importante dos pescadores da Vigia e a experiência negativa naquela atividade produtiva, a pesca para todos eles representa uma condição existencial e de trabalho superior: "A pesca é melhor. Na roça, o lavrador planta hoje pra comer no ano que vem. Na pesca, ele pesca hoje pra comer amanhã. A vantagem é que o lavrador dorme no enxuto e o pescador apanha chuva e sol e enfrenta feras, mas o pescador pode armar a cobertura da canoa e tirar uns cochilos durante a pescaria; e tem mais, o pescador come do melhor peixe enquanto está pescando. Pescador no trabalho não passa fome e lavrador passa".

4- PILHAGEM DA NATUREZA E CONFLITOS DE CLASSE

4.1- Mercado e Modernização

Os pescadores artesanais, proprietários e parceiros, não se defrontam com os empresários da pesca industrial (complexo integrado pela frota pesqueira e as indústrias de beneficiamento do pescado) como concorrentes no sentido convencional da expressão, posto que não se encontram, através de seus produtos, na disputa de um mesmo e limitado mercado consumidor. Tal não ocorre porque cada um destes dois segmentos atende, em prioridade, a mercados distintos: enquanto a quase totalidade da produção das empresas industriais de pesca se volta para o mercado exterior e uma parte restrita ao centro-sul do país, a produção dos pescadores artesanais se destina preferentemente aos mercados regionais - Belém, colônias agrícolas, cidades e vilas interioranas do Pará, vilas e povoados do Território do Amapá, quando o produto é vendido no Oiapoque, Calçoene e Conanim⁵².

⁵² Tomando-se por base o ano de 1976 para a pesca industrial tem-se o seguinte quadro: a produção da frota industrial foi de 18.044 toneladas (SUDEPE-Base de Operações de Belém, 1978). A produção de pescado resfriado (1.487,3 t) e congelado (9.824,6 t) somou 11.311,9 t (MORALES, Francisco Mencia et al. Avaliação das Indústrias Pesqueiras dos Estados do Amazonas, Pará e Maranhão: Capacidade, Produção e Mercado. SUDEPE. PDP, PNDU-FAO, 1976. Documentos Ocasionais nº 20). A diferença numérica entre o total da captura e a produção de pescado resfriado e congelado deve-se evidentemente às perdas decorrentes do beneficiamento. No mesmo ano o total de pescado exportado pelo Estado foi de 11.391 toneladas (SUDEPE/CPD, Belém, 1978 e Banco do Brasil, Cacex-Estatística dos Produtos Exportados nos anos de 1970 a 1977, Belém, s.d). Toda a produção beneficiada era portanto exportada. Aliás, o total da produção exportada naquele ano é ligeiramente superior ao da produção beneficiada, o que resulta certamente de tratamento diferente dado aos números pelas distintas fontes.

Na fase inicial de implantação das empresas industriais elas não pescavam peixes, dedicando-se exclusivamente à captura do camarão em alto mar, em zonas distantes da costa. Fatores como a crise de combustível, encarecendo o custo da pesca mais distante, o desconhecimento da localização dos cardumes de camarão, a inexistência de experiência na região concernente à pesca do camarão em alto mar, de pescadores-pilotos na área capazes de conduzir os novos tipos de barcos e de manejar seus aparelhos, somados à experiência de aceitação nos EUA de uma espécie de pescado — a piramutaba — abundante na área, levaram as empresas a re-dicionarem seus negócios e com eles, suas zonas de atuação. Hoje, no que concerne ao tipo de pescado capturado por cada um desses segmentos constata-se uma certa polarização de produtos: as empresas industriais envidam seus esforços na captura de algumas poucas espécies selecionadas de pescado⁵³; os pescadores artesanais, de um modo geral, apresentam uma produção não-seletiva, constituída de uma grande variedade de espécies, que em quantidades reduzidas por espécie, compõem a produção total, com algumas espécies sobressaindo em termos percentuais.

O Quadro VI (anexo II) permite observar que é apenas no que concerne a cinco espécies (piramutaba, dourada, pescada amarela, gurijuba e uritinga) que as atividades de captura dos dois

⁵³ Na verdade, a frota da pesca industrial interessa-se pela piramutaba. As demais espécies constituem a fauna acompanhante dela: dourada, pescada amarela, gurijuba, uritinga. A piramutaba vem contribuindo com mais de 90% da produção. Dados referentes à produção desembarcada pela pesca industrial (Relatório da Reunião do Grupo Permanente de Estudos Sobre a Piramutaba — Base de Operações do PDP-SUDEPE, Belém, 1979, xerox), demonstraram que a piramutaba concorreu em 1976 com 93% da produção desembarcada pela frota industrial, 94% em 1977 e 95% no ano seguinte.

segmentos se entrecruzam, o que entretanto, não significa que estas produções apresentam necessariamente idêntica intersecção no âmbito da comercialização. O referido quadro não é de todo elucidativo, posto que ao relacionar apenas as espécies mais frequentes na captura, omite um considerável número de espécies, específicas da captura artesanal que, se concorrem individualmente com percentuais modestos na composição da produção total, em contrapartida, a reunião delas constitui parte considerável da produção artesanal, como a piaba, a sarda, o espadarte, o mero, a enxova, o bandeirado etc. Além disso, a pesca industrial apresenta elevada concentração em somente três espécies básicas — a piramutaba, que engloba quase a totalidade da captura, a dourada, principal espécie acompanhante da piramutaba e em percentual restrito o camarão-rosa, espécie não capturada pelos pequenos produtores, sendo as demais simplesmente residuais.

A pesca artesanal da Vigia não é seletiva quanto à produção; apenas entre os "pescadores do norte", cujas espécies predominantes, embora não exclusivas na produção são a gurijuba, o cação e a uritinga (com prevalência da primeira espécie) é que se pode mencionar a existência de um certo grau de especialização da produção. No entanto, essa produção, transformada quase toda em peixe salgado, destina-se ao mercado de Belém, às colônias agrícolas, vilas, povoados e pequenas cidades do interior do Estado e do Território do Amapá. enquanto a pesca industrial opera apenas com o pescado resfriado e congelado para exportação mas não com o peixe fresco e o salgado, pelo que, neste aspecto não são também concorrentes no mercado.

Embora a região norte seja um mercado consumidor modesto de pescado em relação a outras regiões brasileiras, face ao número de consumidores significativamente menor, apresenta o maior índice de consumo "per capita", superando grandemente o das demais regiões brasileiras. Segundo informações da SUDEPE, em estudo realizado com base nos anos de 1974, 1975 e 1976⁵⁴ o consumo regional está assim constituído: 83% de pescado fresco, 11% de salgado, o que soma 94% da produção, o que confirma a assertiva anterior de ser o mercado local abastecido pela produção dos pequenos produtores. Os 6% restantes consistem em pescado em conservas, congelado e resfriado, sendo que estas duas últimas modalidades resultam de pequenos saldos de exportação ocorridos.

A nível de mercado a interseção das produções dos dois segmentos — pesca artesanal e industrial — dá-se em relação ao mercado do centro-sul, quando da comercialização do pescado de qualidade superior da frota artesanal é adquirido em Belém e na Vigia e posteriormente transportado em caminhões frigoríficos, tal como ocorre com parte da produção derivada das indústrias pesqueiras não exportada para o exterior (saldos de exportação). Entende-se, portanto, que esta interseção, ou corte, das distintas produções, ao nível do mercado, tenha caráter residual. Isto porque a proporção do pescado selecionado por espécie que concorre para a composição da produção total dos pescadores artesanais é reduzida, enquanto que não o é na pesca industrial.

⁵⁴ SUDEPE. Ministério da Agricultura. Projeto Piscicultura. Maio, 1979, p. 26 (xerox).

Existe, é verdade, uma forma de atuação complementar da pesca artesanal em relação à industrial no que concerne à pesca de algumas espécies, principalmente da piramutaba. É freqüente a venda das produções artesanais de piramutaba (quando elas são expressivas) aos barcos da frota pesqueira industrial, ou às geleiras que por sua vez as revendem àqueles ou às fábricas; finalmente, alguns barcos dirigem-se diretamente às fábricas de beneficiamento para efetuarem a venda e alguns outros que vendem sua produção no Ver-O-Peso, têm sua produção negociada posteriormente com as fábricas. Entretanto, se o fenômeno pode ser freqüente entre os pescadores de outras áreas, não há notícias de que ocorra entre os pescadores vigienses.

Não há dominação ou monopólio, em bases estruturados e sistematicamente organizados por empresários industriais em relação a um determinado mercado, no qual os dois segmentos atuem de forma competitiva, pelo cruzamento de ambas as produções.

Não são tampouco concorrentes no sentido da utilização de avanços tecnológicos que, ao serem adotados pelo segmento mais desenvolvido (o da pesca empresarial) resultem na redução dos custos, que então, por ficarem abaixo do custo médio das demais empresas, produzam lucros extraordinários durante o período de tempo que antecede a generalização da inovação entre as demais unidades de produção. A modernização do setor pesqueiro, de história recente, não resultou desse tipo de concorrência intercapitalista, mas, pelo esforço do Estado em implantar um segmento moderno de elevado emprego de capital, destinado à exportação para o exterior, em primeira instância e secundariamente, ao mercado

do centro-sul e de elevada produtividade⁵⁵. Esta forma de modernização induzida teve resultados modestos face às metas planeja- das pelos órgãos indutores. Hoje, a capacidade ociosa da frota pesqueira industrial é elevada: "Sob estas premissas, ao compa- rar a produção real (Pr) dos anos de 1974 e 1975, com a capacida- de instalada (CI) deduz-se que o grau de utilização destes equi- pamentos alcançou 57,3% em 1974 e 73,3% em 1975... Convém subli- nhar que estes cálculos são efetuados sob condições totalmente con- servadoras: considerar uma jornada de trabalho de 8 horas/dia, quando se poderia tomar uma média de 10 a 12 horas/dia; incluir a produção de cabeças de pescado como um produto, quando se tra- ta de um subproduto de valor residual, o que significa um subem- prego"⁵⁶. Vale, contudo, considerar que ainda segundo a mesma fon- te (pág. 102) "a quantidade de pescado produzido pela pesca arte- sanal, que em 1976 chegou a quase 38 mil toneladas, atinge cerca de 66% de toda a produção estadual, cabendo à atividade industri- al os 30% restantes".

⁵⁵ "Em termos de absorção de mão-de-obra, porém, a contribuição da atividade empresarial é pouco significativa considerando-se que o pessoal ocupado nas operações de captura, em 1977, era constituído por 491 tripulantes". "Esse contingente tomado em relação ao 'quantum' produzido reflete uma nítida superioridade da atividade industrial sobre a pesca artesanal, no que se refere à produtividade da mão-de-obra. De acordo com dados de 1976, a produtividade média dos pescadores artesanais estaria estimada em pouco mais de uma tonelada de pescado/ano, enquanto que na pesca industrial a média situava-se acima de 30 t/ano". (Comissão Estadual de Planejamento Agrícola - CEPA-Pará. Diagnóstico do Setor Agrícola do Estado do Pará. Belém, 1978, 254 pág., volume I, pág. 104). Outros trabalhos registram uma produtividade média bem superior pelo me- nos para os pescadores do Salgado, onde se inclui os vigienses — 2,8 t/ano (BRITTO, Rosian C.C. et alii. A Pesca Empresarial no Pará. Belém, 1975, 72 pág. Série Monografias nº 20, IDESP, pag. 29.

⁵⁶ MORALES, Francisco Mencia et alii, op. cit., pág. 35.

Em virtude dos negócios com o mercado exterior se terem apoiado em somente dois produtos — a piramutaba e o camarão-rosa — e dos estoques pesqueiros e possibilidade de captura não terem sido adequadamente estimados, resulta em freqüente falta de pescado para as indústrias, de tal forma que uma parte considerável da frota encontra-se ociosa e paralizada; a ocorrência de ociosidade nas instalações fabris tem levado as empresas a processarem seus reduzidos estoques conjunta e alternadamente, de forma a reduzir os custos operacionais e de pessoal.

A modernização do setor pesqueiro não resultou da propagação de tecnologia mais avançada pelas unidades artesanais do setor, mas fez-se "por cima", ou seja, superpondo a estas uma classe de empresários até então estranha à sociedade local.

Esta modernização induzida, extremamente favorável em termos fiscais à indústria pesqueira, é resultado da ótica das instituições sobre a pesca artesanal que sobre ela refletem e a ela se referem, a partir de um ponto de vista elitista e do capital: "A anarquia e desintegração com que operam os pescadores artesanais, faz com que a oferta caia totalmente diluída nas mãos de atravessadores, que também desconhecem o mercado, sendo suas atividades bastante primitivas"⁵⁷.

Apesar de toda a política de incentivos planejada, a modernização não foi exitosa de todo. Os custos operacionais, em decorrência da crise mundial do petróleo e da super-majoração de preço do combustível a nível nacional, estabeleceu-se em pontos

⁵⁷ MORALES, Francisco Mencia et alii, op. cit., pág. 22.

acima das expectativas dos empresários, fator que se conjugou à retração do consumo no mercado exterior nos últimos anos, à capacidade ociosa da frota e das instalações fabris e à falta de matéria prima em quantidade satisfatória para colocar em funcionamento a capacidade instalada, fatores que contribuíram, em graus diferentes, para que a modernização do setor não correspondesse às estimativas dos agentes promotores. Em 1978, por exemplo, quando a produção industrial de pescado alcançou 18 mil toneladas, a projeção oficial da produção, era de 24,8 mil toneladas⁵⁸, portanto muito aquém da expectativa.

A modernização pela concorrência entre unidades produtivas de um mesmo setor para atender a um mesmo mercado (o local), estabeleceu-se nas últimas duas décadas, de forma gradual e modestamente, no ramo menos capitalizado — o da pesca artesanal e fez-se em pelo menos três pontos significativos: a adoção das redes, em substituição gradual das linhas (espinhéis), das urnas para venda do pescado conservado no gelo nos mercados mais exigentes, como o da capital e do motor como auxiliar na propulsão das embarcações.

A rede, aparelho de pesca que há 20 anos era praticamente desconhecido na Vigia, começou a ser utilizado ao longo dos anos 60 e mais intensamente na década passada; hoje supera numericamente os demais aparelhos, por apresentar maior produtividade. dispensar a isca (o que reduz a jornada de trabalho ou os custos relativos à aquisição da mesma) e tornar o trabalho do pescador menos árduo.

⁵⁸ Ministério da Agricultura/O.T.P.O.A.. Citado em "Diagnóstico do Setor Pesqueiro do Estado do Pará". Belém, IDESP, 1978, xerox, pág. 62.

Não se dispõe de estimativas de produtividade por aparelho de pesca mas a existência de estimativas da produção total por aparelho(v.Q.VII-AnexoII) possibilita constatar a predominância das redes sobre os demais aparelhos, simultaneamente com a redução da produção dos espinhéis. A produção de pescado oriunda das redes é significativa não apenas pelo fato de que a rede possibilita uma produtividade maior como também porque um elevado número de escoradores vem substituindo seus espinhéis pelas redes.

A adoção das urnas com gelo triturado, em resposta à necessidade de expansão da produção, tem sua aplicação num âmbito ainda restrito de pescadores, posto que sua expansão está limitada a igualmente restrita margem de capitalização das unidades artesanais, mas seu uso vem equacionando (com as ressalvas abordadas em capítulo anterior) o problema da conservação e do transporte do pescado e garantindo maior autonomia de viagens para as tripulações, o mesmo ocorrendo com relação ao uso do motor como propulsão.

A generalização do uso do motor, apesar de modesta em termos numéricos, pode ser considerada constante e acentuada. Dentre as 35 embarcações pesqueiras registradas em 1977 pela SU DEPE 25 (72%) eram propulsionadas a vela, 2 (6%) a remo, 4 (11%) a motor e 4 (11%) não informaram a forma adotada. No ano seguinte, das 30 embarcações registradas, 25 (83%) eram propulsionadas a vela e 5 (17%) a motor. Já em 1979, das 25 embarcações registradas ascende a 16 (64%) o número das que eram propulsionadas a ve

la; 9 (36%) usavam motor. O ano de 1980 registra uma superação dos barcos a motor registrados sobre os barcos a vela: das 16 embarcações, 9 (56%) eram propulsionadas a motor e 7 (44%) a vela. Finalmente, em 1981, último ano que se dispõe de estatísticas, foram registradas 80 embarcações, das quais 37 (46%) a vela, 42 (53%) a motor e 1 (1%) não informou a forma de propulsão.

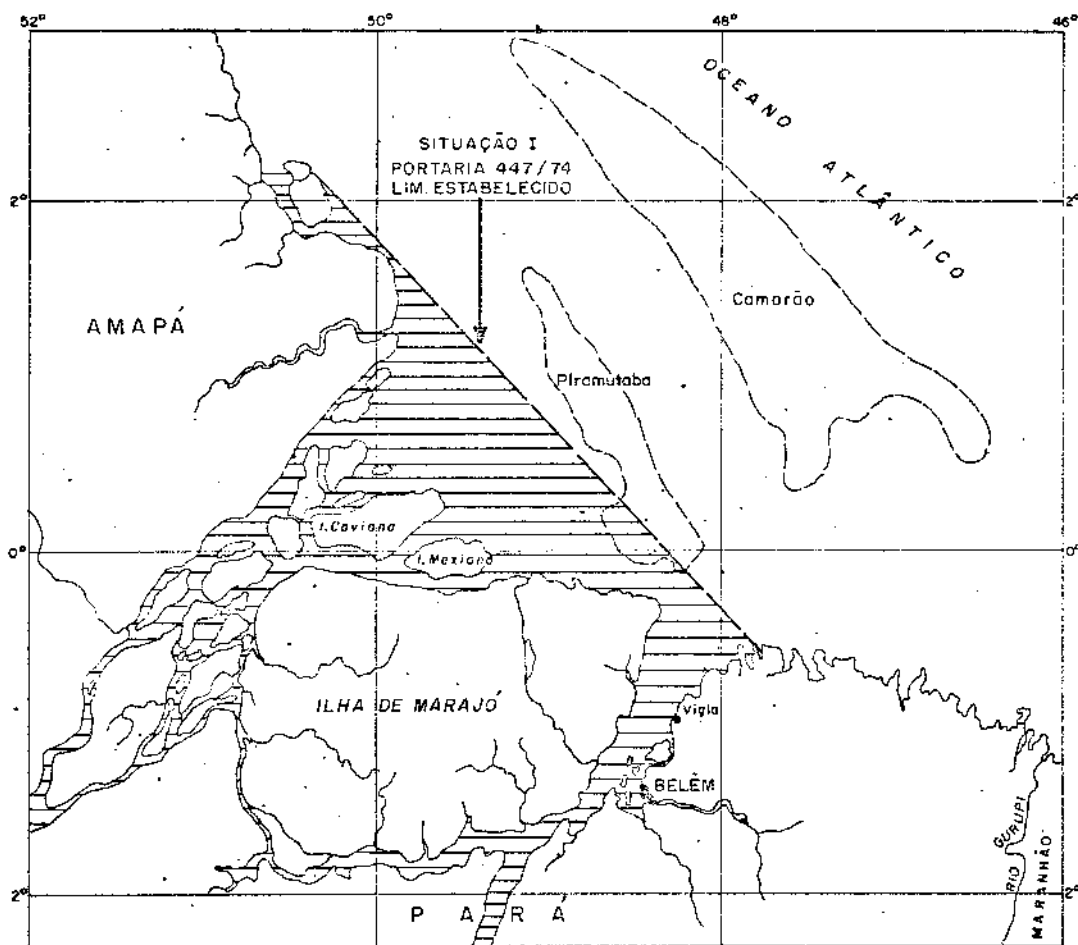
A expansão do uso do motor nos últimos anos deve-se, em parte, à implantação de linhas de crédito bancário ou das lojas que os vendem a prestação; alia-se a isto a estimulação decorrente do fato de que o motor reduz a jornada de trabalho e as perdas da produção e possibilita negociar com um mercado mais atraente.

4.2- Modernização e Pilhagem da Natureza

A intensidade da captura da piramutaba pelas indústrias pesqueiras provocou o estabelecimento, através da Portaria nº447/74-SUDEPE, da zona física de atuação da frota industrial de arrasto de parelha para a pesca de piramutaba, a qual definia originalmente o limite físico desta modalidade de pesca para além de uma linha reta imaginária, cujos extremos se localizavam do farol do Cabo Norte à Ponta da Tijoca, no município de Curuçá. A capacidade física das embarcações da frota artesanal e o tipo de aparelhos utilizados, confinavam-nas na zona situada aquém do limite estabelecido para a pesca industrial e mais ao norte, onde operam os "pescadores do norte" ou "pelhudos", não atua a frota industrial (v. mapa V — Situação I).

MAPA V

LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS PROIBIDAS DE PESCA
DA FROTA INDUSTRIAL

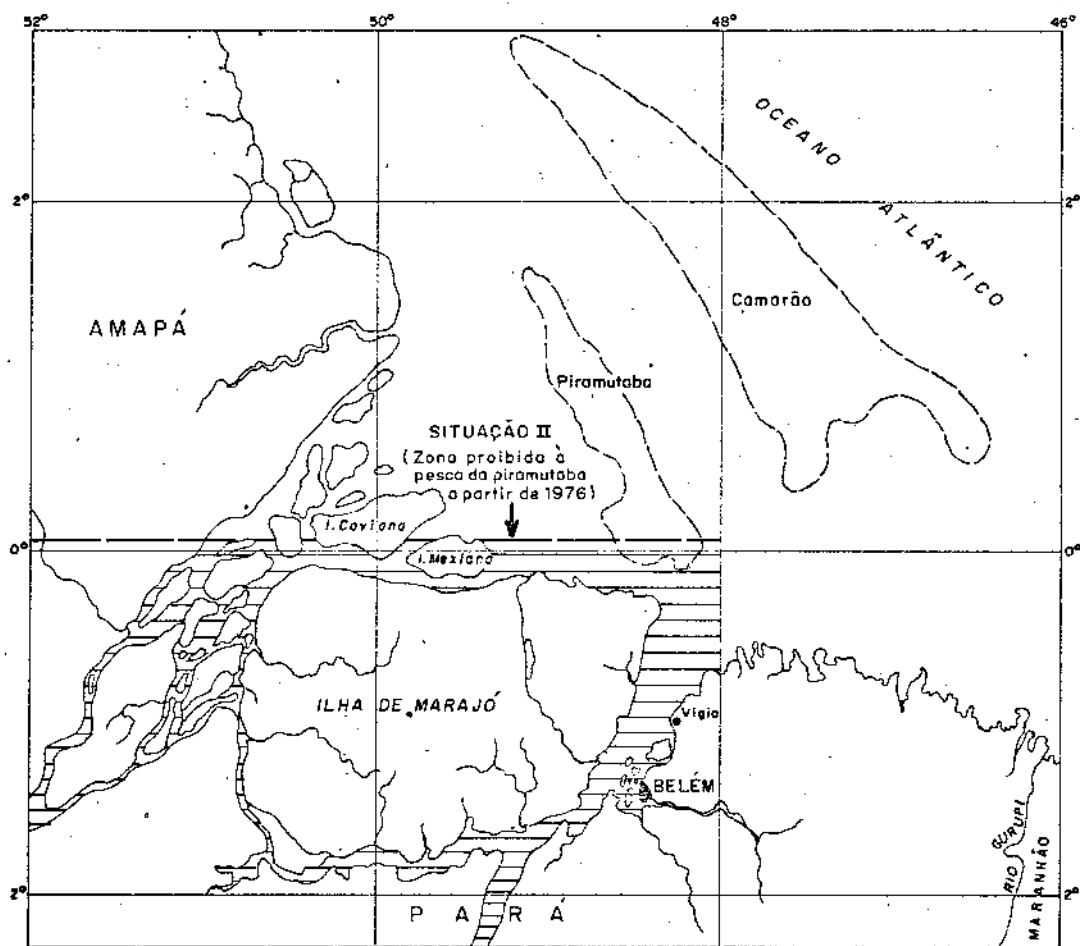


Escala 1 : 2 000 000

Fontes: SUDEPE/PA - (Enfoque sistêmico do setor pesqueiro, 1979 pág.14)
IDESP - Diagnóstico do setor pesqueiro do Estado do Pará, s.d. pág. 10 e 11
Legislação Pesqueira - SUDEPE

MAPA VI

LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS PROIBIDAS DE PESCA DA FROTA INDUSTRIAL



Escala 1: 2 000 000

Fontes: SUDEPE/PA - (Enfoque sistêmico do setor pesqueiro, 1979 pag.14)
IDESP - Diagnóstico do setor pesqueiro do Estado do Pará, s.d. pag. 10 e 11
Legislação Pesqueira - SUDEPE

A tentativa de baixar seus custos de produção através da economia de combustível pescando em águas próximas; a irregularidade e insuficiência da produção de piramutaba (face à elevada capacidade da frota e das instalações fabris implantadas sem o necessário dimensionamento dos estoques pesqueiros e à exigência das indústrias de exportarem uma única espécie de peixe — a piramutaba), resultaram em pressões por parte das indústrias pesqueiras na dilatação de seu território físico de ação, em função da redução da vazão do Amazonas no período da estiagem (julho a dezembro), a penetração da massa de águas oceânicas no estuário e em suas adjacências torna-se maior, provocando a migração de cardumes para a área de atuação da frota artesanal. Em 1976, em decorrência de pressões políticas para obtenção do alargamento de seus territórios de ação (que se deu em direção ao estuário e não no sentido mar a fora), as empresas industriais lograram, através da Port. 007/76-SUDEPE, penetrar em parte do estuário legalmente, já que, a partir de então, a linha imaginária retraiu-se até o paralelo de $00^{\circ} 5'N$ e o meridiano de $48^{\circ} 00'W$. (v. mapa VI — Situação II) e que, na prática, pescam aquém desta linha.

A superposição da área de pesca industrial sobre a área tradicionalmente explorada pelos pescadores artesanais estabeleceu uma grave disputa pelo mesmo e restrito espaço de produção.

As férteis águas estuarinas converteram-se, especialmente a partir de 1976 num espaço econômico e político, onde se enfrentam, em condições desiguais e conflitantes, os pequenos pescadores, em seus barcos de até 20 toneladas totais e a pesca da frota industrial.

Num primeiro nível, a permanência das redes de arrasto

na área definida para a pesca da piramutaba⁵⁹ resulta na predação dos estoques pesqueiros, dado que as redes de arrasto provocam grande mortandade de inúmeras espécies jovens, que consistem no "rejeito" industrial, posto que são espécies de baixo valor comercial.

"Eles matam muito peixinho. Mas não é pouco não. Eles puxam a rede com uns guinchos; escolhem sô os peixes maiores e jogam todo o resto de volta. Chega a água fica coalhada de peixinho morto. Faz dô ver o estrago" (pescador artesanal).

A existência de um elevado "rejeito" não é um fenômeno desconhecido entre a tecnocracia que atua no setor pesqueiro, tendo sido referido inúmeras vezes em documentos oficiais, como relatórios efetuados por técnicos da SUDEPE, em viagens de inspeção realizadas a bordo de barcos industriais: "Nos lances de maiores capturas (acima de 2.000 quilos) a mortalidade de jovens é quase que total. Em alguns deles chega a superar a dos 'adultos', como por exemplo, em um lance a captura total dos adultos foi estimada em 600 kg, enquanto que a dos jovens foi de mais de 900 kg"⁶⁰.

⁵⁹ Observe-se que o limite legal é estabelecido em função da pesca da piramutaba, mas as embarcações da frota industrial costumam trafegar aquém deste limite, sob alegação de estarem pescando a dourada, principal espécie acompanhante daquela. Recebem, quando nesta situação, a denominação popular de "barcos piratas".

⁶⁰ DAMASCENO, F.G. - Relatório sobre a primeira viagem de amostragem da piramutaba - Brachyplatystoma vaillantii (VAL), a bordo de barcos industriais. In: SUDEPE. PDP.GPEP - Relatório da Reunião de Estudos da Piramutaba. Brasília, 1978, anexo 3.

O nível da mortalidade de espécies jovens de pescado se revela muito alto, em qualquer das fontes que o tenha registrado: "na pesca industrial, vem sendo observada uma elevada mortandade, em torno de 70%, a cada arrasto procedido por seus barcos de captura, em virtude da indiscriminada coleta de indivíduos jovens e outras espécies não aproveitadas para a comercialização no mercado externo"⁶¹.

A predação da natureza provocada pela pesca industrial remete a outras questões; a quase totalidade da literatura oficial sobre a pesca na Amazônia refere-se à pesca artesanal como primitiva e predatória (!): "a potencialidade pesqueira da região amazônica era, presumivelmente, bastante grande e estava sendo explorada sem nenhuma base científica ou, até pelo contrário, no mesmo secular sistema empírico e predador"⁶².

A moderna indústria pesqueira que se implantou nos anos 70 vem sendo preconizada desde Veríssimo e mais concretamente, a partir de fins da década de 50, quando a SPVEA — Superintendência do Desenvolvimento Econômico da Amazônia, em convênio com a FAO-UNESCO contratou o especialista em pesca, Dr. Arno Meschkat para realizar e coordenar estudos "com a finalidade de transformar o atual

⁶¹ Comissão Estadual de Planejamento Agrícola — CEPA-Pará. Plano Estadual de Desenvolvimento da Pesca-Pará, 1980-1985. Belém, 1979. 203 pág. (pág. 61) (Convênio MA/SUDAM/Governo do Estado e EMATER-Pará).

⁶² FREITAS, Luis Aimberê Soares de. Uma Estratégia para o Desenvolvimento da Pesca na Amazônia Ocidental. Edição do Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 1977.

sistema de pesca, empírico e rudimentar, praticado pelas populações ribeirinhas do interior amazônico, em indústria racional, de alta produtividade..."⁶³.

A racionalidade do empreendimento e o emprego de critérios científicos da captura estão longe de integrarem, como elementos constitutivos a pesca industrial, conforme se evidencia pela predação da natureza e pelo desconhecimento científico da natureza explorada, no que concerne ao volume e natureza dos estoques pesqueiros, nível sustentável de exploração do estoque, tempo de vida das espécies, temporadas e locais de migração e zonas de desova das principais espécies⁶⁴. A predação da natureza pela pesca industrial, contraditoriamente, coloca em jogo a própria permanência da atividade por um horizonte temporal mais largo: "Os resultados demonstraram que a partir de 1976 o comportamento da pesca, ou do estoque, foi anormal, ultrapassando o máximo sustentável, anteriormente calculado em 6.180 toneladas"⁶⁵. Além disso, impõe uma redução na produção e na produtividade dos pescadores artesanais, que, abastecem o mercado interno, face à disputa e predação do espaço comum da produção, posto que, parte considerável das espécies utilizadas como produtos comercializáveis pelos pescadores artesanais constituem o "rejeito" das indústrias pesqueiras e estoque natural destruído: "a perda de outras espé'

⁶³ MESCHKAT, Arno. Considerações Sobre a Pesca na Amazônia. SPVEA (Convênio FAO-UNESCO-SPVEA) - Série Recursos Naturais, vol. II. Belém, 98 pág.

⁶⁴ Comissão Estadual de Política Agrícola-Pará, op. cit., pág. 9.

⁶⁵ Comissão Estadual de Política Agrícola-Pará, op. cit., pág. 9

cies capturadas pelas redes e não aproveitadas nas indústrias é enorme (espécies como pescadinha, pescada, dourada, cação, gurijuba, pirapema etc., numa proporção de quase 70%"⁶⁶.

"A pescaria está meio fraca. Hoje, com as barcas tirando e matando nossos peixes, a pescaria do pescador pequeno está muito difícil. As barcas pegam até 60 toneladas por viagem. Ora, isso é pescaria para mais de 100 pescadores, pescando bem" (pescador artesanal).

"Antigamente, há uns 10 anos atrás os pescadores pegavam peixe aqui na beirinha. Tinha peixe pra todos. Agora, as barcas, elas estão estragando o dia de hoje e o nosso futuro. Porque depois que elas começaram a arrastar as redes, elas espantaram os peixes e deram muito prejuízo pra nós. E eu penso que no futuro vai ser pior porque elas estão matando os peixinhos que podiam se produzir (reproduzir). De forma que eu acho que daqui a uns anos, não vai ter nem pra nós nem pra elas também" (pescador artesanal).

Ao lado da redução da produtividade por unidade de produção, os pescadores artesanais se vêem na contingência de afastarem-se cada vez mais rumo ao norte, onde, dada a baixa incidência da piramutaba, não atua a frota industrial e de estenderem indefinidamente a jornada de trabalho, com vistas a compensar esta redução: "o que mudou nos últimos é que o peixe ficou escasso; o jeito é se mandar pro norte, onde eles vão menos; antes a gente

⁶⁶ Comissão Estadual de Política Agrícola - CEPA-Pará, op. cit., p. 41.

viajava 20, 30 dias e voltava; agora são 3, 4, até 5 meses pescando pra pagar a despesa do barco e da tripulação" (pescador do norte).

A pilhagem da natureza e o conflito com os pescadores artesanais são fatos de domínio público, sendo denunciados com frequência e veemência nos jornais da capital. "Aproximadamente cinquenta toneladas de filhinhos de piramutaba e arraia estão sendo jogadas fora semanalmente nas praias de Roque e Machado, na região de Vigia, por pescadores que trabalham nos barcos das companhias de pesca mecanizada. Esta cena vem se repetindo há cerca de seis anos, quando empresas de pesca amarram redes em duas lanchas, numa profundidade igual a do rio e arrastam das águas tudo que estiver na frente. Nesta atividade mais do que predatória, são recolhidos peixes que servem à exportação, e os que não se prestam a essa finalidade são jogados ao rio, poluindo as águas que banham a costa do maior centro pesqueiro do Estado... Não bastasse essa situação, os pescadores da Vigia atravessam um dos piores períodos desde que foi implantado o sistema de pesca mecanizada na região, de vez que o pouco peixe que conseguem pescar não dá nem para o sustento da família" (Jornal "O LIBERAL", 22 de julho de 1982, pág. 10)⁶⁷.

Finalmente, além da mortalidade das espécies novas, de forma indiscriminada, as pesadas e longas redes da frota indus

⁶⁷ Outras reportagens igualmente contundentes encontram-se nos exemplares de "O LIBERAL" dos dias 06.04.82, 18.04.82, 08.04.82, 14.04.82, 12.08.80; em "A Província do Pará" em 10.04.80/19.08.80; em "Equipesca Jornal" nº 26, S/1, 1969; "O Estado do Pará" em 04.83.80, 6-7 de 04 de 1980; 10.04.1980, 11-12/05.80.

trial ao revolverem o leito do estuário destroem o "habitat" natural das espécies menores (os alevinos), que servem de alimento às maiores, de exploração comercial, interrompendo assim, em proporções não avaliadas ainda, a cadeia biológica que sustenta o equilíbrio ecológico do estuário, com sérios comprometimentos futuros, sejam de ordem natural, mas principalmente, de ordem social.

4.3- O conflito básico

Num nível básico, a disputa pelo espaço da produção e o conflito que ela provoca, resulta na destruição que os barcos industriais impõem sobre as redes e espinhéis dos pequenos produtores, ao passarem sobre estes aparelhos arrastando suas pesadas e enormes redes, bem como ao provocarem o afundamento de embarcações de menor porte, principalmente à noite, pelo deslocamento excessivo de águas na passagem, ou pelo próprio abalroamento: "A gente veve perdendo esse material de trabalho; às vezes a lancha de ferro passa por cima da rede e atora no meio, ou senão, engancha na deles e eles vão levando tudo. Elas fazem muita água, a pagam a luz da gente e até alagam (afundam) a gente. Essas lanchas grandes de ferro, elas tinha que pescar é dentro da área delas mas isso não acontece. Elas fazem o seguinte: colocam uma sonda que enxerga os peixes, isto é, os nossos peixes, porque eles estão na nossa água, por isso que eu digo que são os nossos peixes. E seja no fundo ou no raso, ou peixe pequeno ou peixe grande, eles levam tudo. Eles não têm respeito nenhum por nós. Levam os peixes que querem e os que não querem e ainda levam nossos a

parelhos" (pescador artesanal).

A destruição dos aparelhos é constante e persistente. Todos os pescadores entrevistados haviam sido vítimas dela na atual tripulação em que trabalham ou em tripulações de que participaram anteriormente. A incorporação do trabalho dos pescadores aos meios de produção com que operam (redes, espínhéis, bôias, barcos etc.) como proprietários ou não, sofre uma severa predação em resultado desse enfrentamento, que coloca em jogo os interesses da burguesia industrial e dos pequenos produtores locais, em detrimento dos últimos. É assim que, se ao nível do trabalho diário o pescador sofre de uma constante dilapidação de sua força de trabalho, quando este mesmo trabalho do pequeno pescador se converte em meios de produção (dos quais pode ser ou não proprietário), este trabalho acumulado torna-se objeto dessa nova forma de destruição e violência.

"Tenho visto muitas lanchas de ferro que entram aqui na boca dos rios e levam as redes dos pescadores. Comigo aconteceu há uns quatro anos atrás. Nós tomamos nota do nome da lancha, mas a canoa onde eu trabalhava não estava rolada (arrolada na Capitania dos Portos), não tinha registro aí nós não ganhamos a parada. O dono da embarcação sai prejudicado porque perde o material; quando ele tem algum dinheiro ele ainda dá um jeito, mas quando não tem, ele pára a canoa ou então desiste e vende pra outra pessoa. E nós, os tripulantes, temos que procurar outra canoa pra trabalhar. Se a canoa é a motor, a gente corre atrás até anotar o nome da lancha, mas se é a vela, adeus, porque elas passam rá

pido, não se pode anotar nada. E mesmo a motor, de noite a gente nem corre porque não dá mesmo para ver o nome. A única coisa que a gente faz é colocar na rádio, botar a boca no trombone pra ver se a Marinha toma providência. Acontece que a Marinha tem poucas corvetas e quando elas saem para patrulhar, lá de Belém, as empresas avisam pelo rádio para suas lanchas: cuidado, manerem que a corveta vai passar por aí... Quando a corveta se afasta, eles vêm de novo redar em cima da gente" (pescador artesanal)⁶⁸.

O Estado posiciona-se, face ao conflito, de maneira claramente favorável aos empresários capitalistas, seja omitindo uma clara luta entre dois segmentos diferentes e antagônicos, seja colocando as prioridades econômicas acima dos conflitos de classe, reforçando a dominação dos empresários sobre os pequenos produtores e finalmente, ignorando a pilhagem da natureza, sob a aparente "racionalidade" da produção empresarial: "na pesca industrial é utilizada uma tecnologia mais avançada, o que lhe permite a seleção das espécies nas capturas (!). Esse sistema de produção proporciona melhores condições e oportunidades para o aumento da produtividade"⁶⁹. Ou ainda: "a exploração dos recursos naturais renováveis é feita de modo a extrair-se o máximo dos estoques, sem contudo prejudicar sua capacidade de auto-recomposição"⁷⁰.

⁶⁸ A SUDEPE alega não dispor de condições de fiscalizar a área conflitada; em decorrência disso, estabeleceu convênio com a Marinha para que esta, ao patrulhar o limite territorial de 200 milhas também cumpra esta tarefa; na prática, a SUDEPE não repassa regularmente a cota de combustível para a Marinha, pelo que, esta se vê desobrigada da tarefa já difícil face ao número pequeno de corvetas. Além disso, quando estas saem de Belém, passam em frente às sedes das empresas pesqueiras, justificando a reflexão do entrevistado quanto aos "olheiros".

⁶⁹ SUDEPE-MA. Plano Anual de Trabalho, 1979. Brasília, 1979, 108 pág. (pag.12).

⁷⁰ SUDEPE-MA, op. cit., pág. 19.

A moderna indústria pesqueira foi implantada no Pará, com vistas à exportação de pescado, de modo a contribuir para o equilíbrio do balanço de pagamentos do país e apoiou-se basicamente numa política de Incentivos Fiscais federais, que ignorou a pequena produção em seus interesses específicos e alocou vultosos recursos financeiros nas empresas industriais.

Os Quadros VII-a e VII-b (anexo II) relacionam os projetos aprovados pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) até março de 1981, tanto em sua forma original de apresentação, quanto posteriormente no caso de reformulação. É possível perceber claramente que excetuando três casos, em todos os demais, o volume de recursos próprios foi sempre inferior a 20% do total investido, constituindo-se a parcela proporcionada por incentivos fiscais a quase totalidade dos demais recursos financeiros.

Os dados estatísticos, evidenciam claramente o interesse do Estado em proporcionar a capitalização rápida das indústrias pesqueiras da região todas elas voltada para a exportação. O crédito bancário colocado à disposição das pequenas unidades artesanais ilustra, pela sua exigüidade, em termos de contratos realizados em 1975/81. (V. Quadro VIII-A, anexo II) em número inferior a mil, bem como quanto ao volume total financiado, que corresponde a menos de 1/5 do financiamento concedido a somente uma das grandes indústrias pesqueiras num único ano (v. por exemplo, no Quadro VII-a a empresa de número 4). A posição elitista do Estado em favor da grande empresa sobressai ainda mais quando se considera que a totalidade dos recursos financiados à pequena empresa, devem ser

ressarcidos, enquanto no caso das indústrias a parcela maior consiste em Incentivos Fiscais e que recentemente, foi inaugurado o Fiset/Pesca — Fundo de Investimento Setorial para a Pesca a fundo perdido e com vistas a estimular a capitalização destas. O Quadro VIII-b apresenta o total de financiamentos concedidos na Vigia à pesca artesanal (Anexo II).

E é justamente a valorização deste elevado volume de capital financiado que o Governo defende, ao posicionar-se em favor da burguesia industrial local, em detrimento dos interesses dos pequenos produtores. A reprodução do capital industrial implica em procedimentos relativos à redução da capacidade ociosa das instalações e equipamentos e elevação da produtividade das unidades industriais. Daí porque o Estado, através dos seus organismos de financiamento elude a questão do conflito, e embora refira-se à preservação dos estoques, é sabido que nenhuma medida objetiva e exequível é formulada, posto que ela resultaria num afloramento do conflito básico e de um posicionamento da sociedade face a ele. Daí que o III Plano de Desenvolvimento da Amazônia 1980-85 propõe em relação à pesca: "O objetivo básico da política relativa à pesca empresarial é a consolidação da indústria pesqueira voltada para a exportação, onde se pretende por em prática um conjunto de medidas que possibilitem elevar a utilização da capacidade instalada a níveis compatíveis com a disponibilidade dos recursos naturais da região e com as dimensões de mercado, bem como orientar os novos e futuros investimentos para a sua ampliação, coerentes com as peculiaridades e a manutenção dos estoques regionais, a fim de não gerar desestímulos nos setores espe

cíficos de produção"⁷¹.

A política do órgão nacional de desenvolvimento da pesca — a SUDEPE — é coerente com este ponto de vista e propõe medidas que, ao ampliarem a margem de lucro das empresas, criem estímulos à fixação e expansão das mesmas, como a isenção do Imposto Único Sobre Lubrificantes e Combustíveis (IULC), além da manutenção de todos os demais incentivos de que já goza a pesca industrial: "A pesca industrial na região Norte, e especialmente no Estado do Pará, se constitui num dos segmentos da economia de maior projeção de lucro e rentabilidade nos próximos anos.

A instalação de novas indústrias de pesca na região vem aumentar o parque industrial já existente e merece, desde já, um tratamento especial dentro do fortalecimento da pesca industrial"⁷². É consoante este tratamento especial que a SUDEPE propõe a referida isenção: "O óleo diesel, por ser o insumo de maior participação nos custos da frota industrial, em virtude do seu elevado preço, aliado à deficiente infra-estrutura de comercialização, vem onerando a captura não permitindo lucros compatíveis com os investimentos efetuados e reduzindo, por outro lado, a renda das empresas pesqueiras"⁷³.

⁷¹ SUDAM. III Plano de Desenvolvimento da Amazônia, 1980-85. Belém, SUDAM/CPR, 1982, 67 p. (pág. 24).

⁷² Comissão Estadual de Planejamento Agrícola - CEPA-Pará, op.cit., pag.144.

⁷³ SUDEPE-MA, op. cit., pág. 12.

Na concepção de alguns pescadores o conflito decorre da inexistência de leis reguladoras do problema. "Eles vêm pescar aqui na nossa área, levando as redes dos menores, e nós, os menores é que ficamos nas piores condições. Ninguém toma providência com relação a isso; se a gente vê o nome do barco, a gente vai na Colônia e fala e aí o Presidente (da Colônia) chega lá e eles dizem: 'Tudo bem, chefe. Diga para ele provar e nós pagamos tudo'. Como é que a gente vai provar? Eu acho que devia ter uma lei, por que se tivesse uma lei isso não acontecia. Tinha que ter uma fiscalização por parte da Colônia. Os fiscalizadores somos nós mas nós não temos a lei conosco" (pescador artesanal). Para outros, entretanto, a questão radica numa posição elitista do Estado em relação ao problema.

"Todas as companhias têm lancha por aqui e abusam do pescador pequeno. Aqui na Vigia a população não tem condições de enfrentar esses donos de lanchas. Nós já falamos na Colônia, na SUDEPE e até com o Prefeito mas ninguém resolve nada. Eles vão pra Belém dizendo que vão tomar providência e quando voltam eles ficam se escondendo da gente pra não dar satisfação. A nossa situação, dona, não é fácil. Aqui na Vigia os pescadores tem o costume de dizer que no mar não tem juiz; quem manda é o mais forte. E na terra, a justiça que existe está do lado deles. Quer dizer, eu digo isso porque eles sempre conseguem provar que estão dentro da lei e nós é que estamos fora: é o barco que não tem registro, ou é o pescador que não tem carteira ou é o pescador que não está quites com a Colônia, ou é o advogado que eles já trazem junto..." (pescador artesanal).

Importa considerar que a burguesia local vinculada à indústria pesqueira dispõe de um conjunto de recursos legais, administrativos e econômicos, através dos quais quase sempre logra imobilizar a reação dos pequenos pescadores e impor a eles severas e variadas formas de subordinação no desenvolvimento de suas atividades produtivas, seja obrigando-os às mudanças de itinerários, redução da produtividade, prolongamento da jornada de trabalho com vistas a compensá-la e limitando a possibilidade de capitalização dos mesmos; atinge também os pequenos produtores quando destrói seus aparelhos de pesca e embarcações e (contraditoriamente) compromete o futuro de ambos os segmentos de pescadores, quando explora predatoriamente a natureza, em decorrência de uma modernização implantada sob prisma elitista e do capital.

Finalmente, a disputa e o conflito pelo mesmo espaço físico de produção trazem no cerne uma questão fundamental: consistem na disputa pelo próprio espaço social de existência dos pequenos produtores, na medida em que as empresas industriais se apropriam do produto próprio do pequeno produtor e reduzem-lhe a remuneração necessária à reprodução enquanto grupo social. Enfim, põem a descoberto a contradição básica — capital e trabalho — que já atinge um nível agudo, em termos de conflito, e que o Estado procura eludir.

4.4- O conflito secundário

O conflito básico se desdobra numa questão derivada, tão grave quanto a primeira, contudo, de natureza diversa, posto que dentro do mesmo grupo social — o dos pescadores artesanais.

Na medida em que os aparelhos e embarcações dos pequenos produtores são parcial ou totalmente destruídos pelos barcos industriais, em que se reduz o espaço físico e social de reprodução da subsistência desses pequenos produtores, em que diminui a produtividade e aumenta a jornada e a intensidade do trabalho, a pequena produção pesqueira envida esforços no sentido de superar os obstáculos que lhes são interpostos pelo capital industrial, seja mudando o itinerário e o espaço de produção; seja motorizando as embarcações ou aumentando a capacidade dos aparelhos com vistas a recuperar o nível de produtividade da unidade de produção.

E é justamente em decorrência da necessidade de garantir a subsistência e a reprodução dos pequenos produtores que se estabelece o conflito derivado e inter-grupo. Ao terem seus aparelhos de pesca rompidos ou arrastados pelas embarcações industriais, os pequenos pescadores, que se sentem prejudicados pois se verão sem trabalho por algum tempo e também sem capital, no caso dos proprietários, procuram recompor suas condições de trabalho a partir de uma estratégia igualmente conflitante — roubando aparelhos de outros pescadores artesanais.

O roubo de aparelhos pelos próprios pequenos pescadores tornou-se uma prática constante e viciosa: a tripulação atingida sente-se com direitos de agir sobre o grupo, atingindo uma outra tripulação, com vistas a ressarcir-se do prejuízo e esta última em relação a uma terceira, estabelecendo-se um comportamento em cadeia, ininterrupto, dentro do próprio grupo:

"Eu estava pescando, isso no mês passado; a rede tinha

800 braças, quando nós puxamos, que fomos ver, só tinha 500 braças; 500 braças é uma redinha besta, não dá pra nada. Isso acontece muito e não é só aqui; a gente não pode pescar de noite, só de dia, senão eles roubam a rede. Não dá pra fazer nada contra eles porque a gente nunca sabe quem foi. A gente desconfia, às vezes, mas saber mesmo, isso não sabe. O pior é as lanchas que tiram e cortam as nossas redes, mas quando a gente consegue ver e consegue pegar o nome e o número da lancha, às vezes eles pagam. Já aconteceu da companhia pagar o pescador que conseguiu provar. É difícil, mas teve uns que conseguiram" (pescador artesanal).

A reciprocidade nos roubos passou a integrar uma certa ética estabelecida recentemente no grupo, com vistas a permitir a sobrevivência dos pescadores, embora seja objeto de crítica de alguns: "Os bons (pescadores) são aqueles que quando vê o material de outra pessoa não mexem e os ruins são os que mexem. Quando um pescador tira a rede de alguém, esse um que foi roubado quer tirar a forra, pra não ficar no prejuízo e vai tirar de um outro, e esse outro, ele também tem família, não pode ficar prejudicado. E assim vai. É por isso que eu digo: aqui na Vigia só tem dois tipos de pescador mesmo: os que mexem e os que não mexem nos aparelhos dos outros" (pescador artesanal).

O conflito provocado pelo roubo de aparelhos ultrapassa o nível inter-grupo e atinge a própria tripulação, frequentemente provocando sua dissolução:

"No mês passado roubaram a rede da nossa canoa. O encarregado ficou louco! E aí falou: camaradas, o sr. fulano não pode

ficar no prejuízo e nós também não podemos ficar sem trabalho. A gente tem que se pagar. Vamos tirar uma rede, porque eu sou responsável por tudo e não vou voltar sem nada.

Aí a gente se desentendeu, por que eu disse pro encarregado: seu fulano, meu avô, meu pai, todos eram pescadores pobres, nunca tiveram nada, mas nunca roubaram. No tempo deles, ninguém falava em roubo. O aparelho dormia na canoa, encostada na beira. E eu não vou agora me meter nessa moda de mexer na rede dos outros.

Tive que sair da tripulação. Eu e mais outro" (pescador artesanal).

A tentativa e o empenho em conservarem suas condições objetivas de trabalho, impulsionam os pescadores a lutarem pela valorização de um capital que não lhes pertence: seja através do trabalho excessivo e dilapidação da força de trabalho que aplicam ao processo e à jornada prolongada de trabalho; seja pelo trabalho não remunerado ou mal remunerado aplicado ao conserto dos aparelhos do proprietário dos meios de produção. Seja finalmente, através do rompimento de um código de ética secular, que então passa a lhes facultar a usurpação dos aparelhos alheios — que consistem, contraditoriamente, no resultado do trabalho não pago dos demais camaradas, consubstanciado em capital acumulado pelos proprietários.

Capítulo 5

A PARTILHA DA PRODUÇÃO: A PARCERIA NA PRÁTICA

5.1- A repartição entre os chega e vira

Ao abordar a questão da repartição do produto entre os pescadores vigienses, deve-se tomar a quantidade produzida por pescaria realizada como elemento inicial da análise. É justamente entre os chega e vira que a produção apresenta as maiores oscilações; dado que a jornada de trabalho nesta categoria, em geral, não excede de um dia, a produção diária fica afetada por inúmeros fatores naturais e outros, os quais, dada a extensa duração da pescaria nas demais categorias vão sendo neutralizados, de vez que um dia de baixa produção acaba sendo compensado por um outro de alta; é assim que a produção diária, ao final de quinze dias entre os amazonistas e de noventa dias entre os nortistas, torna-se mais ou menos estável ao longo de um ciclo de pescaria.

A produção diária entre os chega e vira varia também em função do porte do equipamento com que trabalham (v. fotos 1 e 2) situando-se entre um mínimo de 30 kg e um máximo 200 kg, sendo que a produção mais regular é de 40 a 80 kg diários de peixes de tamanhos e espécies variadas, que, quando pequenos (menos de 1 kg), são vendidos em "cambadas" (conjunto de peixes, amarrados por um fio de fibra vegetal que lhes passa pelas guérlas, pesando uma média de 2 kg a cambada) e quando maiores são vendidos por kg, segundo a espécie.

Qualquer que seja, a produção diária é repartida de forma idêntica entre os chega e vira: metade compete aos meios de produção, como remuneração do capital do proprietário, enquanto a outra metade é dividida em três partes iguais, como remuneração do trabalho de cada pescador. Esta partilha é antecedida pelo desconto das despesas efetuadas pelo proprietário com o óleo combustível, no caso da canoa ser motorizada e as despesas do pequeno rancho consumido pela tripulação, efetuadas geralmente uma ou duas vezes por semana no comércio local pelo proprietário da canoa, se este embarca junto, ou pelo encarregado, nos outros casos: "Essas compras são feitas no nome da embarcação, no comércio, duas vezes por semana; compra na segunda, passa três dias e compra de novo. A última compra da nossa canoa deu CR\$890; então, por semana eu digo que dá o dobro, que é dividido igual entre todos os tripulantes" (tripulante chega e vira).

Observe-se a repartição do produto numa tripulação de chega e vira que opera com espinhel e em canoa não motorizada (em junho de 1982):

DESPESAS EFETUADAS (POR SEMANA/CR\$1,00)	PRODUÇÃO DE 6 dias	RENDA LÍQUIDA P/SEMANA
. 12 dúzias de amurês 2.400,00	600 kg - 60 kg (boi ão) ⁽¹⁾ = 540 kg/semana	
. querosene para os faróis (6 ltr) 600,00		CR\$ 22.000 -
. rancho (farinha, açúcar, café, sal) 1.980,00	540 kg ⁽²⁾ x 50,00 = CR\$22.000,00	CR\$ 4.980 = CR\$ 17.020
TOTAL: CR\$4.980,00	CR\$22.000,00	CR\$17.020,00

OBSERVAÇÕES: (1) O boião ou o quinhão da bôia corresponde à parcela da produção destinada ao consumo dos pescadores e seus familiares.

(2) Calculada com base no preço do peixe de terceira categoria, o mais freqüente na produção dos chega e vira e ao preço de venda "na beira" (cais), na época, CR\$50,00/kg. Estimou-se a produção média diária em 110 kg e portanto, em 660 kg semanais, arredondadamente.

A renda líquida semanal (renda bruta menos despesas) é repartida da seguinte forma:

a) 50% (1/2) competem ao proprietário dos meios de produção: $CR\$17.020 \div 2 = CR\8.510 ;

b) os 50% (1/2) restantes constituem a remuneração do trabalho dos três pescadores:

$CR\$8.510 \div 3 = CR\2.836 mensais

O encarregado percebe, como os demais, a quantia média de CR\$2.836, aos quais o proprietário costuma adicionar uma parcela que varia entre 5 a 10% do quantum referente a sua própria remuneração, no caso, CR\$851,00. Assim, cabe a cada membro da unidade produtiva ao final da semana, em média, a seguinte quota:

. Proprietário:	$CR\$8.510 - CR\$810 = CR\$7.700$
. Encarregado :	$CR\$2.836 + CR\$810 = CR\$3.646$
. Outros pescadores:	CR\$2.836

Se a remuneração média mensal do encarregado (CR\$14.584) praticamente iguala ao salário mínimo regional (na época CR\$14.400), em compensação, a remuneração dos demais pescadores (CR\$11.344) situa-se muito baixo dele, enquanto a do proprietário é seis vezes superior a que auferem os demais tripulantes.

É evidente que a maior parcela das despesas da unidade em questão decorre da aquisição de isca para os espinhéis, despesa que não fazem os redeiros. Em compensação, as embarcações a motor têm uma despesa equivalente em combustível.

Nos casos em que o encarregado é o proprietário dos meios de produção, então a remuneração dele torna-se bastante superior a dos demais, posto que ela inclui a remuneração do trabalho e dos meios de produção.

Comparando-se a situação dos chega e vira àquela dos pescadores assalariados, a dos primeiros é compensada face à existência do "boião", nela implícita e este é um fator que parece significativo entre os chega e vira. "Eu digo que os mensalistas têm um ponto que é bom. Se é por viagem de 12, 15 dias pra fora, os donos de barcos estão pagando 8 a 10 mil cruzeiros. Só que tem pouca vaga de mensalista aqui na Vigia. Se eu sair e não matar nenhum peixe, eu não ganho um tostão, agora o mensalista, quer ele mate, quer não, ele tem o dele, certo. A vantagem é que eu tenho o peixe fresco todo o dia para comer e ele não; quer dizer, ele tem direito de trazer dois peixes pra casa no final da pescaria, mas dois peixes em 15 dias não ajuda muito. Pra falar a verdade, eu não sei quem está em situação melhor, mas eu garanto o

peixe da família, aí só compro a farinha, o arroz e o pão; de vez em quando um feijão, um charque pra variar e dar sustância nos meninos" (chega e vira).

As despesas diárias dos chega e vira são modestíssimas, consistindo na compra de pequenas parcelas de arroz, feijão, farinha, pão, café e temperos; menos freqüentemente, adquirem tecidos, sandálias e outros objetos indispensáveis:

"A nossa roça é a pescaria. Nós não pode ficar sem pescar. Quando eu estou no chega e vira nós gasta CR\$500 ou CR\$600 por dia, mais ou menos, porque eu trago o peixe; agora, quando eu estou pra fora, dá uma base de CR\$1.000 por dia. É assim" (chega e vira).

É importante considerar que nem sempre o chega e vira recebe em dinheiro a quantia correspondente à venda diária efetuada. Na maior parte dos casos, o freqüente é que receba "dinheiro branco", que consiste na simples anotação que o marreteiro da beira vai fazendo do peixe recebido diariamente de cada pescador. Somente aos sábados, as contas semanais são encerradas entre as partes: o marreteiro paga em dinheiro o peixe recebido, descontados os eventuais adiantamentos concedidos; o chega e vira salda integralmente sua pequena conta no comércio, se a semana de trabalho foi proveitosa; caso contrário, "dá uma ponta" nas contas do comércio e adia a liquidação por tempo indeterminado, o que ocorre também quando se apresentam outras razões como doença, estrago ou perda de um aparelho de pesca.

5.2- A repartição entre os pescadores de fora

As práticas de repartição da produção entre os pescadores de fora variam de acordo com o aparelho de pesca utilizado e não segundo área de atuação de cada qual. Assim, ser amazonista ou nortista não faz diferença em termos de participação na renda (excetuando, é evidente, as diferenças em termos de duração da pescaria de cada qual), mas atuar com rede ou espinhel implica numa distinção significativa, em termos da natureza da distribuição da renda.

5.2.1- Os escoradores (pescadores de espinhel)

Enquanto os redeiros costumam conservar o pescado no gelo, os escoradores o fazem no sal — são salgadores. Os espinhéis dos pescadores de fora costumam ter 630 anzóis, para uma tripulação de seis homens. Cada um dos cinco pescadores trabalha com uma secção da linha, que conta com 90 anzóis, enquanto o encarregado atua com duas secções de 90. Quando a tripulação tem mais outro tripulante, a linha passa a ter 720 anzóis, ou seja, 90 anzóis adicionais e assim sucessivamente. A divisão do espinhel em secções distintas caracteriza a pescaria "da marca", a mais frequente entre os escoradores de fora e na qual as produções individuais, concernentes a cada uma das secções são referidas por um sinal convencionado previamente para tal — uma incisão feita à faca na "orelha" (parte da barbatana) do peixe, com a "marca" própria de cada pescador.

Embora a duração total de uma pescaria entre os pescadores do norte costume alcançar 90 dias, ela se secciona em vários ciclos, com 15 dias de duração média, ao final do qual os peixes pescados são comercializados e um novo ciclo se inicia e assim, a produção e venda de pescado entre os pescadores de fora, tanto nortistas quanto salgadores, pode ser estimada por quinzena. Uma unidade produtiva constituída de seis pescadores, com uma produção média de 450 arrobas (6.750 kg) de peixe salgado, assim distribui o produto correspondente a 15 dias de seu trabalho; considere-se especialmente o caso de um desses seis pescadores, selecionado aleatoriamente na tripulação (já que as produções são individualizadas), que neste período pescou e salgou 15 arrobas de peixe (em julho/82 a arroba era vendida a CR\$1.800,00 quando o peixe era especial ou de 1ª. qualidade, a CR\$1.500,00, quando de segunda e a CR\$1.200,00 os demais).

O quadro a seguir merece alguns comentários adicionais. Embora aparentemente o pescador de fora — escorador, possa auferir de um rendimento médio superior ao salário mínimo, posto que em 15 dias logra receber CR\$7.250,00 (1/2 salário mínimo regional), deve-se considerar que, nos casos em que o proprietário da embarcação viaja com a tripulação (neste caso, ele é o encarregado), as despesas com o rancho são divididas igualmente entre todos os tripulantes, exceto o proprietário, posto que: "O rancho foi comprado por mim, como é que eu ainda vou pagar uma compra que eu fiz?!" (encarregado-proprietário). Embora este procedimen

PRODUÇÃO	REPARTIÇÃO	DESCONTO, RANCHO E SAL (estimativa)	T O T A L
de um pescador em 15 dias de trabalho: 15 arrobas ou 125 kg (a CR\$1.500 a arroba)	Proprietário (remuneração dos meios de produção) 50% = 7,5 arrobas	—	Remuneração do proprietário por pescador e por quinzena (CR\$11.250)
	Pescador (remuneração do trabalho) 50% = 7,5 arrobas	CR\$11.250 - CR\$ 4.000 (rancho) = CR\$7.250	Remuneração total do pescador por quinzena : CR\$7.250

to seja contestado pelos pescadores, é a prática estabelecida, o que serve para majorar a remuneração daquele; contudo, deve-se ressaltar que raramente os proprietários dos meios de produção integram as tripulações de pescadores de fora, sendo esta, uma prática mais comum entre os chega e vira; entretanto, nos casos em que o proprietário não viaja, o encarregado procura reproduzir a situação: "Eu não acho certa essa divisão das despesas do rancho. Se é ele que come, porque nós é que paga o dele? Não é verdade dizer que o dinheiro é dele. Ele tira o rancho fiado, mas ele paga é com o nosso dinheiro" (tripulante referindo-se ao proprietário).

Dado que o recrutamento de pescadores para a composição de uma tripulação é de competência do encarregado, este com fre

qüência impõe aos demais tripulantes outras formas extraordinárias de exploração, além daquelas relacionadas com as tarefas inerentes ao processo de trabalho, tal como a imputação dos custos de sua própria manutenção no interior da unidade produtiva aos demais tripulantes: "Os encarregados, eles sempre não querem pagar a parte deles no rancho; quando é o dono da embarcação que viaja, eu até acho certo porque de qualquer modo, que jeito né, ele é dono, mas os encarregados, eu não acho direito. Se a despesa é de CR\$10.000 por 15 dias (a gente gasta pouco porque o peixe a gente tem), então, na nossa canoa, que nós somos seis, a gente divide por cinco porque o encarregado não paga, então são CR\$2.000 para cada um. Não é direito mas se alguém reclamar, o encarregado pode não convidar mais"... (tripulante).

Aparentemente a remuneração dos pescadores de fora é muito superior àquela que auferem os chega e vira mas deve-se notar que ela inclui dois a três peixes, apenas ao final da pescaria, para o sustento da família.

"O chega e vira é um tipo de pescaria que não dá resultado. Os que levam 10, 15 dias pra fora são mais forçados (esforçados) no serviço. Os chega e vira tão todo o dia na beira, ganhando aquele tantinho. Ganham CR\$2 mil ou CR\$3 mil, às vezes CR\$4 mil por semana, se tiver sorte e já está bem. Nós, que trabalha pra fora, quer ver um dinheiro mais graúdo na mão. A gente volta com CR\$30 mil, CR\$40 mil, CR\$50 mil com dois meses, mais ou menos; se é mais, volta com mais dinheiro" (pescador de fora).

A remuneração dos tripulantes de fora está sujeita a um

elenco de fatores mais ou menos numerosos que provocam oscilações para cima ou para baixo na remuneração média analisada, tais como o local onde a venda do pescado é efetuada (o preço varia na razão inversa da distância de Belém, sendo maior na capital, menor às proximidades do estuário e muito inferior quando o pescado é comercializado em pontos do litoral norte), são também, afetados pelos custos operacionais da unidade, principalmente no que tange à forma de propulsão e aparelho utilizado e finalmente, à possibilidade de auferir alguma forma de rendimento adicional por sobre aquele que resulta da partilha básica mencionada anteriormente (v. item 5).

A remuneração do encarregado é pelo menos duas vezes superior àquela auferida pelos tripulantes, de vez que, embora todos participem com igual volume de trabalho no interior da unidade produtiva, o encarregado goza de produção correspondente a duas secções do espinhel; a esta parte é adicionada uma parcela que varia entre 5% (o mais freqüente) a 10% da remuneração do proprietário dos meios de produção, que é transferida ao encarregado. Assim, numa determinada tripulação o proprietário auferirá dos seguintes rendimentos médios quinzenais:

$$\text{CR\$}11.250 \times 7^{(74)} = \text{CR\$}78.750 - \text{CR\$}3.937 (5\%) = \text{CR\$}74.813$$

O encarregado percebe a quantia de:

$$\text{CR\$}22.500 - \text{CR\$}4.000 \text{ (se descontar o rancho)} + \text{CR\$}3.937 (5\%) = \text{CR\$}22.437$$

⁷⁴ Sendo duas partes do encarregado e as cinco outras concernentes a cada um dos demais tripulantes.

Se a remuneração quinzenal do proprietário é de cinco vezes o salário mínimo regional, ela corresponde a mais de 10 vezes aquela conferida a cada um dos pescadores individualmente e pode ser aumentada significativamente mediante o recurso de certas vias básicas acionadas tanto nas tripulações de salgadores, quanto de géleiros, mas principalmente daqueles, posto que fazem pescarias mais prolongadas.

a) venda do pescado por preço mais compensador nos mercados da Vigia e de Belém, sem que haja qualquer controle ou participação de todos os tripulantes: "Os donos, eles sempre tem uma canoinha motorizada; de quinze em quinze dias, quando as águas estão de lance, a gente recolhe o barco para o igarapé, e eles mandam a canoinha vir buscar o peixe, que é pra vender na Vigia e em Belém. E ele, o dono, vai só anotando "a passagem" do peixe, pra acertar tudo no final" (tripulante, que se refere à canoa freteira mencionada na nota 46 de rodapé).

b) o retardamento do pagamento final de parte significativa das remunerações dos pescadores, que se completa somente ao término da pescaria, no caso dos pescadores do norte, ao final de 2, 3 ou 4 meses.

Dado que as pescarias entre os salgadores são muito demoradas, estes pescadores costumam renovar ou completar o rancho da canoa a cada 15 dias em estabelecimentos comerciais situados

em Calçoene, Conamim, Oiapoque ou em pontos mais próximos da Vigia, estabelecendo relações de troca específicas: vendem a eles alguns fardos de pescado salgado, apenas o necessário para disporem de recursos financeiros suficientes para fazerem face às compras pretendidas. As despesas efetuadas nestes estabelecimentos são registradas pelo encarregado em alguma folha de caderno, à qual são anexados os recibos correspondentes. Ao cabo de um a três meses (em média) e ao final da pescaria, o encarregado presta contas globalmente ao proprietário, dos débitos e créditos da unidade e realiza o acerto das contas de cada pescador individual.

c) o proprietário é um consignatário, expressão utilizada na região para designar o comerciante que atua simultaneamente como fornecedor dos bens necessários ao funcionamento da unidade e como comprador de parte ou totalidade da produção, realizando assim uma dupla transação comercial.

5.2.2- Os redeiros

Entre os pescadores de fora, são os nortistas-salgadores-escoradores aqueles que realizam pescarias mais demoradas; os redeiros integram unidades produtivas mais modernas, são geralmente geleiros (conservam o pescado em gelo triturado) e percorrem tanto as águas dos amazonistas quanto dos nortistas em temporadas relativamente curtas - 8 a 15 dias (no limite inferior quando se circunscrevem à área dos amazonistas e no superior quando alcançam a dos nortistas). Isto é possibilitado justamen

te porque a maior concentração dos barcos propulsionados a motor encontra-se justamente na categoria dos pescadores de fora — redeiros — geleiros. Daí que enquanto os custos de produção entre os escoradores-salgadores decorrem principalmente da aquisição do sal e do combustível (se o barco é propulsionado a motor), entre os redeiros os custos resultam da compra (em Belém) de gelo triturado e do combustível, indispensável para que a produção chegue ao destino satisfatoriamente conservada. Por outro lado, a velocidade do retorno de capital entre os redeiros é maior, tornando-as unidades econômicas mais dinâmicas, quase sempre a motor.

A produção por temporada varia entre 1,5 a 5 toneladas de pescado na categoria, sendo inexequível calcular uma produtividade média por unidade de produção, fator que varia em função do porte da embarcação, capacidade das urnas e duração da pescaria, que resulta do consumo do gelo. Disso decorre que uma mesma unidade pode ter sua capacidade total ocupada em 8, 10 dias ou excepcionalmente, dependendo de uma boa pescaria, em cinco dias. Assim sendo, as estimativas de rendimento monetário das tripulações de redeiros serão ajustadas para 15 dias, tendo por base a produção média do período e um preço que varia de CR\$180/kg, quando o pescado é de qualidade superior a CR\$50/kg, quando de qualidade inferior, a preços de junho/82. Dado que estas unidades produtivas pescam uma enorme variedade de espécies, de preços diversos, de vez que a produção não é seletiva, as análises tomam por base um preço médio CR\$100/kg.

A repartição da produção dos redeiros dá-se de forma si

milar a dos chega e vira; tome-se por exemplo, uma unidade produtiva qualquer após 15 dias de trabalho e uma produtividade média.

a) Produção de pescado em 15 dias de trabalho

Produção Total na Quinzena	3.030 kg
"Boião" (levado pela canoa freteira para os familiares do pescador ou entregue às famílias pelos pescadores que ficam na Vigia consertando as redes, enquanto os demais seguem para Belém para procederem a venda)	30 kg
Produção a repartir	3.000 kg

b) Custos de Produção (CR\$100/kg)

3.000 kg x CR\$100 = CR\$300.000
 - CR\$ 60.000 (despesas com rancho, combustível e gelo)
 CR\$240.000

c) Repartição da Produção em CR\$, numa tripulação de 6 pescadores. (CR\$240.000)

50% ao proprietário	CR\$120.000	CR\$120.000 - 5% do encarregado (CR\$6.000) = CR\$114.000 p/proprietário
50% dos tripulantes (inclusive encarregado)	CR\$120.000	CR\$20.000 p/tripulante CR\$20.000 + CR\$6.000 = CR\$26.000 p/encarregado).

Do valor recebido pelos pescadores e encarregado, é des

contado ainda o pagamento do conserto das redes por profissionais da Vigia, nos casos em que este trabalho não é efetuado pelos próprios pescadores lá desembarcados.

É evidente que são os redeiros-geleiros que, se logram obter uma produção razoável ou boa por temporada auferem dos maiores rendimentos entre os pescadores vigienses; como também são aqueles que apresentam maiores custos de produção.

Os rendimentos mensais não podem ser estimados como sendo exatamente o dobro do verificado, de vez que a cada duas pescarias de 15 dias há um período de três a cinco dias destinado ao reparo dos aparelhos, o que pode contrair a média para menos de duas pescarias mensais. De outro lado, certos comportamentos diferenciados foram evidenciados em algumas tripulações, sempre em detrimento dos tripulantes. Entre algumas tripulações de geleiros não são descontados os 5% da parte do proprietário, concernentes ao adicional do encarregado, sendo este retirado das quotas dos tripulantes, sob alegação de que nesta categoria de pescadores os custos do proprietário são elevados e que os rendimentos destes pescadores situam-se acima daqueles de que gozam as demais categorias. Assim, os 50% concernentes aos tripulantes são divididos de tal forma que caiba uma quota a cada pescador e duas ao encarregado. No caso em análise, por exemplo, este procedimento se traduziria em reduzir o rendimento de cada tripulante para CR\$24.285, enquanto a do encarregado ascenderia a CR\$48.570, sem redução na metade concernente ao proprietário. Este procedimento, por ser de interesse de ambos vem sendo tentado

nos últimos anos em algumas tripulações.

Os práticos que atuam junto às tripulações de pescadores de fora (não sendo encarregados) percebem remunerações que decorrem de acordos bastante variáveis entre eles e o proprietário dos meios de produção. Como membro da tripulação e portanto pescador, o prático percebe a remuneração básica comum aos tripulantes; a variação se dá no que concerne ao quantum adicional em relação a esta quantia básica: em alguns casos, ela é "uma ponta", isto é, quantia não acertada previamente, mas negociada entre as partes, conforme sucesso ou insucesso da pescaria; noutros casos ela corresponde a 5% da remuneração do proprietário; noutros ainda, o prático faz jus a uma elevada percentagem na venda de abas, barbatanas e grude de peixe; finalmente, há casos em que as partes negociam previamente uma quantia (em média de CR\$7 mil por viagem) sobre a participação como tripulante. Nestes dois últimos casos o adicional que o prático percebe se reflete negativamente sobre a remuneração dos tripulantes, seja porque a venda de abas, barbatanas e grudes consistem, por tradição, no "arroz" dos tripulantes, seja porque a quantia previamente estabelecida é computada como custos da embarcação, a serem cobertos pelos tripulantes.

5.3- Estratégias de Sobrevivência

Além do "boião", existente em todas as categorias de pescadores vigienses e dos demais recursos já abordados, pelos quais os pescadores reúnem um conjunto de condições indispensá

veis à própria sobrevivência, pelo menos duas outras formas de estratégias de sobrevivência se institucionalizaram na Vigia, principalmente entre os pescadores de fora — o arroz e o extra.

O "arroz", mais comum entre os escoradores, consiste na venda de abas e barbatanas salgadas de certos peixes maiores como o tubarão, o espadarte e a gurijuba, mais freqüentes entre os salgadores que entre os redeiros-geleiros. Também a "grude", be-xiga natatória aproveitável em certas espécies integra o "arroz", assim denominado pelos pescadores porque constitui um pequeno rendimento adicional que, ao final da pescaria, permite ao pescador adquirir certa quota de arroz, feijão e charque, com vistas a variar a dieta alimentar básica de peixe-farinha-temperos. Dado que estes produtos secundários da pescaria apresentam um volume muito reduzido, por exemplo, 1 kg de grude por arroba de peixe, o arroz costuma ser inferior a 10% da remuneração básica dos tripulantes.

As abas, barbatanas e grude são vendidos aos comerciantes de pescado, proprietários ou não de canoas ou a comerciantes que negociam apenas com estes produtos e os revendem posteriormente. Embora por tradição, os produtos integrantes do "arroz" pertençam aos pescadores, muitos proprietários dos meios de produção exercem controle indireto sobre os mesmos, seja adquirindo-os por preço inferior ao de mercado, seja segurando-os como pagamento por adiantamentos concedidos, seja finalmente, como forma de demonstrar complacência em permitir aos pescadores o usufruto do "arroz", enquanto uma minoria de proprietários da Vigia vem retendo

parte para si como produção da canoa e portanto, sujeita às mesmas regras de repartição que regem a partilha do peixe. É assim que o "arroz" vem perdendo gradativamente o papel complementar que antes ocupava na subsistência dos pescadores, na medida em que se torna um produto gravado ou pelas dívidas contraídas pelo pescador junto ao proprietário ou por outras razões, deixando, de qualquer forma de ser um produto "livre" para venda pelo pescador individualmente.

"O 'arroz' está cada dia menos. Na última viagem, pela minha conta a tripulação tinha uns CR\$25 mil só de abas, barbatanas e grude. Então, como no 'arroz' todos ganham igual, nós semos seis, dava uns quatro mil e pouco pra cada um, mas o encarregado largou a mão no 'arroz' e fôí vender junto com um peixe salgado, lá na taberna do igarapê e voltou dizendo que os homem não queria comprar e tal e coisa e que só deu 15 mil. Depois eu fui lá e fiquei sabendo por um menino, que ele vendeu por CR\$25.200, que ia dar CR\$4.200 pra cada um dos seis" (tripulante).

Face a isto, face à remuneração precária dos pescadores e também em decorrência de os redeiros—geleiros não trabalharem preferentemente com as espécies maiores, que possuem abas, barbatanas e grude (e ainda porque são obrigados a adquirirem sal às suas expensas para a salga dessas partes) vem tomando vulto nos últimos anos a figura do "extra" — parcela pequena da produção que é comercializada em alto mar ou nos pontos distantes, sem o controle do proprietário e rateada pela tripulação segundo as normas habituais da parceria vigiense.

O "extra", freqüentemente denominado também de "arroz" pelos pescadores por questões éticas, não se confunde com este, dado que se refere a uma parte integrante da produção de pescado e não a um subproduto, como é o caso das abas, barbatanas e grude. Por outro lado, como o "extra" só se torna possível com a conivência e patrocínio do encarregado, este procedimento reforça no grupo a autoridade e arbítrio do mesmo junto aos pescadores. Conquanto o "arroz" mantenha uma certa proporcionalidade, em relação à produção, em termos de peso, (1 kg por arroba) o volume do "extra" resulta de um ato de decisão e coragem da tripulação, tornando-se extremamente variável. Ao que se apurou, ele varia grandemente, não superando em geral 10% das remunerações habituais.

"O negócio tá tão braço, que se não for o 'arroz', ou senão uma vendinha por fora (extra) aí então eu nem sei, porque quando eu chego de viagem, o dinheiro que eu trago só dá pra pagar as contas da taberna, da padaria, comprar uma bobaginha e só. Meu filho e minha mulher é que vão quebrando o galho" (pescador de fora).

O que se percebe é que a remuneração dos pescadores em geral, tanto chega e vira quanto de fora está diretamente vinculada à produtividade da unidade, ou, dito de outra forma, à modernização da embarcação e dos aparelhos, o que se percebe claramente ao se conferir os vários níveis de rendimentos segundo modalidades de equipamentos, tratados no item anterior.

Se a relação produtividade versus salário não é direta,

isto significa dizer que um aumento de produtividade não se faz necessariamente acompanhar de elevação salarial; até pelo contrário, é justamente da defasagem entre o aumento crescente de produtividade e a rigidez do salário real que os empresários lançam mão como instrumento elementar de acumulação. O mesmo entretanto, não ocorre na parceria da pesca, posto que, enquanto parceiros, os pescadores gozam de uma participação fixa na produção, de tal forma que, havendo uma elevação na produção e mantidas inalteradas as condições que regem a repartição, necessariamente aquela se refletirá positivamente na renda pessoal dos parceiros.

O que, em primeira instância, retém a elevação de renda dos parceiros é a baixa produtividade que decorre, por sua vez, do pequeno desenvolvimento das forças produtivas, o que significa dizer, não-modernização dos equipamentos e aparelhos. É evidente que um aumento dos rendimentos dos parceiros não modificará a natureza de exploração do trabalho a que se vêem submetidos por serem trabalhadores despossuídos de meios de produção. Nem tampouco refletirá na polarização antagônica existente entre proprietários e parceiros, que se revela na articulação das inúmeras formas de extração de um sobre-trabalho, na interceptação da elevação da renda e nas tentativas de igualação da renda dos parceiros pelo nível mais baixo, de que os proprietários lançam mão sobre os parceiros, nem tampouco nas formas de reação dos últimos, desenvolvendo estratégias próprias de sobrevivência e resposta ao antagonismo básico.

5.4- Os meios de produção

É na categoria dos chega e vira que se concentra o maior número de proprietários dos meios de produção — mais ou menos 1/3 dos pescadores são proprietários, enquanto os 2/3 restantes são constituídos por parceiros. Isto significa que é entre os chega e vira, que a presença do proprietário na direção do processo produtivo é mais freqüente, fato raro na categoria dos pescadores de fora.

A propriedade dos meios de produção entre os pescadores vigienses em geral, é obstaculizada pela não acumulação pessoal ou acumulação precária dos pescadores, face à reduzida renda mensal de todos eles, mesmo dos pescadores de fora que se dedicam à pescaria de rede e à conservação no gelo, onde os rendimentos são significativamente superiores aos dos demais segmentos. Entre os chega e vira, se uma parcela da categoria logra ser proprietário, isto não se deve necessariamente a um rendimento monetário alto e que possibilite uma poupança capaz de se transformar em aplicação em termos de meios de produção, como forma de acumulação possível à classe. O que ocorre é que, de um lado, os meios de produção dos chega e vira apresentam baixo capital incorporado: os barcos, mesmo os maiores, não ultrapassam de quatro toneladas (capacidade total, incluindo tripulação, velas, motor, acessórios e o próprio pescado), sendo de até duas toneladas a freqüência maior; as redes e espinhéis são de curta dimensão, além de serem executados em materiais facilmente perecíveis. Além disso, parte dos proprietários chega e vira são escoradores, não por opção

preferencial, mas porque o preço de um espinhel é bastante inferior ao de uma rede, como também pelo fato de serem seus acessórios confeccionados preferentemente em materiais naturais da região (cuias, cipós etc.) em que o custo monetário é inferior aos artigos industrializados.

Mesmo considerando o limite baixo de incorporação de capital da categoria dos chega e vira como um todo, algumas das embarcações possuem motor e rede, o que as diferencia, de certa forma, em termos de modernização, em relação ao restante da categoria, que opera com vela, espinhel e barcos menores.

A adoção do motor e da rede remete a questão para dois pontos: de um lado, a redução da jornada de trabalho das tripulações que os adotaram, o que, não apenas responde por uma renda monetária superior, como por uma renda real maior, visto que contraiu-se a jornada de trabalho.

Mas se a manutenção dos meios de produção entre os escoradores-a-vela, passa ao largo do financiamento bancário e da compra a prestação em casas comerciais de Belém, o mesmo não ocorre entre os proprietários-redeiros-geleiros-a motor, dos quais é exigida uma renda monetária maior para fazer face a consertos, lubrificação, peças etc. e de crédito comercial e bancário.

A atuação desse proprietário no mercado se dá de forma mais competitiva que o restante da categoria. Deve-se contudo ressaltar que, como os rendimentos monetários desse proprietário não é de tal monta que lhe possibilite ter uma poupança

mobilizável para tais despesas de reposição (motor e barco), ele freqüentemente se vê forçado a contrair o consumo pessoal e familiar para tal.

Na verdade, a margem, de lucro (!) entre os proprietários chega e vira é tão reduzida que a aquisição e reposição dos meios de produção se dá freqüentemente pela contração do consumo ou por vias particularizadas:

"Foi assim, meu pai me deixou uma montariazinha. Aí eu resolvi consertar e melhorar o barco. Cada vez que a pescaria dava certo, eu comprava uma tábua, ou um kilo de prego e fui guardando. Até de remédio eu precisei mas não comprei. Fui lá, insisti e recebi da Colônia. Quando dei fé eu já tinha uma dúzia de tábuas e os pregos. Aí eu meti a cara, pedi empreitado do sr. X uma quantia, aumentei o barco, consertei as partes fracas e tudo o mais. Agora, já está pago. Vou ver se aumento a rede, que tem só 540 braças. É nada! Depois que eu aumentar a redinha aí eu meto a cara, vou no banco e peço dinheiro pro motor" (chega e vira proprietário).

"Trabalhei muitos anos de encarregado do sr. fulano e ele achou que eu era um encarregado esforçado. Aí, quando ele mudou de negócio, ele me vendeu uma canoa e a rede, pra eu ir pagando devagar, sem juros. Uma canoa pra mim e outra pro fulano, que também trabalhava de encarregado noutra canoa. Eu já paguei tudo e ele está ainda pagando porque ele não deu sorte, roubaram a rede dele" (chega e vira proprietário).

A facilitação da compra de uma embarcação pequena nas condições acima por proprietários aos seus ex-encarregados "esforçados" não é fato raro, de tal forma que entre os proprietários chega e vira, alguns procedem da categoria de pescadores de fora, onde atuavam.

Os financiamentos bancários concedidos para os pescadores vigienses, como para os pescadores em geral, estão condicionados à renda média mensal do pescador, valor do financiamento pretendido e principalmente, às garantias que o mesmo possa oferecer aos bancos, que no caso da Vigia, costumam ser sob a forma de imóveis ou meios de produção. Os não proprietários, evidentemente, não contam com meios de produção que atendam a esse fim, de forma que, para obterem o financiamento pretendido devem ser proprietários de algum imóvel urbano (em alvenaria de tijolo), devidamente registrado. Como a quase totalidade dos pescadores chega e vira reside em casas próprias, porém, construídas em alvenaria de madeira ou barro e em terrenos de posse, estabeleceu-se um círculo vicioso: somente são concedidos financiamentos para quem é proprietário de uma ou mais embarcações para oferecer como garantia fiduciária, ou imóvel residencial em alvenaria, o que, na pequena produção pesqueira decorre, salvo casos excepcionais, da acumulação proporcionada pelos rendimentos de mais de uma unidade produtiva própria.

"Pescador de canoinha, o chega e vira, esse, coitado, ele precisa da ajuda de Deus, em primeiro lugar e depois do banco. Eu digo isso porque ele precisa ter sorte de não roubarem a

a rede dele, de não perder a rede, coisa assim. Porque o banco não entende que muitas vezes, o pescador piora de situação por que acontece alguma desgraça com o pescador ou com os aparelhos dele. Eu digo que a pesca é perigosa para os pescador e pros aparelhos. Então, quando acontece qualquer coisa de ruim e ele atrasa o pagamento, o banco vai e toma logo o resto das coisas dele. Aí mesmo é que ele fica na miséria. Porque, estraga um aparelho, aí todo o dinheirinho é logo pra consertar o aparelho e o banco não compreende isso. Por isso, o banco prefere emprestar pros maiores, como o sr. X, que tá sempre no banco. E por que? Porque ele tem cinco barcos; se rasga uma rede de um barco, o barco tem outra. É assim. A água só corre pro mar e dinheiro só corre pra quem já tem..." (chega e vira, ex-proprietário).

De toda forma; o acesso à propriedade dos meios de produção é dificultada ou obstaculizada entre os chega e vira pela baixa renda monetária do trabalho dos pescadores, que gira em torno de um salário mínimo regional. Ora, na época em que estes dados foram coletados, o preço de uma rede de porte médio correspondia, em média, de 10 a 12 vezes o salário mínimo regional, um espinhel, entre 5 a 10 vezes o valor de referência, enquanto que uma embarcação com 2,5 toneladas de capacidade custava na Vigia em média, 30 a 40 vezes o valor do salário mínimo mensal, o que demonstra claramente a impossibilidade generalizada de capitalização dos pequenos pescadores como grupo; alguns proprietários dos meios de produção entre os chega e vira eram portadores de algum meio de produção anterior, herdado ou adquirido de forma bastante personalizada; outros são ex-encarregados de embarcações maio

res; noutros casos, menos freqüentes, os pescadores "passam" o peixe para um marreteiro que é também membro da família e que "devolve" à unidade produtiva parte da renda, que de outro modo seria transferida.

Entre os pescadores de fora, raros são os proprietários que embarcam com a tripulação e dirigem o processo de trabalho na unidade produtiva. A não-participação dos proprietários nesta categoria tem relação com o fato de que o preço dos meios de produção é consideravelmente maior, o crédito bancário e comercial tornam-se recursos indispensáveis à organização da produção e se completa com a comercialização do pescado, tarefas que requisitam a presença do proprietário em terra. O preço médio de uma rede de 1.800 braças girava em torno de 30 ou mais vezes o salário mínimo regional, enquanto que uma embarcação era adquirida por preço que oscilava entre 60 e 100 salários mínimos da época. Além disso, dado que tais unidades produtivas operam em escala de produção muito maior que os acanhados números apresentados pelos chega e vira, seus proprietários costumam possuir redes de diferentes tipos de malheiros, que utilizadas de conformidade com as safras das diversas espécies de pescado, propiciam regularidade e aumento da produção.

A concentração de embarcações que operam "fora" é elevada; alguns proprietários têm até sete embarcações, embora a média seja inferior a este número. Esses proprietários manipulam geralmente outros negócios, como o comércio de gêneros alimentícios, que de uma forma ou de outra acabam por refletirem-se nos

negócios da pesca. Assim, não apenas o volume de capital exigido pelos meios de produção para as unidades que operam "fora" é maior, como também a concentração de capital sob a forma de várias unidades sob uma única propriedade.

"Na verdade, ele pode, como seu empregado, trabalhar, participar diretamente do processo de produção, mas será então um ser intermediário entre capitalista e trabalhador, um pequeno patrão. Certo estágio de desenvolvimento da produção capitalista exige que o capitalista possa consagrar à apropriação, ao controle do trabalho alheio e à venda dos produtos desse trabalho todo o tempo durante o qual funciona como capital personificado"⁷⁵.

Dado que as famílias dos pescadores de fora não prescindem de recursos financeiros para se manterem, os proprietários dos meios de produção concedem a elas sucessivos adiantamentos em dinheiro ou sob a forma de crédito em estabelecimentos comerciais que podem pertencer ou não a estes proprietários. Não pertencendo, após o desembarque o pescador salda as dívidas contraídas nestes estabelecimentos comerciais por seus familiares e fica de posse de um saldo modesto, em dinheiro. Nos casos em que as dívidas foram contraídas em estabelecimentos comerciais pertencentes aos proprietários dos meios de produção, efetiva-se uma dupla transação que proporciona a estes rendimentos maiores e o desconto é feito na hora da partilha.

Ainda no que concerne à transferência de renda para ou-

⁷⁵ MARX, Karl - O Capital, livro I, vol. I, Ed. Civ. Brasileira, R.J., 1980, pág. 352.

tros segmentos da pesca, ou fora dela, pelos produtores diretos, duas outras vias podem ser evidenciadas. Como as tripulações de pescadores vigienses não dispõem de balanças (nem de condições práticas de exigirem a pesagem do pescado em suas próprias balanças, caso as possuíssem), ficam sujeitos ao uso das balanças dos compradores, sem possibilidade de contestação, prática esta que frequentemente atua em desfavor dos parceiros.

Finalmente, em muitas tripulações evidencia-se um caso limite de exploração: o conserto dos aparelhos de pesca (quando estes não são consertados pelos próprios tripulantes ou seus familiares ao final da pescaria), são mandados consertar pelo proprietário por pessoas especialmente habitadas para tal, enquanto os custos decorrentes destes reparos são contabilizados como despesas da pescaria e não dos meios de produção e portanto, cobrados aos tripulantes ao final da pescaria, ou ainda contabilizados como despesa antecipada da tripulação que embarcará na viagem seguinte.

5.5: Considerações Gerais

O que se constata, à primeira vista é que a pequenês da renda pessoal e do consumo entre os pescadores vigienses (parceiros e proprietários chega e vira) alcança níveis muito graves. Assim, a articulação maior que a pesca artesanal tem hoje com o mercado, graças à crescente demanda dos centros urbanos por pescado, não se refletiu de forma notável no aumento da produtividade de das diversas categorias em geral, nem tampouco na renda e no

consumo dos pescadores de hoje, quando se os compara com os miseráveis pescadores a que se refere Hurley, no início do século, época em que a produção para o mercado constituía apenas uma parte residual e ocasional da produção desses pequenos produtores. O ponto merece um comentário: são as famílias dos pescadores nas quais há outras pessoas trabalhando (na pesca, no comércio, como empregados domésticos em Belém, na construção civil etc) aquelas que gozam de melhores condições de vida e maior padrão de consumo. Algumas dessas famílias possuem fogão a gás, rádio, televisão, cadeiras em fórmica e outros artigos, adquiridos graças à somatória dos diversos componentes da renda familiar. Já o padrão de vida das famílias onde apenas o chefe trabalha e este é pescador, exhibe a rigidez da renda monetária dos parceiros da pesca ao longo do tempo, distanciando-se muito pouco dos miseráveis a que Hurley fez menção. Portanto, a urbanização da Vigia e da região, possibilitou que determinadas famílias elevassem suas condições de vida, mas tal não se deveu necessariamente e sempre a remuneração decorrente do trabalho na pesca ou mesmo noutro setor de atividades (mas a um maior engajamento da força de trabalho familiar, no mercado), o que no entanto, pode acontecer nos casos de redeiros-geleiros que logram permanecer na categoria por longo tempo.

Os parceiros da pesca vigiense aplicam a maior parte de suas jornadas de trabalho à produção dos seus próprios meios de subsistência e dos meios de produção alheios, penalizando a renda e o consumo pessoal e familiar. Na prática, isto se processa por alguns mecanismos básicos: primeiro, quando transferem produção

e renda a outros segmentos da sociedade, em que o proprietário é apenas um dos agentes sociais, embora dos mais importantes. A parte da produção em pescado transferida ao proprietário é posteriormente convertida por ele em meios de consumo mas também de produção; e secundariamente, quando destinam muitas horas semanais de trabalho ao conserto e manutenção de aparelhos de pesca do proprietário.

Em tempos normais, enquanto os pescadores produzem seus meios de subsistência, o proprietário acumula à custa, principalmente, de uma participação desigual na produção, e dos períodos dos grandes reparos (quando estes não são remunerados, o que constitui a forma mais freqüente); quando os pescadores repõem parcial e gratuitamente os meios de produção alheios, estão sendo objetos de uma superexploração.

É na situação de não proprietários que os parceiros da pesca proporcionam aos proprietários as condições necessárias à reprodução dos seus meios de produção, ao mesmo tempo que cristalizam suas próprias condições de reprodução enquanto produtores diretos e parceiros despossuídos. Os meios de produção com que os parceiros desenvolvem suas atividades são capitais, no sentido de que geram rendimentos para seus proprietários, quando empregados na produção; simultaneamente, enquanto instrumentos de trabalho que não pertencem aos parceiros, mas sem os quais estes não podem desenvolver suas atividades, reforçam e perpetuam as duas situações polares-parceiros versus proprietários.

A condição de proprietários assumida entre alguns dos

pequenos produtores da pesca vigiense, possuidores de uma canoa, que atuam também como pescadores, à frente da produção, não permite grupá-los na mesma categoria dos demais proprietários do setor: os primeiros, mesmo como proprietários, atuam com seus meios de produção para garantirem para si e para suas famílias as condições indispensáveis à existência, com um padrão de vida, em geral, um pouco superior ao dos demais parceiros.

Os últimos, possuem, em geral, três a sete embarcações, com distintas tripulações, atuando com vistas a uma valorização crescente do capital nelas aplicado e à expansão dos seus negócios. A distinção entre uns e outros não radica, tampouco na forma essencialmente diferente de apropriação dos recursos da natureza, mas na escala em que os primeiros organizam seus negócios, à frente da unidade produtora e do processo produtivo, com vistas a proverem a sua e a subsistência familiar; os últimos, se os organizam em escala superior e concentrando a propriedade de várias unidades produtivas, é certamente visando a um lucro em moldes mais capitalistas. Uma alta proporção da produção dos primeiros (proprietários, em geral, de uma única embarcação, quando muito de duas embarcações pequenas), é destinada ao consumo dos tripulantes, do proprietário e suas famílias; mesmo a parte da produção que concerne ao proprietário e que excede aquela que concerne aos demais companheiros, é insuficiente para converter-se em novo capital — geralmente transforma-se em dinheiro, indispensável à manutenção da família e, só de forma precária, à reposição dos meios de produção desgastados.

"Do exame feito até gora sobre a produção da mais valia infere-se que não é qualquer quantidade de dinheiro ou de valor que se pode transformar em capital. Para essa transformação presupõe-se necessariamente em certo mínimo de dinheiro ou de valor de troca nas mãos do possuidor individual de dinheiro ou de mercadoria"⁷⁶.

Neste caso, o dinheiro disponível em mãos desses micro-proprietários não tem potencial para transformar-se em capital produtivo, gerando novos e crescentes valores, valorizando um valor original. É estéril para tal porque praticamente se esgota no consumo (ligeiramente superior ao dos parceiros), não se convertendo em poupança.

Ainda sobre este ponto, enquanto os proprietários vendem produtos ao mercado, os parceiros em geral, ainda que não sejam assalariados são trabalhadores diretos e como tais, cedem sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção; e enquanto os rendimentos daqueles se convertem em novos meios de produção, ou na modernização dos meios já existentes, adotando o motor, o gelo e a rede, os parceiros percebem em dinheiro o mínimo necessário à subsistência individual. Também com relação ao rancho e demais gêneros que alguns proprietários adiantam de seus estabelecimentos comerciais aos pescadores, é preciso atentar para dois ângulos da questão: a) o proprietário ganha ao adiantar os gêneros, adiantamento que na verdade constitui uma venda; b)

⁷⁶ MARX, Karl. op. cit., livro I, vol. 1, pág. 352.

assim, enquanto estes gêneros constituem meios de subsistência para o pescador e por isso são consumidos, são capitais para quem os fornece e por isso devem se valorizar, apresentando lucro.

O ponto que parece ser fundamental ressaltar é compreender que chega e vira e pescadores de fora manipulam diferentes níveis de capitais acumulados, diferentes graus de modernização e dimensões dos aparelhos e embarcações, o que se reflete na escala e regularidade da produção e nos lucros possíveis. O fato de que a atuação na pescaria de fora como proprietário eleva necessariamente o volume de capital incorporado, deixa fora desta categoria parte considerável de produtores, que podem, entretanto, operar como proprietários chega e vira, classe em que um volume menor de dinheiro pode se transformar em capital produtivo⁷⁷. Se os proprietários chega e vira estão limitados abaixo pe

⁷⁷ Se é verdade que as pescarias em lugares distantes da Vigia, em embarcações de maior porte e com motor de centro deixou à margem dessa categoria de fora boa parte dos micro-produtores (os chega e vira), em contrapartida, deve-se notar que a atuação de alguns reboques (canoas pequenas rebocadas pelas canoas maiores) que acompanham os pescadores de fora nessas pescarias constitui uma forma pela qual estes micro-produtores procuram romper esta limitação que lhes é imposta pelo capital.

Em 1966, segundo dados do Anuário Estatístico do Brasil, 1968-IBGE, do total de embarcações de pesca colonizada no Pará 69% eram movidas a remo e 31% a vela; nenhuma, portanto, a motor. De fins da década de 60 até meados da década seguinte as velas expandiram-se, obsoletizando os remos. Na primeira metade da década de 70 os motores, primeiro de popa e a partir da segunda metade, os de centro passaram a ser utilizados cada vez mais. Por outro lado, dados de 1965 do Departamento Estadual de Estatística do Pará - DEE-Pa., revelavam que 65% dos aparelhos de pesca eram constituídos de anzóis em geral (espinhéis, caniços etc.); 12% de armadilhas (currais, etc); 11% de tarrafas, redes e similares e os 12% restantes de outros tipos de aparelhos. A proliferação das redes hoje em dia é claramente indicativa de uma certa modernização havida no setor.

los parceiros despossuídos e acima pelos proprietários que operam "fora", em compensação estes últimos estão limitados acima, pela existência da frota industrial.

Isto significa que o volume de capital necessário à produção em escala, ao assalariamento de trabalhadores e ao elevado grau de tecnificação com que opera a frota industrial é de tal magnitude que o limite mínimo de recursos financeiros necessários à entrada como empresário neste ramo corresponde a milhares de vezes o salário mínimo regional (Anexo II, Quadros VII-a e VII-b). É abaixo deste patamar e em moldes não tipicamente capitalistas que se desenvolve a pesca artesanal vigiense. É neste espaço físico e econômico que se mantém e se reproduz a pequena produção pesqueira vigiense. Se numa dada sociedade e num dado ramo de negócios se estabelece (com base nos preços dos meios de produção e de sua operacionalização) um limite mínimo de recursos financeiros, necessários para que estes se transformem em capital produtivo apto a proporcionar lucros, a busca de novos pesqueiros mais distantes é mais farta e de uma produção em maior escala elevou este limite mínimo para uma magnitude não alcançável pela pesca artesanal. O mesmo ocorre, em diferentes proporções, entre os pescadores chega e vira e os pescadores de fora: o limite mínimo necessário à conversão da poupança em investimentos na pesca de "fora", impossibilita os proprietários chega e vira de atuarem na faixa de operação daqueles. Por sua vez, a inexistência de um volume mínimo de poupança (!) entre os parceiros, indispensável para que esta não se esterelize e seja investida de forma produtiva, impossibilita-os de transformarem-se em proprietários.

"Aqui, como nas ciências naturais, evidencia-se a justeza da lei descoberta por Hegel, em sua 'Lógica': modificações quantitativas além de certo ponto se transformam em modificações qualitativas.

O montante mínimo de valor de que tem de dispor um possuidor de dinheiro ou de mercadorias, para virar capitalista muda de acordo com os diferentes estágios da produção capitalista e, em determinado estágio de desenvolvimento, difere nos diferentes ramos de produção, segundo as condições técnicas de cada um. Certos ramos de produção já exigem nas primeiras fases da produ-ção capitalista um número de capital que não se encontra em mãos de indivíduos isolados. Isto faz surgir os subsídios oficiais a particulares..."⁷⁸:

A inexistência ou esterização da poupança entre parceiros obstaculiza sua conversão em proprietários dos meios de produ-ção, ou mesmo de conservarem e modernizarem os meios de que já dispõem, razão que freqüentemente os leva, quando roubados ou prejudicados de alguma outra forma, a transformarem-se em parceiros noutras tripulações.

O crescimento da demanda por pescado no mercado interna-cional, nacional e regional gerou a necessidade de buscar novas fronteiras espaciais e econômicas para a pesca, propiciando maior diferenciação das unidades produtoras, que hoje apresentam configuração muito mais diversificada e complexa do que aquela exis

⁷⁸ MARX, Karl - op. cit., livro I, vol. 1, págs. 353 e 354.

tente no início do século, referida no Capítulo I.

E é nestes estreitos limites estabelecidos pelos diversos volumes de capitais, com formas determinadas de acumulação que se reproduzem as diversas categorias de pequenos produtores vigienses, enfrentando-se mutuamente, extinguindo-se, modificando-se e reproduzindo-se.

Estes são os espaços de reprodução possíveis aos pescadores artesanais vigienses tendo acima o limite que o capital mínimo necessário à operação como empresa industrial lhes impõe e abaixo, o limite da existência humana como parceiros despossuídos, seja em decorrência das relações sociais de produção, seja até pelo esgotamento da força física, fenômeno natural à medida que a idade avança: "Só os donos de embarcação é que ficam bem. O que vai pescar, esse só faz dar produção pro patrão. Quando ele fica velho e não tem mais força, ele fica como vigia de embarcação, no cais, tomando conta dos troços, feito um cachorro. É assim que é a vida do pescador" (pescador de meia idade).

6- COMERCIALIZAÇÃO

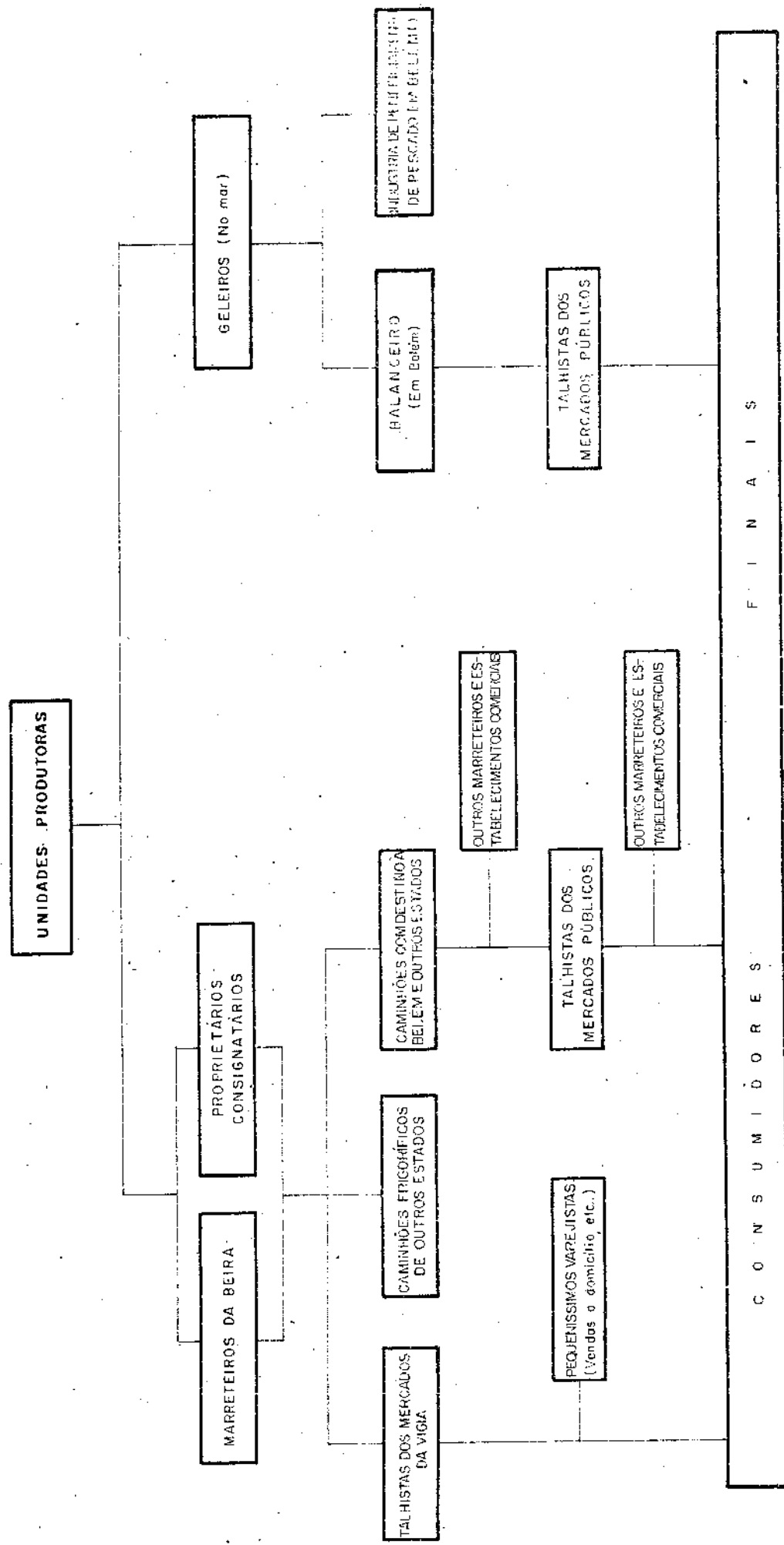
A exploração do trabalho dos produtores diretos se exerce durante o processo de trabalho, mediante as relações que se estabelecem entre os diversos agentes, mas é através da comercialização que o pescado se realiza como mercadoria, posto que há necessidade da existência de um preço do produto no mercado, que comporte em si todas as formas de remuneração dos diversos agentes que integram o processo⁷⁹. A venda no mercado dá margem a que o dinheiro venha a saldar transações efetivadas anteriormente, viabilizando um conjunto de ações: converte o resultado dessa exploração, pela venda, na remuneração que será distribuída, de forma desigual, entre os diversos agentes, sob a forma de lucro (remuneração do capital adiantado pelos proprietários dos meios de produção) e aquela que concerne ao trabalho dos parceiros; além disso, torna possível acrescentar ao preço original do produto um adicional em dinheiro e de caráter especulativo, inerente à atividade dos numerosos intermediários da comercialização.

A colocação do pescado no mercado não se processa de forma idêntica nos diversos segmentos da pesca artesanal, variando segundo a forma de conservação do pescado. A Fig. 6 exhibe o fluxograma de comercialização do pescado fresco (básico entre os chega e vira). As unidades produtoras costumam transportar o

⁷⁹ Cf. MARX, Karl - op. cit., livro 1, vol. I, cap. IV.

Fig. 6

COMERCIALIZAÇÃO DO PEIXE FRESCO - PESCADORES CHEGA E VIRA



(*) Residual entre os pescadores da Vigia

pescado para a cidade da Vigia, onde "passam" os peixes aos diversos marreteiros da beira ou aos proprietários-consignatários, que no ato, efetuam os diversos descontos (rancho, despesas da canoa, adiantamentos diversos às famílias dos pescadores etc.). Em seguida, este ou aquele, o revende aos talhistas dos mercados públicos da Vigia, aos caminhões que usando urnas com gelo se destinam ao mercado de Belém e outros centros urbanos e a caminhões frigoríficos que nas safras de determinadas espécies a-correm à Vigia. Em Belém o pescado é vendido aos talhistas (arrendatários de boxes dos mercados públicos), que o revendem a estabelecimentos comerciais e aos consumidores. Os caminhões vendem o pescado a outros marreteiros, aos estabelecimentos comerciais e aos talhistas dos mercados públicos e estes aos consumidores finais.

É comum também que o pescado fresco seja comercializado pelas unidades produtoras no mar, aos geleiros, que o vendem em Belém, aos talhistas através dos balanceiros (intermediários que controlam a colocação do pescado nos boxes ou talhos dos mercados públicos, mediante comissão) e estes, finalmente, transferem o pescado aos consumidores finais. Parcela reduzida da produção (a piramutaba) pode ser comercializada com as indústrias de beneficiamento de pescado, sediadas na capital.

Os peixes de "1a. qualidade" e "superior" são preferentemente comercializados com os geleiros e com os marreteiros da beira, que os repassam aos caminhões, re-tendo para o mercado da Vigia predominantemente o pescado de qualidade inferior. "Sou

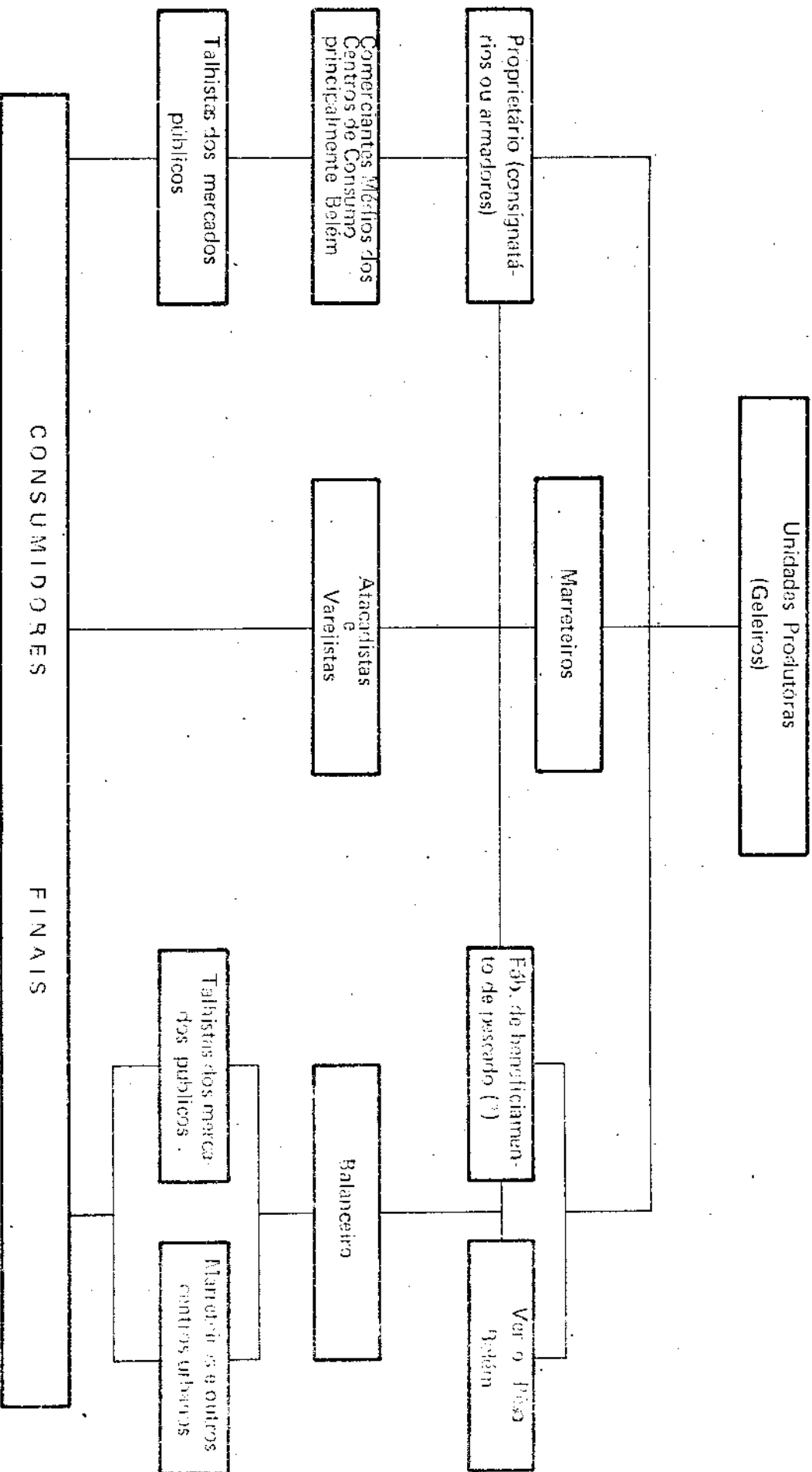
marreteiro, tenho cinco chega e vira que trabalham pra mim. Na hora da maré eu tou lá na beira, esperando. Meu trabalho é, bem dizer, esperar; depois eu coloco o peixe nos talhos dos meus fregueses; me esforço pra não falhar nem com o peixe, nem com o dinheiro dos pescadores; quando o peixe abona (abunda) eu passo pros caminhão também" (marreteiro da beira).

O fluxograma de comercialização do pescado conservado no gelo é mais facilmente perceptível no que concerne aos seus agentes (Fig. 7) e mais facilmente controlável por alguns poucos deles. A produção se destina prioritária e primeiramente, a Belém, onde, por força de lei, o desembarque sofre controle sanitário à entrada do produto.

Os procedimentos mais comuns à comercialização do pescado gelado são os seguintes: a) os proprietários, procedentes da Vigia, encontram-se em Belém com suas respectivas unidades de produção e lá negociam com comerciantes de porte médio, que revendem o produto aos talhistas dos mercados públicos e estes aos consumidores; b) as unidades negociam a produção com marreteiros, em Belém ou mesmo na confluência de determinados igarapés e estes por sua vez alocam a produção em mãos de atacadistas e varejistas, que finalmente a revendem aos consumidores finais; c) as unidades produtoras dirigem-se ao principal centro consumidor e distribuidor - Belém e entregam o produto aos balanceiros; estes vão alocando gradativamente entre os talhistas dos mercados públicos e marreteiros de outros centros urbanos que demandam Belém a produção das diversas unidades a eles vinculadas por re

FIG. 7

Comercialização do PEIXE NO GELCO
(Pescadores de Fora)



* Residual, na pesca da Vigia

lações comerciais anteriores. Esta última é a principal via de escoamento da produção, de vez que o controle que os balanceiros exercem sob o estoque dos boxes dos mercados públicos e outros estabelecimentos comerciais nem sempre torna compensatórias as duas vias anteriores, de vez que a alocação do produto através dos balanceiros, mesmo demorando em média um a dois dias é mais segura que as demais, que oferecem significativas flutuações nos volumes das compras. As outras vias referidas se estabelecem com vistas à evasão do controle dos balanceiros, freqüentemente responsáveis pelo aviltamento do preço do pescado, principalmente o de categoria inferior, nos períodos das safras das diversas espécies⁸⁰.

A comercialização do peixe salgado envolve maior complexidade que as demais formas de pescado, apresentando um número variado de possibilidades: a) parte da produção é negociada em pequenos portos do Território do Amapá e mesmo do Pará com atacadistas-varejistas de menor porte e estes finalmente, aos consumidores finais; b) proprietários enviam aos igarapês suas canoas freteiras ao mar a cada 15 dias, recolhendo a produção, que é transferida a atacadistas de Belém e da Vigia e estes aos varejistas, que a revendem aos consumidores finais; c) as unidades produtoras dirigem-se a Vigia ou a Belém e transferem a produção a varejistas da capital ou a atacadistas do interior do Estado e estes a varejistas que percorrem vilas, povoados e colônias agrí

⁸⁰ Balanceiro — encarregado da colocação do pescado das diversas unidades produtivas nos talhos ou outros estabelecimentos comerciais, mediante comissão que varia entre 5 e 7%; as balanças utilizadas pelos mesmos são, em geral, alugadas a oligopolistas e aferidas pela repartição competente.

colas do interior; se na Vigia, transferem a atacadistas do interior ou a varejistas da cidade (v. Figura 8).

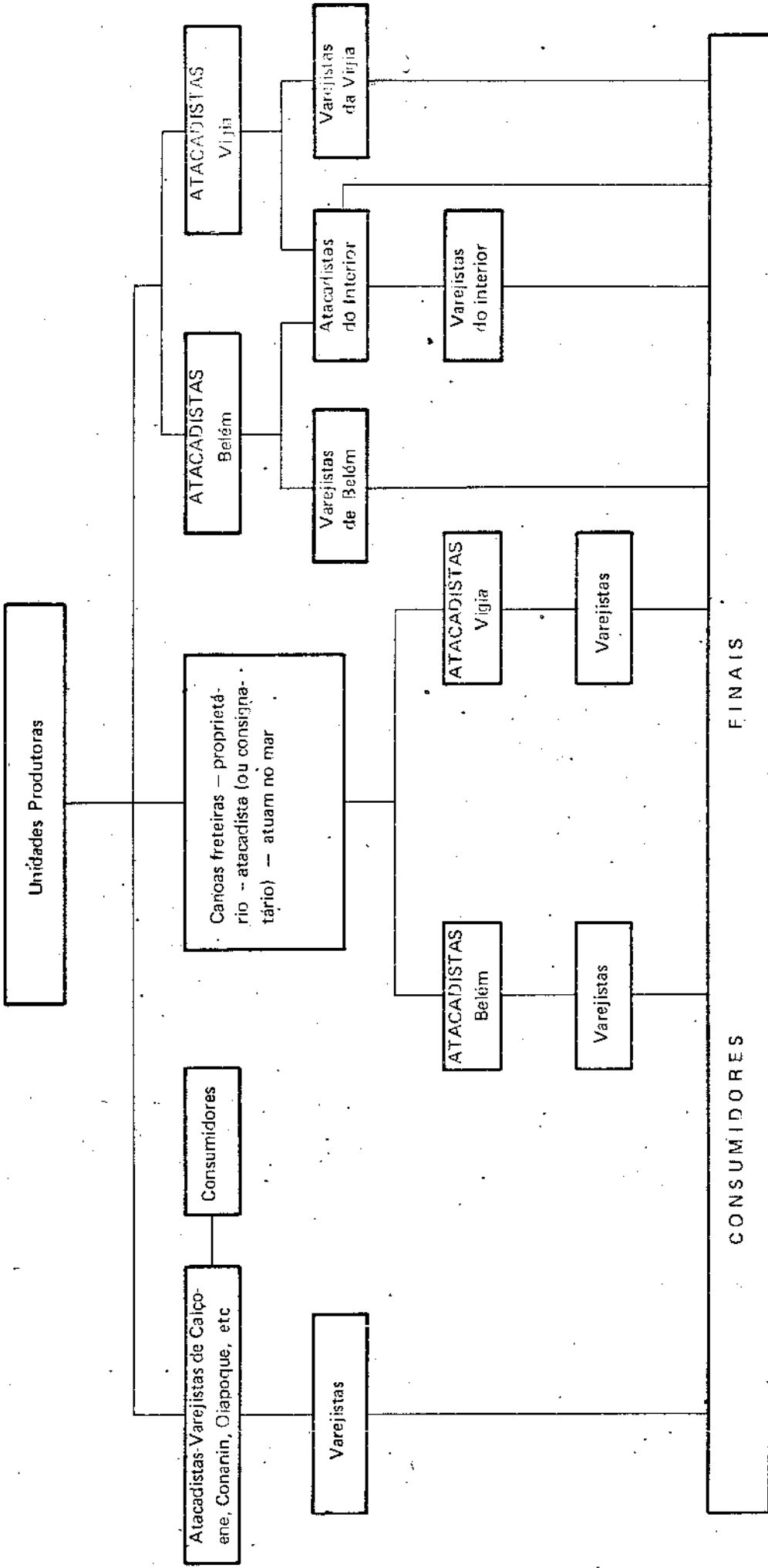
"Eu marreto peixe salgado na Vigia e vendo pra Castanhal, na cidade e no interior e também em Terra Alta, Mocajuba, Vila Nova, Vila Maú (distritos e povoados de municípios vizinhos). Levo de pau de arara as arrobas de peixe, mais ou menos 100, 120 arroba e ando por todos esses lugares. Termino em Castanhal. Em cada lugar eu tenho um freguês certo. O negócio é assim: numa viagem eu deixo o peixe, na outra semana eu levo mais peixe, acerto a conta da outra semana. Eu compro de um dono de embarcação certo, mas eu também já comprei direto das embarcação, no meio do mar" (marreteiro da Vigia).

É apenas, na medida em que o preço do pescado informa e completa a compreensão relativa à exploração do trabalho e à crônica incapacidade de acumular do pescador vigiente, que a análise do preço torna-se necessária neste estudo.

Os Quadros IX e X referem-se aos preços pagos pelos marreteiros aos produtores diretos, nas diversas localidades. O que se constata, de início, é que o preço é tanto mais baixo quanto mais distante de Belém está a localidade onde se processa a venda. É assim que o pescado, em todas as classes, sofre uma majoração que varia de 20% a 100% entre a venda no Amazonas, nos igarapés e nos mercados públicos de Belém, sendo que é entre as espécies de qualidade superior que se dão os maiores percentuais. Os preços do pescado gelado e fresco são superiores aos do peixe salgado, principalmente nas classes superiores. Importa, entretanto, considerar que ao nível dos consumidores finais os preços sofrem alteração bastante considerável (Quadro XI). Se o pes

Comercialização do PEIXE SALGADO

(Pescadores de Fora)



cado especial é adquirido pelo marreteiro a CR\$180,00 e CR\$200,00 é oferecido ao consumidor com 75% ou mais de acréscimo em quase todas as classes de pescado.

Os pescadores não dominam os mecanismos pelos quais os diversos agentes de comercialização mobilizam e controlam o mercado, alocando com rapidez o peixe nos diversos estabelecimentos comerciais e mercados. A este fato se alia a perecibilidade do produto com que trabalham e a inexistência de condições de retenção e controle do estoque pelos produtores diretos, o que, se em tempos normais possibilita aviltar o preço de venda, nas safras das várias espécies o preço pago pelos marreteiros a estes produtores cai ainda mais: "Se eu fosse vender o peixe no mercado eu ganhava mais um pouco melhor. Mas as autoridades não dá a ousadia pra gente vender; os donos de talhos reclamam se a gente quer vender; e mermo, eu não sei se a gente dava conta de vender, por causa do cansaço da pescaria. Os marreteiros veve melhor que os pescador; muitos têm fogão a gás, rádio, televisão, geladeira e tal, aqui na Vigia. Os de Belém, então nem se fala. Esses sim, estão bem de vida. Eu já tentei trabalhar marretando direto o peixe da canoa mas não deu certo; o peixe ficava 3,4 dias, eu vendo o gelo derreter e nada. Os marreteiros do Ver-0-Peso só ia pegando das outras canoas e eu lá, querendo vender; e eu lá, com cara de besta. Estragou foi muito peixe. Aí eu desesti. Não dou pra ser marreteiro. Sou pescador de avô e de pai. É isso!"

Mesmo na Vigia, onde o mercado é mais restrito, possibilitando maior conhecimento dos mecanismos de venda, os pescado-

dores não atuam como marreteiros. "Não dá. O pescador quando chega vem de corpo moído de fazer força. E o sono? Ele vem zonginho de sono. Como é que ainda vai trabalhar, 2,3 horas pra vender o peixe. E se não vender? É mais uma ou duas na salga, senão perde. Não dá. Agora, o que eu vou fazer é preparar este moleque (refere-se ao filho mais velho), que já está taludinho pra trabalhar na marretagem. Aí sim, eu vou ver algum dinheiro na mão".

Além da remuneração global maior que os marreteiros usufruem em relação a dos produtores diretos, é preciso considerar que esses, por estarem fora do processo produtivo, operando com o produto já concretizado, não são vulneráveis ao esforço, ao custo e ao risco da produção.

"Eu avio a canoa de quatro pescadores chega e vira. Eu calculo que eu ganho de CR\$20,00 a CR\$30,00 por quilo. É conforme o peixe. No de primeira a gente pode tirar mais; nos outros, tem que ir maneirando... depois que eu passo o peixe para os talhistas eu acerto as contas com os pescadores" (marreteiro da beira).

Os depoimentos permitem constatar a importância do ato de "passar" o peixe, alocando-o junto aos diversos agentes da comercialização; visto que o acerto de contas se processa após a passagem do peixe, na verdade, são os pescadores que adiantam o capital sob a forma de pescado, com que o marreteiro vai desenvolver sua transação.

"Eu avio os pescador. Eu tiro do comércio (fiado) café,

cigarro, óleo, carvão e querosene pros farol e o sal e a farinha. Isso é o principal. Eles me pagam com a produção de peixe. Na prestação de contas eu desconto essa despesa; quer dizer, no fim da semana. É assim: eles vão trazendo o peixe e eu vou anotando; eu trabalho com cinco canoas certas. No fim da semana a gente a certa as conta é eu pago o que eu devo pra eles. Agora, se eles precisarem, eu arranjo uma ponta no meio da semana. Aí eu vou passando o peixe pros caminhão e pros talhista da Vigia. Quer dizer, eu passo o de primeira pros caminhão direto, esses cami nhão que vão pro Ceará, pra essas bandas; eu pro sr. X, que ven de pra Belém e os outros eu vendo aqui na Vigia" (consignatário).

A constatação fundamental acerca da formação do preço do pescado é a existência de uma independência do preço estabele cido para vigorar nos mercados públicos e os preços de produção, visto que o preço final do pescado, a nível do consumidor, é fi xado nos centros urbanos, independente de uma estrutura de cus tos previamente conhecida. Na Vigia os preços são fixados pela Delegacia de Polícia e Prefeitura Municipal, ouvidos os talhistas, que propõem preços para vigorarem durante o mês em que ocorre a Semana Santa. Entretanto, esses dois órgãos, não só fiscalizam o cumprimento da tabela durante o referido mês, como tentam man tê-la vigindo pelo maior tempo possível, até que pela pressão dos talhistas e pelo desrespeito à mesma ao longo do ano, deixa de ser fiscalizada rigorosamente. Somente no ano seguinte dá-se um novo tabelamento. Em Belém, a SUNAB na mesma ocasião fixa os preços com base na fórmula CLD (custo da mercadoria adquirida pe lo varejista ou atacadista/margem de lucro de 15% para o atacadis

ta e 25% para o varejista/despesas comprovadas com transporte extra, ou seja, aquele que excede o transporte do pescado feito pelas próprias canoas, já que a condução do peixe até Belém é considerada elemento integrante da produção e não como adicional a esta. Os elementos que integram a fórmula são apurados em semanas anteriores, de forma que, após fixados, ao nível do consumidor, os intermediários pressionam os produtores diretos, empurrando o preço destes para baixo e alargando suas margens de lucro. Contudo, se em Belém, a tabela vigora com obrigatoriedade na Semana Santa, nos 2 ou 3 meses seguintes os preços giram em torno dela, em todos os níveis.

Fator relevante na fixação do preço do pescado é a abundância do produto e a crença disseminada na população de que o peixe é um alimento mais fraco que a carne de gado, bem como o esforço das autoridades em manterem o preço do pescado, alimento básico e tradicional da população paraense a um nível consideravelmente inferior ao da carne, de forma a poder atender ao consumo das classes sociais mais desfavorecidas de renda (V. Quadro XI). Como a produção da carne bovina ocorre com base numa estrutura de produção mais moderna e mais empresarial, apresentando portanto uma rigidez maior na composição dos custos e como a classe dos criadores de gado, integrada principalmente por fazendeiros da Ilha de Marajó e empresários portadores de incentivos fiscais federais das áreas do sul do Pará, goza de maior influência política e poder de pressão, resiste a contrações no preço da carne bovina para aquém do nível de remuneração média do capital, considerando aquela auferida pelo capital nos outros setores; já os

pescadores, pelo modo como se organizam em tripulações m^óveis, pelas condições de dispersão e distância em que desenvolvem suas atividades, não logram condições satisfatórias à formação de v^ínculos organizativos e de pressão. Daí que passam a reivindicar como indivíduos isolados e não enquanto grupos.

Em junho/82 o pescado de qualidade superior estava tabelado em CR\$316/kg; o kg de carne de 1a. sem osso estava fixado em CR\$447, isto é 30% a mais; o traseiro sem osso em CR\$388, enquanto o peixe de 1a. era adquirido a CR\$220, ou seja, a um preço correspondente a 57% em relação àquela. A diferença entre o kg da peça dianteira sem osso (CR\$384) e do peixe de 2a. classe (CR\$200) era de 48% em favor daquela; finalmente, entre o kg da peça dianteira com o osso (CR\$300) e o peixe de 3a. classe (CR\$160) era de 47% em favor daquela. É entretanto, nos peixes de 4a. e 5a. classes, abundantes na produção dos produtores diretos, que o preço gira em torno de níveis mais baixos, para finalmente cair mais ainda nos períodos de safra.

A alta perecibilidade do produto, à inexistência de condições de estocagem favoráveis aos pequenos produtores (que, enquanto não vendem o pescado em Belém, ficam retidos no cais e se na Vigia, são obrigados a salgá-lo e vendê-lo a preço mais baixo) e o controle de mercado pelos referidos agentes obstaculizam a retenção de parte do lucro pelos pequenos produtores; a parte restante foi anteriormente apropriada no processo produtivo pelos proprietários das unidades.

É a partir desses limites de preços fixados para o pes

cado que se processa a disputa dos diferentes capitais por suas respectivas remunerações e das classes que eles representam e defendem. É neste quadro de pressões e controle de mercados e preços que a remuneração do capital produtivo, do trabalho e do capital especulativo se efetivam e esta remuneração do capital especulativo é maior que a do produtivo e do trabalho; embora seja evidente a captação de mais valia pela exploração do trabalho e uma captação de valor pela especulação dos intermediários, não é possível distinguir, no preço do pescado, em que medida numérica disputam estes dois componentes. Se o capital produtivo disputa com o capital especulativo seu espaço de remuneração dentro do preço, o capital produtivo disputa com a remuneração do trabalho o restante deste espaço contido no preço; seja aviltando a remuneração do trabalho pelos mecanismos anteriormente expostos, seja através da reposição de parte do capital produtivo (redes, espinhéis, bóias etc.). O capital produtivo procura garantir para sua valorização uma parcela expressiva dentro do preço, repassando a reposição dos meios de produção, na medida do possível, para os pescadores.

O capital especulativo, pela dominação e controle que exerce sobre o mercado impedindo o acesso aos produtores diretos (pelo custo do combustível, tamanho da embarcação e deterioração do pescado), revela-se mais rentável que o capital produtivo, posto que logra captar parte mais significativa de lucros (tanto pela exploração normal, como tirando partido da queda de preço nas safras); é também mais ágil que o capital produtivo posto que sua rotatividade se dá num tempo mais curto, com retorno quase ime

diato; finalmente, é mais seguro, posto que não está submetido aos riscos e oscilações do processo de produção.

Como o preço do pescado é baixo e são em primeiro lugar os intermediários e secundariamente, os proprietários que auferem dos maiores rendimentos, os pescadores somente vêem remunerada parte do seu trabalho dispendido na produção. Outra parte é convertida em lucro dos proprietários e dos intermediários que manipulam e controlam o produto do trabalho daqueles. Como os pescadores asseguram, eles próprios, através do pescado, a sua subsistência; como as oportunidades de emprego na área são extremamente reduzidas; como a reposição da força de trabalho dos pescadores se processa a custo baixo, porque eles ingressam jovens na pesca, sem que isto custe à sociedade um elevado investimento; como a demanda por força de trabalho cresce menos que a oferta crescente dessa força na pesca e como outros segmentos da sociedade atuam com capital mais ágil e melhor remunerado, configura-se uma impossibilidade dos pescadores vigienses, principalmente os parceiros e os micro-proprietários elevarem e reterem uma significativa remuneração do trabalho ou de se capitalizarem, em decorrência de relações de produção que se estabeleceram em bases desiguais e a eles desfavoráveis.

7- CONCLUSOES

O desenvolvimento da pequena produção pesqueira da Vigia permite constatar que ao longo de quase um século (tomando-se Veríssimo como marco inicial) acentou-se a diversificação de suas formas de organização, paralelamente ao desenvolvimento e diferenciação das formas de apropriação, pelo capital, dos excedentes por ela gerados. Esta constatação não realça, contudo, a natureza desse desenvolvimento, que manteve rígidos níveis de pobreza e exploração do trabalho, invalidando a crença de que o estágio anterior e secular de pobreza seria superado com o desenvolvimento tecnológico do setor, através da implantação de modernas empresas pesqueiras, preconizadas desde o século passado.

A instalação de grandes empresas pesqueiras na região proporcionou a ampliação das disparidades entre os padrões de vida do pequeno e do grande produtores, de forma mais acentuada do que ocorria no início do século. O Estado, através de estratégias induzidas provocou um aumento da concentração de capitais, ao investir maciçamente nas grandes empresas, ignorando a riqueza e complexidade das formas organizativas endógenas da pequena produção pesqueira e tomando como requisito para suas ações, a existência de um setor pesqueiro dual — antigo versus moderno — como esferas independentes de atividades e considerando o pequeno pescador como indivíduo reacionário, inculto e predador, incapaz de assimilar os padrões tecnológicos aspirados pelo Estado e a burguesia industrial. Este, numa região pobre de capitais vêm de promover, com recursos públicos e a custo negativo, a implan

tação e valorização do capital industrial, ao mesmo tempo em que recoloca o antagonismo básico entre capital e trabalho em níveis de conflito, conflito este que pela sua abrangência acaba por contaminar a própria organização da pequena produção, na medida em que o conflito se desloca, através do roubo de aparelhos para dentro do próprio grupo de pequenos produtores, desorganizando-o e rompendo um código de ética grupal secularmente estabelecido.

De outro lado, a crescente demanda de pescado pelos centros urbanos, impulsionando a modernização de um segmento de pesca artesanal (os geleiros) e propiciando maior articulação com o mercado, não se fez acompanhar historicamente de um crescimento significativo na renda dos pequenos produtores, posto que o desenvolvimento dos negócios na pesca propiciou também o aumento da participação de médios empresários estranhos ao setor que vem adquirindo embarcações e de intermediários, que hoje se distribuem numa intrincada rede que se interpõe entre os produtores diretos e o mercado consumidor, interceptando e captando o possível lucro dos primeiros. Face a isto, os pescadores vêm desenvolvendo recursos adaptativos frente ao novo contexto, recursos esses que encontram limites de várias ordens, na medida em que estes repõem, ao se desenvolverem, conflitos dentro e fora do grupo e que a própria natureza começa a dar mostras de esgotamento e resistência à exploração desordenada. A multiplicidade das vias de exploração da natureza engendradas pelos pescadores artesanais correspondeu uma multiplicidade de vias de exploração destes pelo capital, principalmente o especulativo.

Ao longo de várias décadas os pescadores artesanais, em

geral, vêm perdendo autonomia à medida em que a saturação do estoque pesqueiro nas águas próximas os obriga ao prolongamento involuntário das temporadas de pesca e em que se desenvolve a dependência ao crédito, com vistas à subsistência familiar e à modernização dos meios de produção, pelos pequenos proprietários. A-crescente-se a estes um número significativo de pequenos proprietários de algum meio de produção que ao serem roubados perdem a condição de proprietários e assumem a condição de parceiros.

Esta subordinação do trabalho à economia de mercado se processa contudo, passando ao largo da forma assalariada de remuneração. Os pescadores vigienses, diferentemente do que ocorre com trabalhadores assalariados, têm ainda amplo domínio sobre o processo de trabalho, mas o produto do seu trabalho (o pescado) foge à possibilidade de controle por eles, face às formas de apropriação analisadas, de modo que seu trabalho se avilta, em virtude do aviltamento a que está sujeito o produto do seu trabalho, pela rede de intermediação e independência entre preço final e de produção, aos quais se adita uma especulação extra no período das safras.

A exploração do trabalho não é direta, portanto, como sucede aos assalariados, mas indireta, via resultado do trabalho e a subordinação do trabalho dos pescadores artesanais apresenta um caráter não apenas econômico, no que concerne à exploração propriamente dita, mas política, na medida em que o Estado se posiciona em favor dos grandes capitais e das classes que eles representam, em detrimento dos interesses dos pequenos produtores inclusive no cerceamento de suas formas de organização, na medida

em que a SUDEPE controla a administração e exerce tutela política sobre as colônias de pescadores.

Como os preços do pescado são fixados na cidade, independentemente do processo de trabalho e alheios aos diversos segmentos da intermediação, é a partir desse limite final — o preço do pescado — que se processa o percurso inverso, no sentido da remuneração final do produtor, que padece de menor poder político de barganha enquanto classe. E como as remunerações dos pescadores são "puxadas" pelos proprietários para o piso mais baixo de remuneração, quando estes comparam entre si as remunerações mais elevadas com as menos elevadas, são os pescadores que têm jornadas de trabalho mais curtas e um certo nível de produtividade — os geleiros — aqueles que auferem de remuneração real melhor.

A ausência de poupanças na categoria dos parceiros impede-os de converterem-se em proprietários e a ausência de imóveis que sirvam de garantia fiduciária impede-lhe o acesso ao crédito bancário. De outro lado, a inexistência de lucros por parte dos pequenos proprietários impossibilita-os de modernizarem-se, enquanto um número reduzido de proprietários vem concentrando paulatina e acentuadamente um número expressivo de embarcações (alguns desses proprietários e seus capitais, procedem de fora da Vigia — são de Belém) melhor equipadas e com produção mais estável, o que lhes faculta o acesso mais fácil ao crédito bancário e à modernização.

A questão parece apresentar uma bi-polaridade: num polo

se situa a questão da não-propriedade dos meios de produção pela maior parte desses pequenos produtores, o que, face à inexistência de outras oportunidades de trabalho na área, propicia a super-exploração destes.

De outro lado situa-se a questão do baixo nível tecnolôgico dos meios de produção, que caracteriza a maior parte das pequenas unidades produtivas, do que decorre um baixo ou nulo excedente econômico comercializável, pelo menos entre os proprietários de uma única e pequena embarcação. Como consequência da productividade baixa e irregular destas unidades, a maior parte da jornada de trabalho é empregada para que o pescador, seja em produto, seja em dinheiro, reproduza sua própria subsistência, num nível sempre baixo. No caso dos pescadores da Vigia, a remuneração que auferem, mais o pescado que diariamente ou não trazem para casa constituem apenas uma parte e não a totalidade dos bens necessários à sobrevivência condigna da família. Daí porque o engajamento da força de trabalho familiar nos serviços urbanos diversos é imprescindível à melhoria das condições de vida da família. São os pescadores geleiros que, persistindo na categoria por um período de tempo significativo, ainda que não seja na mesma tripulação e os pescadores, geleiros ou não, em cujas famílias outros elementos trabalham, aqueles que apresentam melhores condições de vida, constatação essa que remete a questão para a esfera do progresso técnico.

Sob a ótica dos benefícios do progresso tecnológico em relação ao trabalho, a adoção do motor, das caixas com gelo, e da

rede, se bem que recriem outra ordem de dependência (ao elevar os custos operacionais das unidades), afigura-se como a mais genuína, de vez que resultou na efetiva redução da jornada de trabalho e num aumento da regularidade da produção. Como a parceria mantém (apesar das recorrências dos proprietários a mecanismos diversos no sentido de reduzir as parcelas de participação dos parceiros) uma proporcionalidade com o volume de produção da unidade, a elevação da produtividade das pequenas unidades como um todo torna-se indispensável.

A elevação do nível tecnológico dos meios de produção, com vistas a propiciar a elevação da produtividade do trabalho e o aumento dos rendimentos pessoais e familiares parece ter se tornado indispensável. Contudo, a modernização dos meios de produção dos pequenos produtores é obstaculizada, circularmente, pela impossibilidade sistemática de acumulação, já analisada.

Não se pode omitir que o recurso ao capital com vistas à melhoria das condições dos meios de produção amplia a dependência do pequeno produtor ao capital, ao mesmo tempo que eleva os custos de produção da unidade. Se bem que na prática esses custos não sejam contabilizados rigidamente, é nessa mesma prática que eles se realizam, na medida em que viabilizam ou não a pequena produção, pelo estreitamento do espaço econômico que distancia o preço (elemento independente e indiferente ao processo de produção) do custo. A modernização dos meios de produção requer um aumento de produtividade suficientemente capaz de cobrir os novos custos adicionais por ela gerados, o que de certa forma es

tá limitado pela totalidade dos meios de produção e não apenas por um aparelho ou barco que isoladamente se moderniza e pela persistente ação predatória da grande empresa no mesmo e conflitado espaço de produção, que se reflete negativamente na produção artesanal.

A persistência dos instrumentos de controle do mercado pelos intermediários, a intervenção do Estado face ao conflito de classes como garantidor dos interesses da burguesia industrial local e o esgotamento rápido da natureza nas águas próximas (que resultará na necessidade de modernização e aumento na estrutura das embarcações) são fatores que se combinam para estreitar cada vez mais o espaço de reprodução dos pequenos produtores. Paralelamente, o elevado volume de capital necessário à instalação das grandes indústrias pesqueiras, a inexistência de outras oportunidades de emprego na área e o aumento da super-população relativa repõem o conflito e as condições mínimas de sobrevivência da pequena produção pesqueira, com patamares cada vez mais baixos de remuneração pessoal, tanto em termos nominais quanto em termos reais. Sob este aspecto, a remuneração real padece ainda do fato de que, se a pesca artesanal não vêm se industrializando (absorvendo meios de reprodução de origem industrial) muito rapidamente, já que algumas categorias oferecem resistência a este processo, fabricando seus próprios aparelhos, em contrapartida, cresce involuntariamente ao longo do tempo, o consumo diário de produtos industrializados pelo pescador e sua família, do que resulta uma contração real da remuneração, ou o que dá no mesmo, uma perda gradual de poder aquisitivo quanto a estes produtos, cujos pre

ços se elevam, em contraste com os rígidos rendimentos do pescador.

A questão do progresso técnico da pequena produção pequeira como um todo, desde que considerado imprescindível num certo nível, traz em seu cerne pelo menos certas colocações fundamentais: a tecnificação da pequena produção, significa, paralelamente, submeter cada vez mais sua reprodução ao processo global de reprodução do capital social, indistintamente, e não necessariamente do capital do pequeno produtor; se bem que este não possa ficar fora da subordinação, ao capital, importa que a tecnificação não apenas concorra com uma produção maior e assim venha a apresentar um desempenho melhor de suas funções tradicionais de abastecer os centros urbanos e reproduzir os capitais dos segmentos sociais melhor representados politicamente, mas sim que propicie ao pequeno produtor auferir de parcelas mais consideráveis de renda pessoal e familiar e reter nos centros pesqueiros uma parcela mais significativa da renda que hoje se transfere para os grandes centros urbanos; a compreensão de que, se no fundamental, a participação maior do pescador na produção adicional gerada pela elevação da produtividade, não rompe o antagonismo básico entre capital e trabalho, pelo menos humaniza as condições de vida destas populações super-exploradas.

O estudo realizado permite compreender que a política global de distribuição de créditos e outros estímulos, do tabelamento temporário dos preços do pescado procedente da pesca artesanal mas não da industrial e do próprio processo de fiscalização

das proibições (ineficaz em relação à pesca industrial mas eficiente em relação aos pequenos pescadores que empregam aparelhos proibidos nos rios internos, os quais são facilmente apanhados), traz embutida em si, na prática, a administração da repartição da renda do trabalho e da exploração deste na atividade pesqueira, em proporções desiguais entre os diversos segmentos que dela compartilham e por isto esta administração tem conotação precipuamente política e se efetiva no apoio do Estado à burguesia, em detrimento dos interesses dos pequenos produtores.

O conflito decorrente da superposição, de fato, dos espaços físicos de atuação da pequena produção pesqueira pela grande indústria estreita o espaço de reprodução social dos primeiros, historicamente perpassado pela exploração e subordinação; mas, na medida em que a última se apropria do produto próprio da pequena produção e submete a natureza a um processo desordenado de exploração, igualmente compromete, em termos futuros, o produto próprio de sua atividade e estreita também seu espaço de reprodução social na área.

Convém mencionar que ainda que se reconheça os estreitos limites de reprodução dos pequenos pescadores não se pressupõe a extinção desses pequenos produtores dentro de um horizonte temporal considerável. Não se vislumbram indícios de extinção desta pequena produção, seja porque esta vem se mostrando necessária à valorização de grupos de capitais que se reproduzem à custa do trabalho dos pescadores artesanais e ao abastecimento das populações paraenses; seja em decorrência das estratégias de sobrevi

vência dos pequenos pescadores, dentre os quais se destacam "o arroz", "o extra", como forma de recuperação de parte do trabalho expropriado pelo proprietário aos parceiros: a junção de redes de pesca pequenas para compor uma de porte médio; o atrelamento de "reboques" às embarcações maiores; o roubo disseminado na categoria, assim como o trabalho desenvolvido ao amanhecer para evitar justamente a disseminação dos roubos; a restrição ao consumo familiar; a inserção de filhos na rede de intermediação, visando recuperar parte do excedente de que esta normalmente se apropria. Finalmente, a existência de um mercado interno considerável, do elevado volume de capital necessário ao estabelecimento de uma indústria pesqueira, o que cria um espaço possível à reprodução da pequena empresa e a persistente expulsão de pequenos produtores agrícolas que vêm se abrigar na pesca artesanal estabelecem, em conjunto com as estratégias referidas, as bases necessárias à reprodução desta. O que não significa contudo, ignorar a progressiva perda dos meios de produção e de autonomia desses pequenos produtores. Dizendo de outra forma: a persistência da pequena produção não implica necessariamente na permanência da propriedade dos meios de produção desses pescadores, nem também na transformação destes em trabalhadores assalariados; se são múltiplas e variadas as formas pelas quais o capital se apropria do excedente do trabalho dos pequenos produtores (o assalariamento não é a única), são igualmente ricos e variados os recursos através dos quais estes engendram e garantem suas existências e reprodução — passando pela desapropriação dos meios de produção e pelo pauperismo mas não pela condição de assalariados. A reprodução da

categoria vem se processando enquanto parceiros despossuídos, en
voltos em relações de sujeição pessoal concretas ao capital e
seus representantes, presos da miséria absoluta, no limiar da de
gradação humana.

8- APÊNDICE METODOLÓGICO

8.1- O Estudo de Caso

A opção pela metodologia do estudo de caso não se deu de uma forma tranqüila, face às freqüentes críticas que determinados autores fazem a esse tipo de abordagem, principalmente por que grande número de estudos de caso limita-se a descrever exaustivamente situações, em larga medida, manifestando desprezo por uma teoria ou hipótese norteadora da abordagem, o que, sem dúvida, consiste num resquício de origem neo-positivista de que ainda se ressentem a ciência social. A esse tipo de estudo faz referência Mário Bunge da seguinte forma: "A insistência nas descrições de situações não passa de uma relíquia do estágio pré-teórico da ciência, quando o objetivo da pesquisa parecia ser o acúmulo de relatórios de observação que não resolviam nenhum problema e não eram levados em conta por nenhuma teoria. Essa filosofia de bazar caiu em desuso na própria teoria da administração de empresas"⁸².

Não é essa a única linha de críticas que se encontra a esse procedimento metodológico, a respeito do qual se imputa uma pretensão de generalização, freqüentemente indevida, com extrapolações feitas a partir de casos de caráter extremamente específicos e portanto, únicos.

⁸² BUNGE, Mário. Apud BRUYNE, Paul de et alii. Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1977, p. 225.

Embora conhecendo tais críticas e reconhecendo nelas certa pertinência e validade para um número significativo de estudos de caso, não se pretendeu o envolvimento em discussões quanto à adequação e validade dos diversos procedimentos metodológicos aplicados à investigação científica, mas, tão somente enumerar as principais razões que conduziram a autora à escolha do estudo de caso para abordar a pequena produção pesqueira.

Em primeiro lugar, não se crê que os argumentos inseridos nas críticas mais comuns, embora não desprezíveis, possam ser considerados como portadores de características inerentes a todo o estudo de caso, nem tampouco, que os demais procedimentos metodológicos estejam isentos de implicações semelhantes. Em segundo lugar, embora reconhecendo que este estudo de caso apresenta limitações, quanto a possíveis generalizações para outras áreas e outras situações históricas, posto que trata de uma realidade relativa a uma área e a um determinado momento e pelo caráter contingente dos fatos estudados, considerou-se que foi somente a partir de estudos de situações problemáticas aparentemente específicas, que pôde aflorar, nos anos recentes, a rica complexidade e diversificação com que se manifesta a pequena produção agrícola no Brasil, proporcionando assim, reformulações e ampliações nos esquemas teóricos anteriores. E finalmente, aqui é necessário recorrer ao óbvio, o uso de cada metodologia de abordagem está estreitamente vinculado ao problema e aos propósitos do estudo que se pretende efetivar e neste caso, conforme referência em parte inicial deste trabalho, pretendeu-se investigar, ao nível do caso, o processo de expansão recente do capitalismo na Amazônia,

que já vem sendo estudado em suas linhas mais gerais e como um todo. Para tal, perseguiu-se no desenvolvimento da pesquisa, a meta de testar a validade empírica de uma hipótese geral, que norteou este estudo e que estava inicialmente formulada da seguinte forma: os pequenos produtores da pesca não podem se reproduzir, senão subordinados ao capital, seja ele de origem nacional ou estrangeira. Dizendo de forma mais explícita: ainda que a pequena produção pesqueira se desenvolva em situações não tipicamente capitalistas (visto o não predomínio da relação de assalariamento no setor), com maior ou menor vinculação ao mercado, sua reprodução, enquanto classe de pequenos produtores, tem seus limites determinados pelo espaço que disputa com o capital que os subordina.

8.2- O Plano de Amostragem

O ponto de partida para a concepção do universo, foi a listagem de todos os pescadores que em maio de 1982 (época do levantamento inicial), estavam registrados na Colônia Z-3 (Vigia), excluídos aqueles cujas idades superavam os 90 anos, bem como aqueles que haviam solicitado cancelamento de suas inscrições por haverem transferido residência, saindo o município. O total de inscritos na Colônia somou 1.021 (mil e vinte e um) pescadores, constituído dos residentes na cidade, nas diversas vilas e povoados do município e até mesmo, em alguns raros casos, de pescadores cujo local de residência era algum dos municípios vizinhos, como Colares.

Transcreveu-se do arquivo da Colônia os seguintes dados pessoais dos pescadores:

- a) nome
- b) endereço completo, incluindo o local de residência
- c) idade
- d) local de nascimento
- e) algumas observações, como o caso de pescadores já aposentados.

Uma preocupação que ocorreu foi a de saber, até que ponto se poderia imaginar que esse total inicial fosse representativo do universo de pescadores, posto que, o número de não registrados poderia ser considerável. Entretanto, segundo informações dos funcionários da Colônia e mesmo de pescadores, a quase totalidade dos pescadores que residem na cidade da Vigia são registrados, de tal forma que estimaram em 5% ou menos, os pescadores residentes na cidade porém, não registrados. A alta incidência de registros ocorre, em parte porque a sede da Colônia fica situada numa área central da cidade, funcionando nos dois expedientes; em parte, porque a Colônia, nos últimos anos vem oferecendo serviços gratuitos de consultas médicas e dentárias, além de encaminhamento médico para o hospital local e outros serviços, que têm estimulado grandemente os pescadores a se "colonizarem", de tal forma que, o número por nós registrado, de pescadores residentes na cidade, se aproxima muito da totalidade. Além disso, a solicitação freqüente de documentos da tripulação aos donos de

embarcações de pesca que ancoram na cidade, vem forçando os pescadores a registrarem-se na Colônia, sob pena de não serem aceitos como tripulantes. Por isso, os pescadores não registrados da cidade, segundo informações de funcionários da Colônia e de pescadores locais, consistem, em sua maioria, em pescadores eventuais, ou seja, aqueles que não fazem da pesca sua principal ou única atividade.

O mesmo já não parece ocorrer em relação aos pescadores que residem em povoações interioranas, distantes da sede da Colônia; entretanto, esses não constituem parte integrante da pesquisa.

A seguir, selecionou-se desse universo apenas os residentes na cidade da Vigia, o que reduziu o registro inicial para 689 (seiscentos e oitenta e nove) pescadores, número esse do qual foi ainda subtraído o de pescadores aposentados, chegando-se a um total de 646 (seiscentos e quarenta e seis) pescadores ativos na cidade da Vigia e o cálculo do tamanho da amostra teve por base este número. Não se incluiu no estudo os pescadores radicados fora da cidade, de vez que determinados aspectos de interesse da análise, como a questão da comercialização, poderiam variar grandemente de uma situação mais complexa como a da cidade para outra mais simples como a de uma povoação, mesmo acreditando que determinados aspectos, como o processo produtivo, em ambas as situações pudessem ser até idênticos.

Embora este trabalho pretenda fazer uma análise em profundidade e de caráter mais qualitativo, valendo-se dos procedi-

mentos estatísticos em poucas ocasiões, considerou-se a necessidade de estabelecer critérios relativamente rigorosos para a determinação do número de casos a investigar. Assim sendo, foi calculado um tamanho de amostra, considerando o universo finito, do modo a seguir exposto:

CÁLCULO DO TAMANHO DA AMOSTRA

$$n = \frac{N \cdot z^2 \cdot \sigma^2}{z^2 \cdot \sigma^2 + e^2 (N-1)}$$

$$n = \frac{(N) \cdot 1,64^2 \cdot 0,25}{1,64^2 \cdot 0,25 + 0,01 (N-1)} =$$

$$n = \frac{646 \cdot 2,69 \cdot 0,25}{2,69 \cdot 0,25 + 0,01 (645)} =$$

$$n = \frac{434}{0,67 + 6,45} =$$

$$n = \frac{434}{7,12} = 62$$

$$n = 62$$

n = tamanho da amostra

N = 646 pescadores, que constituíam a população total;

z = (área curva normal) =

1,64 para 90% de confiança nas estimativas.

$\sigma^2 = 0,5 \times 0,5 = 0,25$ / variância de x ou dito de outra forma - a probabilidade de cada um dos chefes de família de pescadores vir ou não integrar a amostra é igual; (isto é, é de 1/2 a probabilidade de integrar ou não a amostra)

e = 0,10 (erro)

A amostra não foi estratificada por tipos de pescadores, em virtude de não se conhecer previamente as proporções em que o universo se dividia em categorias diversas e suficientemente distintas de pescadores, o que somente se logrou perceber ao longo da pesquisa, ao mesmo tempo se teve consciência de que tal categorização não é rígida, posto que os pescadores movimentam-se permanentemente entre as diversas modalidades de pesca, sendo que, sua permanência numa delas, por ocasião da pesquisa, pode ser meramente circunstancial.

Julgou-se conveniente, entretanto, introduzir alguns elementos de controle na composição da amostra, como o cuidado de estratificá-la espacialmente, com vistas a evitar que se omitisse uma determinada categoria de pescadores que por ventura estivesse concentrada numa área específica da cidade, (o uso da tábua de números aleatórios para o sorteio dos pescadores amostrados foi outro desses recursos de controle).

Para tal, transcreveu-se todos os nomes de pescadores residentes na cidade, endereços e outros dados, para fichas individuais que foram organizadas, segundo logradouros públicos e segundo ordem crescente dos números das residências, com vistas a facilitar as substituições, no caso de pescadores sorteados na amostra não estarem em casa, por ocasião da entrevista. Dessa forma, obteve-se 38 lotes (correspondentes aos 38 logradouros públicos existentes na cidade), cada qual com o número correspondente de pescadores residentes. Respeitou-se uma proporcionalidade entre o total de residentes por ruas e o total de pescadores a serem entrevistados (62), com vistas a abranger todas as ruas de

forma proporcional e realizou-se sete entrevistas adicionais, tendo em vista substituir possíveis casos de entrevistas não aproveitadas. Uma dificuldade ocorrida nessa etapa foi o fato de que recentemente algumas ruas da cidade haviam mudado de nomes e que cada prédio da cidade possuía dois números diferentes, correspondentes a um número apostado pela SUCAM — Superintendência de Campanhas de Saúde Pública e a um outro decorrente de uma promoção efetuada na cidade pelo Lions Clube local. Não se sabia previamente, se o número constante da ficha individual se referia a uma ou a outra numeração, o que sem dúvida implicou numa considerável perda de tempo para localização dos domicílios; a procura dos sorteados por nomes, dificilmente resultava em sucesso porque um considerável número de pessoas na cidade, como ocorre na maioria das cidades interioranas do Estado, é conhecida mais por seus apelidos do que por seus próprios nomes.

Considerou-se a unidade de amostra o domicílio do pescador, por acreditar-se que, procurá-lo em sua residência constituía-se de um procedimento mais facilmente controlável do que localizar pescadores no cais ou noutros pontos de atracação de embarcações da cidade, acrescido da impossibilidade de controlar os entrevistados, de vez que os pescadores regressam de sua faina diária a qualquer hora do dia ou da noite. A unidade de análise foi o pescador, já que a pesca é uma atividade exclusivamente masculina, na Vigia^(*); assim, embora se pretendesse "abrir" a en-

(*) Do total de 1.021 pescadores registrados na Colônia, havia apenas quatro mulheres, todas elas viúvas, o que permitiu supor que seus registros naquela agência se desse face à necessidade de colocar a funcionar meios

trevista para os demais membros da família, desistiu-se do procedimento porque, na verdade, os demais membros da família, que não trabalham com o chefe, tem informações bastante superficiais sobre esta atividade, talvez pela própria circunstância de que ela se desenvolve a uma distância considerável da família e mesmo da cidade.

O instrumento básico de coleta de informações foi a entrevista estruturada (v. anexo I), aplicada aos pescadores durante os meses de maio e junho/82, com a colaboração de duas estudantes universitárias, Luciclêa Gonçalves Alcântara e Sandra Maria Fonseca Silva. As entrevistas foram realizadas principalmente nos fins de semana, quando grande número de pescadores retorna à cidade. Os pescadores cujas viagens duram de dois a cinco meses, salvo situações excepcionais, regressam à cidade às proximidades da Festa de São Pedro (29 de junho), padroeiro dos pescadores e em setembro, por ocasião do Círio — concorrida procissão religiosa, acompanhada de festa profana com arraial, leilão etc., existente em todas as cidades do Pará, que no caso da Vigia consiste numa homenagem a Nossa Senhora de Nazaré.

Como a primeira fase da pesquisa de campo se estendeu de meados de maio ao dia 30/jun/82, logrou-se entrevistar um número apreciável desses pescadores "de fora". As entrevistas tive

de produção herdados, mas não que elas próprias desenvolvessem atividade pesqueira. Não se teve notícias entre pescadores de nenhum caso de mulher trabalhando na pesca, embora se tenha constatado a valiosa e permanente participação da família em certas atividades subsidiárias da pesca, como o conserto de redes.

ram a duração média de duas horas e trinta minutos, que, acrescidos do tempo destinado à localização do domicílio ou sorteio e procura de um outro, limitou o rendimento a uma entrevista por pesquisador, por expediente. Tinha-se testado o modelo da entrevista aplicando-o previamente a dois pescadores do município de Colares, vizinho ao da Vigia, por acreditar-se na similaridade de situações vivenciadas pelos mesmos e dada a proximidade de ambos os municípios.

No segundo semestre de 1982 passou-se à segunda fase da pesquisa de campo, desta vez realizando entrevistas não estruturadas e gravadas, com agentes de comercialização (marreteiros e consignatários), funcionários de agências bancárias ligadas ao financiamento de pescadores na área, técnicos da EMATER-Pará — Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da SUDEPE-Pará e outras mais.

9- BIBLIOGRAFIA

BRITTO, Rosyan C.Caldas et alii. A Pesca Empresarial no Pará. Belém, IDESP, 1975 (Monografias, 20).

BRUYNE, Paul de et alii. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977, p.225.

COMISSÃO Estadual de Planejamento Agrícola. Diagnóstico do Setor Agrícola do Pará. Belém, 1978 (mimeo.)

_____. Plano Estadual de Desenvolvimento da Pesca-Pará, 1980/85. Belém, 1979 (xerox).

DAMASCENO, F.G. Relatório Sobre a primeira viagem de amostragem da Piramutaba (Brachyplatystoma vaillantii (VAL), a bordo de barcos industriais. Relatório da Reunião de Estudos da Piramutaba. SUDEPE-PDP:GPEP, 1978, anexo 3.

EMATER-Pará. Sistema de Produção de Arroz em Várzea (microrregião 16). Belém, 1979, (Série Sistema de Produção. Boletim, 149).

FEDERAÇÃO das Indústrias do Estado do Pará. Cadastro Industrial do Estado do Pará, 1980/81. Belém, 1981.

FREITAS, Luis Aimerê Soares de. Uma estratégia para o desenvolvimento da Pesca na Amazônia Ocidental. Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 1977.

FURTADO, Lourdes. Curralistas e Redeiros em Marudá. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1980 (tese de mestrado/mimeo).

HURLEY, Jorge. No Domínio das Águas — Livro dos Pescadores Paraenses. Pará, Typographia do Inst.D. Macedo Costa, 1933.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agrícola - Acre-Amazonas-Pará. Rio de Janeiro, 1960 (Série Regional).

_____. Anuário Estatístico do Brasil, 1968. Rio de Janeiro, IBGE, 1968.

_____. Censo Agropecuário-Pará. Rio de Janeiro, 1970 (Série Regional).

_____. Censo Comercial-Pará. Rio de Janeiro, 1970 (Série Regional).

_____. Censo dos serviços-Pará. Rio de Janeiro, 1970 (Série Regional).

_____. Censo Agropecuário-Pará. Rio de Janeiro, 1975 (Série Regional).

_____. Censo Demográfico de 1980; resultados preliminares. Rio de Janeiro, 1980.

INSTITUTO do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará. Aspectos Tecnológicos e Biológicos da Pesca na Vigia. Belém, 1968. 35 pág. mimeo. Estudos Paraenses, nº 13.

_____. Anuário Estatístico do Pará. Belém, v. 2, 364 p., 1978.

_____. Diagnóstico do Setor Pesqueiro do Estado do Pará. Belém, 1978, xerox.

MARX, Karl. O Capital. Rio de Janeiro, 1980. Ed. Civilização Brasileira.

- MENCIA-MORALES, Francisco et alii. Avaliação das Indústrias Pesqueiras dos Estados do Amazonas, Pará e Maranhão; capacidade, produção e mercado. Brasília, SUDEPE, PDP, PNDU - FAO, 1976 (Documentos Opcionais, nº 20).
- MENDES, Amando. As Pescarias Amazônicas e a Piscicultura no Brasil. São Paulo, Livraria Editora Record, 1938 (Notas e Sugestões).
- MESCHKAT, Arno. Considerações Sobre a Pesca na Amazônia. SPVEA (Convênio FAO-UNESCO-SPVEA). Série Recursos Naturais. Belém.
- MONTENEGRO, Augusto. Album do Estado do Pará. Paris, Imprimerie Champonet, 1908, 350 pág. ilustr.
- PARÁ. Governo. Anuário Estatístico do Pará, 1925/26. Belém, Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1927.
- PRADO JR., Caio. A questão Agrária no Brasil, 2a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- ROCQUE, Carlos, org. Grande Enciclopédia da Amazônia. Belém, Amazônia Editora Ltda., 1967.
- SUDAM. III Plano de Desenvolvimento da Amazônia, 1980-85. Belém, SUDAM/CPR, 1982.
- SUDEPE-Ma. Plano Anual de Trabalho, 1979. Brasília, 1979.
- SUDEPE-Pa.-Base de Operações do PDP. Relatório da Reunião do Grupo Permanente de Estudos Sobre a Píramutaba. Belém, 1979, xerox.
- SUDEPE-Pa. Projeto Piscicultura. Brasília, 1979.
- VERÍSSIMO, José. A Pesca na Amazônia. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970. (Coleção Amazônia. Série José Veríssimo).

10- A N E X O S

ANEXO I

Entrevista Aplicada aos Pescadores

O presente modelo de entrevista estruturada não deve ser considerado como um instrumento rígido de coleta de dados. Na verdade, uma certa padronização tornou-se necessária apenas, na medida em que, como foram três as entrevistadoras que atuaram na primeira fase da pesquisa de campo, tornou-se indispensável garantir que as perguntas por elas efetuadas tivessem um conteúdo comum e fossem o mais possível formuladas, com igual clareza e que todos os entrevistados emitissem opiniões sobre as mesmas questões. As respostas eram anotadas livremente, servindo as alternativas fechadas — sim x não, ou quaisquer outras — apenas para conduzir os pesquisadores nas anotações seguintes e proporcionar mais facilmente uma visualização e catalogação posterior das mesmas, caso necessário. Por outro lado, a abrangência da entrevista básica deixa claro que alguns itens não foram trabalhados no texto. Isto ocorreu porque este estudo centrou seu interesse nos itens — processo produtivo, comercialização, processo de capitalização — mas aproveitou-se a entrevista para coletar material para estudos futuros, bem como para aumentar a familiaridade com o problema da pequena produção pesqueira.

Como todas as demais entrevistas foram realizadas por uma única entrevistadora, o curso das entrevistas esteve sob controle e centralização maiores, de tal modo a não exigir mais que um rol detalhado de tópicos sobre as quais os entrevistados foram interrogados e nesses casos, as entrevistas foram gravadas.

PESQUISADORA : VIOLETA REFKALEFSKY LOUREIRO

ENTREVISTA Nº : _____

RESQUISADO : _____

ENDEREÇO : _____

DATA DA ENTREVISTA: _____

1 - Dados do Chefe e sua Família - Tipo de Pescador

1.1 - Ha quanto tempo o Sr trabalha na pesca ?

Quantos anos o Sr.
tem agora?.....
anos

1.1.1 - Menos de 1 ano

1.1.2 - de 1 a 5 anos

1.1.3 - de 5'a 10 anos

1.1.4 - de 10 a 20 anos

1.1.5 - mais de 20 anos

1.2 - Por que começou a trabalhar na pesca e em que localidade ?

1.2.1 - Razões:

1.2.2 - Localidade:

Município:

1.3 - Antes do seu trabalho atual na pesca o Sr. fazia outra coisa ?

NÃO

SIM

ROÇA

OUTRA ATIVIDADE

ESPECIFICAR: _____

1.3.1 - E agora, junto com a pesca, o Sr. faz outra coisa ?

NÃO SIM

O que : _____

Por que: _____

1.4 - Onde é que o Sr. pesca ?

1.4.1 - Na costa próxima e no Tocantins

1.4.2 - Em alto-mar, em direção ao Norte

1.4.3 - No Amazonas

1.4.4 - Só nos rios internos

1.4.5 - Outras situações

MOstrar o MAPA E TENTAR IDENTIFICAR O RAIO DE
AÇÃO DELE, NO INVERNO E NO VERÃO.

1.5 - O Sr. pesca sozinho ou em grupo ?

Sozinho sempre

Às vezes sozinho e às vezes em grupo

ESPECIFICAR SITUAÇÕES: _____

1.8 - DADOS SOBRE A FAMÍLIA (EXCETO O INTERVIEWEADO)

PERGUNTAS PRELIMINARES:

- a) Quantas pessoas moram na casa fora o Sr. ?
- b) Quantas trabalham ?

OBS.: Se não houver clima, deixar este quadro para o final da entrevista.

OBS.: - Neste quadro só entram os que trabalham.

PESSOAS (PRENOME)	RELAÇÃO DE PAR- RENTESCO COM O CHEFE	SEXO (M ou F)	IDADE	TIPO DE TRABALHO QUE FAZEM E REGIME DE TRABALHO INCLUSIVE EVENTUAL (BISCATE)	RENDIMENTO DE CADA (APROXIMADO, AO MÊS)

= No caso da família ter roçado, preencher no final da entrevista as páginas relativas à roça.

2.1 - SITUAÇÃO QUANDO COMEÇOU

2.2 - SITUAÇÃO ATUAL

INSTRUMENTOS DE PESCA E EMBARCAÇÕES	QUANTIDADE	A QUEM PERTENCIAM				SE PRÓPRIOS, COMO FO- RAM ADQUIRIDOS	INSTRUMENTOS DE PESCA E EMBARCAÇÕES	QUANTIDADE	A QUEM PERTENC				SE PRÓPRIOS, COMO FO- RAM ADQUIRIDOS
		PAI	PARENTE	AMIGO VIZINHO	PRÓPRIOS				PRÓPRIOS	AMIGO VIZINHO	PARENTE	PRÓPRIOS	
1 - EMBARCAÇÕES A - Tipo: - Casco - Montaria - Reboque ou Batelão - Lancha - Canoa vela/ - Outras: (especificar) B - Propulsão: - Vela - Motor - Misto - Remo 2 - REDES						1 - EMBARCAÇÕES A - Tipo: - Casco - Montaria - Reboque ou Batelão - Lancha - Canoa vela/ - Outras: (especificar) B - Propulsão: - Vela - Motor - Misto - Remo 2 - REDES							
3 LINHA						3 LINHA							
4 - OUTROS: - Curral - Outros:						4 - OUTROS: - Curral - Outros:							

2.3 - Nos seguintes casos:

2.3.1 - Possuir curral:

- Quem cuida:
- Qual a produção diária:

2.3.2 - Usam redes ou linha

- Os fios são de algodão Nylon ou plástico

- Dimensão média das redes: ou das linhas

- até 500 braças

- entre 500 e 1.200

- acima de 1.200

2.3.3 - No caso de não ser proprietário:

a) Seu patrão tem outro (s) barco (s) SIM NÃO

QUANTOS

b) Já pensou alguma vez em comprar seu próprio barco e seus aparelhos ?

SIM NÃO

c) Por que não comprou ? Se comprou, o que sucedeu ? (Barcos e aparelhos)

3 - MATERIAIS, MUDANÇAS E TECNOLOGIA E CRÉDITO

3.1 - Vocês trazem o peixe fresco, no sal ou no gelo ?

Fresco

Sal

Gelo

OBS.: No caso de trabalharem com 2 (dois) desses tipos, esclarecer no verso, em que situações trabalham com sal, gelo ou peixe fresco. →

Assim sendo, o que é que vocês precisam para pescar ?

ESPECIFICAÇÃO	FORMAS DE AQUISIÇÃO
- Sal ? (Quant. p/jornada)	
- Celo ? (Quant. p/jornada)	
- Óleo p/Motor ?	
- Outros:	

3.2 - No caso de levarem algum rancho, em que consiste ?

ESPECIFICAR O QUE LEVAM	QUANT	QUEM LEVA E COMO PAGAM ESTE RANCHO

3.4 - Por favor, explique como é que um pescador faz para comprar um barco ou uma rede ou linha (onde, como paga, prazo).

3.5 - O Sr. acha fácil ou difícil poder comprar os seguintes equipamentos:

BARCO

REDE OU LINHA

FÁCIL

FÁCIL

MAIS OU MENOS
OU DEPENDE

MAIS OU MENOS
OU DEPENDE

DIFÍCIL

DIFÍCIL

- Por que ? (Explicar cada caso) _____

3.6 - O Sr. já pediu alguma vez dinheiro emprestado ao Banco para adquirir aparelhos de pesca ou barco ?

SIM

NÃO

- Por que nunca pediu ? _____

3.7 - Conseguiu ?

SIM

NÃO

3.8 - Foi fácil ou difícil conseguir esse dinheiro ? _____

3.9 - Fora o banco, alguém mais financia barcos e aparelhos de pesca ?

SIM

NÃO

Quem ? _____

3.10 - Desde que o Sr. começou a trabalhar na pesca até hoje, acha que a pesca mudou ou não ?

SIM

NÃO

a) O que mudou ? _____

b) Por que mudou ? _____

O Sr acha que todos os pescadores da Vigia são do mesmo tipo ou há diferenças ?

HÁ DIFERENÇA

NÃO HÁ DIFERENÇA

Quais são os tipos de pescadores que existem na Vigia ?

TIPO	MEIOS DE PRODUÇÃO (MONTARIA, LINHA, REDE, ETC)	DURAÇÃO DAS VIAGENS

O Sr. é de qual desses tipos ? _____

Quantos tipos de pesca o Sr. já praticou e porque o Sr. mudou ? _____

Qual é o pior tipo de pesca e qual o melhor ? Por que ?

Melhor: _____

Por que : _____

Pior : _____

Por que: _____

4 - PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE E MERCADOS:

4.1 - Quais as principais espécies pescadas pelo seu barco ?

ESPÉCIES PESCADAS	QUANT. MÉDIA PESCADADA	
	KG	P/JORNADA X DE DIAS
<u>I N V E R N O:</u>		
<u>V E R Ã O:</u>		

OBS:- a quantidade pode ser dada em Kg, tonelada, arroba ou cambada,
basta anotar, se não for em Kg.

4.2.3 - Para quem é vendida a produção do barco em que o Sr trabalha ? _____

4.2.4 - Este 1º marreteiro vende para quem ? _____

4.2.5 - Este último vende para alguém ? Quem ? _____

4.2.6 - Há vantagem na venda que vocês fazem ?

SIM

NÃO

Neste caso, porque vende (m) a ele ? _____

4.2.7 - O Sr. ou o dono do barco tem conta com algum desses marreteiros ?

SIM

NÃO

NÃO SEI

Pagam a conta com peixe ? _____

4.7 - Vocês pescadores já pensaram em vender "direto", no mercado ou outro lugar ?

SIM

FOI VANTAJOSO

NÃO FOI VANTAJOSO

Por que ? _____

NÃO

Por que ? _____

4.8 - O pagamento pelo peixe que o Sr. (ou o seu barco) vende é feito na hora ?

SIM

Em dinheiro ou de outra forma ? _____

NÃO

Por que ? _____

4.9.1 - O Sr. acha que ser pescador é um trabalho que dá lucro ?

SIM

NÃO

DEPENDÊ

Por que ? _____

4.10.1 - O Sr. sabe se existe alguma tabela para o preço do pescado ?

SIM

NÃO

a) Explicar e onde existe a tabela: _____

b) É cumprida ?

SIM

NÃO

Por que ? _____

5 - JORNADA DE TRABALHO E PROCESSO PRODUTIVO

5.1 - Quantas vezes por semana, mês ou ano o Sr. pesca ? _____

5.2 - Há tempos (meses) melhores e piores para a pesca ? Quais ? Porque são melhores ou piores ? _____

5.3 - Qual é a época em que se "mata" mais peixe ? Porque ? _____

5.4 - Nesses tempos, o dinheiro que o Sr. ganha aumenta ou não ?

AUMENTA

NÃO AUMENTA

Por que ? _____

5.8 - FASES DO PROCESSO PRODUTIVO

E T A P A S	DURAÇÃO EM HORAS OU DIAS	PESSOAS (Nº) QUE REALIZAM CADA TAREFA. OBS:- ANOTAR SE O TRABALHO É DIVIDIDO ENTRE ELAS OU <u>CA</u> DA UMA FAZ A MESMA TAREFA
1 - TAREFAS QUE <u>ANTECEDEM</u> A PESCARIA		
2 - TAREFAS QUE SÃO EXECUTADAS <u>DURANTE</u> A PESCARIA		
3 - TAREFAS QUE SÃO EXECUTADAS <u>DEPOIS</u> DA PESCARIA		

6.4 - Como é repartida a produção ? O Sr. ganha fixo, por viagem ou por produção ? (Descrição minuciosa e numérica, quanto à produção por jornada , forma de repartir, preço de venda e desconto de adiantamentos):

6.9 - Sua família tem uma despesa de quanto por dia ? _____

O Sr. traz o peixe para casa ou a compra dele está incluída nesta despesa ? _____

6.10 - Onde faz suas compras para a família e como paga (Cr\$, em produto, etc) as principais compras (alimentação e outras) ? _____

6.11 - A casa em que o Sr. mora é:

PRÓPRIA

CEDIDA

ALUGADA

OUTROS: ESCLARECER _____

7 - REPRESENTAÇÕES MENTAIS E REGULARIZAÇÃO DO TRABALHO

7.1 - Qualquer pessoa pode ser pescador ?

SIM

NÃO

Por que ? _____

7.2 - O Sr. acha que ser pescador é bom ? O que a pesca tem de bom e o que tem de ruim ? _____

7.3 - Gostaria que seu (s) filho (s) trabalhasse (m) na pesca ?

SIM NÃO

Por que ? _____

7.4 - Ser pescador é melhor, pior ou igual a trabalhar noutra coisa, como comércio ou roça? (Distinguir roça e comércio): _____

7.5 - O Sr. alguma vez conheceu um pescador que ficou "bem de vida", "folgado" ?

CONHECEU NÃO CONHECEU

Como foi isso ? _____

7.6 - Os pescadores precisam fazer dívidas ou conseguem viver sem dívidas ?

Esclarecer : _____

7.7 - O que o Sr. acha que é preciso para o Senhor melhorar sua situação financeira ?

7.8 - Muitos pescadores melhoram de vida ou não ? Por que uns melhoram e outros não ? Ou ninguém melhora ?

7.9 - Sr. já pensou alguma vez em abandonar a profissão ?

SIM

NÃO

Quando ? _____

Por que ? _____

8 - ASSOCIATIVISMO E EXTENSÃO:

8.1 - Os pescadores se ajudam uns aos outros ?

 SIM NÃO8.2 - Em que circunstância ajudam ? _____

_____8.3 - Quando um pescador adoece e não pode trabalhar, o que acontece ? _____

8.4 - Há alguma repartição do govêrno ou pessoa que de algum tipo de ajuda ou assistência aos pescadores ?

 SIM NÃO NÃO SEIQue tipo de ajuda ? _____

9 - PROIBIÇÕES E CONFLITOS

9.1 - Alguém fiscaliza a atividade dos pescadores ? Quem ? Em que consiste esta fiscalização ? _____

_____9.2 - Há alguma proibição para os pescadores em termos de zonas de pesca, espécies ou épocas ? Quem proíbe ? _____

_____9.3 - O que o Sr. acha dessas proibições ? Prejudicam alguém ? _____

_____9.4 - As proibições são obedecidas ? Por que ? _____

_____9.5 - Alguém tem medo ou respeito, ^{por} essas proibições ? Por que ? _____

_____9.6 - Na pesca da Vigia o Sr. já ouviu falar de algum tipo de conflito entre pescadores ? Por que acontecem ? Prejudicam alguém ? _____

9.7 - Caso eu não tenha entendido bem alguma das respostas, posso voltar a conversar com o Sr. ? _____

Onde ? _____

Quando ? _____

10 - CASO A FAMÍLIA TENHA ROÇA, PREENCHER:

10.1 - Condições de ocupação das terras:

11.1.1 - O Sr. (ou sua família) é dono de terras ?

SIM NÃO

10.1.2 - Onde fica (m) essa (s) terra (s) ?

- Localidade : _____

- Município : _____

10.1.3 - Essa (s) terra (s) já tem título com seu nome ou de alguém de sua família ?

SIM NÃO

10.1.4 - Assim, o Sr. trabalha nela como:

dono da posse (posseiro)

parceiro (meeiro)

dono titulado ou proprietário

terra cedida

outra situação: Explicar : _____

10.1.5 - No caso de parceiro, terra cedida, etc (não proprietário) paga alguma coisa ao dono da terra ?

SIM

NÃO

O que e como (periodicidade) : _____

10.1.6 - Tamanho da roça (exato ou aproximado, base no ano passado):

Tamanho da terra (exato ou aproximado) : _____

10.1.7 - O que é que o Sr planta ? _____

10.1.8 - Destino da produção (em sacas, se possível):

Consumo da família : _____

Vendas (quantidade por ano): _____

10.1.9 - Frequência de idas à roça para fazer os trabalhos:

_____ vezes por semana
 _____ vezes por mês
 _____ vezes por ano

II - ETAPAS DO PROCESSO PRODUTIVO :

11.1 - Quem trabalha na roça?(especificar) _____

11.2 - Quais dessas etapas o Sr. ou sua família faz ? Como ? Paga para al-
 guém ?

a) Brocagem : _____

b) Derrubada : _____

c) Preparo de aceiro : _____

d) Queimada : _____

e) Coivara ou limpeza : _____

f) Plantio : _____

g) Colheita : _____

ANEXO II
Fotografias

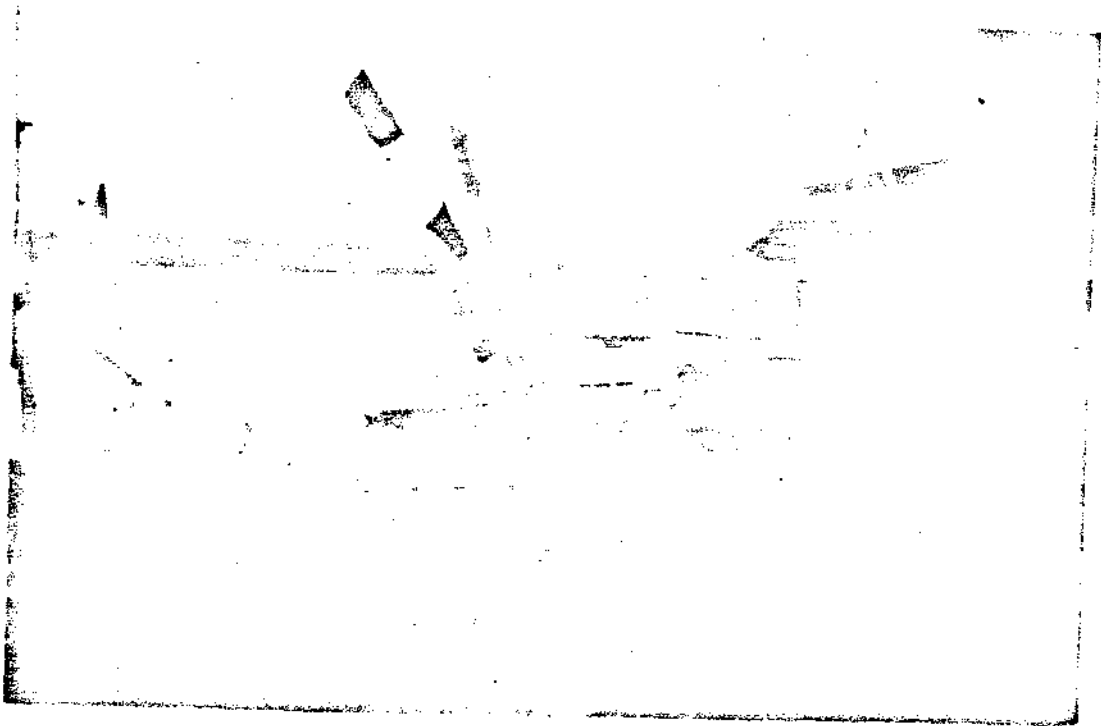


Foto 1 - Inbarcação de cheia e vira do tiro pequeno

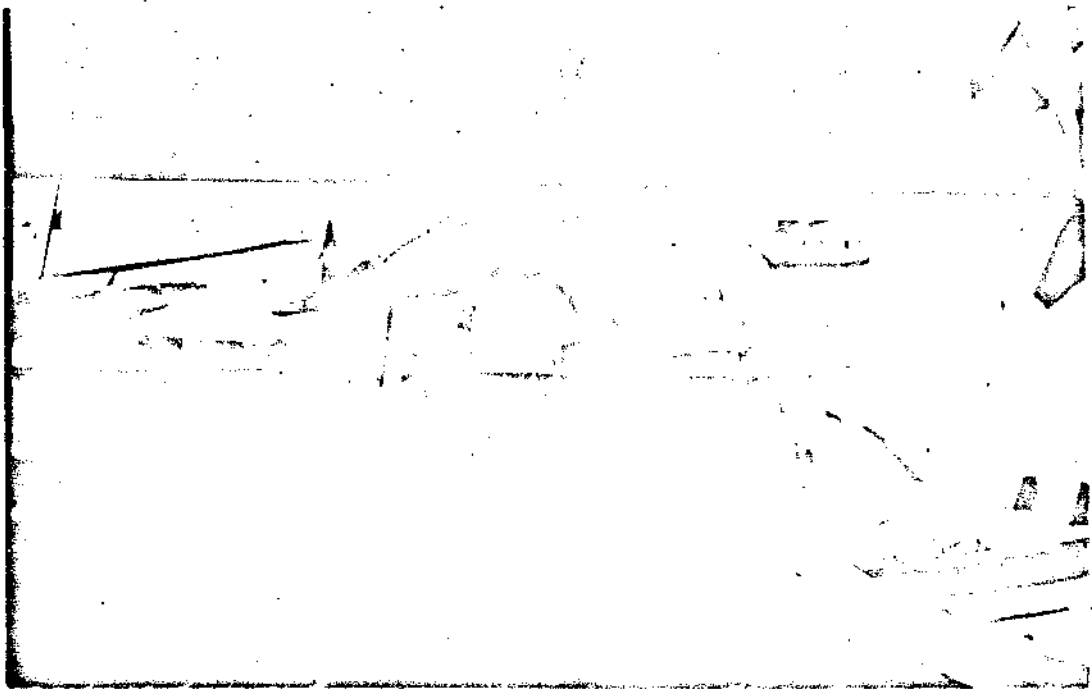


Foto 2 - Inbarcação de cheia e vira do tiro grande



Foto 3 - Rua da cidade de Vigia, vendo-se casas de pescadores.

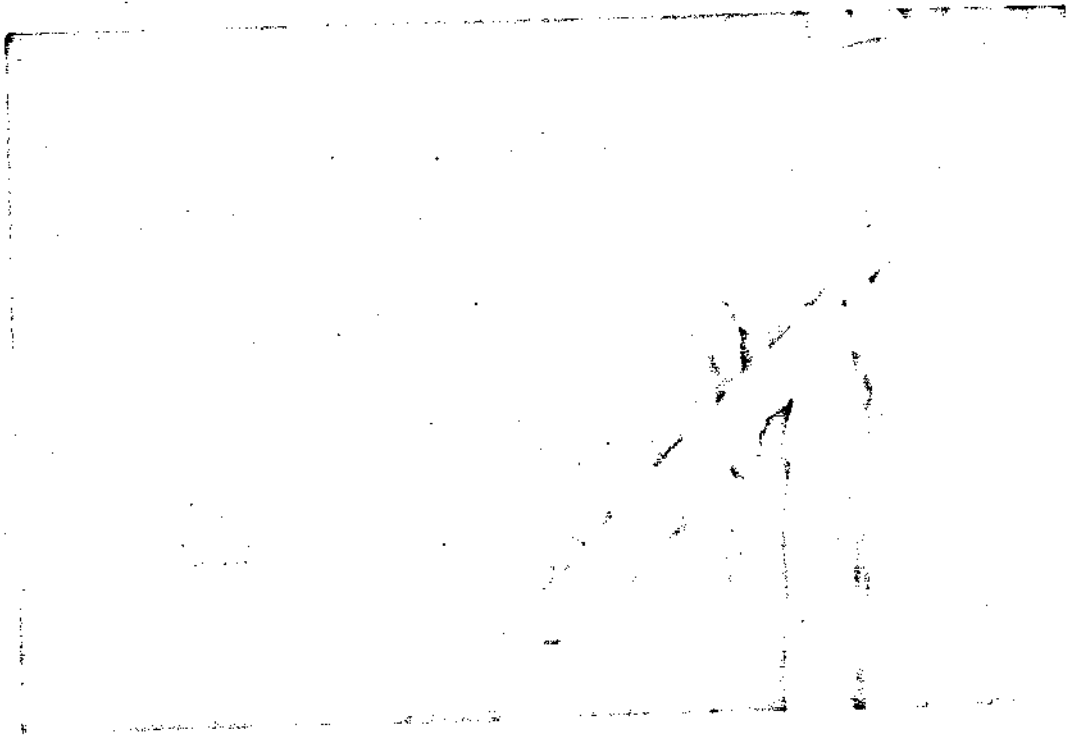


Foto 4 - Mesmo local - rufo de pescada.

ANEXO III

Quadros Estatísticos

QUADRO I
MUNICÍPIO DE VIGIA
Principais Culturas Temporárias
1974/80

PRODUTOS	1974		1975 (*)		1976		1977		1978		1979		1980	
	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANT. PRODUZ. (t)	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANT. PRODUZ. (t)	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANT. PRODUZ. (t)	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANT. PRODUZ. (t)	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANT. PRODUZ. (t)	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANT. PRODUZ. (t)	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANT. PRODUZ. (t)
Arroz c/casca	400	288	350	252	300	216	280	202	239	178	240	173	120	86
Mandioca raiz	1.600	11.200	900	6.300	1.330	9.310	1.270	8.890	1.400	9.800	1.100	7.700	1.078	7.424
Milho	200	240	250	150	220	132	250	150	260	156	260	156	270	162
TOTAL	2.200	11.728	1.500	6.702	1.850	9.658	1.800	9.242	1.910	10.134	1.600	8.029	1.468	7.672

Fontes: FIGGE - Apud. Anuário Estatístico do Pará, 1978-IBESP.

FIGGE - Produção Agrícola Municipal, 1980.

(*) Para um total de 1.090 estabelecimentos, dos 1.220 que em 1975 (72,67% do total) dedicavam-se às culturas temporárias.

QUADRO II
MUNICÍPIO DE VIGIA
Principais Culturas Permanentes
1974/80

PRODUTOS	1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980	
	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANT. PRODUZ. (t)	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANT. PRODUZ. (t)	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANT. PRODUZ. (t)	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANT. PRODUZ. (t)	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANT. PRODUZ. (t)	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANT. PRODUZ. (t)	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANT. PRODUZ. (t)
Banana	10	12.000 cachos	10	12.000 cachos	10	12.000 cachos	10	12.000 cachos	8	10.000 cachos	8	10 cachos	8	10.000 cachos
Côco da Bahia	41	205.000 frutos	41	287.000 frutos	41	305.000 frutos	41	306.000 frutos	43	259.000 frutos	43	272 frutos	45	288.000 frutos
Laranja	4	340.000 frutos	4	340.000 frutos	4	340.000 frutos	4	340.000 frutos	4	360.000 frutos	5	376 frutos	5	400.000 frutos
Pimenta-do-reino	49	218 t	40	166 t	50	176 t	134	249 t	156	289 t	138	242 t	117	242 t
TOTAL	104	-	95	-	105	-	189	-	211	-	194	-	175	-

Fontes: FIBCE - Apud. Anuário Estatístico do Pará, 1978-IDESP.

FINCE - Produção Agrícola Municipal, 1980.

QUADRO III

MUNICÍPIO DE VIGIA

População Total, Urbana e Rural, segundo Distritos

1970/80

ESPECIFICAÇÃO	1970		1980		TAXA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO ANUAL				
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
	Vigia-Sede	14.193	10.225	3.968	18.791	14.749	4.042	1,028	1,037
Penhalonga	1.262	498	764	1.493	639	854	1,017	1,025	1,011
Porto Salvo	1.875	611	1.264	2.545	751	1.794	1,031	1,021	1,036
Sta. Rosa da Vigia	1.931	248	1.683	2.019	570	1.449	1,005	1,087	Taxe negativa (-0,098)
TOTAL	19.261	11.582	7.679	24.848	16.709	8.139	1,026	1,037	1,006

Fontes: Resultados Preliminares do Censo Demográfico, 1980; Pará-FIBGE.

Censo Demográfico, 1970-FIBGE.

MUNICÍPIO DE VIGIA

Estabelecimentos Rurais, segundo Grupos de Área Total (*)

GRUPO DE ÁREAS (ha)	1960(*)			1970			1975		
	Nº DE ESTAB.	ÁREA (ha)	MÉDIA em ha	Nº DE ESTAB.	ÁREA (ha)	MÉDIA em ha	Nº DE ESTAB.	ÁREA (ha)	MÉDIA em ha
Menos de 1	-	-	-	27	18	0,67	104	78	0,75
1 a menos de 2	-	-	-	43	66	1,53	194	297	1,53
2 a menos de 5	4	17	4,25	126	452	3,59	386	1.268	3,28
5 a menos de 10	37	291	7,86	73	520	7,12	184	1.340	7,28
10 a menos de 20	84	1.192	14,19	140	2.013	14,38	160	2.313	14,46
20 a menos de 50	268	7.662	28,59	325	9.048	27,84	165	4.654	28,21
50 a menos de 100	40	3.204	80,10	21	1.333	63,48	20	1.292	64,6
100 a menos de 200	30	4.357	145,23	5	734	146,80	7	894	127,71
200 a menos de 500	9	3.152	350,22	-	-	-	-	-	-
500 a menos de 1.000	6	4.179	696,5	-	-	-	-	-	-
1.000 a menos de 2.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.000 a menos de 5.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5.000 a menos de 10.000	1	6.302	630,2	-	-	-	-	-	-
Acima de 10.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	479	30.356(**)	63,37	760	14.184	18,66	1.220	12.134	9,95

Fontes: Censo Agrícola do Pará, 1960; Censo Agropecuário do Pará, 1970; Censo Agropecuário do Pará, 1975-FIBCE.

(*) Apesar de já haver sido publicada a Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário, 1980-Acre-Amazonas-Pará, não foram incluídos neste quadro, em virtude dos dados terem sido agrupados em 5 grupos de áreas distintas daquelas apresentadas nos Censos anteriores. Assim sendo, os dados para 1980 estão apresentados no Quadro IV-b (v. anexo II).

(**) Observar que a área total do município de Vigia neste ano é mais que o dobro daquela apresentada nos anos seguintes deste quadro. É que no intervalo censitário 1960/70 a Vigia perdeu a área do seu distrito de Colares (1.302 km²) que passou à categoria de município, mais todo o distrito de Santo Antonio do Tauá (292 km²) que foi anexado à parte (48 km²) do distrito de Porto Salvo (pertencente hoje a Vigia). Estas duas últimas parcelas de terra referidas vieram a constituir o município de Santo Antonio de Tauá. Ambos, Santo Antonio do Tauá e Colares são vizinhos ao de Vigia.

QUADRO IV-b
MUNICÍPIO DE VIGIA
Estabelecimentos Rurais, segundo Área (*)

GRUPO DE ÁREAS (ha)	1960 (**)			1970			1975			1980		
	Nº DE ESTAB.	ÁREA (ha)	MÉDIA (ha)	Nº DE ESTAB.	ÁREA (ha)	MÉDIA (ha)	Nº DE ESTAB.	ÁREA (ha)	MÉDIA (ha)	Nº DE ESTAB.	ÁREA (ha)	MÉDIA (ha)
Menos de 10	41	308	7,51	269	1.056	3,92	868	2.983	3,44	838	2.726	3,25
10 a menos de 100	392	12.058	30,76	486	12.394	25,50	345	8.259	23,94	543	17.015	31,33
100 a menos de 1.000	45	11.688	259,73	5	734	146,80	7	894	127,71	16	3.126	195,37
1.000 a menos de 10.000	1	6.302	63,02	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	479	30.356	63,37	760	14.184	18,66	1.220	12.136	99,48	1.397	22.867	16,37

Fontes: Censo Agrícola do Pará, 1960; Censo Agropecuário do Pará, 1970; Censo Agropecuário do Pará, 1975; Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário, 1980-Acre-Amazonas-Pará, FIBGE.

(*) Os dados dos anos 1960, 1970, 1975 estão apresentados nos respectivos Censos em 14 classes diferentes (v. Quadro IV-a), mas foram aqui agrupados em 5 classes para permitir comparabilidade com 1980, entretanto, este agrupamento em classes mais amplas prejudica a análise da minifundização, quando agrupa estabelecimentos de 10 a 100 ha, isto é, minifúndios e não-minifúndios; percebe-se todavia, que na classe de menos de 10 ha a área média dos estabelecimentos persiste diminuindo ao longo da série.

(**) Observar que a área total do município de Vigia neste ano é mais que o dobro daquela apresentada nos anos seguintes deste quadro. É que no intervalo censitário 1960/70 a Vigia perdeu toda área do seu distrito de Colares (1.302 km²) que passou à categoria de município, mais todo o distrito de Santo Antonio do Tauá (292 km²) que foi anexado à parte (48 km²) do distrito de Porto Salvo (pertencente hoje a Vigia). Estas duas últimas parcelas de terra referidas vieram a constituir o município de Santo Antonio do Tauá. Ambos, Santo Antonio do Tauá e Colares são vizinhos ao de Vigia.

QUADRO V

MUNICÍPIO DE VIGIA

Estabelecimentos Rurais, segundo Condições do Produtor

CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL	1960 (1)				1975				1980			
	Nº DE ESTAB.	ÁREA OCUPADA (ha)	ÁREA MÉD. ESTAB. (ha)	Nº DE ESTAB.	ÁREA OCUPADA (ha)	ÁREA MÉD. ESTAB. (ha)	Nº DE ESTAB.	ÁREA OCUPADA (ha)	ÁREA MÉD. ESTAB. (ha)	Nº DE ESTAB.	ÁREA OCUPADA (ha)	ÁREA MÉD. ESTAB. (ha)
Proprietários	461	28.945	62,79	682	13.814	20,26	703	9.126	12,98	896	18.192	20,30
Arrendatários	4	100	25,00	13	36	2,77	54	284	5,26	43	544	12,65
Ocupantes	3	76	25,33	64	333	5,20	452	2.610	5,77	7	89	12,71
Parceiros	-	-	-	1	1	1,00	11	115	10,45	450	4.036	8,97
Administradores	11	1.235	112,27	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem declaração (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6	6,00
TOTAL	479	30.356	63,37	760	14.184	18,66	1.220	12.135	9,95	1.397	22.867	16,37

(2)

Fontes: Censo Agrícola do Pará, 1960; Censo Agropecuário do Pará, 1970; Censo Agrícola do Pará, 1975; e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário, 1980-Acre-Amazonas-Pará, FIBGE.

- (1) O Censo Agropecuário de 1970 menciona que no Censo de 1960 a pesquisa referiu-se à condição do responsável, que além das categorias de proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante, ainda incluía a de administrador, eliminada no ano de 1970; ocorre que na verdade, não aparece em 1960 a categoria de parceiros.
- (2) O Censo Agropecuário do Pará, 1975 às vezes apresenta uma área total de estabelecimentos de 12.135 ha, ora apresentada ... 12.134, como aparece noutra quadro. Não há como elucidar qual a área exata.
- (3) A Sinopse de 1980 não apresenta a categoria "administradores", mas acrescenta a categoria "sem declaração".

QUADRO VI

Atividades de captura das principais espécies da Pesca Artesanal e Industrial, segundo Áreas de Ocorrências

E S P É C I E S	PESCA ARTESANAL		PESCA INDUSTRIAL	
	Costeira	Estuarina	Costeira	Estuarina
1. PEIXES				
. Píramutaba	x	x	x	
. Dourada	x	x	x (*)	
. Pratiqueira	x	x		
. Tainha	x	x		
. Corvina-Gô	x	x		
. Pescada amarela	x	x	x (*)	
. Gurijuba	x	x	x (*)	
. Xaréu	x	x		
. Cação	x			x
. Fargo	x			x
. Serra	x			
. Cangatã	x	x		
. Corvina	x	x		
. Uritinga	x	x	x (*)	
. Filhote		x		
2. CRUSTÁCEOS				
. Camarão-rosa				x
. Lagosta				x

Fonte: SUDEPE-Base de Operações de Belém, Belém, 1978.

(*) Espécies acompanhantes na pesca de arrasto de píramutaba, em significavos percentuais.

QUADRO VII-a

Projetos aprovados pela SUDAM, beneficiados com Incentivos Fiscais (até março/81-PARÁ)

NOME	OBJETIVO	RECURSOS	%	PARCELER/ANO	VALORES CORRIGIDOS A PREÇOS de 82 (*)
01. Cia. Nacional de Pesca (PESCOMAR)	Pesca de camarão e refrigeração de produtos alimentícios	Próprios	19	nº 33/68-GERIN-BASA	1.543.373.814
		BASA	25	nº 9048/68-DI/DAP	
		Inc. Fiscais	56		
		<u>11.321.014</u>	100		
02. Emp. Bragantina de Pesca S/A (EMBRASA)	Industrialização do Pesca- do e beneficiamento do ca- marão	Próprios	25	Parecer nº 072/68-	151.051.680
		Inc. Fiscais	75	DI-DAP (1)	
			100		
		<u>1.108.000</u>			
03. Cia. Amazônica de Pesca (CIAPESC)	Captura e industrialização do camarão	Próprios	25	DI/DAP nº 036/69	515.968.411
		Inc. Fiscais	75	(3)	
			100		
		<u>4.560.819</u>			
04. Pina Intercâmbio Comercial e Industrial de Pesca	Indústria Pesqueira	Próprios	25	DI/DPIS nº 121/69	2.696.220.119
		Inc. Fiscais	75	(2)	
			100		
		<u>5.958.200</u>			
05. Produtos de Pesca do Pará S/A	Indústria de Peixe	Próprios	20	DI/DPIS nº 031/70	397.808.587
		Inc. Fiscais	62	(4)	
		Outros	18		
		<u>4.218.054</u>	100		
06. PESCOMAR - Cia. Nacional de Pesca	Pesca e beneficiamento de camarão	Próprios	21	DI/DPIS nº 043/70	1.902.478.236
		Outros	15		
		Inc. Fiscais	64		
		<u>20.172.408</u>	100		

continua

continuação

NOME	OBJETIVO	RECURSOS	%	PARECER/ANO	VALORES CORRIGIDOS A PREÇOS de 82 (*)
07. Camarões de Belém Ltda.	Pesca e beneficiamento de camarão	Próprios 2.887.408 Outros 6.320.370 Inc.Fiscais 4.331.111 SUDAM 4.331.111 <u>17.870.000</u>	16 36 24 24 100	DI/OPIS nº 063/71	1.400.502.913
08. L.J.Vasconcelos e Cia.	Captura, industrialização e exportação do pescado	Próprios 4.642.481 Outros 992.074 Reinversão 78.874 Inc.Fiscais 4.642.481 <u>10.355.911</u>	45 10 0 45 100	DI/OPIS nº 049/73	602.152.287
09. Continental de Pesca Ltda.	Comércio, industrialização e exportação do pescado e crustáceos	---	---	DCI/DAI nº 033/78 Portaria nº 7.820, de 14.07.78	---
10. Atlântica Pesca Ltda.	Industrialização do Pesca- do e crustáceos	---	---	DCI/DAI nº 032/78 Portaria nº 05693 de 17.08.79 08603	---
11. FARINPESCA de Belém -- Ind. de Pescado Ltda.	Fabricação de Farinha e óleo de pescado, produção de gelo em escamas	Próprios 14.583.020 Outros 10.000.000 Inc.Fiscais 21.874.529 <u>46.457.549</u>	31 22 47 100	DAD/DAI nº 042/80	190.570.163
12. Empresa Norte S/A	Captura e industrialização do pargo, piramutaba e camarão	Próprios 122.971.636 Outros 38.416.209 Reinversão 40.000.000 Inc.Fiscais 122.971.635 <u>324.359.480</u>	38 12 12 38 100	DAP/DAI nº 077/80	1.330.531.645

Fonte: SUDAM

Obs.: 1/2/3/4 - V. Quadro VII-b

(*) Valores corrigidos pela col. 2 da Rev. "Conjuntura Econômica" - FGV.

QUADRO VII-b

Projetos aprovados pela SUDAM, beneficiados com Incentivos Fiscais -- Reformulação (até março/81-PARÁ)

NOME	OBJETIVO	PARECER/ANO	RECURSOS	%	VALORES CORRIGIDOS A PREÇOS de 82 (*)	
01. Empresa Bragantina de Pesca	---	Reformulação Aprovada pelo Parecer nº DAPI/DAI-046/74	Próprios 2.481.182 Outros 1.075.273 Inc.Fiscais 7.443.545 <u>11.000.000</u>	23 9 68	497.020.116	
		Reformulação Aprovada pelo Parecer nº DAPI/051/75	Próprios 13.654.364 Outros 14.682.551 Inc.Fiscais 40.963.085 <u>69.300.000</u>	20 21 59		2.448.641.980
		Reformulação Aprovada pelo Parecer nº DAPI/DAI-089/78	Próprios 26.689.140 Outros 45.852.246 Inc.Fiscais 80.067.418 <u>152.608.804</u>	17 30 53		
03. CIADESC	Captura e industrialização do Pescado	Reformulação Aprovada pelo Parecer nº DAPI/DAI-089/78	Próprios 25.903.524 Outros 25.322.736 Reinversão 1.750.000 Inc.Fiscais 30.507.138 <u>83.483.398</u>	31 30 2 37	342.451.230	
04. Belém-Pesca S/A	---	Reformulação para Atualização Financeira em 27.11.80 pelo Parecer nº DAP/DAI 053/80				

Fonte: SUDAM

(*) Valores corrigidos pela Col. 2 da Rev. "Conjuntura Econômica" -- FGV.

QUADRO VIII-a
Crédito Pesqueiro - Pesca Artesanal do Pará¹

ANOS	Nº DE PLANOS CONTRATADOS	VALORES CORRENTES (CR\$1,00)	VALORES CORRIGIDOS A PREÇOS DE 1982 (2) (CR\$1,00)
1975	18	66.737	2.358.088
1976	101	1.738.696	43.498.696
1977	101	3.496.593	61.319.759
1978	87	5.753.376	72.745.686
1979	138	16.793.800	137.927.479
1980	344	79.793.800	327.314.167
1981	152	62.349.764	121.893.788
SUB-TOTAL	789	106.851.828	---
1982 (SUDEPE) (3)	189	406.823.056	406.823.056
TOTAL	978	513.674.884	513.674.884

Fontes: EMATER-Pará e SUDEPE

- (1) Inclui liberações p/projetos orientados pela EMATER: recursos dos seguintes bancos: do Brasil, do Estado do Pará, da Amazônia.
- (2) Corrigidos pela Col. 2 da Revista "Conjuntura Econômica" - FGV.
- (3) Recursos do BNCC (PROPESCA) transferidos através da SUDEPE, após suspensão das liberações anteriormente feitas por intermédio dos projetos orientados pela EMATER-Pa (Acordo SUDEPE/BID); como os juros são mais baixos que dos bancos citados anteriormente, os empréstimos deste ano foram feitos através BNCC.

QUADRO VIII-b

Crédito Pesqueiro - Município de Vigia - Pesca Artesanal
1979/1981

ANOS	Nº DE PLANOS CONTRATADOS	VALORES CORRENTES (CR\$1,00)	CALORES CORRIGIDOS A PREÇOS DE 1982 (CR\$1,00) (3)
1979 (1)	41	2.835.125	23.287.863
1980 (1)	115	16.219.315	66.535.234
1981 (1)	43	14.987.793	29.292.425
1982 (2)	19	43.253.737	43.253.737
TOTAL	218	77.295.970	162.369.259

Fontes: EMATER-Pará e SUDEPE-Pa.

(1) Inclui BEP/BASA/BB; liberações feitas mediante projetos orientados pela EMATER-Pará.

(2) Recursos do BNCC (PROPESCA)

(3) Valores corrigidos pela col. 2 da Rev. "Conjuntura Econômica" - FGV.

QUADRO IX

Pregos Pagos p/ Principais Espécies de Pescado nas Diversas Localidades (*)
 Venda aos Marreteiros (em CR\$1,00/kg)

CLASSES DE PEIXES	LOCALIDADES				
	cais da Vigia peixe fresco e no gelo	peixe salgado	No estuá- rio	Igarapés que desá- guam próximo do es- tuário	No Amazo- nas
<u>Especial</u>					
Camorim, enchova, pescada amarela	180	100	130	100	100
<u>Primeira Classe</u>					
Corvina, pescada branca, tainha, filhote	150	-	120	80	80
<u>Segunda Classe</u>					
Gurijuba, dourada, xaréu, serra, pirapema	100	90	100	60	60
<u>Terceira Classe</u>					
Piramutaba, uritinga, sarda, pra- tiqueira, dentuça, bagre	80	66	60	60	50
<u>Quarta Classe</u>					
Cangatã, cambêua, bandeirado, ba- cu, pacamon, mapará, timbira	60	40	50	30	30
<u>Quinta Classe</u>					
Caçã, espadarte	50	30	40	30	25

(*) Preço médio, sujeito a variações para mais e para menos, segundo safra, por exemplo, os peixes de 3a. classe, que fora da safra alcançam até CR\$100,00/kg, são vendidos a CR\$30,00 na safra.

FONTE: Pesquisa de Campo

QUADRO X

Pregos das Principais Espécies de Pescado, Vendidos nos Mercados Públicos (*)
Venda aos Marreteiros (em CR\$1,00/kg)
JUNHO/82

CLASSES DE PEIXES	PEIXE FRESCO E GELADO		PEIXE SALGADO	
	Mercados da Vigia	Mercados de Belém	Mercados da Vigia	Mercados de Belém
<u>Especial</u>				
Camorim, enchova, pescada amarela	160	180/200	120	150
<u>Primeira Classe</u>				
Corvina, pescada branca, tainha, filhote	140	120	100	100
<u>Segunda Classe</u>				
Gurijuba, dourada, xaréu, serra, pirapema	120	100	80	80
<u>Terceira Classe</u>				
Piramutaba, uritinga, sarda, pratinqueira, dentuça, bagre	80	80	70	60
<u>Quarta Classe</u>				
Cangatã, cambêua, bandeirada, bacu, pacamon, mapará, timbira	60	60	50	40
<u>Quinta Classe</u>				
Caçãõ, espadarte	30	40	30	30

(*) Preço médio, sujeito a variações para mais e para menos, segundo safra.

FONTE: Pesquisa de Campo

QUADRO XI

Preço das Principais Espécies de Pescado
 nos Mercados Públicos (*)
 Venda aos Consumidores (em CR\$1,00/kg)

CLASSES DE PEIXES	PEIXE FRESCO E GELADO	
	Mercados da Vigia	Mercados de Belém
Especial	200	316
1a. Classe	160	220
2a. Classe	140	200
3a. Classe	120	160
4a. Classe	100	120
5a. Classe	70	80

(*) Na verdade, há uma variação pequena entre os diversos tipos de pescado dentro de cada classe; o quadro levou em conta o valor dos peixes mais freqüentes no mercado, em cada classe.

FONTE: Pesquisa de Campo